UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Jaime Santos Júnior

NA TRAMA DAS IDENTIDADES:
Vida e trabalho no corte de cana em Sergipe.
(versão revisada)

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NA TRAMA DAS IDENTIDADES: vida e trabalho no corte de cana
em Sergipe.
(versão revisada)

Jaime Santos Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadya Araujo Guimarães

DE AGORA.

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NA TRAMA DAS IDENTIDADES: vida e trabalho no corte de cana
em Sergipe.
(versão revisada)

Jaime Santos Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadya Araujo Guimarães

São Paulo
2014

Jaime Santos Júnior

**NA TRAMA DAS IDENTIDADES: vida e trabalho no corte de cana
em Sergipe.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

São Paulo

2014

À Chiara, minha filha.
Semente de amor em meu coração.

AGRADECIMENTOS

A trilha que nos conduz a um trabalho dessa magnitude costuma cobrar um elevado preço às nossas vidas. São abraços perdidos, horas furtadas, lágrimas derramadas, insônias, a lista é grande... Nas entrelinhas dessa caminhada, quando as minhas forças já não eram mais suficientes, encontrei o amparo e a motivação necessária para dar o passo seguinte. Ao olhar para trás, vejo que não foram poucas às vezes em que estive no chão, desiludido em face dos desafios que se apresentavam nos momentos mais críticos. Mas, ao invés de maldizer tais ocasiões, opto por agradecê-las.

Agradeço, assim, a cada momento difícil que passei nessa caminhada, aos contraexemplos com que tropeçamos na vida. Se bem compreendidos, eles nos dizem por onde não devemos ir. Ensinam-nos sobre aquilo que não devemos ser. Porque “a glória mais soberba é sempre vã”¹. Muito obrigado, pois, aos obstáculos.

Agradeço imensamente à minha família. Ao meu pai, Jaime Santos. Aos meus irmãos Jorge Luís Feitosa, Jonaldo Feitosa, José Alberto Feitosa às minhas irmãs Gilza Maria Feitosa, Marleide Feitosa, às minhas primas-irmãs Kátia Feitosa e Cristiane Feitosa. Aos meus cunhados e cunhadas. Que nunca mediram nem puseram na balança o que demandei. Nada disso seria possível sem vocês ao meu lado.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas que me fazem “tio”. À Joice e Monique, Ingrid e Irving, Bruna e Jazon, Paulo e João Gabriel. Aos meus primos Artur, Mateus e Reinaldo, os quais ousou chamar de irmãos. Que esse exemplo sirva como inspiração nas conquistas de vocês.

Agradeço também a todos os meus tios e tias. Especialmente à minha tia Maria do Socorro Feitosa, que me acolheu como filho num momento difícil da minha vida.

Sou imensamente grato à minha sogra Eliane Porto, meu sogro Ivan Fonseca e a minha cunhada Natasha Porto. Entusiastas das minhas conquistas e parceiros em minha vida.

Não poderia esquecer os meus amigos, parceiros nessa jornada. Dos mais antigos, Denio, Igor e Ariovaldo, aos mais recentes, Jonattan Vilches, Estevão Daniel e Hélio Hilário. Que seja longa a nossa amizade!

Agradeço o acolhimento e a atenção com que fui recebido nos diferentes grupos de estudo que participei ao longo desses últimos anos. Aos amigos da Oficina de

¹ DANTAS, Francisco J. C. *Sob o Peso das Sombras*. São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2004.

Sociologia Econômica e do Trabalho (OSET): Ana Carolina Andrada, Monise Picanço, Lucas Azambuja, Murillo Marschner, Rogério Barbosa, Jonas Bicev, Priscila Vieira, André Nahoum, Flávio Carvalhaes, Ian Prates, Yumi Garcia, Laura Chartain, Gustavo Taniguti e Jacinto Cuvi.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa “Terra, Trabalho, Migração e Memória” da UFSCar: Juliana Dourado, Charles Santos, Lúcio Verçoza, Beatriz Medeiros, Leonardo Reis e Aline Hasegawa.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa “Migrações, Trabalho e Ação Coletiva” (MITRA) da UFABC: Josielle Costa, Eder, Marcelo, Roberta Mazer, Gilberto, Adriano, João e Nastasha.

Muitíssimo obrigado pela oportunidade do riquíssimo diálogo intelectual, pelas críticas e sugestões que sedimentaram o presente trabalho. Vida longa a esses grupos!

Aos mestres, um agradecimento especial. Um professor que exerce com maestria a docência é, apenas, um bom profissional. Contudo, existem pessoas que vão além e que nos marcam não somente pela sua competência acadêmica, mas sobretudo pelo carinho e atenção para com o próximo, qualquer que seja ele. Por essa razão, nutro um apreço especial pelos Professores Doutores Iram Jácome Rodrigues, Maria Aparecida de Moraes Silva e Marilda Aparecida de Menezes. Os seus conhecimentos semearam excelentes ideias em minha formação intelectual.

Agradeço também aos Professores Doutores Ruy Braga, Helena Hirata, Francisco de Oliveira, Vera Telles, Alexandre Massella e Heloísa Helena Martins.

Agradeço aos membros da banca examinadora dessa tese, os Professores Doutores Francisco de Oliveira, Marilda Menezes, Maria Aparecida de Moraes e José Sérgio Leite Lopes.

Sou profundamente grato à Prof^{ra}. Dr^a. Nadya Araujo Guimarães, minha orientadora. O seu vasto conhecimento, afincamento e dedicação foram fundamentais para a conclusão dessa tese. Muito obrigado pelos anos de convívio e de aprendizado. Certamente deixarão saudades.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que me contemplou com uma bolsa de estudos, que foi fundamental no sucesso dessa empreitada. Estendo os agradecimentos ao meu interlocutor oculto, o parecerista *ad hoc* dessa instituição. Não apenas pelo excelente trabalho de avaliação do andamento da pesquisa, mas pelas indicações de leitura.

Também sou devedor da gratidão dos sujeitos dessa pesquisa. Sejas nas usinas, ou nas entidades visitadas, encontrei o apoio necessário para dar prosseguimento à mesma. Agradeço ao pessoal da FETASE-SE, dos Sindicatos Rurais dos municípios visitados, do Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho - 20ª Região/SE), da ASPLANA, das Usinas visitadas.

Aos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, dedico especial agradecimento. Sem a participação de vocês nada do que está escrito aqui faria qualquer sentido. Espero poder retribuir em alguma medida o tamanho da gentileza com que me receberam e se dispuseram a falar de suas vidas a um “desconhecido”. Espero estar à altura de ser o transmissor das histórias a mim confiadas.

Por fim, mas nem por isso menos importante, quero agradecer a três pessoas especialíssimas. À minha mãe (*in memoriam*), Maria Feitoza dos Santos. Fonte maior da minha inspiração. Tenho plena certeza de que você esteve comigo nessa caminhada e está feliz por essa conquista. À minha esposa e eterna namorada Duschka Porto, a quem tanto amo. Encontrei em ti a paz e o carinho fundamentais nessa jornada. Peço-lhe desculpas pelos momentos furtados pela tese. O nosso amor fez brotar uma princesa chamada Chiara. A ti, filha, dedico esse trabalho. Tenho certeza de que sua vinda dotará de novos significados às nossas vidas.

Agradeço à Deus pelo dom da vida e pelo sopro de amor sem o qual nada disso faria sentido.

“Seja como for, importa dizer que, no seu decurso geralmente meteórico, nossas escolhas costumam ser contaminadas por assaltos que fluem de um covil insuspeitável, assaltos que nunca passaram pelos nossos pensamentos. De forma que, no final das contas, os sonhos a que consagramos a nossa melhor parte, e a que nos resumimos por dois dias, quinze anos ou três décadas, se esfarinham, mais hoje, mais amanhã, convertidos em tolices, erros, frustrações, arrependimentos. Isso se formos bafejados com a boa estrela: se eles não carrearem para o nosso interior o remorso, o luto, a desventura, cujas sombras, essas sim, perseverantes na crueldade, nos seguirão até o fim”.

(Francisco J. C Dantas)

“O olho do homem serve de fotografia ao invisível, como o ouvido serve de eco ao silêncio” (Machado de Assis).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar o modo como se erigem as *identidades* entre trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, cuja atividade apresenta dois traços distintivos, a saber: a sazonalidade do vínculo empregatício e a ocorrência das migrações. Ao fixar o interesse analítico no tema dos elos entre a experiência do trabalho e os processos de construção identitária, procura-se trazer a lume a trama de ações que envolve o exercício da *reflexividade* em face dos constrangimentos da estrutura. Importa, nesse sentido, sublinhar não apenas às condições de trabalho que o tornam precário, mas recuperar a dimensão da *agência* manifesta nos significados atribuídos às suas ações a partir desse contexto. Para tanto, a fundamentação teórica nutre-se de uma microssociologia das relações cotidianas que compreende as *identidades* em seu aspecto contingente, enquanto *processo*. A pesquisa de campo ocorreu em Sergipe, que é uma fronteira de expansão dessa atividade econômica e pólo de atração para trabalhadores de outras localidades. A composição da amostra dos casos incluiu trabalhadores de cinco usinas existentes no estado. O desenho metodológico, de tipo qualitativo, fundamentou-se em entrevistas biográficas com trabalhadores que estavam no corte da cana, além da observação direta dos espaços de trabalho e de vida extra-trabalho, bem como material quantitativo sobre o crescimento da área plantada, da produção e do perfil dos efetivos das usinas. Os resultados mostram que, mesmo em condições adversas os trabalhadores atribuem significados diversos à sua conduta, que não se resume à imagem de passividade com que por vezes são vistos. As identidades não são simples decalque da posição social. A maneira pela qual eles tecem representações acerca do contexto de vida e trabalho deixa entrever um campo de tensões preñado de ações de resistência e confronto.

Palavras-chave: Identidades, trabalho, reflexividade, setor sucroalcooleiro, Sergipe.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how sugar cane harvest workers build their identities. This kind of work has two distinctive features: the seasonality of employment and the occurrence of migration. By analyzing the relation between the work experience and the processes of identity construction, we seek to bring to light the practice of reflexivity concerning structural constraints. The focus we intend to provide is not only on the poor working conditions, but also on the agency competence of the subjects which allow us to understand the meanings assigned to their social actions. Hence, the theoretical foundation is nourished by microsociology of everyday relationships, which consider identities in their contingent aspect, as a process. The fieldwork was carried out in Sergipe, which is a new frontier in the economic growth of this industry and it has attracted workers from other regions. The sample of the cases was composed of workers from five factories located in the area. As a qualitative research, the methodological design was based on biographical interviews with workers who harvested sugar cane, as well as on direct observation of work spaces and side work, including quantitative information about the expansion of the planted area, production and workers. The results show that even in adverse conditions the workers ascribe different meanings to their conduct, which is not reduced to an image of passivity, which is sometimes seen. Identities are not simple reflex of social position. The way they create representations about their lifestyle and work allows us to understand how the acts of resistance and confrontation work.

Keywords: Identity, work, reflexivity, alcohol sector, Sergipe.

LISTA DE SIGLAS

ASPLANA/SE – Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do Estado de Sergipe
ATR – Açúcar Total Recuperável
CBAA – Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool
CIMA – Conselho Interministerial do Alcool e do Açúcar
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FETASE/SE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat e Figueiredo
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JCJ – Juntas de Conciliação e Julgamento
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NR31 – Norma regulamentadora do trabalho 31
PIS – Programa de Integração Social
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RIDESA – Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro
SEIDES – Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
SINDAÇUCAR – Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Alcool
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.....	36
Gráfico 2: Distribuição da área plantada de cana-de-açúcar na região Centro-Sul.	36
Gráfico 3: Distribuição da área plantada (hectares) nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.....	37
Gráfico 4: Distribuição da área plantada (hectares) nos demais estados do Nordeste...	38
Gráfico 5: Distribuição da área plantada (hectares) nos estados da região Norte*	38
Gráfico 6: Distribuição da área plantada (hectares) nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste.	39
Gráfico 7: Distribuição de usinas e/ou destilarias* por unidade da federação.....	40
Gráfico 8: Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare).	42
Gráfico 9: Distribuição da área plantada (hectares) em Sergipe.	47
Gráfico 10: Faixa de empregados por regiões no Brasil.	63
Gráfico 11: Faixa de empregados por estados do Nordeste excluindo-se Pernambuco e Alagoas.....	64
Gráfico 12: Faixa de empregados em Pernambuco e Alagoas.	65
Gráfico 13: Faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Região Nordeste (em meses).....	66
Gráfico 14: Faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Sergipe (em meses). .	66
Gráfico 15: Perfil do trabalhador por gênero em Sergipe.	67
Gráfico 16: Perfil do trabalhador por faixa etária em Sergipe (em anos).	68
Gráfico 17: Perfil do trabalhador por faixa de escolaridade em Sergipe.	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do número de usinas em Sergipe.	44
Quadro 2: Fases e atividades da produção canavieira.....	109
Quadro 3: Fases e atividades da produção canavieira: Usina São José do Pinheiro. ...	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Produção Canavieira no Brasil.....	35
Mapa 2: Localização, por municípios, das usinas em Sergipe.	107
Mapa 3: Migrações.	182

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Casas de trabalhadores em terras da usina.	112
Imagem 2: Transporte de água para os trabalhadores.	143
Imagem 3: Trabalhadores à espera do transporte.	155
Imagem 4: Trabalhadores no intervalo do trabalho.	155
Imagem 5: Um dos times que disputou o torneio.	208
Imagem 6: Cobrança de pênalti para decidir o campeão.	209
Imagem 7: Visão panorâmica de um dos alojamentos visitados.	211
Imagem 8: Alojamentos de trabalhadores.	211
Imagem 9: Alojamento de “turmeiro” localizado em frente aos demais alojamentos..	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
-----------------	----

Capítulo 1

O COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO BRASILEIRO E A LOCALIZAÇÃO DE SERGIPE NA SUA DINÂMICA RECENTE	28
---	-----------

Apresentação.	28
1.1 – O Açúcar na Economia Brasileira entre 1933 e 1990: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool).	29
1.2 – A Dinâmica da Produção Nacional de Açúcar e Alcool: a região Centro-Sul e a região Nordeste.	34
1.3 – Expansão e/ou Retomada de Novas Áreas Produtivas: o Caso de Sergipe..	41
1.4 – Breve Histórico da Cana em Sergipe.	43
Resumo e conclusões.	48

Capítulo 2

TRABALHO E TRABALHADORES DO COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	49
---	-----------

Apresentação.	49
2.1 – O mercado de trabalho na <i>plantation</i> canavieira: novas e velhas questões..	51
2.2 – Perfil da mão-de-obra empregada na indústria sucroalcooleira em Sergipe.	62
Resumo e conclusões.	69

Capítulo 3

MODOS DE SER, AGIR E PENSAR: APORTES TEÓRICOS PARA UM ESTUDO DAS IDENTIDADES NO CONTEXTO DO TRABALHO SAZONAL.	71
--	-----------

Apresentação.	71
3.1 – Balizamentos iniciais.....	72

3.2 – A dinâmica das identidades negociadas.	76
3.3 – Eixos de análise no confronto com a literatura.	82
3.4 – Socialização e reflexividade.	91
3.5 – Resumo e conclusões.	101

Capítulo 4

CAMINHOS METODOLÓGICOS	103
Apresentação.	103
4.1 – O percurso da pesquisa.	104

Capítulo 5

NARRATIVAS DE VIDA E TRABALHO NOS CANAVIAIS SERGIPANOS: O MEU LUGAR NESSE MUNDO	117
Apresentação.	117
5.1 – A antessala do trabalho no eito de cana.	118
5.2 – O universo dos significados atribuídos ao trabalho no corte de cana.	139
5.3 – (Re)espacialização das migrações? Trajetórias de trabalhadores em Sergipe.	170
5.4 – Formas de resistência e conflito.	188
5.5 – Seriam casos díspares?	214
Resumo e conclusões.	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
ANEXOS	244

INTRODUÇÃO

Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei porque os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho. Não reparei mais em nada. Voltei-me inteiro para a máquina, para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. O tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente” (passagem do romance *Menino de Engenho* de José Lins do Rego).

O retorno ao universo das usinas, agora na condição de “pesquisador”, também suscitou em mim uma antiga lembrança da infância, quando acompanhava meu pai em algumas viagens em seu ofício de caminhoneiro. De algum modo, voltar àquele ambiente foi também um reencontro com a minha própria história de vida. Nessa ordem de fatores, há, portanto, um elemento de natureza sentimental que me liga ao tema dessa tese. Eu também me deslumbrei quando vi pela primeira vez o maquinário de uma usina. Lembro-me que ainda era cedo, início da manhã, meu pai havia estacionado o caminhão em frente a uma das maiores usinas de Sergipe, esperando sua vez para fazer o carregamento do caminhão com açúcar. O cheiro do melaço de cana que entrava pelas minhas narinas e o barulho quase ensurdecador do maquinário da usina compunham uma imagem tal qual a descrita no suscitado romance. Os dentes daquele “monstro”, as moendas, seguiam num ritmo insaciável ao esmagar toneladas de canas que eram depositadas em sua “boca” e que, logo, se transmutavam num caldo escuro que percorria diferentes tanques para, ao final, transformar-se naquele açúcar branquinho que levávamos no caminhão.

Na ocasião da pesquisa, em uma das visitas, pude ver novamente o “vapor do diabo” (em referência à definição dada por um informante de José Sérgio Leite Lopes, em livro homônimo, sobre o trabalho nas caldeiras). Ali, o calor era infernal. Tínhamos a impressão de que também estávamos sendo “cozidos”.

Ao longo dos seus mais de quarenta anos como caminhoneiro, meu pai conheceu boa parte das usinas de cana-de-açúcar presentes no estado de Sergipe. As suas lembranças constituíam, assim, um manancial de informações a respeito de um período importante da história canavieira sergipana. Elas me serviram como um primeiro guia. Nas ocasiões em que estive em campo, segui pistas informadas pelas suas lembranças,

ou, no processo inverso, confrontei informações obtidas nesses espaços com o seu relato.

No entanto, há também uma segunda ordem de questões que motiva o presente estudo e que remete às minhas inquietações intelectuais. Elas possuem uma matriz comum que descende da imagem com que por vezes são representados os indivíduos em situações “precárias” de trabalho. Nunca me contentei com interpretações que os tomam como assujeitados a forças irresistíveis, que lhes delegam um papel de meros espectadores na história. Por via de consequência, suas ações são meros epifenômenos que apenas refletem, no limite, a reprodução da sua condição social. Confrontar este tipo de desafio interpretativo é objeto primeiro da própria ciência sociológica. Afinal, estamos sempre às voltas com o entendimento de fenômenos que permitem certo tipo de reprodução social e, igualmente, preocupando-nos com as condições propícias à transformação social.

A despeito do fato de que existam diferenças entre as análises, não seria descabido considerar que elas convergem para um mesmo diagnóstico, qual seja: o de que o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo induziu mudanças substantivas na base produtiva das sociedades que deixam entrever um cenário de “crise” e de degradação das relações de trabalho. Não é tanto essa constatação o que me intriga, mas a sua aceitação como um pressuposto, que conforma o modo como objetos são definidos e torna noções como “precarização”, “reestruturação produtiva”, “flexibilização” – apenas para citar as mais palpitantes entre elas – verdadeiros truísmos, que escapam ao desafio da reflexão crítica e da contextualização histórica.

O problema surge, assim, quando tais termos se transformam em mecanismos explicativos *per se*, ou seja, quando o que deveria ser explicado passa a ser a explicação. Ora, conformar-se ao vaticínio de um cenário geral de “precarização”, ignorando a pluralidade de fenômenos enquadrados nesse processo, equivale a suprimir as ambivalências que rasgam o tecido social, sem as quais a narrativa assume um sentido teleológico. Seu resultado? A demissão da política, da mediação exercida pela *agência*. O corolário não poderia ser outro: o material empírico passa a ser tratado como exemplo eloquente a legitimar concepções predefinidas; uma espécie de “caução probatória” do diagnóstico estabelecido ex-ante.

Considero ser esta uma armadilha metodológica, e por essa razão a suscito no ponto de partida deste texto. Em alguma medida, procurei resistir ao valor de face com o qual se apresentavam os fenômenos aqui analisados. Por em suspensão esse véu que

encobre a realidade, significa não se deixar aprisionar por uma espécie de sociologia espontânea que, não raro, esteriliza o ofício próprio à pesquisa sociológica. Ou, para usar a expressão de Ortiner (1995), implica na “recusa etnográfica”.

O que me proponho a fazer no presente estudo é somar com aqueles que não deixam de observar um elemento caro à sociologia, a saber, o caráter reflexivo da ação social. É através dele que podemos trazer a lume as ambivalências, tensões e resistências que nutrem qualquer relação social e que, creio, são capazes de revelar nuances relevantes conquanto algumas vezes desmerecidas.

A hipótese do presente estudo assenta-se no suposto de que as ações e estratégias tecidas pelos trabalhadores em face dos constrangimentos do contexto são informadas pelo modo como eles percebem a si próprios na relação com este tipo de trabalho. Portanto, o foco do meu interesse analítico está nos elos que unem a experiência do trabalho e os processos constitutivos de *identidades*.

O trabalho no corte da cana apresenta ainda outra característica marcante, a ocorrência das migrações. Vistas como uma forma de maximizar as oportunidades ocupacionais, esses deslocamentos não são aleatórios nem reflexos de uma ação irrefletida em razão da precária condição de vida no lugar de origem. Portanto, tais deslocamentos não se resumem a um simples “desenraizamento” físico e social, embora esse seja o traço mais saliente. Como veremos, eles se sustentam em diferentes estratégias de reprodução social, seja para manter-se na condição de “assalariado”, ou como forma de auxiliar outra atividade considerada prioritária. Uma vez que ela se nutre em diferentes ambientes de trabalho, a experiência advinda com a migração também acarreta formas distintas de representação identitária, com reflexo nas ações tecidas no cotidiano. Portanto, o fluxo de pessoas é também o fluxo de informações e de elementos simbólicos que lhes permitem o processo inverso, de manutenção do modo de vida próprio a essas populações.

Há, assim, uma pergunta que está na raiz das minhas inquietações: como os indivíduos que estão no corte da cana percebem as suas condições de vida e trabalho? Assim formulada, a pergunta nos remete a uma espécie de sociologia das percepções, que almeja entender o modo como operam as motivações dos indivíduos a partir das realidades em que estão inseridos. Para tanto, tentarei demonstrar que um bom caminho para se observar esse mecanismo é entender como as *identidades* são constituídas. A análise do seu conteúdo, que sustenta diferentes representações de si, é capaz de descortinar a trama de interesses que se escondem por trás de cada ação.

Certamente, essa forma de arguir faz emergir o espaço de fricção que existe entre, de um lado, os constrangimentos da *estrutura* e, de outro, as possibilidades da *agência*. Não há porque supor que um seja o decalque do outro. Para desdobrar esse pressuposto epistemológico recorro a uma famosa passagem do *18 Brumário* em que Marx reflete sobre qual é a “história”, afinal, de que estamos falando. Em suas palavras, lemos,

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 1997, p. 21).

Essa afirmação sustenta uma equação que está na raiz do argumento que desenvolvo nesse estudo. Ela contém o suposto de que o homem irá atuar entre o que lhe é legado do passado e as possibilidades abertas a partir dessa situação. Ao contrário do que querem algumas correntes deterministas, há uma clara evidência nessa passagem de que a “reprodução social” é também “produção do social”. Ora, seria uma história de menor importância aquela feita por homens que a fazem sem saber? Creio que a narrativa que suprime o caráter *reflexivo* da ação humana, as ambivalências, o imprevisto, às resistências, obscurece, mais do que revela, a compreensão de fenômenos sociais.

Encontrei aportes teóricos para sustentar essa abordagem entre os trabalhos pioneiros que alicerçaram o que viria a se chamar “Escola de Birmingham”, a quem se atribui, na História, papel decisivo nessa virada epistemológica. Refiro-me, aqui, aos já clássicos estudos de Richard Hoggart, *Os Usos da Cultura*, e de E.P Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Os avanços produzidos a partir dessa abordagem revigoraram a importância da análise das práticas sociais para a compreensão dos processos sociais. Os reflexos não tardaram a serem sentidos nas pesquisas mais voltadas para a cultura operária e a classe trabalhadora. Assim, no amplo e variado mercado das ideias, tais análises forneceram elementos preciosos à compreensão das tensões que envolvem as composição interna de grupos sociais e a ação coletiva. A História Social do Trabalho produzida a partir dessa perspectiva esteve atenta à urdidura dos fenômenos sociais, retirando o peso das análises “estruturais” e/ou “deterministas”. A esse respeito, encontrei pistas interessantes nos trabalhos de Savage (2004) Savage *et al* (2009), Kirk (2000, 2004), Lopes (1988), Schwartz (2001), Fortes

(2004), Pereira (2008), Fontes (2008), Dabat (2008) e Welch (2010). À sua maneira, esses autores se fizeram valer da história feita com “h” minúsculo, pelas pessoas comuns, mas nem por isso menos importante.

Em termos sociológicos, sublinhar a importância da *agência* significa considerar que as práticas sociais são antes o reflexo sempre instável e contingente da maneira como os indivíduos as percebem. Na análise das *classes sociais* esse movimento é facilmente identificado através da contribuição de trabalhos como os de Giddens (1975), Goldtorphe e Chan (2007), Lockwood (1989), Wrigth (1989, 1997), apenas para citar alguns exemplos.

No plano da teoria social há muita literatura que caminha nessa direção. São decisivos a esse respeito os trabalhos de autores (e herdeiros) da Escola de Chicago, tais como Goffman (1975, 2011), Strauss (1999), Kaufman (2004), bem como Giddens (1979, 2009) ou, ainda mais recentemente, com a chamada Teoria Realista, como nos trabalhos de Archer (2000, 2003, 2012).

Malgrado o fato de existirem divergências entre esses autores, tais abordagens fornecem elementos que nos permitem oxigenar os estudos sobre o trabalho, diferenciando-os daqueles que ficam retidos no léxico da “precarização”, “degradação”, sem se questionar a respeito do modo com os próprios indivíduos percebem as situações em que vivem a partir das referências simbólicas do quadro social no qual estão inseridos. Isso implica dizer também, retornando à citação de Marx, que o terreno sobre o qual transcorrem os processos sociais é marcado por fissuras que representam o caráter contingente da ação humana. Por essa razão, procurei me afastar de uma narrativa que se nutre de uma teleologia própria, onde o material empírico é tomado como mero exemplo, ou melhor, como caução probatória de uma tese que se quer indisputada e, por isso mesmo, livre da necessidade de se ver confirmar.

Para sustentar a abordagem que lastreia essa tese não foi preciso ir muito longe. Sim, porque encontrei pistas analíticas instigantes nos estudos pioneiros sobre o trabalho nos canaviais, a exemplo de Sigaud (1979), Lopes (1976), Palmeira (2009a e 2009b), Garcia Jr (1990, 2003). Ou ainda em trabalhos mais recentes, mas não menos importante, como os de Silva (1999) e Menezes (2002). São análises que assumem a precaução metodológica de por em suspensão qualquer evidência imediata da realidade que induza a uma conclusão prévia, qualquer que seja ela. Com esse movimento, demonstraram as diferentes facetas que pode assumir a precariedade das condições de vida desses trabalhadores; mas, e sobretudo, foram sensíveis para descortinar também a

pluralidade de significados contidos nas mais diversas ações de resistência, de resignação que, de outro modo, ficariam sufocadas na imagem passiva que geralmente se tem dessas populações.

No entanto, são poucos os estudos que tratam do tema das *identidades* nesse contexto. Curiosamente. Porque, considerando a diversidade taxonômica nos modos de se referir àqueles que exercem as atividades de trabalho no espaço rural, é válido supor que exista um campo de disputas na própria maneira de nominar as frações desse universo. A terminologia usualmente citada faz referência a: “camponês”, “trabalhador rural”, “migrante-trabalhador”, “trabalhador-migrante”, “bóia-fria”, “assalariado”, “proletário rural”, entre outros tantos. Quando tais formas de nominar são putativas, elas imprimem uma identidade postiça. O próprio sujeito representado não se reconhece como tal. Nessa dimensão, presa a uma categoria política, o conteúdo das relações sociais cotidianas, que daria vida a tais identidades, passa a ser visto como secundário para validar essas formas de representação social. Isso não implica dizer, contudo, que tal terminologia não possa servir a fins analíticos.

É justamente aqui que radica o meu argumento, quero trazer a lume uma dimensão que tem sido frequentemente obnubilada nos estudos sobre o trabalho no corte da cana, dada a proeminência com que a imagem da “precariedade” e da “degradação” ocupa no noticiário das ideias, a saber: a reflexividade da ação social que se expressa através do que chamarei, doravante, de “negociação identitária”. Em miúdos, significa dizer que há um jogo de interesses entre as identidades que os indivíduos assumem. Observá-las, creio, descortina a complexa trama de motivações sobre as quais se assentam as suas ações. Além disso, restitui-lhes a imagem de protagonistas da sua própria história.

Para dar consequência a essa forma de arguir é preciso inverter a metodologia de análise, trata-se de promover uma maneira de observar a realidade social que é feita de baixo para cima (*from the ground level*). Que se atêm às estruturas de dominação, mas que não prescinde do papel dos “dominados” no afã de perscrutar os diferentes significados simbólicos em jogo. Assim, a face precária do trabalho no corte de cana é reconhecida pelos próprios indivíduos e, ao mesmo tempo, negada. Como veremos, essa negação esconde o modo como ele equaciona os seus interesses – e por razões múltiplas.

O mesmo vale para o outro traço distintivo dessa modalidade de trabalho, a migração. Sobre isso, não é a imagem de “Fabaino”, em *Vidas Secas*, ou da família

“Joad”, em *As Vinhas da Ira*, a que melhor representa o modo como são feitos os deslocamentos desses trabalhadores. Quero dizer com isso que os “fatores de expulsão” não atuam sobre um quadro social vazio em significados. Há, portanto, um caráter endógeno a esses modos de vida que demanda do pesquisador um olhar percuciente para não apenas trazê-lo à tona, mas para analisar como os constrangimentos do contexto são percebidos a partir desse quadro de referências. Isso inclui também a dimensão do onírico, tão presente nos romances citados, e que também pude analisar. Se ele informa o lugar em que se projetam os desejos, é lá também que as contradições vividas no cotidiano são percebidas e sentidas, o que define um modo de ser e de situar-se no mundo, como sugere Martins (2008).

Já é farta a literatura que não entende o fenômeno das migrações apenas pelo seu caráter compulsório e supostamente irrefletido ao nível dos indivíduos. A esse respeito, os trabalhos de Woortmann (1990), Garcia Jr. (1990), Fontes (2008), Menezes (2002), entre outros, já haviam destacado os arranjos sobre os quais se assentam esses deslocamentos. Eis que surgem a importância das redes sociais, dos significados simbólicos contidos no ato de “migrar” que nutrem formas diversas de reprodução social e das ações de resistência tecidas através do acúmulo das experiências de trabalho. Juntos, dão prova da fertilidade analítica da opção feita no presente estudo ao recusar binaridades tais como “rural” vs “urbano”. No sentido de espaços distintos e autossuficientes.

A reprodução, ou dissolução de uma suposta condição social de “camponês” não é um fato predito apenas pela interveniência do assalariamento, ou das migrações, entre os cortadores de cana. Antes, não há porque supor aprioristicamente aquela identidade de “camponês”. O reconhecimento de uma identidade comum, que expresse a reunião dos interesses em torno de um modo de vida comum, é fruto de um equilíbrio instável e contingente, atado aos limites do contexto e a finalidade a que atende. Esse modo de perceber as manifestações identitárias levou-me à importância da *linguagem* enquanto meio sobre o qual se exprime o confronto entre as diferentes representações/identidades em disputa. Por ela, penso, dá-se a conhecer pequenas, mas contundentes *ações cotidianas de resistências* que se manifestam no plano da interpretação sobre os fatos e na maneira particular sobre como veiculam uma determinada imagem de si. Essas ações possuem uma dramaturgia particular e podem variar em detrimento das condições sobre as quais se assentam as formas de dominação. Outra faceta explorada no presente estudo.

Por fim, elegi como espaço de realização da pesquisa um estado que presenciou, nos últimos anos, uma retomada da produção canavieira com a abertura de novas unidades produtivas. Quem cruza o estado de Sergipe pela BR 101, especialmente no trecho norte dessa rodovia, não deixará de notar a presença da cana-de-açúcar em longas extensões de terra nas margens da rodovia. Para quem circula por essa região há algum tempo, saberá que isso é um fato novo.

A retomada da produção sucroalcooleira no estado coincide com o aquecimento do setor em nível nacional, que ocorreu em meados dos anos 2000. As usinas já existentes no estado ampliaram a sua produção e novas usinas/destilarias foram abertas. Isso movimentou, por sua vez, o mercado de trabalho do setor e Sergipe passou a requisitar e/ou fornecer mão-de-obra para o corte da cana em outros estados.

Se, como nos faz crer Mauss (2005, p. 392), “um caso bem estudado tem a virtude de iluminar casos semelhantes”, a singularidade do espaço de realização da pesquisa oferta uma oportunidade de repensar, agora a partir de um novo cenário, fenômenos já bastante conhecidos nas tradicionais regiões produtoras. Refiro-me aqui, por exemplo, aos fluxos migratórios em suas dinâmicas regionais, à conformação das relações de trabalho, ao processo de trabalho, à tessitura das relações de classe, entre outras questões. Particularmente, interessa-me saber como isso se manifesta na constituição das *identidades* que são mobilizadas pelos sujeitos dessa pesquisa. Acrescente-se a isso o fato de que, nos estudos sobre o setor, o estado de Sergipe ainda possui pouca literatura. Ao contrário dos seus vizinhos mais próximos, e também produtores, como Alagoas, Pernambuco e Paraíba, onde já é farta literatura a respeito.

Os capítulos da tese foram estruturados da seguinte forma:

- O Capítulo 1, *A Lavoura Canavieira no Brasil e em Sergipe*, apresenta um contexto geral da produção canavieira nacional de modo a tornar possível particularizar o caso de Sergipe. Para tanto, utilizei dados oriundos do IBGE, através das séries históricas do Mapa da Produção Agrícola Municipal, para observar a dinâmica de crescimento dessa lavoura. Ao agregar valores sobre a área plantada de cana-de-açúcar nas regiões produtoras, observa-se como ela se expandiu e onde houve manutenção ou contração nos últimos anos.
- No Capítulo 2, *Trabalho e Trabalhadores do Complexo Sucroalcooleiro*, passo a tratar das questões mais diretamente ligadas ao trabalho nesse setor. Não apenas em sua dimensão histórica, mas sobretudo no esforço por construir uma cartografia desse mercado de trabalho. Assim, recorro à base de dados da

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de modo a explorar algumas variáveis a respeito do perfil da mão-de-obra empregada no setor, especialmente para o caso de Sergipe.

- Antes de apresentar os resultados da pesquisa de campo, optei por apresentar o arcabouço teórico que informou o modo como incorporei a noção de *identidades* neste estudo. É o que faço no Capítulo 3, *Modos de Ser, Agir e Pensar: Aportes Teóricos para um Estudo das Identidades no Contexto do Trabalho Sazonal*. Nele, o objetivo maior não é elaborar um conceito de *identidades*, mas circunscrever alguns limites a partir dos quais opero com esta categoria, chave na análise. Sobretudo para bem delimitar a noção de “identidades negociadas”, central para recuperar o exercício da *reflexividade* que expressa a capacidade de agência dos indivíduos ante os constrangimentos da estrutura. Essa forma de arguir certamente está ancorada em uma determinada abordagem teórica, a qual procurarei deixar evidente neste capítulo. Desdobro esse argumento no confronto com a literatura que, de maneira mais ou menos pronunciada, também tratou desse tema.
- No Capítulo 4, *Caminhos Metodológicos*, recupero os procedimentos analíticos adotados, sob a forma de uma narrativa sobre o próprio percurso da pesquisa. A discussão sobre o método é feita em diálogo com os limites e desafios da pesquisa de campo. Apresento, desde já, informações sobre a composição do universo amostral dos casos selecionados para as entrevistas, o modo como elas foram realizadas e questões a respeito da maneira como as interpretei.
- O Capítulo 5, *Narrativas de Vida e Trabalho nos Canaviais Sergipanos*, apresenta os resultados da pesquisa com os trabalhadores. Confluem, nesse momento, as questões teóricas suscitadas anteriormente e a análise das entrevistas. Na exposição dos casos, a partir das trajetórias de vidas dos trabalhadores, convencionei diferentes “dimensões” que pudessem reunir elementos em comum, de modo a bem explorar a diversidade dos relatos. Dessa forma, o roteiro de entrevista (que segue nos anexos) contemplou questões atinentes à fase anterior ao ingresso no corte da cana, ao trabalho nessa atividade, às migrações e as formas de resistência, bem como os espaços de convivência e lazer. Lembro, contudo, que as “dimensões” não se referem a momentos estanques, elas devem ser lidas no conjunto com as demais informações.

- No último capítulo, *Considerações Finais*, retomo alguns dos principais achados da pesquisa em uma narrativa que não é meramente conclusiva, mas que aponta para futuros investimentos analíticos a partir dos resultados alcançados. No estudo das *identidades*, considerei importante reter a trama, ou melhor, o ponto de atrito que se desvela quando observamos o modo como os próprios indivíduos vivenciam as situações em que estão inseridos. Esse movimento implica não somente em uma leitura das ações coletivas que se apresentam no cotidiano e de modo aparentemente fragmentário e silente, mas, sobretudo, a importância de analisar o referencial simbólico em que se assentam tais ações. Sendo estas devedoras do modo sempre tenso de equacionar os constrangimentos de uma realidade que os confunde. Esse é o fio condutor dos pontos aqui elencados.

Capítulo 1

O COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO BRASILEIRO E A LOCALIZAÇÃO DE SERGIPE NA SUA DINÂMICA RECENTE

Apresentação.

Neste capítulo, que abre a tese, proponho-me a dar consequência ao entendimento do que a compreensão das atuais mudanças no complexo sucroalcooleiro, tanto na estrutura da sua cadeia produtiva quanto na dinâmica econômica à qual o complexo está inserido, envolve necessariamente um retrospecto sobre o desenvolvimento desse setor na história econômica nacional. Esse será o seu alvo. O esforço analítico não será o de construir uma historiografia que revele novos aspectos sobre um passado recente da indústria da cana, sobre o qual já se tem ampla documentação, mas o de sublinhar inflexões no seu desenvolvimento (ao longo principalmente do século XX), as quais serão entendidas como centrais para explicar a sua atual configuração.

As quatro seções em que se organiza esse capítulo revelam essa preocupação. Nelas, destacam-se três marcos principais, a saber: a fundação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em 1975 e a desregulamentação do setor na década de 1990. Por esse caminho, é possível recuperar a participação do Estado na dinâmica econômica setorial, a configuração nacional da produção, a divisão das grandes regiões produtoras e sua participação no ciclo produtivo. Ao que suponho, com essa breve retrospectiva será possível situar o caso de Sergipe nesse cenário e sublinhar alguns aspectos importantes do seu desenvolvimento nesse setor de atividade econômica.

1.1 – O Açúcar na Economia Brasileira entre 1933 e 1990: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

Como primeiro produto comercial brasileiro, a presença da cana-de-açúcar na economia nacional remonta aos primórdios da colonização portuguesa. No Nordeste, não seria exagero afirmar que a economia do açúcar esteve atrelada ao desenvolvimento dessa região, conferindo-lhe características próprias associadas à forma como a lavoura da cana fora implementada. Por essa razão, a presença do latifúndio, da mão-de-obra escrava, da pequena lavoura de subsistência, são elementos necessários à compreensão do desenvolvimento da Zona da Mata nordestina.

No entanto, a lavoura canavieira nem sempre ocupou lugar de destaque no cenário econômico nacional. Foi assim que a descoberta de lavras de ouro em Minas Gerais, ainda em fins do século XVII e início do século XVIII, rivalizou com a produção açucareira nacional, até então principal produto na economia colonial. Com a crise da produção açucareira brasileira, em virtude da concorrência com o açúcar holandês produzido nas Antilhas, o cenário volta a mudar. Já em meados do século XVIII, a emergência da produção cafeeira nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, rivalizou com a hegemonia da atividade econômica da cana. Ainda assim, a sua presença sempre foi marcante.

De modo especial, vale frisar que o desenvolvimento da lavoura canavieira foi marcado pelo crescimento extensivo, pela incorporação de terras, pela lenta adesão a novas variedades de cana, introdução de novas tecnologias e novos métodos de cultivo (Furtado, 1998). Essa breve apresentação de abertura, não obstante sucinta – uma vez que muitos dos períodos aqui descritos se sobrepõem e apresentam contornos especiais quando vistos em sua particularidade –, ajuda-nos a compreender a importância que a economia açucareira teve ao longo de três séculos².

Para o caso específico da região de São Paulo, é possível afirmar que a retomada da produção canavieira neste Estado se deu em fins do século XVIII, momento em que as plantações deixam a região litorânea e adentram para a região de planalto. No entanto, é somente em fins do século XIX, com a experiência dos “engenhos centrais”,

² Não é possível recompor aqui a toda a riqueza revelada pela literatura produzida sobre esse longo período, especialmente aquela herdeira da historiografia. Tomá-la em conta, no entanto, é imprescindível para uma abordagem percuciente sobre a forma de organização social que emergiu no Brasil colônia e que é devedora, entre outros fatores, do caráter mercantil da monocultura do açúcar, do escravismo, etc. Ver: Ferlini, 2003 e 2010; Schwartz, 1988 e 2001; Prado Jr., 2011; Mello, 2012.

que a produção canavieira paulista irá alavancar a sua participação no cenário econômico nacional. A instalação dos “engenhos centrais”³ foi uma política do governo imperial como forma de fomentar a produção e modernização da indústria canavieira nacional. Apesar dos incentivos concedidos pelo governo, a experiência teve vida curta, compreendendo o período que vai de 1877 a 1890. Para Soares (2000), uma série de razões podem ser elencadas para o insucesso dessa primeira política de centralização, entre as quais o não cumprimento dos requisitos necessários para a subscrição de capital, a especulação mercantil e a falta de idoneidade de alguns dos concessionários.

Já no século XX, no contexto da crise de 1929, temos o início de uma nova fase de centralização da economia canavieira com forte intervenção estatal. Foi assim que, em 1933, o governo Vargas criou o “Instituto do Açúcar e do Alcool” (IAA), que definiu as bases para o aumento da produção açucareira através do controle dos estoques subsidiando a produção com vistas a reduzir as disparidades regionais e garantindo a margem de lucro dos produtores. Dessa forma,

a organização compulsória dos usineiros, banguzeiros e fornecedores de cana, a limitação da produção, a aquisição dos excedentes de açúcar pelo governo, a formação de estoques reguladores dos preços dos produtos em poder do Estado, a transformação do excesso de cana em álcool-motor, mediante a construção pelo Estado e pela iniciativa privada de destilarias de álcool nas zonas açucareiras, eram as alternativas que então se apresentavam viáveis para a solução da crise, sem ferir os interesses dos usineiros nordestinos, nem os da burguesia do país considerada em seu conjunto (Soares, 2000, p. 85).

Interessante notar que a política de cotas de produção desencadeará um tenso equilíbrio entre os interesses dos produtores nordestinos – então líderes na produção nacional – e os interesses dos produtores paulistas. Uma vez que estes últimos despontavam com crescimento na produção, viam o estabelecimento de cotas agirem a seu desfavor, contrariamente aos interesses dos nordestinos que foram beneficiados pelas contenções na produção impostas pelo IAA. São Paulo, como maior consumidor de açúcar, tornava-se dependente da precária produção nordestina. A pressão exercida sobre o governo federal por parte dos produtores paulistas se estenderá pela imprensa; em contrapartida, os produtores nordestinos contavam ainda com grande influência nas instâncias deliberativas do IAA. Finalmente, na safra de 1953/54, São Paulo assumiu

³ Sergipe teve o Engenho Central de Riachuelo, fundado em 1888.

definitivamente a liderança na produção de açúcar no Brasil (Soares, 2000). A década de 1950 marcou, então, o início da supremacia paulista na produção de açúcar e álcool.

Por outro lado, a regulação estatal arrefeceu, por longa data, em virtude da baixa concorrência, o processo de modernização agrícola-industrial (Galindo, 2009). Não obstante, o fato é que o Estado brasileiro representa um importante ator para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento do setor. Esse argumento se torna mais uma vez evidente na crise do petróleo na década de 1970, que promoveu a política de inserção do álcool combustível na matriz energética nacional, dessa vez com o desenvolvimento do álcool hidratado como carburante direto. O Proálcool é criado em 1975 justamente para atender a essa necessidade, aliado ao desenvolvimento da tecnologia dos motores movidos a álcool. A implementação desse programa impulsionou mais uma vez a expansão da lavoura canavieira e novamente o estado de São Paulo é o grande beneficiário de tal política, por contar com grande capacidade ociosa para produção de álcool. Por seu turno, o governo passa a conceder benefícios fiscais para os consumidores de carro a álcool e aumenta o percentual de álcool anidro na gasolina. Não se deve perder de vista que, no cenário econômico mundial, a década de 1970 presenciou duas crises do petróleo (1973 e 1979) que elevaram o preço do barril a cifras alarmantes. O discurso da “energia limpa”, de fonte inesgotável, é explorado amplamente pelo empresariado. Ademais, é também desse período a criação, em 1971, do PLANALSUCAR ou Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, que teve como meta a inserção de novas variedades de cana em substituição as antigas variedades existentes⁴.

Os Estados do Nordeste também se beneficiaram com o Proálcool. Em Sergipe, para focalizarmos desde já o caso que mais nos interessa – e conforme o IAA – a produção de álcool sofre considerável acréscimo durante este período: da safra com reles 3,24 milhões de litros em 1979-1980, decuplica-se, alcançando 30,30 milhões de litros, em 1984-1985; e segue crescendo intensa e sistematicamente nos dois anos subsequentes: 44,30 em 1985-1986; 52,20 em 1986-1987. E em que pese o refluxo da primeira metade dos anos 1990 (1990-1991 com 29,70; 1991-1992 com 27,60; 1992-1993 com 34,70; 1993-1994 com 28,74), o vigor se retoma em 1996-1997, quando a produção alcança 71,7 milhões de litros (Thomaz Junior, 2002).

⁴ O PLANALSUCAR será extinto em 1990 juntamente com o IAA; no entanto, o sucesso da experiência de pesquisa impulsionará a criação da RIDESA, Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro, composta por centros de pesquisa ligados a nove Universidades Federais.

Para Novaes (1993), é possível verificar, ao longo dos anos 1970, um processo de deslocamento, via mobilidade territorial das empresas sucroalcooleiras em relação à área plantada com cana-de-açúcar. É assim que algumas áreas do Nordeste passam a atrair empresas, em busca dos tabuleiros planos; isso se dá especialmente nos Estados de Alagoas (com a ampliação das áreas de exploração da região Norte do Estado para a região Sul), Rio Grande do Norte e Sergipe⁵. Segundo Thomaz Junior (2002), o aumento da produção esteve vinculado, assim, à necessidade de expandir as áreas de cultivo e não necessariamente à fertilidade do solo.

A partir de 1985, entretanto, o Proálcool já apresentava sinais de saturação. Com a flutuação da economia internacional e a queda do preço do petróleo, que tornou o álcool desvantajoso, os usineiros retomam a produção de açúcar em detrimento do álcool. É o momento em que o programa entra em crise. O acirramento das disputas entre os produtores da região Centro-Sul e Norte-Nordeste gira em torno principalmente dos subsídios regionais concedidos pelo governo federal (Thomaz Júnior, 2002). Para os primeiros – produtores da região Centro-Sul – tais políticas protecionistas beneficiavam os estados do Nordeste.

Esse lenitivo contra o acirramento da concorrência inter-regional – ocorrido em virtude do grande poder de influência dos produtores nordestinos – justifica o atraso, naquela região, de medidas mais drásticas visando ao aperfeiçoamento tecnológico das suas plantas produtivas (Galindo, 2009). No jogo de pressão exercido pelos produtores atrás de novos financiamentos públicos, o que ganhará destaque nesse momento é a amortização das dívidas acumuladas. Em números, a região Centro-Sul responde por 51,6% de amortização da dívida, e a região Norte-Nordeste responde por 48,4% da dívida; como se vê, ambas são favorecidas com esta medida⁶ (Thomaz Junior, 2002). Ainda sobre os efeitos dessa medida, verificou-se um tremendo impacto nas contas públicas dos estados produtores, que tiveram que se abster de importante fonte de receita.

⁵ Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geoambiental. Eles “acompanham o litoral de todo o Nordeste, com altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundo com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural” (Embrapa).

⁶ Os produtores do Estado de Sergipe, cuja dívida, praticamente irrelevante, correspondia a 0,46% da dívida regional, também são beneficiados com essa medida (Thomaz Junior, 2002).

A década de 1990 representa o início de uma nova fase na dinâmica de desenvolvimento da agroindústria canavieira. A desregulamentação do setor⁷ e a liberação da produção e comercialização, antes controladas pelo governo federal, impulsionaram um amplo processo de reestruturação das usinas e destilarias para aumentar a competitividade, do que resultaram a incorporação de aperfeiçoamentos tecnológicos e organizacionais e a formação de cooperativas com vistas a ampliar a participação do setor no comércio internacional.

Esse processo consolidou ainda mais a região Centro-Sul – especialmente o Estado de São Paulo – como grande produtor nacional, o que marcará o desenvolvimento subsequente do setor em face da produção da região Nordeste⁸. Isto pode ser atribuído não apenas às condições edafoclimáticas mais favoráveis na região Centro-Sul, mas sobretudo à formação de centros de biotecnologia para o aperfeiçoamento de novas variedades de cana de açúcar e à criação de grandes cooperativas, tais como a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar) e a COPERSUCAR (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), ambas em São Paulo.

Os efeitos da desregulamentação do setor foram percebidos de maneira diferenciada ao longo da cadeia produtiva, conquanto seja possível salientar o fechamento de muitas usinas – especialmente nos principais estados produtores do Nordeste, Pernambuco e Alagoas. A região Centro-Sul conseguiu se adaptar melhor às exigências do livre mercado. Outra consequência desse rearranjo do setor foi a formação de grandes conglomerados produtivos, promovendo a concentração de capitais nas mãos de poucos grupos (BELIK e VIAN, 2002).

Os anos de 1990 registram, ainda, uma nova retomada da produção em favor do álcool, com o desenvolvimento dos motores bi-combustível ou *flex fuel*. No bojo desse aquecimento do setor, já nos anos 2000, o discurso dos biocombustíveis reforça a construção da imagem do Brasil como grande precursor nessas políticas, seja pela

⁷ A narrativa que recompõe esse processo de desregulamentação do setor pode ser assim descrita: em 1988, com a extinção das cotas de comercialização interna de açúcar; em 1991, com a eliminação das cotas de produção; em 1998, com a liberação da comercialização do álcool combustível; e finalmente em 1999, com a liberação do preço dos bens, do açúcar, do álcool anidro, da cana e do álcool hidratado. Atualmente o governo exerce alguma forma de regulação, ainda que genérica, em virtude da sazonalidade da produção, por via do Conselho Interministerial do Álcool e do Açúcar (CIMA) vinculado ao Ministério da Agricultura e Abastecimento (Ramos, 2002).

⁸ Como assinala Thomaz Junior (2002), não se trata mais de marcar a diferença entre Norte-Nordeste *versus* Centro-Sul, agora a diferença se dá entre produtores mais “tecnificados” com maior produtividade e os menos aparelhados com menor produtividade.

utilização do álcool combustível (etanol), seja pela utilização de outras fontes bioenergéticas (como a energia produzida pela queima do bagaço da cana), ou ainda com o desenvolvimento do chamado etanol de “segunda geração”. O período que se estende de meados dos anos 1990 a meados dos anos 2000 registra, assim, um momento em que a balança esteve favorável à produção do etanol, o que motivou a abertura de inúmeras destilarias pelo Brasil.

1.2 – A Dinâmica da Produção Nacional de Açúcar e Álcool: a região Centro-Sul e a região Nordeste.

O Brasil é hoje o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. Sua plantação ocupa mais de 8 milhões de hectares, o que permite a existência de duas safras por ano na somatória das regiões produtivas. Existe, portanto, produção de açúcar e álcool durante todo o ano, para os mercados externo e interno, o que maximiza as chances de emprego e as oportunidades de deslocamento de trabalhadores em busca de ocupação, maximizando as chances do desenraizamento, que se constitui num elemento analítico central ao argumento aqui formulado.

Outra característica do setor é a variação entre a produção de açúcar e álcool. Embora tendo como principal insumo a cana-de-açúcar, a cadeia produtiva da indústria canavieira possui a flexibilidade de produzir para mercados distintos, a saber, o do açúcar, do álcool e o da energia elétrica (que surge como um subproduto ligado à queima do bagaço da cana). Desse modo, o equilíbrio entre a oferta desses produtos é sempre instável. Atualmente, a escolha de se produzir álcool, açúcar ou energia elétrica é dos produtores individuais, premida pelos constrangimentos dos preços relativos de cada produto no mercado (Moraes, 2002).

A distribuição espacial da produção canavieira no território nacional, conforme o Mapa 1⁹, revela o peso da região Centro-Sul, que representa 90% de toda a produção nacional. No entanto, isto não significa que as antigas regiões tradicionais produtoras de cana-de-açúcar, localizadas no Norte/Nordeste, estejam perdendo a sua importância. Na verdade, o aquecimento da produção no setor impulsionou um amplo processo de

⁹ O mapa é ilustrativo das áreas de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil no ano de 2000. A atualização da distribuição espacial da área cultivada entre estados produtores está melhor representada nos gráficos que apresento em seguida.

reestruturação das antigas unidades produtoras localizadas no Nordeste e a expansão para novas áreas, aspecto este que atinge particularmente o Estado de Sergipe. A abertura de novas unidades produtoras em uma região que manteve, por longa data, a produção canavieira, ainda que vivendo um período de estagnação com o fechamento de antigas usinas em meados da década de 1980, reforça a lógica expansionista do setor. Essa tese pode ser confirmada quando se observa que o Estado do Maranhão também desponta como uma possível área de expansão da lavoura da cana-de-açúcar.

Mapa 1: Produção Canavieira no Brasil.

A expansão da produção agrícola da cana-de-açúcar também pode ser analisada por regiões no Brasil, no que se refere à expansão da área plantada. No entanto, para efeitos de comparação, é preciso analisar o desenvolvimento canavieiro paulista separadamente, uma vez que a grandeza de seus números não permite a real percepção da mudança nos demais estados. Sendo assim, tomemos como primeiro exemplo o estado de São Paulo representado pelo Gráfico 1.

Fica claro o crescimento exponencial da produção nesse estado, que salta de 1,8 milhões de hectares para 4,9 milhões de hectares plantados. São Paulo representa 54% da produção total de cana de açúcar no Brasil. Entre os principais estados produtores da região Centro-sul, excetuando-se o Rio de Janeiro que apresentou ligeira redução, todos

apresentaram considerável aumento da área plantada com destaque para três estados: Minas Gerais, Paraná e Goiás. Como fica expresso no Gráfico 2.

Gráfico 1: Evolução da área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Gráfico 2: Distribuição da área plantada de cana-de-açúcar na região Centro-Sul.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Ao observarmos o desempenho da área plantada somente na região Nordeste, como indica o Gráfico 3, e tomando como referência os três estados que mais produzem

cana-de-açúcar, constata-se um claro decréscimo na extensão da área cultivada. Com especial destaque para o período imediatamente posterior ao ano de 1990. Alagoas, por exemplo, registrou um decréscimo acentuado de 57,4% entre 1990 e 1993. Pode-se imputar essa tendência não apenas às condições edafoclimáticas, mas ao impacto da desregulamentação do setor sobre uma dinâmica produtiva que operou largamente ancorada nos subsídios governamentais, federais ou estaduais, o que a deixou sem condições de competitividade quando da ausência deles (Galindo, 2009; Carvalho, 2002; Lima e Sicsú, 2002). Como consequência, e diante da clara concentração da produção canavieira na região Centro-Sul, a lavoura da cana no Nordeste assume um papel secundário, conquanto ainda importante, na dinâmica de expansão do setor.

Gráfico 3: Distribuição da área plantada (hectares) nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Os demais estados do Nordeste apresentam trajetórias de crescimento e contração com tendências variadas, como revela o gráfico 4. Interessante notar que os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe são os únicos a apresentar crescimento por volta do ano de 2002.

Gráfico 4: Distribuição da área plantada (hectares) nos demais estados do Nordeste.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Na região Norte, Gráfico 5, a cana-de-açúcar também encontra espaço para o crescimento; o que provoca discussões a respeito da fronteira agrícola brasileira que avança sobre a floresta amazônica. À parte essa questão, merece destaque o crescimento da área cultivada no estado do Tocantins; e não sem razão, uma vez que esta parece ser uma extensão natural da fronteira agrícola do estado de Goiás.

Gráfico 5: Distribuição da área plantada (hectares) nos estados da região Norte*

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

*Foram desconsiderados os estados do Amapá e Roraima por apresentarem números inexpressivos de área plantada.

Ao fim e ao cabo, esses rearranjos que acontecem nos territórios produtivos do Norte-Nordeste ficam quase imperceptíveis em vista da magnitude da produção do

Centro-Sul. Mas não só por isso; em verdade, também porque a grande expansão da fronteira agrícola da cana-de-açúcar ocorre na mesma região Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Destes, somente Goiás e Mato Grosso do Sul não possuíam tradição no cultivo da cana de açúcar.

Quando agregados, os números mostram esse crescimento vertiginoso da região Centro-Sul, o que era de se esperar, em detrimento de um modesto crescimento da região Norte-Nordeste, como documenta o Gráfico 6. Se fossemos replicar essa decalagem no que concerne ao volume de produção de açúcar e álcool, a diferença, naturalmente, também seria mantida. E o mesmo vale para a quantidade de unidades produtivas, como indica o Gráfico 7.

Neste ponto, é interessante sublinhar o processo simultâneo de formação de grandes conglomerados industriais, a exemplo do caso da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA), que possui uma unidade em Sergipe, não obstante tenha a sua sede no Centro-Sul. Embora esteja atualmente com as suas atividades paradas.

Gráfico 6: Distribuição da área plantada (hectares) nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste.

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.

Gráfico 7: Distribuição de usinas e/ou destilarias* por unidade da federação.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA

*Total para o ano de 2011: 439 unidades produtivas; 302 unidades mistas; 11 produtoras de açúcar; 123 produtoras de etanol; 3 sem lançamento.

Se, por um lado, as informações aqui apresentadas acabam por confirmar o que a literatura já havia destacado, a exemplo do vertiginoso crescimento da produção sucroalcooleira no estado de São Paulo; por outro, permite que observemos pequenas nuances, de crescimento ou retração, nos outros estados. De outro modo, a magnitude do crescimento da região Centro-Sul ofuscaria a percepção de tais dinâmicas regionais particulares, que, quando vistas sob outro prisma, podem ser um indicativo de que outros fenômenos estão surgindo. Além disso, padrões de crescimento e distribuição da produção demandam alguma referência que permita balizar o seu real significado. Não é possível reunir indistintamente, e não foi meu propósito, a distribuição espacial da produção canvieira no Brasil para efeitos de comparação, sem antes relacionar as dinâmicas internas de cada crescimento ou decréscimo.

Nesse sentido, o crescimento de Sergipe, por exemplo, pode ser vertiginoso quando vista a sua área territorial e, de pouca significância, em termos da dinâmica regional de produção. Essas ressalvas parecem pertinentes para evitar que o leitor seja induzido a concluir que, à luz da magnitude do crescimento de alguns estados, o melhor ponto de observação dos fenômenos que se passam nesse setor seja obtido apenas quando nos localizarmos, e o observarmos, a partir do “olho do furacão”.

De posse dessa cartografia mais ampla, convém particularizar o caso de interesse especial neste estudo: o de Sergipe. Interessará, sobretudo, acentuar a interface do mesmo com a dinâmica setorial regional (de produção, dos fluxos migratórios, dos

processos de trabalho etc.) e com o desenvolvimento local. Como dito, embora o crescimento do setor canavieiro confirme a primazia agrícola da região Centro-Sul para essa lavoura, ele também ocasionou pequenas alterações nas dinâmicas regionais de crescimento em outras áreas. Desse modo, Sergipe desponta como um bom lugar de observação.

Com isso, é possível sugerir que o recente crescimento da produção canavieira no estado tenha ocasionado mudanças nos circuitos migratórios, nas estratégias de sobrevivência da população rural, na conformação das relações de trabalho, apenas para citar algumas dimensões analíticas mais significativas e que atingem diretamente a configuração e a representação do trabalho nesse setor.

1.3 – Expansão e/ou Retomada de Novas Áreas Produtivas: o Caso de Sergipe.

No que concerne às estatísticas da produção de açúcar e álcool no Brasil, como vimos, nota-se indubitavelmente que a produção da região Centro-Sul é imensamente maior que a produção do Norte-Nordeste, especialmente no interior do Estado de São Paulo, que concentra a maior quantidade de unidades produtoras do Brasil. O fomento da produção sucroalcooleira na década de 1970, com o Proálcool, favoreceu fortemente o crescimento exponencial dessa região. Aliado a isso, fatores de ordem técnica justificam tal crescimento. Sabe-se que a área cultivável da região Centro-Sul possui maior extensão de planícies, o que facilita a mecanização nas diferentes etapas entre o plantio e a colheita. A declividade do relevo na região Nordeste dificulta e impõe limites ao processo de mecanização da produção, uma vez que a maior parte do cultivo ocorre em área de encosta.

A principal forma de medir a produtividade de uma região é, hoje, feita através da aferição do Açúcar Total Recuperável (ATR), ou “teor de açúcar da cana”. Esse parâmetro revela como a utilização de variedades com melhor desempenho, de técnicas agrícolas mais avançadas e principalmente a existência de condições edafoclimáticas mais favoráveis possibilitam uma maior produção de açúcar com uma mesma quantidade de cana, tornando mais rentável a produção¹⁰. O Gráfico 8, abaixo, exhibe o

¹⁰ Embora a cana-de-açúcar, planta rústica da família das gramíneas, seja muito resistente às condições do clima, o grau de sacarose pode variar a depender dos fatores climáticos, tais como baixas temperaturas e variação pluviométrica. Com isso, os Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul

rendimento médio da produção medido em ATR, estando os dados ali apresentados para o Brasil como um conjunto, para o Nordeste, e para Sergipe e São Paulo. Nota-se que Sergipe se manteve acima da média de produtividade da região Nordeste, sua referência primeira; por outro lado, ainda permanece longe da produtividade alcançada pelo Estado de São Paulo.

Gráfico 8: Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare).

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Na dinâmica de crescimento do setor sucroalcooleiro, Sergipe surge como um campo a ser investigado não em virtude da representatividade da sua produção – aliás, por essa via nenhum estado do Nordeste hoje mereceria destaque, vista a forte concentração regional no eixo Centro-Sul –, mas pelo fato de que ali está ocorrendo, no momento atual, uma grande retomada da produção canavieira, com novas unidades produtivas e ampliação das já existentes. Isso tem atraído cortadores de cana de outros estados, que migram com a esperança de novas oportunidades de vida. Ademais, esse é um espaço ainda pouco estudado, se considerarmos a produção acadêmica já existente, especialmente abundante no que concerne aos estados de Pernambuco e Alagoas, e em especial no que respeita à região Centro-Sul.

Focalizando no caso empírico de Sergipe, podemos observar como as condições de expansão do cultivo e de incorporação de trabalhadores podem permitir a verificação da minha hipótese, em especial contrastando meus achados com o que foi encontrado,

e Goiás, apresentam as condições edafoclimáticas ideais para o cultivo produtivo da cana-de-açúcar. Já os Estados da região Nordeste, com temperaturas mais quentes e menor variação pluviométrica, possuem índice de ATR muito menor que os Estados da região Centro-Sul.

pela literatura anterior, para as regiões “consolidadas” (verdadeiros “*brownfields*”) no curso do desenvolvimento do setor no Brasil.

Além disso, pela própria característica de desenvolvimento da indústria canavieira, que é extensiva na requisição de área cultivada, o recente aquecimento do setor sugere a necessidade de maior atenção nas dinâmicas regionais de desenvolvimento. É por esta via que se insere não só o desenvolvimento dessa indústria em Sergipe, mas também nos estados do Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Passemos, então, a focalizar mais de perto o caso do complexo sucroalcooleiro sergipano.

1.4 – Breve Histórico da Cana em Sergipe.

A história do açúcar em Sergipe remonta ao século XVII, quando foram implantados os primeiros engenhos para a moagem da cana. No entanto, até o final do século XVIII, quando ainda era uma província da Bahia, Sergipe tinha se dedicado à agricultura de abastecimento e à criação de gado, possuindo, então, poucos engenho de açúcar. Os motivos para o crescimento da produção canavieira na província a partir do século XVIII ainda são fonte de divergência entre os historiadores¹¹. Apesar disso, esse foi um momento marcante de ampliação no número de engenhos existentes. No Oitocentos, entre 1840 a 1860, Sergipe viu dobrar o número de engenhos em seu território (Amaral, 2007). Tal ampliação decorre sobretudo do fracionamento das propriedades já existentes entre os filhos dos senhores de engenho na forma de herança (Almeida, 1993). Deve-se destacar também que o número de engenhos não é indicativo de maior produção; assim, estados com menor número de engenhos, como Pernambuco e Alagoas, produziam mais do que Sergipe. Em meados do século XIX, Sergipe já possuía 445 engenhos (Dantas, 1944), chegando ao século XX, em 1902, com 692 engenhos, sendo 334 a vapor, 15 a água e 353 a tração animal. Em 1944, Sergipe contava com 68 usinas e 122 engenhos (Dantas, 1944).

¹¹ A polêmica se dá em torno das teses que justificam tal crescimento em razão da expansão da cultura da cana, do Recôncavo Baiano, em direção à Sergipe. Já outros, a exemplo de Subrinho (1983), sustentam que alguns sesmeiros foram capazes de autofinanciar a montagem de pequenos engenhos de cana.

Para Subrinho (1983), no período que se estende do fim da abolição até 1930, Sergipe perderia a sua posição relativa no mercado nacional. Ele elenca algumas causas para tal, como a debilidade dos grupos comerciais ligados à produção sergipana de açúcar, os elevados custos de transporte e o baixo poder de acumulação ao nível da unidade produtiva. Ainda de acordo com Subrinho (1983), em 1900, todo o açúcar produzido em Sergipe tinha o Rio de Janeiro como principal destino. Paulatinamente, e por diferentes razões, os grupos comerciais ligados à produção sergipana de açúcar foram perdendo a sua posição no mercado, deslocados por outros concorrentes, principalmente os ligados à produção do açúcar em Pernambuco. Ainda assim, Sergipe chegou a ser o estado que mais possuía usinas em todo o território nacional (Subrinho, 1983), do que não decorria, entretanto, e como destaquei anteriormente, igual importância em termos do volume da sua produção. De acordo com Subrinho (1983), as usinas sergipanas apresentavam grandeza aparente apenas no cenário local; todavia, quando comparadas ao cenário nacional, eram meros “banguês enfeitados”, construídas com sucatas das usinas de Alagoas e Pernambuco; eram, em sua maioria, “meia-usinas”¹². Das 14 usinas existentes no estado em 1903, apenas uma seria propriamente usina, havendo 5 em 1916 e 10 em 1927 (Subrinho, 1983). Para chegar a esses números ele recorre a um quadro evolutivo do número de usinas em Sergipe contido em Andrade (1980) e reproduzido no Quadro 1.

Quadro 1: Evolução do número de usinas em Sergipe.

Ano	Total
1903	14
1907	46
1910	62
1916	53
1920	70
1970	86

Fonte: Andrade (1980) citado por Subrinho (1983, p. 98).

¹² Há um jogo de palavras nas definições das unidades industriais produtoras de açúcar. Assim, “engenho” ou “engenho banguê” é a unidade primitiva, geralmente movido a tração humana, animal, ou a água. A inovação tecnológica com a utilização do vapor como força motriz na produção do açúcar, no final do século XIX, permitiu uma nova diferenciação, dando lugar às “usinas”. O termo “meia-usina”, como o próprio nome sugere, serviu para diferenciar aquelas unidades que ainda não tinham completado o ciclo de modernização tecnológica.

Nesse ponto, convém fazer uma pequena digressão. Quando recorremos à literatura que registra o quantitativo de usinas e engenhos, fica evidente a precariedade das fontes. Em parte, esse problema decorre do modo como cada autor se refere às unidades produtivas: engenho, usina e meia-usina. A confusão no uso dessa terminologia nem sempre nos permite afirmar, com precisão, o número real de unidades. Esse erro se repete quando os autores não fazem nenhuma ressalva a esse respeito e recorrem às fontes indistintamente. Donde a discrepância – facilmente perceptível pelo leitor – entre os números citados por Dantas (1944) e Subrinho (1983). Para nosso propósito, é mais factível o suposto de que Sergipe possuía poucas unidades produtivas que poderiam ser propriamente denominadas “usinas”, se comparadas a suas congêneres em outros estados. Ao menos isso é o que deixa entrever o argumento de Subrinho (1983). No entanto, a modernização tecnológica dessas unidades industriais, que ocorreu ao longo do tempo, permitiu um processo de concentração industrial e de fechamento das pequenas unidades produtoras (ainda engenhos), pela incorporação das que se mantiveram “vivas”. Mas essa tese ainda requer um tratamento mais elaborado.

A criação, pelo governo Vargas, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a política de controle da produção e fixação dos preços explicam, em parte, a derrocada da indústria canavieira em Sergipe. A esse respeito, há uma interessante análise sobre os entraves que se interpunham à produção sergipana de açúcar, tendo em vista as restrições impostas pelo IAA ao estado. Em *O Problema Açucareiro em Sergipe*, Orlando Vieira Dantas, famoso usineiro sergipano, revela que as cotas estabelecidas pelo IAA para o ano de 1944, de 848.825 sacos de 60kg, eram ignóbeis para as 80 usinas existentes no estado de Sergipe, das quais 68 em atividade. Em contrapartida, São Paulo, com 34 usinas, teve uma produção autorizada de 2.807.852 sacos; Rio de Janeiro, com 28 usinas, de 2.745.070 sacos; Minas Gerais, com 28 usinas, de 2.747.655. No Nordeste ele cita o caso de Alagoas, com 28 fábricas e um limite de 2.091.099 sacos e Pernambuco com 62 usinas e 5.777.000 sacos (Dantas, 1944). Isso mostra que existiam tensões internas nas decisões do IAA que refletiam o favorecimento de uns Estados em detrimento de outros, como já foi mostrado aqui.

Além do mais, apesar de Sergipe não contar com um potencial produtivo elevado, em razão da própria limitação da área plantada disponível, a queixa do usineiro deixa perceber como a política de contenção da produção poderia ter efeitos nocivos ao crescimento, mas estou longe de afirmar ser essa a principal razão da derrocada da produção canavieira sergipana no período. Não sem razão, o próprio Dantas (1944)

também aponta o precário desenvolvimento tecnológico dos antigos engenhos e a ausência de uma organização patronal em prol da racionalização da produção. A seu modo, a passagem de antigo “senhor de engenho” a empresário do açúcar não se referia apenas a uma mudança na auto-representação das antigas oligarquias; face às exigências da moderna economia, tornava-se imperioso aumentar a eficiência da produção com a adoção de novas técnicas de produção e de organização industrial. Isto explica porque muitos engenhos fecharam ou sobreviveram parcamente enquanto as benesses do IAA asseguravam o lucro. Esse processo é válido para todo o Nordeste.

A partir da década de 1940, faltam informações para bem caracterizar o comportamento da economia canavieira no Estado de Sergipe¹³. É possível inferir a partir das entrevistas já realizadas com alguns representantes de usinas, ou com pessoas ligadas ao setor, que ocorreu um intenso processo de concentração industrial. Em verdade, algumas poucas usinas acabaram comprando os antigos engenhos, aumentando, com isso, seu canavial. Entre essas usinas, destacam-se: a Usina São José do Pinheiro, A Usina Vassouras, a Usina Proveito e a Usina Santa Clara.

O lento processo de definhamento do quantitativo de unidades produtivas em Sergipe – que perpassou as décadas de 1950, 1960 e 1970 – atinge o seu ápice com o fechamento da Usina Vassouras (de propriedade de Orlando Dantas), em 1997, restando apenas a Usina São José do Pinheiro, a destilaria Junco Novo (que acabava de iniciar a sua produção de álcool) e a Usina CBAA – Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (nascida com a aquisição da usina Seragro em 1989). A desregulamentação do setor, ocorrida em 1990, causará impacto nas usinas sergipanas, mas esse fato ocorre em um cenário em que restavam poucas usinas, ainda moendo cana. É então que, em meados de 2000, após reviravolta do setor, surgem novas destilarias em Sergipe: Taquari, Campo Lindo e Iolando Leite. Todas motivadas a produzir álcool e/ou energia.

Se voltarmos ao Gráfico 2, antes apresentado, veremos que os três estados que mais cresceram na região Centro-Sul além de São Paulo, ou seja, Minas Gerais, Paraná e Goiás, apresentam uma curva mais acentuada de crescimento da área cultivada de cana em meados do ano 2000 (como indica a seta). Isso atesta que aquele foi um momento favorável ao setor canavieiro. Entretanto, variações no crescimento da área cultivada e da área colhida, com reflexos na produção, dependem das condições

¹³ Duas razões podem ser apontadas para isso: primeiro, não foi possível localizar, até o momento, bibliografia secundária capaz de nutrir essa lacuna; segundo, um importante refluxo possa ter tido lugar, já que foi possível localizar informações primárias, na Junta Comercial do Estado de Sergipe, dando conta do fechamento de algumas usinas.

edafoclimáticas. Na lógica do setor, é a expansão do campo que dá margem à ampliação da unidade industrial das usinas e não o inverso. O estado de Sergipe, ainda que com uma extensão territorial pequena, teve um acréscimo de área cultivada proporcionalmente expressivo após 2002. O Gráfico 9, abaixo, registra a evolução da área plantada em hectares no estado, no período que se estende de 1980 a 2012. Nele, fica claro o decréscimo até o ano de 2002, quando se chegou a pouco mais de 15.000 mil hectares de área plantada; mas também se pode ver, em seguida, a curva de crescimento célere, atingindo a marca de 53.158 mil hectares de área plantada.

Gráfico 9: Distribuição da área plantada (hectares) em Sergipe.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

O intenso processo de ampliação e reordenação das áreas produtivas do complexo canavieiro parece indicar também uma alteração das formas de uso e modalidades do trabalho no segmento, bem como os caminhos pelos quais circula essa mão-de-obra. Estudá-las, ao que suponho, põe-nos diretamente em contato com algumas questões relevantes, como: o desenvolvimento de unidades industriais nessas regiões dista em que medida dos grandes centros produtores? Quais as implicações do processo de mecanização do corte da cana nessas regiões? A dinâmica dos fluxos migratórios nacionais, regionais e locais são influenciados de que forma? As relações de trabalho e as formas de organização dos coletivos de trabalho nesses cenários expressam quais tensões? Supõe-se, e mais uma vez destaco esse aspecto, que embora tais perguntas possam também ser feitas nos tradicionais centros produtores, as novas fronteiras, longe

de representarem uma exceção, de pouca relevância analítica, podem revelar novas dinâmicas.

Resumo e conclusões.

Vimos, portanto, que o esforço empreendido até aqui esteve concentrado em explorar algumas variáveis à luz do desenvolvimento agrícola canavieiro nacional, na relação com o estado de Sergipe, de modo a bem situá-lo no cenário produtivo. Mas esse é ainda um aspecto muito distante do principal tema que move essa pesquisa. Não obstante, a mobilização das informações aqui reunidas facilita o estabelecimento de escalas de comparação com outros casos e dá provas do interesse do recorte empírico da pesquisa. Sobre esse último aspecto, é importante salientar ainda que Sergipe não surge apenas enquanto “local” no sentido metodológico, de espaço de realização do trabalho. O “lugar” aqui não é apenas um cenário, pano de fundo das transformações em curso. Ele deve aparecer também no sentido substantivo, ou seja, como a espacialidade afeta as relações sociais *per se* sobre as quais se erigem as identidades. Voltarei a este tema no capítulo 5, quando, por meio dos achados da pesquisa de campo, poderei explorar tal dimensão.

Antes, porém, no capítulo seguinte, sistematizo os achados com respeito à estrutura desse mercado de trabalho e ao perfil da mão-de-obra, usando, como recurso auxiliar, alguns dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego) .

Capítulo 2

TRABALHO E TRABALHADORES DO COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO

Apresentação.

Neste segundo capítulo, pretendo analisar o mercado de trabalho da indústria canavieira, com especial destaque para o caso dos trabalhadores cortadores de cana da região Nordeste, mais exatamente dos que estão situados no estado de Sergipe. Duas perguntas-chave serão aqui enfrentadas: Como se diferenciam internamente os trabalhadores que acorrem a esse mercado de trabalho no que tange à suas características de idade, sexo, escolaridade, e à duração do vínculo de trabalho que estabelecem? O que podemos dizer sobre o modo como circula essa mão-de-obra? Certamente o leque de questões poderia ser bem mais amplo; todavia, para bem analisar a dinâmica desse mercado de trabalho, elas nos fornecem um bom começo, se o intento é estabelecer nortes.

A condição de migrante não é exclusiva do trabalhador da cana¹⁴; ela resulta de múltiplos fatores. Ela se estabelece, primeiro, em virtude da própria sazonalidade da cultura da cana-de-açúcar; portanto, existe um fator de ordem natural. Mas este é claramente insuficiente para explicar tal característica; outras formas de atividade econômica sazonal (veja-se, por exemplo, a citricultura) se organizam sem que, para isso, se tenha que recorrer ao trabalho migrante. Duas outras razões podem ser aventadas para explicá-lo. Primeiro, a existência de duas safras por ano, na somatória das regiões produtivas do Brasil, maximiza as chances de emprego e de oportunidades de trabalho, tornando regra o deslocamento espacial. Segundo, a particularidade da forma jurídica dos contratos de trabalho nesse setor de atividade econômica que privilegia o vínculo temporário – a exemplo do “contrato de safra”. Terceiro, a inexistência de condições mínimas que garantam a permanência dessa população trabalhadora circulante em suas regiões de origem, com condições mínimas de

¹⁴ No Brasil, ela está presente também em outras culturas, como a da laranja, e também fora do trabalho agrícola, como na construção civil só para citar mais exemplos.

sobrevivência. Tais elementos já foram amplamente discutidos, sob diferentes perspectivas, pela literatura que trata do tema (Lopes, 1978; Sigaud, 1979; Menezes, 2002; Silva 1999 e 2005; Prado, 2011). Na tese, pretendo considerá-lo de um ângulo especial: tanto o desenraizamento físico desses trabalhadores, com o fito de aumentar suas chances de empregabilidade, quanto as suas estratégias de permanência serão vistos como provedores de representações identitárias particulares, porque construídas em torno dessa forma específica de organização da atividade laboral.

Mas, antes de entrar a explorar o filão do argumento aqui proposto, cabe destacar duas outras características do setor, que marcam o seu padrão de uso do trabalho. Em face da legislação que estabelece a extinção progressiva das queimadas, da introdução das colheitadeiras e do consequente efeito sobre o emprego, uma parte da literatura que trata do tema tem posto um forte acento sobre a precariedade – por vezes precarização – do trabalho e das relações de trabalho¹⁵. Não sem razão. Essa mesma literatura foi capaz de mostrar como o setor conseguiu sobreviver com um desenvolvimento de ponta ligado à biotecnologia, aos *softwares* de controle da produção agrícola, aos processos de automação etc., ao mesmo tempo em que insistentemente registravam-se casos de trabalho em condições análogas à escravidão, de trabalho infantil, de elevação da intensidade do trabalho conducentes à ocorrência de mortes.

Apesar disso, a dinâmica própria a esse mercado de trabalho aparece pouco problematizada. Para avançar na caracterização desse aspecto, voltarei à literatura secundária, recuperando aquilo que nela se descreve sobre as formas de engajamento dos trabalhadores do complexo sucroalcooleiro, mesmo sabendo que, nela, o destaque vai para o caso dos cortadores de cana. Associarei a isso um trabalho com a base de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego denominada RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, para sistematizar algumas informações de caráter sócio-demográfico e ocupacional.

O recurso à RAIS, um banco de dados que sabidamente recobre apenas a dinâmica do mercado dos empregos formalmente registrados, está ancorado na constatação de que o índice de formalização do setor é notavelmente alto, tal como apontado em outros estudos que usaram a PNAD como fonte de dados (Moraes, 2007); ele alcançava 94% em 2005. Todavia, é sempre bom ter em mente a importância

¹⁵ Ver Thomaz Júnior (2002), Novaes (1993) entre outros.

daquela parcela não captada pela RAIS, um “buraco negro” onde se mesclam as formas mais extremas de precariedade.

O próximo passo será o de elaborar uma espécie de cartografia do mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro que, ao tempo em que nos permitirá trazer à tona a dinâmica dos agentes envolvidos nesse mercado, facultará igualmente que concentremos o interesse no caso dos trabalhadores cortadores de cana, objeto empírico de relevo para o estudo que se pretende empreender.

2.1 – O mercado de trabalho na *plantation* canavieira: novas e velhas questões.

Ao primeiro olhar, salta à vista a ordem de grandeza dos números que expressam o volume de mão-de-obra empregada: segundo o IBGE, são mais de 4,5 milhões de postos, entre empregos diretos e indiretos. Uma vez que a maior parte dessa mão-de-obra é composta por trabalhadores envolvidos nas etapas do plantio e da colheita, e a despeito da crescente introdução das colheitadeiras, esse montante absoluto esconde o decréscimo relativo de mão-de-obra empregada, registrado por várias análises, que já apontam para um saldo negativo. O processo de mecanização tem sido impulsionado, também, pela exigência do fim das queimadas. Esse recurso, amplamente usado na fase imediatamente anterior ao corte, vem sendo contestado em virtude do impacto ambiental que produz. Assim, para que o etanol seja apresentado enquanto uma “energia limpa” é preciso acelerar o fim das queimadas. Todavia, a jurisdição¹⁶ das diferentes normas que regulamentam essa questão ainda é muito leniente com os prazos estabelecidos. Enquanto alguns estados não possuem legislações específicas que estipulem o fim das queimadas, a exemplo de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, outros estabelecem prazos variados com essa finalidade. O fim das queimadas envolve diretamente dois aspectos: a redução do número de trabalhadores empregados e o aumento da intensidade do trabalho. Entre eles não há uma relação biunívoca; ademais, essa relação pode assumir múltiplas formas a depender das regiões.

Na fase agrícola, a mecanização foi sendo implementada gradativamente, desde as etapas do plantio (que pode ser manual ou semi-mecanizado) até à etapa final da colheita da cana. Nessa última fase, o processo de mecanização se iniciou pelo

¹⁶ Existem legislações de âmbito federal, estadual e municipal que versam, de diferentes formas, sobre o fim das queimadas.

carregamento e transporte da cana colhida manualmente. É em fins da década de 1980 que as primeiras colheitadeiras são introduzidas (Alves, 2007). A legislação que reza o fim das queimadas é posterior à mecanização do corte, mas é evidente que encontra nele o substrato técnico necessário para que se possa impulsionar tal medida. Acontece que a completa mecanização do corte encontra obstáculos em fatores de ordem técnica (não podendo operar em terrenos com alta declividade) e pelo (ainda) alto custo das colheitadeiras em detrimento do baixo custo da mão-de-obra¹⁷. Depreende-se então que apesar do alto rendimento (produtividade) das colheitadeiras, o uso do corte manual ainda compensa. A mecanização do corte impulsionou um processo de aumento da intensidade média do volume de cana cortada manualmente em toneladas, passando de 6 a 8 toneladas por trabalhador, na década de 1980, para 12 a 15 toneladas por trabalhador na década de 1990. Na ausência das colheitadeiras, e sendo exigido o corte manual da cana crua, tal atividade implica em um processo de desgaste físico ainda maior, uma vez que requer mais movimentos para deixar a cana limpa e pronta para o transporte (sem contar com os riscos de animais peçonhentos). Mesmo para a colheita mecanizada, pode haver aumento da intensidade do trabalho para quem opera as colheitadeiras, é o que sugere a pesquisa de Menezes, Silva e Cover (2011). Por fim, o aumento da intensidade média do trabalho não foi acompanhado por acréscimos significativos na remuneração do trabalhador.

Sobre esse último aspecto, o da remuneração, há que se considerar que o trabalho no corte da cana não é realizado em ambiente considerado juridicamente “insalubre”. Por essa razão, apesar de ser um trabalho realizado a céu aberto e das condições sabidamente nocivas à saúde, o trabalhador não recebe o benefício a que teria direito de adicional por insalubridade por falta de previsão legal¹⁸. Saliento, para tanto, a importância da circunscrição dessa ordem de questões institucionais sobre a regulamentação desse tipo de atividade laboral por considerar que ela nos fornece

¹⁷ Reis e Alves (2012) fazem um primoroso escrutínio, à luz do custo operacional e de rendimento, da relação entre homem e máquina no corte da cana extraíndo duas principais conclusões: i) o emprego das máquinas tende a aumentar a produtividade dos homens; ii) na relação custo-benefício, ainda compensa a manutenção do corte manual.

¹⁸ As atividades ou operações insalubres são assim definidas pelo art. 189 e 193 da CLT: “consideram-se atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos; consideram-se atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado”. É importante destacar que existem divergências na interpretação dessa lei entre os próprios juízes.

marcadores que bem evidenciam os impasses e desafios que envolvem a narrativa da precariedade desse trabalho. Isso reforça a necessidade de conferir substância à chave genérica da “precarização” que, na pressa do diagnóstico, acaba por esconder nuances que deveriam ser melhor explicadas. Voltarei, ao longo da tese, a outras questões que envolvem algum imbróglio jurídico, quando oportuno for trata-las.

As questões anteriormente aventadas parecem sugerir que os efeitos da mecanização da colheita sobre o mercado de trabalho da agroindústria canavieira ainda não estão claros, embora seja possível deduzir algumas consequências, tais como: a redução do número de trabalhadores empregados, o aumento da intensidade média do trabalho e a mudança nos tipos de vínculos empregatícios. Entretanto, um intrigante achado de pesquisa, obtido por Novaes (2007), anima novas possíveis hipóteses acerca do impacto da mecanização nos vários tipos de vínculos empregatícios. Em pesquisa realizada em usinas do estado de São Paulo, o autor observou que, quanto maior o grau de mecanização, maior a presença da modalidade de contrato por tempo indeterminado; ou, em relação inversa, a um menor grau de mecanização do corte, maior o contingente de trabalhadores na modalidade “safrista”. Para Novaes (2007), isso sugere uma segmentação desse mercado no que se refere aos tipos de contratos de trabalho e ao local de moradia. A hipótese por ele desenvolvida é de que tais mudanças no mercado de trabalho tendem a indicar uma nova dinâmica, “que combina trabalhadores com contrato por tempo indeterminado com residência fixa; trabalhadores migrantes que ficam por mais uma safra com diferentes tipos de contratos na safra e na entressafra; e, finalmente, trabalhadores migrantes safristas, via de regra, arregimentados por preiteiros que prestam serviços a diferentes usinas” (Novaes, 2007, p. 96).

Seguindo seus achados, parece possível inferir que os trabalhadores têm ficado mais tempo na região de destino, de dois a três anos, tendência que também induz a alterações nas estratégias familiares, sem contudo indicar ruptura com o projeto de retorno à região de origem. Uma vez ampliando-se a relação entre mecanização e contrato por tempo indeterminado, dois tipos de impacto poderiam ser antevistos, ainda segundo Novaes (2007): os trabalhadores migrantes seriam motivados a permanecer na região produtora, o que restringiria as chances no mercado de trabalho para os migrantes que ali não quisessem se fixar.

Achados como esse nos animam a observar com maior detenimento os achados recentes da literatura sobre as formas de circulação do trabalho nesse mercado e as condições da sua compra e venda.

Retomo agora com outra característica desse mercado de trabalho, o processo de arregimentação de mão-de-obra. Assim, para aquelas usinas que ainda contam com grandes contingentes, tal processo ocorre por via direta, através das próprias usinas, ou por “empreiteiros de mão-de-obra” (Novaes, 2007). Isso pode variar a depender da região e das formas de acesso a essa mão-de-obra. Para o caso dos trabalhadores de maior qualificação, geralmente alocados de forma permanente no quadro de funcionários, as usinas contam com departamentos de recursos humanos (ou recorrem às agências de emprego) para o recrutamento, seleção e/ou treinamento desses trabalhadores. Contudo, é outro o caso para os cortadores de cana. Para estes, ainda é forte a presença do intermediador individual (antigo “gato”, agora “fiscal” ou “turmeiro”), o agente responsável por recrutar trabalhadores para a próxima colheita. Transformado em funcionário do quadro permanente das usinas, o antigo “gato” é agora um agente responsável por recrutar essa mão-de-obra onde quer que ela esteja. Para compreender esse processo de mudança, torna-se mister recuperar duas questões: o que havia antes da figura do “gato” ou “empreiteiro”? O que mudou com o desaparecimento, aparente, desse agente? Essa é uma questão de capital importância para bem compreender-se a dinâmica das relações de trabalho no setor.

Tradicionalmente, os usineiros fizeram uso de uma mão-de-obra imobilizada no local de trabalho. Nos antigos engenhos de açúcar, o fim do regime de escravidão não implicou em um processo de dissociação entre local de moradia e local de trabalho. As antigas senzalas foram substituídas por vilas operárias mantidas no interior das usinas onde o trabalhador vivia com a sua família, além de poder usufruir de um pequeno pedaço de terra para cultivar produtos para sua subsistência. A esta forma de uso da mão-de-obra na *plantation* canavieira, Sigaud (1979) caracterizou como *regime de morada*.

A esse respeito, Palmeira (2009) nos lembra que havia distinções entre as categorias nativas sobre a forma de se nominar a *morada*, o que acabava criando outras clivagens. Assim, ele destaca que *morar* assumia, para os trabalhadores, uma acepção muito particular que se estendia para além de simplesmente habitar. *Morar* estava sempre associado a um engenho. O que o distingue da relação com *trabalhar*. Nos engenhos “mora-se”, nas usinas “trabalha-se”. Quando se “pede morada”, o trabalhador na verdade estava pedindo casa. A diferença se dava com o *asilado*, aquele que possuía residência no engenho, mas era temporária, sem acesso a área para o cultivo e que, portanto, estabelecia outra relação contratual com o senhor de engenho. Existia também

a *moradia de condição*, este último aspecto remete a obrigatoriedade do trabalho gratuito para o engenho. Havia ainda outras clivagens possíveis na confluência entre as formas de pagamento e as formas de morada.

Portanto, quando tomamos como referência a forma pretérita de relações de trabalho nesse setor, não se está a falar de um bloco monolítico cuja expressão maior era a instituição da *morada*. O que se tinha, na verdade, eram formas contratuais diversas entre o empregador e o empregado, mais das vezes assentadas em relações informais e de confiança, num regime de reciprocidade que trazia o signo do “favor” como obrigação mútua entre as parte. Há, ademais, outro elemento que não pode ser secundarizado. O hiato que marca o momento da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, no governo de Getúlio Vargas, até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 – portanto, com vinte anos de atraso –, representa também um limbo jurídico em que se encontravam as relações de trabalho no campo. Sim, porque a reunião de direitos a que se referia a CLT tinha como sujeito o trabalhador urbano, excluindo as relações de trabalho no campo. Existem boas razões para supormos que a existência desse *gap* refere-se particularmente à sua dimensão enquanto marco regulatório, visto que, como sugerem Linhares (1998), Silva (2012) e Welch, 2010), os conflitos de trabalho no meio agrário, nesse período, certamente foram influenciados e tiveram como referência a CLT.

Esse processo ganhou novos contornos a partir de meados dos anos 1950, com o início da saída dos moradores do engenho. De acordo com Sigaud (1979), o aumento da demanda de produção das usinas fez com que os usineiros reduzissem, cada vez mais, o dispêndio de horas gastas pelos trabalhadores na manutenção das lavouras de subsistência, obrigando-os a trabalhar ainda mais. Com a alta no custo de manutenção da força de trabalho, disso decorrente, houve uma retração do interesse dos usineiros em arcar com tais custos. A primeira reação partiu dos *foreiros*¹⁹. Foi entre eles que, em meados da década de 1950, surgiram as Ligas Camponesas²⁰. A esse grupo junta-se o movimento sindical, que reunia sobretudo moradores, em torno de questões trabalhistas. O campo brasileiro vivia naquele momento um período de intensa mobilização, o que exerceu algum peso na promulgação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural e, em

¹⁹ Variante do morador, distinguia-se desse em virtude de um pagamento anual que fazia ao proprietário, sob a forma de foro, não tendo a obrigação de trabalhar para o mesmo proprietário toda a semana (Sigaud, 1979).

²⁰ Organização dos camponeses na forma de sociedade de ajuda mútua, criadas em 1954, a partir das famílias que viviam no Engenho Galiléia, em Pernambuco. Entre os seus objetivos estava o melhoramento da condição de vida dos camponeses e a Reforma Agrária.

1964, do Estatuto da Terra²¹. Sigaud (1979) destaca ainda que, em Pernambuco, o governo de Miguel Arraes concedeu alguns direitos aos trabalhadores que passaram a reivindicá-los junto ao patronato.²² Assim,

a partir do momento em que a resistência dos trabalhadores a um determinado tipo de acumulação se torna efetiva e passa a contar com um suporte legal, a sua própria presença dentro da propriedade torna-se incômoda para os proprietários” (Sigaud, 1979, p. 39).

Neste sentido, e ainda com Sigaud, foi a própria luta dos trabalhadores que desfigurou a *morada*. A reação imediata dos usineiros foi a de se livrar da presença dos moradores. A tentação dos *direitos*, no imaginário dos trabalhadores, não esteve isenta de ambiguidades²³, visto que ela implicava também a perda da casa e do acesso à terra para o sustento próprio que existia no *regime de morada* (O’ Dwyer, 2008).

No que tange ao papel das Ligas Camponesas, e para evitar um longo desvio de rota da narrativa dessa sessão, ao reconstituir o processo que levou a sua formação, parece-me de bom alvitre reter algumas características que singularizam esta experiência e que dialogam com o meu argumento. A experiência advinda com os foreiros do Engenho Galiléia, em Pernambuco, nasceu em torno de interesses imediatos, próximos à realidade dos trabalhadores. Quero dizer com isso que a centelha que disparou a percepção da injustiça emergiu da quebra de compromissos ainda assentados no regime de morada. É assim que, entre as reivindicações, estavam: impedir a evicção de 140 famílias que ocupavam as terras do engenho, as despesas funerárias (antes bancadas pelo senhor de engenho) e o valor referente ao foro, entre outros. Em termos sociológicos, isso implica dizer que i) não foi meramente a posição social do indivíduo, *per se*, que o tornara “indignado”. O que não significa dizer que a sua situação de vida e

²¹ Não é meu intuito sugerir que o equilíbrio de forças naquele contexto, que resultou na extensão da legislação trabalhista aos que estavam no campo, se resumisse, apenas, à pressão exercida pelas classes “subalternas”. É preciso também atentar para os interesses do Estado frente à iminência de reivindicações mais radicais, por exemplo, em torno de uma reforma agrária, e do poderio da “sacarocracia” (Melo, 2012) nordestina. Como sugere Pereira (2008), o Estado determinou os limites do conflito permissível. A historiografia em torno desse tema é ampla e extrapola os limites do proposto nessa tese.

²² Em seu governo, Miguel Arraes deu uma nova feição para as relações de trabalho no campo, regulamentando o contrato formal de trabalho e propiciando acesso aos benefícios que a legislação ofertava. Ademais, reuniu usineiros, fornecedores de cana e representantes sindicais dos trabalhadores para a confecção da chamada “tabela”. Mecanismo que, em forma mesmo de uma tabela, discriminava minuciosamente o conjunto de tarefas realizadas durante o ano agrícola firmando o equivalente monetário a ser pago pelo desempenho de cada uma delas. Essa manobra, logo desrespeitada pelos usineiros, representava uma conquista para os trabalhadores, na medida em que impedia a manipulação indiscriminada da exploração da força de trabalho.

²³ É importante salientar que os períodos históricos aqui reunidos não devem ser lidos como uma sucessão de etapas monolíticas.

trabalho não fosse injusta. ii) A própria conversão dos termos que equacionavam a relação de trabalho, e que legitimava uma forma de dominação, face a emergência dos *direitos*, demandava uma inversão na imagem identidade que possuíam de si até então. Agora como alguém que “tem direitos”. É nesse ponto preciso que temos a alteração da percepção de injustiça por parte dos trabalhadores e que, a partir da reunião de interesses em comum, alterou, por conseguinte, o já tenso equilíbrio daquela forma de dominação social.

Ainda na esteira desse argumento, não se pode olvidar a emergência do sindicalismo rural. Se for possível arguir, como sugere Pereira (2008), que eles assumiram um papel preponderante como interlocutor legítimo entre os interesses do Estado e dos trabalhadores, com a derrocada das Ligas²⁴, o fato é que os sindicatos, ao reunir as demandas em torno da legislação trabalhista no campo, ratificaram essa identidade de “trabalhador assalariado” (ou “condição de proletário”), mais do que a ampla e difusa noção de “camponeses”. Não por acaso, e ainda no contexto de Pernambuco, o mesmo autor entende que,

Os assalariados se revelaram mais fáceis de organizar do que pequenos proprietários que predominavam na região vizinha do Agreste. Seus oponentes econômicos, proprietários de plantações e seus administradores, eram muito mais fáceis de serem identificados enquanto fonte de exploração do que latifundiários o eram para pequenos proprietários; eles eram mais numerosos do que os pequenos produtores; eles se concentravam nas plantações em vez de ficarem dispersos como os agricultores; eram mais acessíveis aos organizadores urbanos educados como padres, estudantes, ativistas de partidos e advogados do que pequenos proprietários no Agreste que se localiza mais distante do Recife do que a Zona da Mata (Pereira, 2008, p. 250).

Em que pese a particularidade histórica daquele contexto, assumir que a CLT alterou o marco de referência dos trabalhadores a respeito das suas condições de vida e trabalho encontra lastro nos achados de outros pesquisadores. Assim, Dubat (2008) chega à mesma conclusão ao reunir informações (processos) oriundas dos arquivos da Justiça do Trabalho em três Juntas de Conciliação e Julgamento (CJC), em Pernambuco, sediadas nas cidades de Jaboatão, Escada e Palmares, entre 1963 a 1965. Para ela, embora alguns analistas atribuam ao ETR a crescente expulsão dos antigos moradores de engenho das plantações para a ponta-de-rua, que sedimentaria o processo de

²⁴ Para Pereira (2008, p. 246), “o Estado combateu vigorosamente as Ligas Camponesas e suas demandas radicais para a distribuição de direitos de propriedade. Ele fez isto ao promover o sindicalismo rural como um contrapeso às Ligas”. Desse modo o Estado via na promoção do sindicalismo rural uma forma de dissipar a questão do direito à terra.

“proletarização” da mão-de-obra rural; os próprios trabalhadores operam em outro registro. Em suas palavras, lemos:

o marco inicial é, para eles como para qualquer trabalhador assalariado no país, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – e não o ETR que veio apenas repetir/reforçar Direitos já adquiridos, embora “escondidos”, “engavetados”, “encapados”, “encobertos” (Dubat, 2008, p. 293).

Em termos teóricos, a extensão dos direitos aos trabalhadores rurais significou o reconhecimento do estatuto de “proletário”, que o regime de morada ofuscava em suas relações não propriamente capitalistas; nesse sentido, houve também uma “redenção conceitual”, como sugere Dubat (2008). Contudo, não ficando presa à mera conversão identitária imputada a esses sujeitos, essa autora procura sublinhar a mudança de percepção dos próprios trabalhadores a respeito dos seus *direitos*, sobretudo o modo como essa nova esfera de legitimidade foi apropriada pelos mesmos, redirecionando suas ações.

Em outro registro, como afirmou Sigaud (1979), o aparecimento dos *direitos* acabou por criar novas modalidades de segmentação da força de trabalho. Assim, entre os que vão para a “rua” teremos os “fichados” e os “clandestinos”, além dos que “trabalham com empreiteiro” e dos que “trabalham com a fazenda”. Os “clandestinos” são, assim, socialmente reconhecidos como sendo os trabalhadores que saem da usina e não têm a carteira assinada. Seria o equivalente, em outras regiões, ao “boia-fria”. Já os “fichados” são os trabalhadores que, depois de expulsos, conseguiram regularizar a sua situação de trabalho e, mesmo morando fora, tinham a sua carteira assinada. Era possível também ser fichado e residir ainda na usina (Sigaud, 1979). A essa mesma conclusão chega Silva (2012) ao afirmar que,

Assim, nos anos de 1960, há um aumento abrupto de trabalhadores temporários, eventuais e o quase desaparecimento da figura do trabalhador residente, criando enormes reservas de mão-de-obra que levariam à exploração do trabalhador volante, o boia-fria (Silva, 2012, p. 148).

Depreende-se, então, que, em seus primórdios, a figura do empreiteiro ou do “gato” permitiu o descompromisso com as exigências legais envolvidas em uma relação formal de trabalho. Mas não só isso, Sigaud (1979) destaca ainda que o uso recorrente dos *clandestinos* por parte dos usineiros, compondo a maioria da força de trabalho, se dava em virtude de elementos outros que não apenas o interesse em aumentar a

exploração do trabalho. Acontece que a liquidação do *regime de morada* significou também, da parte do trabalhador, o fim de uma sujeição ligada ao usineiro. Havia um sentido positivo nesse processo, associado pelo trabalhador à capacidade de dispor “livremente” da sua mão-de-obra. Naquele momento, ser *fichado* pela usina implicava em ter um teto salarial determinado (não havendo ainda ganho por produtividade) e, em certo sentido, o retorno à condição de sujeição do trabalho. Quanto aos *clandestinos*, Sigaud (1979) mostra como estes podiam dispor livremente de sua capacidade de trabalho e ganhavam apenas por produção, apesar dos riscos de não ter “os direitos”, uma vez que o contrato com o empreiteiro era de todo informal²⁵.

Naquele momento, embora o contrato de safra já estivesse regulamentado²⁶, o grosso das contratações era feito através de empreiteiros. No entanto, Sigaud (1979) revela que, se o contrato do trabalhador *fichado* era renovado automaticamente a cada ano, o trabalhador de contrato por safra só tinha a sua situação regularizada durante uma parte do tempo. Dito de outra forma, não foram poucas as modalidades de uso da força de trabalho na *plantation* canavieira. Os usineiros, e também os trabalhadores, valeram-se, cada um a seu modo, de diferentes combinações e estratégias. Na linha do argumento da autora, a relação não pode ser lida de maneira unilateral. Seja no que concerne à liquidação do *regime de morada*, seja a partir do aparecimento dos *clandestinos* e dos *fichados*, diferentes combinações darão forma a oposições nem sempre claras. Se o usineiro era voraz na extração do sobretrabalho, as estratégias de sobrevivência e de reação por parte do trabalhador serão as mais diversas. Disso dão testemunho as greves históricas de 1979 na Zona da Mata de Pernambuco (Sigaud, 1980), e de Guariba, São Paulo, em 1984.

Como parecem sugerir tais observações, tratava-se de um contexto social marcado por profundas ambivalências. Com isso, se, por um lado, a carteira de trabalho exprimia uma nova materialidade em termos de representação de uma identidade, agora como “trabalhador assalariado”; por outro lado, ela também implicava uma nova espécie de sujeição. Especialmente se considerarmos que, inicialmente, os assalariados recebiam um salário fixo, independente da produção. Malgrado esse fato, a magnitude das transformações no universo social da *plantation* canavieira – com relações sociais tingidas pelo poder de mando do patrão – conferiu uma positividade para além dos

²⁵ Ao armar a narrativa dessa forma, Sigaud (1979) recusa uma visão parcimoniosa que compreende tais fenômenos como uma consequência inexorável do processo de proletarização dessas populações.

²⁶ A lei 5.889, de 8 de junho de 1973, regulamenta em seu artigo 14, parágrafo único, o contrato de safra.

ganhos materiais e do reconhecimento jurídico da nova condição de assalariado. Ela usurpou a autoridade presumida dos patrões ao coloca-los em pé de “igualdade” – ao menos enquanto litigantes – e em público, com os trabalhadores. Em um meio social onde a honra e o prestígio são moedas correntes, não é difícil compreender porque, mais do que ganhar a causa, esse fato, por si só, já representava um ganho enorme.

Ao que se espera, esse retorno ao passado ilumina, mas, no mesmo passo instiga a compreensão das atuais transformações nesse mercado de trabalho. Seja no âmbito institucional, da conformação das relações trabalhistas, ou no modo como essas populações encampam as mais diversas estratégias de sobrevivência a partir dos contextos sociais em que estão inseridos. Não desprezando, portanto, o argumento de que é possível formular novas questões sobre velhos e, aparentemente, conhecidos fenômenos.

Dessa forma, assim como no passado, é oportuno sublinhar ainda que as redes sociais são imensamente importantes na dinâmica desse mercado. Elas fornecem amparo à diversidade de informações que circulam de maneira informal entre os próprios trabalhadores para os fins mais diversos. Assim, entre os que já estão cortando cana, é possível indicar membros da família, ou conhecidos, levando-os também para o corte. De outro modo, as redes fazem circular informações acerca dos salários pagos, das condições de trabalho, das usinas, das estratégias de resistência e o que mais se julgar pertinente.

No mesmo diapasão, como a mão-de-obra acorre por gravidade, as usinas têm à sua disposição formas discriminatórias de seleção para garantir a alta produtividade. Observando-se o perfil dos trabalhadores, vários estudos registram o que parece ser um padrão, a saber: o do trabalhador jovem e do sexo masculino (Silva, 2005 e 2009; Alves, 2008). São esses os que se adéquam mais facilmente às exigências de aumento da produtividade *per capita*, já que o complemento do rendimento advém do ganho por tonelada de cana colhida. Essa forma de pagamento por produção, ainda muito comum, induz a jornadas estafantes de trabalho que os expõe à chamada “birola”, ou espécie de cãibra generalizada que pode causar a paralisia completa do trabalhador²⁷. Para evitar esse processo, muitas usinas ofertam bebidas energéticas que minimizam os efeitos da extrema desidratação.

²⁷ É comum o descumprimento da NR31, norma do Ministério do Trabalho que regulamenta a segurança e a saúde no trabalho agrícola, entre outros. As infrações vão desde ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho, água potável e EPI's, até alojamentos em condições precárias.

Se, como vimos, a sazonalidade do trabalho, bem como os efeitos do processo de mecanização, diversificam as modalidades de contratação, a regulação desse mercado é outro aspecto que requer uma atenção especial por sua capacidade de intervir, seja sobre as condições de exploração do trabalho contratado, seja sobre as condições que deixam o trabalhador sem alternativas de rendimento quando da entressafra. No primeiro caso, políticas governamentais – em seus diversos níveis, em especial a atuação de agentes do Estado como a Justiça do Trabalho e Delegacias do Trabalho –, têm se mostrado capazes de interferir, fazendo valer a lei, nas assimétricas relações que se estabelecem entre trabalhadores e empresas²⁸. No segundo caso, as políticas de acesso à renda nos períodos de entressafra ainda se mostram tímidas no intuito de contribuir para a sedentarização dessa população nas localidades onde vivem; em Sergipe, o governo estadual implementou o Programa “Mão Amiga”²⁹, medida de auxílio financeiro para os trabalhadores rurais da laranja e da cana-de-açúcar afetados pela sazonalidade da produção.

Uma forma de resumir os argumentos aqui suscitados é dizer que, ao atentar para diferentes aspectos da realidade dos canaviais, ampla literatura fornece pistas interessantes e que instigam novas análises. Nesse sentido, o arco de considerações que cingem as questões atinentes a esse mercado de trabalho requer não apenas redobrado cuidado ao querer enquadrar, em torno de categorias generalizantes, e por vezes polarizadas, a diversidade de arranjos particulares com os quais ele se apresenta. Urge, sobretudo, explorar as ambivalências internas, que muitas vezes se deixam entrever no compasso diferenciado do registro dos que vivenciam as situações em tela. Onde radica o argumento da presente tese. Mas, antes de encaminhar o leitor a essas questões, e para bem calibrar a caracterização desse mercado de trabalho, vejamos o que aproxima e o que distingue o caso de Sergipe quando agregamos informações quantitativas a esse respeito.

²⁸ As ações do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Trabalho são de fundamental importância não apenas pela sua capacidade coercitiva de fiscalização e punição de possíveis infratores, mas sobretudo pelo protagonismo que tem exercido em contextos cuja organização dos trabalhadores ainda é incipiente. Voltarei a essa questão quando tratar do caso de Sergipe.

²⁹ É fornecido ao trabalhador cadastrado um auxílio pecuniário no valor de R\$ 190 no período da entressafra e exige em contrapartida do trabalhador que ele participe de cursos de capacitação realizados pela Secretaria de Estado do Trabalho, além de programas de alfabetização.

Fonte:

http://www.inclusao.se.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=325&Itemid=177

2.2 – Perfil da mão-de-obra empregada na indústria sucroalcooleira em Sergipe.

É no cenário de profundas mudanças descrito no item anterior que devemos enquadrar o contingente de trabalhadores hoje mobilizado pela agroindústria da cana. Mapeá-los, numa espécie de cartografia do trabalho agrícola na cana nos principais estados produtores do Brasil é o objetivo desta seção. Nela pretendo estabelecer uma escala de comparação definindo variáveis que permitam situar o caso de Sergipe em relação aos outros estados produtores.

Os dados para tal são oriundos de consultas à base da RAIS³⁰ do Ministério do Trabalho e Emprego. As informações ali disponíveis se referem apenas aos trabalhadores formalizados, com carteira assinada, deixando em obscuro os números que revelam as formas precárias de trabalho sob a forma do trabalhador sem carteira assinada, menor de idade etc. Mas, são notavelmente elevados os índices de formalização do trabalho hoje no setor. Como dito, estudos anteriores documentaram, com base em informação domiciliar (PNAD), a força da formalização na agroindústria da cana, força esta que tentamos mostrar como se constituiu, revisando, na sessão anterior, a literatura brasileira sobre como evoluíram as relações de trabalho na cana.

A faixa de tempo que cobre os resultados aqui apresentados vai de 2006 a 2010, período em que a nova Classificação Nacional das Atividades Econômicas, a CNAE 2.0 está disponível e foi por mim usada. Os gráficos que serão apresentados representam a agregação das seguintes classes: trabalhadores ocupados no cultivo da cana-de-açúcar (classe 01130), os ocupados na fabricação de açúcar em bruto (classe 10716), os ocupados na fabricação de açúcar refinado (classe 10724) e os ocupados na fabricação de álcool (classe 19314).

O Gráfico 10 ilustra a disparidade entre as duas grandes regiões produtoras (Nordeste e Sudeste) no que tange ao volume de mão-de-obra empregada. As estimativas da UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) apontam para um processo de crescente mecanização da colheita no Estado de São Paulo, o que pode estar acarretar a redução do número de trabalhadores empregados. No entanto, efeitos mais significativos desse processo só deverão ser sentidos no médio e longo prazo. Isto porque se a atual mecanização da colheita aponta para a redução do número de

³⁰ Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: www.mte.gov.br

trabalhadores empregados no corte, a acomodação desse estoque de mão-de-obra não ocorrerá em pouco tempo.

Em outras palavras, seja pela diversificação das modalidades de contrato de trabalho – com forte tendência para o aumento dos vínculos duradouros como sugere Novaes (2007) –, seja pela limitação técnica da implementação das colheitadeiras em terrenos com acentuada declividade, não parece plausível vaticinar para um futuro imediato, ao menos, um cenário desolador para esse mercado de trabalho. Ainda mais com a perspectiva de crescimento da área plantada.

Gráfico 10: Faixa de empregados por regiões no Brasil.

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br
Elaboração própria.

Quando observamos os estados produtores da região Nordeste – excluindo-se Alagoas e Pernambuco que representam os maiores produtores regionais – como indica o Gráfico 11, vê-se que Sergipe apresentou em cinco anos um crescimento considerável, de 332% no volume de mão-de-obra empregada na indústria canavieira. Entre os estados do Nordeste é o que apresenta a maior taxa de crescimento. Alagoas e Pernambuco, Gráfico 12, apresentam movimentos variados de crescimento e/ou decréscimo. De acordo com os achados de pesquisa de Galdino (2009), Campos, Raposo e Maia (2007) sobre Pernambuco e Carvalho (2002) sobre Alagoas, essa diferença em desfavor de Pernambuco pode ser atribuída ao período subsequente à desregulamentação do setor, cujo impacto foi maior em Pernambuco, enquanto que Alagoas conseguiu se manter como grande produtor (Moraes, 2002).

Como havia comentado anteriormente, um dos pontos nevrálgicos do trabalho sazonal refere-se à duração do vínculo empregatício. No segmento canavieiro, os que são mais afetados com contratos por tempo determinado (safristas) são os cortadores de cana. Não sendo poupadora de mão-de-obra, a não ser pela ameaça das colheitadeiras, na última etapa da fase agrícola encontramos sempre um alto percentual de vínculos empregatícios de curta duração, feitos e refeitos a cada safra. Em verdade, existe sempre a manutenção de alguns trabalhadores que são aproveitados nas outras etapas da fase agrícola (como o preparo do solo, plantio, aplicação de herbicida etc.), e que, em virtude da área plantada, são etapas que ocorrem de maneira concomitante; todavia, o grosso da mão-de-obra emprega ainda é volante.

Gráfico 11: – Faixa de empregados por estados do Nordeste excluindo-se Pernambuco e Alagoas.

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br
Elaboração própria.

Gráfico 12: Faixa de empregados em Pernambuco e Alagoas.

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br
Elaboração própria.

Quando observamos os dados da RAIS para o caso do Nordeste, agregando o total dos empregados no setor canavieiro nos diferentes estados, vemos que quase 40% da mão-de-obra empregada possui vínculo empregatício com duração entre 3 e 5,9 meses. Esse percentual chega a 50% quando somamos os que possuem vínculo com duração menor que 3 meses, como revela o Gráfico 13. O mesmo tipo de achado se encontra para a região Centro-Sul. Em Sergipe, como indica o Gráfico 14, é maior a presença dos vínculos com duração de até 3 meses, excetuando-se o ano de 2009 onde a diferença foi menor.

Esses números apontam para uma das características mais importantes da estrutura do mercado de trabalho nesse setor: a profusão de vínculos, feitos e refeitos ao longo da trajetória dos trabalhadores. Esse traço é central para os interesses analíticos da tese, na medida em que tem significativos impactos não apenas na maneira como se formam as estratégias de manutenção dos vínculos ou na sempre frequente burla das normas trabalhistas, como também – e esses são os aspectos que mais me importam – na forma como as famílias se estruturam, como se estabelecem os fluxos migratórios, nas formas como se constroem as representações subjetivas sobre a experiência do trabalho, sem contar seu efeito no modo como se estrutura a representação coletiva.

A cadeia produtiva da cana pode ser dividida em duas fases. Na fase agrícola, observa-se os tratos culturais da lavoura da cana-de-açúcar e a colheita. Na fase industrial, tem-se o processamento da cana e a fabricação dos produtos e sub-produtos.

Como já foi destacado pela literatura, é comum observar a convivência entre o que há de mais avançado em termos de tecnologia, com modalidades e formas de uso do trabalho que ainda se revelam precárias. A maneira como tais elementos reunidos dão forma a uma configuração particular em cada contexto faz como que seja mais oportuno falar em mercados de trabalho no complexo sucroalcooleiro, ao invés da opção no singular.

Gráfico 13: Faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Região Nordeste (em meses).

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br Elaboração própria.

Gráfico 14: Faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Sergipe (em meses).

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br Elaboração própria.

Ao traçar o perfil desse trabalhador em Sergipe, vemos que ele não foge ao padrão em comparação com outros estados. Isso significa dizer que o segmento é composto quase que exclusivamente por homens (Gráfico 15), jovens (Gráfico 16) e com baixa escolaridade (Gráfico 17). Para o caso dos cortadores de cana, que inflacionam esses dados em virtude do volume de mão-de-obra empregada numa usina, o tipo de trabalho executado, especialmente no corte, envolve elevada compleição física. A ergonomia do trabalho executado concentra movimentos repetitivos, sob o sol e com carregamento de peso. O pagamento por produção os impulsiona a aumentar a intensidade do trabalho para complementar o baixo salário, o que também os expõe a jornadas extenuantes. Nessas condições, os homens jovens têm mais vantagem. O biótipo do trabalhador é o de um maratonista, pouca massa muscular e grande resistência cardiorrespiratória. No entanto, na ausência das condições adequadas de alimentação, descanso e segurança no trabalho, eles estão expostos a toda sorte de males. No tocante à baixa escolaridade, não é difícil atestar o baixo perfil educacional. Por esta razão, surgem problemas correlatos como a dificuldade em ler e entender o receituário agrônomo.

Gráfico 15: Perfil do trabalhador por gênero em Sergipe.

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br Elaboração própria.

Gráfico 16: Perfil do trabalhador por faixa etária em Sergipe (em anos).

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br
Elaboração própria.

Gráfico 17: Perfil do trabalhador por faixa de escolaridade em Sergipe.

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego, RAIS. Disponível em: www.mte.gov.br
Elaboração própria.

Finalizando, convém registrar, ainda, algumas reflexões sobre lacunas importantes para um melhor entendimento da dinâmica do mercado de trabalho no setor.

A primeira delas diz respeito à indústria canavieira. Apesar do grande número de pessoas nela ocupadas, sabe-se muito pouco a respeito dos trabalhadores situados no pólo industrial. É lá que estão os trabalhadores onde o requisito de qualificação é maior e os tipos de vínculos empregatícios e formas de recrutamento são variadas. Se existem trabalhadores sazonais no pólo industrial, sabe-se pouco ou nada. Ademais, não sendo

uma indústria de processo contínuo, as usinas realizam na entressafra a manutenção das suas unidades industriais, o que motiva o aumento do efetivo.

Uma segunda lacuna importante a preencher diz respeito à conformação institucional desse mercado de trabalho, e aos seus contornos especiais a depender de cada contexto. A força variável dos sindicatos (no tempo e/ou entre regiões), a natureza diversa das convenções coletivas, o vigor com que se aplica a legislação sobre o fim das queimadas, a variada performance dos órgãos de fiscalização do trabalho, entre outros, são elementos de ordem institucional cuja análise deve estar melhor contemplada com vistas a uma boa descrição desse mercado de trabalho. Como se verá para o caso de Sergipe, a interferência de tais elementos não é subsidiária na conformação de um dado contexto.

Uma terceira, mas não menos importante, ordem de questões se refere à mecanização do corte. Se esta for de fato uma tendência, a se ampliar cada vez mais, o interesse analítico deve se voltar não apenas para os efeitos de um possível desemprego em massa, como para os caminhos e estratégias que presidirão a realocação dessa mão-de-obra. O Norte-Nordeste, tradicional fonte provedora desses trabalhadores para o corte da cana na região Centro-Sul, pode vir a ter um lugar na dinâmica desse novo “padrão migratório”. Trocando em miúdos, para onde irão os egressos das áreas mecanizadas do corte da cana na região Centro-Sul, especialmente os migrantes? As dinâmicas regionais de crescimento da área plantada, demandantes dessa força de trabalho, interferirão no ciclo das migrações?

Resumo e conclusões.

O simples enunciado dessas questões já deixa entrever uma agenda promissora de estudos sobre a dinâmica das relações de emprego bem como das condições de vínculo dos indivíduos ao trabalho, nesse setor. Por certo, elas tangenciam questões mais próximas aos interesses dessa pesquisa. Com isso, o intuito desse capítulo foi o de situar o que talvez ilustre o traço distintivo desse mercado de trabalho, qual seja, a recorrência de vínculos de emprego feitos e refeitos ao longo de cada safra. Ao contrário de outros mercados, em geral urbanos, onde é a intermitência do desemprego, dito recorrente, que materializa a trajetória ocupacional de ampla parcela da população, no caso dos cortadores de cana, ao que sugerem os dados, é o trabalho, dito “sazonal”,

que baliza a recorrência. Se no primeiro caso, e no caso do Brasil, as trajetórias tendem a ser erráticas (Guimarães, 2004 e 2008), no segundo elas apresentam certa regularidade.

Em que pese o fato de ser esta uma característica já documentada por outros estudos, procurei por em evidência o modo como as mudanças foram sendo operadas ao longo do tempo, especialmente no que tange à sua circunscrição legal e a maneira como os diferentes atores participantes desse mercado tomaram lugar nas disputas. Assim, vimos como o marcador dos *direitos* sempre foi um elemento a balizar as condutas dos indivíduos bem como ações coletivas. Todavia, e como sugerem os estudos aqui citados, a linguagem dos *direitos* não pode ser compreendida, na relação com os indivíduos, quando restrita ao suposto conhecimento e efetivação das demandas. “Botar (ou não) questão na justiça” não se resume ao conhecimento das leis; é preciso levar em conta a urdidura das relações sociais que dão amparo a uma rede de compromissos distantes da letra fria e seca das leis, como já havia sugerido Sigaud (1996 e 2004). Pela mesma razão, não há porque supor que exista convergência semântica do que é considerado “justiça”, ou “injustiça”, sem que estas concepções estejam ancoradas no universo simbólico das populações em tela, sendo, também, categorias nativas.

As características que marcam o mercado de trabalho na *plantation* canavieira, no confronto com as variáveis operacionalizadas para o caso de Sergipe, permitem que possamos entender alguns dos macro-determinantes que podem atuar sobre a formação da experiência do trabalho, num segmento onde, com foi dito, fazer e refazer vínculos parece ter se tornado a regra pela qual se tece o elo entre o trabalhador e a sua atividade ocupacional.

Mais a frente, na ocasião das discussões à luz dos achados de campo, voltarei às questões aqui suscitadas.

Capítulo 3

MODOS DE SER, AGIR E PENSAR: APORTES TEÓRICOS PARA UM ESTUDO DAS IDENTIDADES NO CONTEXTO DO TRABALHO SAZONAL.

Apresentação.

O debate sobre a questão das *identidades* movimenta um arcabouço teórico capaz de tangenciar áreas como a sociologia, a filosofia e a psicologia. No entanto, e como não me interessa uma arqueologia das diferentes acepções que o léxico “identidade” ganhou ao longo do tempo, a maneira como irei abordar esse tema é oriunda das discussões que emergiram especialmente após a década de 1960. A emergência do pluralismo de valores nas sociedades democráticas modernas fez confluír uma série de questões ligadas às identidades de classe, sexuais, étnicas, de minorias religiosas, de grupos migrantes, de gênero apenas para citar alguns exemplos. Por seu turno, diversificaram-se também as abordagens teóricas que trataram dessas questões, mesmo se elencando como tema principal o problema do Estado-nação e das formas de se fazer justiça, a necessidade do reconhecimento dessas identidades entre outras questões, o que resultou numa verdadeira “explosão discursiva” em torno do conceito de identidades, como afirma Hall (2009). Para o propósito aqui almejado, cuja pesquisa situa-se na questão dos elos entre a experiência do trabalho e os processos constitutivos de identidades, este capítulo é de fundamental importância uma vez que é ele quem dará a musculatura necessária para o argumento que se pretende desenvolver.

Nos estudos sobre o universo do trabalho nos canaviais, o tema das identidades nem sempre esteve pronunciado como objeto de análise em si, embora a questão aparecesse nas entrelinhas de muitas pesquisas. Por essa razão, se parte importante do esforço aqui despendido tem o fito de aplainar a abordagem teórica que fundamenta a perspectiva aqui desenvolvida, a construção da narrativa do capítulo se dará no confronto com a literatura que, de um modo ou de outro, deixou pistas importantes sobre o estudo das identidades entre trabalhadores migrantes. Com isso, evitou-se uma discussão *in abstracto* sobre as identidades que incorreria no risco de cair num excesso

de formalismo teórico, destoando dos objetivos aqui propostos. Em certa medida, a pretensão de sustentar um capítulo de natureza “teórica” beira esse risco, contudo, evita-lo significaria deixar em aberto o modo como estou incorporando o conceito de *identidades*.

Sobre esse último aspecto, o leitor logo perceberá que o recurso a uma microsociologia das relações cotidianas vem a calhar com a pretensão em se trabalhar com teorias de médio alcance, afastando-se de abordagens teóricas que se restringem a aspectos de ordem estrutural na análise das formas de reprodução social. Como se verá, esse deslocamento de enfoque confronta uma certa literatura que trata das relações de trabalho no complexo sucroalcooleiro, cujo recorte analítico se satisfaz com o simples reconhecimento da “precariedade” (por vezes denominada “precarização”) do trabalho, numa chave analítica em que não parece possível qualquer outra conclusão que não o desenrolar da tragédia anunciada. Evitando o hiper-criticismo e buscando pensar as ideias em seu lugar, cumpre reconhecer que este tipo de chave interpretativa tem certa razão de ser. Afinal, o que salta à vista quando se observa essa realidade é, de fato, a condição precária a que estão expostos os que trabalham nas usinas. Especialmente na colheita de cana-de-açúcar. Todavia, ocorre que, não raro, esse tipo de abordagem subtrai um elemento caro à sociologia, a capacidade de *agência* dos indivíduos. Sim, porque ao supor que a relação “capital *versus* trabalho” pode ser compreendida somente pelo recurso aos elementos estruturais que a organizam, despreza-se o conteúdo das relações sociais concretas, vistas como meros efeitos. A pospelo, o que se propõe aqui é recuperar – como um mediador inescapável – o modo ativo pelo qual os indivíduos (ou grupos) interpretam as condições de trabalho e vida nos canaviais e desenvolvem suas estratégias de resistência.

Antes, porém, parece-me salutar informar o que entendo por *identidades*. Esse é o objetivo da primeira parte do texto, que chamei de “balizamentos iniciais”. A segunda parte constitui um esforço para ancorar teoricamente o suposto de que as identidades são “negociadas” e, por isso, expressam a ação reflexiva dos sujeitos.

3.1 – Balizamentos iniciais.

Para bem explicitar a maneira pela qual irei tratar da questão das identidades é preciso, antes, estabelecer algumas diferenciações conceituais e precisar alguns

balizamentos iniciais, visando dois alvos: servir como fio condutor da narrativa do capítulo e, ao fazê-lo, permitir aclarar a forma como estou incorporando a noção de identidades. Começo exatamente por aí, pelo tema que está no coração do meu interesse investigativo e, por isso mesmo, no centro do estudo, já desde o seu título. E assim procedo de maneira bem sintética, introdutória e preliminar, maneira essa que o capítulo, pouco a pouco, enriquecerá.

Por “identidades” quero aludir a um fenômeno que:

- assume uma pluralidade de formas de manifestação;
- pressupõe alteridade(s);
- não é irreduzível à identidade de classe;
- compreende, ao mesmo tempo, as dimensões da experiência, do interesse e do compartilhamento.

A referência a identidades no plural já revela uma opção analítica distante da reivindicação de uma identidade reificada, putativa, que operaria como o eixo único e necessário de orientação da conduta dos indivíduos. Significa reconhecer, também, que ela é multifacetada e contingente, estando sujeita a constantes reformulações. Já o pressuposto da alteridade relaciona-se com o processo de diferenciação entre o “eu” e os “outros”, onde as diferenças são constitutivas das identidades. Há também a sua dimensão enquanto experiência, ou seja, é a forma pela qual os indivíduos apreendem, no sentido subjetivo, as situações vividas nos diferentes espaços de sociabilidade e são capazes de reuni-las em torno de formas de representação identitária. As identidades também se apresentam enquanto interesses, no sentido propositivo. Os interesses organizam a conduta, tanto em sua dimensão individual, quanto em sua dimensão coletiva. O compartilhamento de interesses é outro elemento importante a demarcar identidades. Entretanto, os caminhos pelos quais tal compartilhamento se estabelece e a possibilidade de que resulte em ação não estão dados previamente, no sentido de que sejam determinados em virtude de alguma qualidade intrínseca ao sujeito (seja a sua posição social, sejam marcadores de diferenças como gênero, geração, raça, etnia, origem regional, só para aludir a alguns dentre eles). Dizendo-o de maneira sintética, para abrir e encaminhar a revisão teórica essa é a compreensão que fundamentará o que doravante observo e denomino como *identidades de trabalho*.

Torna-se necessário, ainda, diferenciar *identidades de trabalho* de *identidades profissionais*, domínios igualmente relevantes no campo da sociologia e analiticamente acerbados. Isso porque, remeter a análise a profissões supõe assumir:

- a demarcação de um campo de saberes e competências;
- a institucionalização desses espaços e regras demarcados;
- a existência de hierarquias em cada domínio profissional;
- a divisão/expressão desta entre cargos e funções;

Entretanto, ao conferir proeminência a uma abordagem das identidades de trabalho, como guia para a análise a ser empreendida, pretende-se fazê-la dialogar com a perspectiva das identidades profissionais. Várias razões me levam a entender frutífera essa fertilização recíproca entre abordagens.

Em primeiro lugar, é certo que a atividade laboral daqueles que serão aqui investigados – os cortadores de cana – está, entre nós, formalmente constituída como uma profissão, institucionalizada e, por isso mesmo, contempla, nos locais de trabalho, um quadro de hierarquia, competências e funções. Entretanto, essa dimensão profissional da identidade parece-me pouco efetiva enquanto elemento de organização do significado e como motor de orientação a pautar a conduta dos indivíduos. Por isso mesmo, conquanto tenha no conceito de identidades de trabalho a categoria de maior valor heurístico, por sua capacidade de melhor abarcar as especificidades dessa prática laboral, convém problematizar nas entrevistas quando, como e para quem a identidade profissional se constitui num balizador importante das identidades do trabalho.

Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, é preciso ainda dar conta de experiências que, embora tecidas no âmbito do trabalho, se assentem sobre domínios do vivido que escapem àquilo que analiticamente demarquei como relativo à experiência do seu exercício enquanto profissão. Assim, há que deixar o espaço, no levantamento empírico em campo, para investigar como representações e práticas que constituem a experiência vivida no âmbito do trabalho podem ecoar, internalizando no contexto laboral, significados extra-profissionais, isso é significados tecidos mais além dos campos dos saberes e competências, dos espaços e regras, das hierarquias e funções, social e institucionalmente associadas a profissões específicas.

Em terceiro lugar, porque a experiência do trabalho não se constitui apenas na usina, onde se vivem e expressam as identidades profissionais, mas se forja em diálogo com outros espaços de sociabilidade tais como a família e a comunidade, para os quais o trabalho é um elemento importante para conferir (ou retirar) reconhecimento ao indivíduo. Logo, a experiência vivida no trabalho e que se expressa em construções identitárias, se nutre, mas também desborda, a experiência do exercício de uma

profissão. Nesse sentido, o trabalho de campo procurou abarcar trabalhadores suficientemente distintos por sua inserção extra-trabalho, de maneira a se entender como distintas identidades de trabalho são tributárias de normas, valores e significados que resultam da internalização, no trabalho, de códigos resultantes de identidades outras tais com as de gênero, proveniência, étnicas e geracionais.

É evidente, por fim, que identidades de trabalho e identidades profissionais não são *reificações* e, nesse sentido, suas fronteiras estão longe de serem claras quando as vemos operando na construção das práticas e representações de indivíduos concretos. Elas são antes instrumentos heurísticos, construções conceituais produzidas pelo pesquisador, cujo valor analítico está em sistematizar a complexidade que caracteriza a realidade empírica.

Tradicionalmente, as pesquisas ligadas à questão da experiência do trabalho observaram, em sua maioria, espaços fabris urbanos. Delas difere o meu estudo. Ele toma como objeto uma categoria de trabalhadores que possui algumas particularidades analiticamente desafiadoras. A primeira delas é a própria relação com o trabalho, que é sazonal³¹. A segunda, evidencia-se na relação com um tipo de trabalho constantemente associado a situações que o fazem degradado e precário. Por fim, trata-se de uma atividade realizada em ambiente rural, muito próxima, mais das vezes, das atividades já realizadas, pelo próprio indivíduo trabalhador, anteriormente, como “camponês”, em sua lida diária no campo; e muito distante do ambiente fabril costumeiramente tratado como objeto pela sociologia, mas recorrentemente confrontado pelo trabalhador em sua experiência de vínculos fragmentários e recorrentes com o trabalho na agroindústria da cana. Todas essas particularidades me fazem ter o interesse voltado a entender um grupo de trabalhadores que, *stricto sensu*, pouco aparece nas pesquisas sobre os processos constitutivos de identidades de trabalho, tal como disponíveis na sociologia brasileira do trabalho.

Apesar dessa aparente dificuldade inicial, as transformações em curso nesse setor da atividade econômica, marcadamente a implementação de um intenso processo de mecanização da colheita, a presença das migrações, o avanço de relações de trabalho fabris em meio a populações camponesas sugerem ser esse um bom campo para a análise

³¹ Vale dizer que estou usando a noção de “sazonal” em seu sentido jurídico, enquanto trabalho temporário. Para tanto, quero sublinhar apenas a intermitência com que os vínculos são feitos e refeitos a cada safra. Todavia, em razão de melhoramentos genéticos na cana-de-açúcar e atrasos na colheita, a safra na região sudeste se estende, em média, por dez meses. O que sugere a necessidade de matizar o próprio conceito de atividade sazonal. Devo esta observação à Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva.

do fenômeno das identidades. Arguir sobre os processos constitutivos de identidades de trabalho em tal setor me obrigará a dialogar, por estar a tangenciar, temas como o da proletarização das populações camponesas, o da separação analítica entre o rural e o urbano e o da noção de precarização do trabalho na atividade canavieira, só para citar alguns dentre os mais palpitantes.

Côncios de que as identidades não se deixam flagrar à primeira vista, sendo muitas vezes fugidias e de difícil percepção, recorrerei à noção de *percursos identitários*. Tal noção se afina perfeitamente com as preliminares que estabeleci nos parágrafos acima, na medida em que se constitui num recurso teórico-metodológico de grande valia por assumir um modo de olhar as identidades que as entende como sendo forjadas a partir das experiências biográficas de ordem pessoal, profissional, ocupacional, migratória apenas para citar algumas de suas dimensões importantes apanhadas, por essa perspectiva, num entendimento essencialmente dinâmico, de processos abertos, em via de construção. Assim fazendo, permitem dar consequência, no desenho metodológico, à ideia de que as identidades devem ser vistas não como produto final, “acabado”, “coisificadas”, mas retidas no sentido sociológico forte de processos, de devir, de movimento, apanhadas, assim, em sua construção, e, por isso mesmo, retratadas como sujeitas a intensa “negociação”, cujos termos e (re)arranjos há que desvendar no estudo empírico.

Para dar consequência a essas preliminares e ao vigor teórico-metodológico do que nelas se contém, a seção seguinte avançará na fundamentação da abordagem que se pretende dar, na tese, à questão das identidades, fazendo-o de uma maneira tal que já procurará submeter os pontos de partida mais abstratos, retirados da literatura no tema, ao diálogo com a evidência empírica que pesquisadores brasileiros já puderam coligir e que deixe, desde logo, evidente como essas ferramentas teóricas se prestam a dar conta do nosso problema específico de pesquisa, vale dizer, como podem ser recriadas e por ele enriquecidas.

3.2 – A dinâmica das identidades negociadas.

O tema das identidades oriundas da experiência do trabalho esteve ligado, de modo recorrente, às pesquisas sobre identidade de classe (Lopes, 1988; Guimarães, 1998; Oliveira, 2003). Nessa perspectiva, o que fundamenta tais identidades são os

interesses de classe. Por vezes, a literatura apresentou a heterogeneidade das diferentes abordagens reunindo-as, e resumindo-as, numa dualidade de abordagens.

Na abordagem de tipo estrutural, os interesses decorreriam das condições objetivas enfrentadas pelos diferentes atores, que dariam forma aos diferentes recursos que os mesmos poderiam mobilizar coletivamente na persecução daqueles interesses. Assim sendo, a classe possuiria uma matriz relacional onde os lugares eram tidos como “espaços vazios” ocupados pelos indivíduos; ou seja, as posições de classe existiriam de maneira independente, como dados da estrutura, e os indivíduos nelas entrariam e delas sairiam (Wright, 1997).

Por outro lado, na abordagem de tipo processual, os interesses estariam sujeitos às experiências vividas pelos indivíduos. Esses sentem e articulam a identidade dos seus interesses, entre os semelhantes e contra aqueles cujos interesses são diferentes dos seus, orientando-se não apenas pela posição que ocupam nas relações de produção, mas através de elementos outros como o prestígio e o poder (Przeworski, 1985; Lockwood, 1989; Wright, 1997).

Em verdade, essa dualidade de representação das abordagens decorre mais da maneira como se deu o debate sobre a constituição das classes – que por vezes o apresentou em torno da polêmica entre o objetivismo e o subjetivismo de classe –, e menos sobre uma interpretação que faça justiça à inspiração teórica que a fundamenta, especialmente no que concerne à análise marxiana das classes. Malgrado esse aspecto, e valendo-se do vivo debate promovido pelo marxismo analítico nos anos 1970 que revigorou as análises sobre classe, é possível destacar alguns pontos importantes sobre a maneira como será incorporada, quando assim for analiticamente relevante, a noção de identidade de classe no presente estudo. Sim, e porque, se privilegiei a categoria *identidades de trabalho*, isso não significa que meu esquema interpretativo se faça cego à dimensão de classe, que pode organizar o modo como se identifica e negocia interesses. Se assim penso, é porque não me parece convincente reduzir as experiências produzidas no contexto da atividade laboral unicamente à experiência de classe. Isso porque, e como dito acima, torna-se imperioso procurar associar as experiências que se originam na prática do trabalho – que fundamentam as identidades de trabalho – às experiências oriundas de outros espaços de sociabilidade que também são fontes de significado na vida dos indivíduos, a exemplo da comunidade, da família, das associações e dos espaços de lazer. Por isso mesmo, a pretensão não é excluir a categoria classe e retirar-lhe poder explicativo, mas sublinhar que a ela, como a

qualquer outra dimensão do processo de construção identitária, não será concedida prioridade analítica inescapável, qualquer que seja o contexto sob análise.

Até mesmo porque se, na boa tradição da Sociologia, a forma através da qual foi pensada a questão das identidades de trabalho descende, em boa parte, dos estudos sobre classe, a eles ela não ficou restrita. Com efeito, essa foi uma questão central em estudos hoje tidos como clássicos no nosso campo disciplinar, como o de Everett Hughes, *Man and their Work* (1964), ou o de Renaud Sainsaulieu, *L'identité au travail: Les effets culturels de l'organisation* (1988), apenas para ficar com dois exemplos seminais, retirados de mundos intelectuais tão diversos, como a academia norte-americana e a tradição interacionista que nela se desenvolveu e a academia francesa e a tradição da sociologia organizacional e das instituições que ali medrou; ambos os autores exploraram, sob roupagens teórico-metodológicas inovadoras, o tema em questão. Mas, na maneira como se almeja abordá-lo, pretende-se assegurar visibilidade ao aspecto contingente das interações humanas, condição para uma ancoragem da ideia de que as identidades são “negociadas”, uma formulação, por certo, inspirada no interacionismo simbólico.

Do mesmo modo, como lembra Dubar (2005), não é possível um estudo sobre as identidades que não leve em consideração os processos de socialização a partir do qual elas são forjadas. Com efeito, tal processo envolve sempre uma construção, desconstrução e reconstrução das identidades, sejam elas quais forem. Ainda de acordo com esse autor, não é possível reduzir os atores sociais a categorias preestabelecidas, quaisquer que sejam elas, usando a análise das práticas e das representações como um mero artifício para “bem” identificar os atributos que fazem dos indivíduos reais personificações de constructos analíticos. Interessa, antes, perceber a maneira pela qual esses atores se identificam e, ao fazê-lo, encontram domínios de comunalidade que os aproximam e articulam, uns a outros, tanto quanto estabelecem domínios de diferenciação, que os apartam de outros tantos. Nessa perspectiva, torna-se primordial a definição do que Dubar chamou de “contextos de ação”, ou seja, o lugar a partir do qual os indivíduos se definem e definem os outros. É em um contexto de ação que os indivíduos articulam aquilo que pertence à situação dada, culturalmente marcada, com aquilo que representa a sua trajetória subjetiva.

Acentuar o caráter frágil e provisório da identidade significa recusar qualquer abordagem de caráter essencialista, na qual a prescrição normativa que advém da suposta “essência” dos objetos e das posições se impõe sobre os indivíduos de maneira

quase irrecusável. Nesse tipo de interpretação, ser negro significa necessariamente pensar e agir como negro, ser pobre significa pensar e agir como pobre, ser operário significa pensar e agir como operário. Num recurso classificatório que não deixa de ser provocador, Dubar (2007) intitula de “nominalista” a posição contrária ao “essencialismo”, onde, a identidade não é o que permanece necessariamente idêntico, mas o resultado de uma identificação contingente. Se a identidade pressupõe alteridade, ou seja, a demarcação do “eu” em oposição ao “outro”, ela também requer a generalização, o compartilhamento de valores e ideias em comum que fornecem o senso de pertença comum. Assim,

a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (Dubar, 2005, p. 136).

Muito próximo desse entendimento, Giddens (2002) mostra que a possibilidade dessa construção identitária a partir do indivíduo é um fato historicamente recente. Com a diminuição do peso das tradições enquanto elementos norteadores das condutas emerge o *monitoramento reflexivo da ação*. É ele que permite ao indivíduo coordenar as suas ações sob a influência do seu próprio juízo. Há ainda em Giddens (2002), bem como em Calhoun (1994) e Castells (1997), a referência a identidades enquanto fontes de significados e de experiência para as pessoas. As orientações para ação dialogam, por isso mesmo, com essa base.

Outros por sua vez, a exemplo de Castells (1997), constroem tipologias acerca das identidades por considerar que o seu processo constitutivo sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Ele as diferencia em: identidades de legitimação, introduzidas pelas instituições dominantes da sociedade para ampliar e racionalizar sua dominação; identidades de resistência, criadas por aqueles atores que estão em posições ou condições desfavorecidas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação; identidades como projeto, que ocorre quando os atores sociais, na base de qualquer material cultural que estiver disponível para eles, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade.

Em minha abordagem, não recorrerei a tipologias previamente construídas enquanto demarcadores de identidades, como meros instrumentos para, de novo, reencontrar um sujeito genérico (analiticamente típico) a partir das narrativas

contingentes e singulares dos meus entrevistados. Esse procedimento cautelar advém da opção metodológica de priorizar a taxonomia nativa para os sujeitos envolvidos na pesquisa no que se refere às formas de se representar e serem representados. As tipologias, nesse sentido, são construções analíticas possíveis que permitem, em um nível mais abstrato, organizar as diferentes dimensões a partir das quais a narrativa sobre as identidades pode se ancorar. Nesse sentido, elas não exaurem o espaço do possível, organizam-no preliminarmente, mas devem ser tomadas como abertas a novas formas nativas de expressão, até pela própria fragilidade com que se apresentam quando confrontadas à particular realidade empírica que está em estudo.

Entre as diferentes abordagens, há um suposto comum de que os modos de identificação estão estreitamente vinculados à linguagem (Schatzman and Strauss, 1955; Bernstein, 1975; Lévi- Strauss, 1983; Taylor, 1989; Strauss, 1999; Woodward, 2009; Wittgenstein, 2009; Kaufmann, 2004). Este será outro esteio teórico rico em consequências, ou seja, investigar como se nomeia, como se classifica será um território rico para entender como transparecem os “contextos de ação” e como, neles, se estabelecem os domínios constitutivos das identidades.

Isso porque, o ato de nomear, já o afirmara Strauss (1999), não apenas indica um objeto, mas também o identifica em um sentido mais abrangente. Ele é capaz de singulariza-lo e integra-lo a uma comunidade maior. Em outras palavras, trata-se do mesmo processo de “diferenciação” e “generalização” nos termos de Dubar (2007). A identidade que nos distingue com relação aos demais é a mesma que nos vincula à pertença comum com o nosso grupo. E o ato de nomear, melhor, o produto da nomeação, é uma pista riquíssima para perseguir.

Ademais, sendo a linguagem instável, as formas de classificação e representação identitárias estão sujeitas a permanente mudança. Assim sendo,

uma vez que a classificação e a avaliação não são atos meramente privados, mas são, usualmente quando não predominantemente, questões públicas, as situações e questões problemáticas são focos de disputa pública e do debate privado (Strauss, 1999, p. 46).

Em outras palavras, Strauss (1999) quer dizer com isso que, ao circunscrever um campo de definição de determinado objeto, atividade ou representação, essas classificações são na verdade um campo de constante disputa e passíveis de reformulação. E aqui reencontramos o nosso ponto de partida que pretende apanhar as identidades no processo de negociação permanente que as constitui.

Realçar a importância da linguagem no estudo da ação e das identidades constitui o elemento principal da abordagem que aqui se pretende desenvolver. De fato, o interacionismo traz uma grande contribuição neste sentido. As análises de Erikson (1976) e Mead (1992) permitiram um primeiro avanço no que diz respeito à formação da personalidade humana, indo além da abordagem piagetiana de que tal formação se concretizava na adolescência. Ao sublinharem a contingência das ações humanas, a negociação identitária funda-se em elementos outros que não a ideia de uma personalidade básica. Em suas ações ordinárias, afirma Strauss (1999), os homens precisam avaliar o passado, o presente e o futuro. Isso faz com que todo ato realizado nunca seja esquecido, a possibilidade de rememorá-los permite a reavaliação; nesse processo estão implícitas a seletividade e a reconstrução do acontecimento geral. Peço ao leitor que retenha esse entendimento, pois com ele é possível arguir que a ação humana submete ao seu julgo não só a auto-imagem que o indivíduo possui e que, com ela se apresenta em uma dada situação, como também as representações que lhe são imputadas pelos outros, no sentido de expectativas de comportamento. Voltarei a essa questão na terceira parte, mais a frente.

Em abordagens sociológicas que privilegiam determinantes de ordem estrutural, assentados em interpretações de tipo funcional, os indivíduos aparecem mais como desempenhando papéis do que como sujeitos da ação; aproximam-se dessa perspectiva as abordagens de classe que submetem a ação humana a imperativos oriundos da sua posição na estrutura social (qualquer que seja o modo de identificar o “lugar” a partir do qual se pretende inferir, imputando, sentido à conduta). Para estas, socialização é sinônimo de “internalização”. Cumpre aos indivíduos desempenhar orientações normativas e de valores que assumem um caráter imperativo em face de sua ação. No entanto, ainda que a interação social seja estruturada, a relação entre o status que a pessoa pode assumir em uma interação e o que de fato ela assume nunca é tão direta. Existirá sempre algum grau de incerteza, de reflexividade, mesmo para as situações que são altamente institucionalizadas. Assim,

quando podemos visualizar e implementar as carreiras em virtude das relativas estabilidades dessas estruturas sociais em que estamos integrados, a continuidade e manutenção da identidade é salvaguardada e maximizada, e são utilizados e desenvolvidos mais prontamente métodos de manutenção e restauração. No entanto, o movimento de passagem de um status para o outro, bem como a frustração de ter de permanecer involuntariamente num status, determina as condições para a mudança e o desenvolvimento das identidades (Strauss, 1999, p. 115).

Em síntese, a ideia nuclear dessa formulação é a de que mesmo as posições de status, definidores “objetivos” das identidades, são antes “negociações”, cujo resultado final nunca pode ser previamente determinado.

Uma vez dito isto, parece claro que assentarei a discussão em torno de uma compreensão sobre as identidades que as entende como sendo contingentes, fluidas, múltiplas, mas sobretudo que estão sujeitas a intensas “negociações”. Mas, onde pretendo ancorar teoricamente a dimensão negociada das identidades? A que isto se refere? Para compreendê-la, preciso, antes, esclarecer sobre o pano de fundo face ao qual esse tipo de abordagem trará ganhos analíticos: o dos estudos sobre identidades de trabalho entre cortadores de cana, e quiçá entre trabalhadores rurais de maneira geral.

3.3 – Eixos de análise no confronto com a literatura.

Ao reunir a literatura que trata das relações de trabalho no campo, e observá-la sob o prisma que aqui interessa – o das identidades de trabalho – é possível perceber três grandes eixos ordenadores dos seus achados, a saber: o de que as populações rurais estariam sendo “proletarizadas”, os que pressupõem a dissolução do modo de vida rural, e por último, o suposto da precarização do trabalho. Uma vez que as fronteiras entre esses eixos não parecem claras, a diferenciação que faço contém certamente algum grau de arbitrariedade, necessário apenas para dar clareza ao argumento que pretendo desenvolver.

Um campo de debates reuniu-se em torno do seguinte argumento: o avanço da industrialização e da urbanização estaria transformando antigas populações camponesas em proletários. Diferentes análises convergem nessa conclusão, marcadamente as que focalizam a década de 1970. É assim que Durhan (1978), em uma análise clássica sobre as migrações campo-cidade, afirma que a industrialização e a urbanização, crescentes naquele momento, significavam a quebra do isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural, a negação de valores e a adoção de novos padrões de comportamento. Ainda que ela ressalte que não toma a noção de “comunidade” enquanto uma unidade fechada, autossuficiente, ela a toma enquanto construção analítica válida. Durhan (1978) se preocupou em analisar, a partir da perspectiva do migrante, como a integração de trabalhadores rurais em sistemas urbano-industriais

implicava um abandono de estruturas tradicionais e a incorporação de um sistema complexo e diferenciado. A importância do tema, com razão, justificava-se em face do grande fluxo migratório que mudou a face do Brasil nos anos de 1960-1970.

Quando trata das comunidades rurais, Durhan (1978) elenca como características constitutivas desse meio a uniformidade presente na constituição da unidade produtiva, na família conjugal, no modo de organização dessa unidade em grupos de vizinhança, nos padrões e técnicas do trabalho e na possibilidade de acesso a terra. Em sua retrospectiva história, a autora sustenta que a economia agrícola colonial, assentada no latifúndio e no trabalho escravo, sedimentou as bases para o desenvolvimento de um meio rural com características específicas para as populações de pessoas livres e pequenos produtores. É isso que está na raiz do que ela denomina como um “mínimo de sociabilidade”,

que se estabeleceu através do parentesco e compadrio como princípio de organização social, do mutirão e da troca de dias como formas de cooperação econômica, configurando os grupos de vizinhança que constituem a unidade por excelência da vida social cabocla (Durhan, 1978, p. 56).

Em sua análise, ela entende que o trabalhador rural brasileiro viveu por um longo período dos meios de subsistência que o acesso a terra lhe propiciava, ainda que as técnicas produtivas fossem precárias. Todavia, a comercialização da terra e consequente expulsão dos pequenos produtores, desamparou toda essa população que foi obrigada a arranjar outras formas de acesso a terra para garantir sua sobrevivência uma vez que o salário auferido na relação formal de trabalho não era suficiente. A instabilidade da condição de vida dessas populações rurais torna-se, assim, o fator determinante para a sua mobilidade espacial. A tensão entre a subsistência e a fome impulsiona-os a migrar para onde a vida parece melhorar. O argumento de Durhan (1978), em seu já clássico estudo, é no sentido de que essas populações estão cada vez mais caminhando para a proletarização, para a transformação do trabalhador rural num proletário agrícola mal pago.

Do mesmo modo D’Incao (1984), ao analisar o processo de desapropriação da terra imposta a trabalhadores rurais em uma região economicamente rica do estado de São Paulo, e que agora vivem em condições de miserabilidade, sustenta a mesma tese da transformação desses trabalhadores em “proletários rurais”. Parece clara a sua posição no sentido de afirmar que o movimento de atração dos trabalhadores, seja pela expulsão

da terra seja pela ausência de oportunidades, imprime uma proletarização a essa força de trabalho, que cada vez mais se vê dependente de um salário para a sua sobrevivência.

Ainda nesse veio, Singer (1976) estabelece uma distinção entre dois tipos de migração que se vinculam às modalidades de industrialização. Assim, tem-se a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que, na outra ponta, resultam do avanço do progresso técnico e do desenvolvimento da industrialização nessas regiões. Ele entende que ambas expressam a própria lógica do desenvolvimento capitalista, seja ampliando o “exército industrial de reserva”, seja fornecendo mão-de-obra barata para o setor de serviços.

Não é difícil constatar que essa literatura, malgrado as diferenças internas, privilegiam características de ordem estrutural para explicar o fenômeno das migrações, em geral associadas ao desenvolvimento industrial. Assim, o impulso ao êxodo decorre de um forte constrangimento que, ao fim e ao cabo, as populações rurais estão sujeitas. Contudo, e sem secundarizar essa conclusão, alguns estudos sugerem que as estratégias migratórias não são equacionadas de maneira tão simples. Como consequência, ampliaram o entendimento acerca dos sentidos atribuídos às ações dos indivíduos em suas decisões. Estas dizem respeito a: quando migrar, para onde, quem vai migrar (homem/mulher), e várias outras questões que somente podem ser percebidas quando se observa o contexto a partir da qual são feitas. Ademais, a renda obtida com essa forma de inserção ocupacional pode se adequar às suas estratégias de reprodução social enquanto pequeno produtor rural.

A esse respeito, Martins (1986) apresenta o trânsito da migração como um lugar indefinido, marcado por distintas temporalidades. No entanto, e ele bem destaca, do ponto de vista sociológico o que interessa na definição do migrante temporário é que ele, ao voltar, já não é mais o mesmo. A sua própria saída modifica as relações sociais do seu grupo, quando retorna já não encontra mais o que deixou. Para Martins (1986), a migração temporária cumpre uma função contraditória. De um lado, o migrante temporário sai de casa para trabalhar como assalariado a fim de obter uma renda que lhe permita recriar as condições de sua sobrevivência como camponês. De outro, o custo da reprodução dessa força de trabalho fica a carga das famílias camponesas, uma vez que o capital necessário para sua reprodução é insuficiente. Assim, “o salário recria, no operário, o camponês; que por sua vez recria o operário” (Martins, 1986, p. 53).

Nessa direção, não resisto à desafiadora sugestão feita por Garcia Jr. (1990) quando afirma ser insuficiente interpretar o fluxo migratório apenas em uma direção,

associando o desenvolvimento industrial às migrações. Na raiz do seu argumento está a ideia de que, ao mesmo tempo em que migrantes se tornaram operários ou empregados urbanos no Nordeste, outros conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças à passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial. Como corolário, a seu ver, não se pode partir de uma hipótese que pressupõe a homogeneidade de objetivos dos que partem.

A luz do seu caso, Garcia Jr. (1990) indica que a compreensão das migrações do Nordeste para o Sul do Brasil, que se iniciaram na década de 1940 na Paraíba, passa pela questão salarial e pela tentativa de libertação da sujeição a que estavam submetidos nos antigos engenhos. O fluxo de emigração criou a possibilidade de adquirir alguma propriedade de terra para o cultivo próprio. De igual importância está o surgimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, que desperta a possibilidade de fazer frente ao mandonismo dos patrões, agora na base da linguagem dos direitos. Para tanto, e como bem destaca o autor, o recurso à justiça também implicava uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos moradores,

assim, tudo o que deviam dizer ou não diante dos tribunais depende do status legal que ‘escolhem’ assumir, e que varia segundo cada caso preciso, seja como assalariado, parceiro, arrendatário ou posseiro, o que implica todo um trabalho preparatório, no seio mesmo das organizações camponesas, para que as estratégias de apresentação e si mesmos sejam eficazes (Garcia Jr. 1990, p. 84).

Nessa linda de argumentação, depreende-se que, entre a condição de “camponês” e a condição de “proletário rural”, há um hiato que não se preenche com a simples sugestão da passagem de um modo a outro. Nesse comenos, existe uma intrincada gama de possibilidades que expressam combinações múltiplas a depender dos interesses em jogo. Não sendo, ao menos analiticamente, plausível reduzir a passagem pura e simples de um modo a outro.

Em estudo já clássico, Woortman (1990) reforça essa conclusão em pesquisa sobre famílias de pequenos camponeses em Sergipe. Segundo este autor, os significados contidos nas estratégias de migração, nas trajetórias dos indivíduos, dissolvem o próprio significado da dicotomia rural-urbano. O acúmulo das experiências advindas dos distintos espaços de socialização (no campo e na cidade) passa a compor a experiência de vida desses indivíduos.

Portanto, as trajetórias ocupacionais e estratégias de sobrevivência evidenciam – e veremos isso na parte seguinte – que os indivíduos operam em uma lógica de maximização de oportunidades de sobrevivência em razão de fatores múltiplos, sem secundarizar o peso do contexto de vida precário.

Ainda na mesma direção, ao questionar as categorias provenientes de parte da literatura sobre campesinato, Menezes (2002) ressalta que adotar a noção de comunidade camponesa, como unidade territorial autossuficiente, conduz a uma explicação para o fenômeno das migrações como algo que tanto pode desintegra-la, quanto pode representar uma alternativa importante de reprodução do campesinato. De acordo com ela, o cerne da polêmica parece estar, então, na consideração de se tais indivíduos são “camponeses-trabalhadores” ou se são “trabalhadores-camponeses” ou “migrantes do trabalho”. Para Menezes (2002), subjaz a esses enquadramentos um entendimento do campesinato como um agente “imóvel”, o que requer cautela.

Ora, em um contexto onde as fronteiras entre o “rural” e o “urbano” tornam-se cada vez mais fluidas, creio que a própria noção de “camponês” não parece uma categorização analiticamente fértil³². Elas não correspondem mais, se é que alguma vez corresponderam, a realidades distintas cultural e socialmente. Ao contrário, suponho que o leque de estratégias de ação dos indivíduos pode indicar um esforço para conseguir uma pequena propriedade, e garantir a sua vida enquanto pequeno produtor rural; ou mesmo para afastar-se dessa condição em virtude da escolha de manter-se assalariado. Uma e outra dependem menos da existência de uma “comunidade camponesa”, enquanto unidade de reprodução social, do que das trajetórias familiares e pessoais dos indivíduos. Isso requer matizar o recurso a uma visão quase fatalista que parece se expressar em muitos estudos, quando se analisa o ingresso dos cortadores de cana no mercado de trabalho e suas estratégias migratórias.

Mesmo supondo que a lógica da racionalidade urbana avance sobre o campo, levando consigo uma mudança na gestão da atividade econômica e nos usos do trabalho, esse processo não é isento de atritos e fissuras. Como sugere Carneiro (1998), tais narrativas tendem a associar a cultura camponesa ao “tradicional”, entendendo-a, por consequência, como oposta à mudança. Ao invés, em lugar da suposta diluição das

³² Ao analisar o papel da agricultura familiar no desenvolvimento das economias capitalistas, Abramovay (1998) chega a conclusão semelhante. Para ele, não se explica o comportamento econômico da agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, como um atributo das “sociedades camponesas”, como faz crer parte da literatura. Compreendê-la não envolve um fechamento em sua própria estrutura interna, mas a maneira pela qual ela se insere no mercado mais amplo das trocas econômicas (Abramovay, 1998).

diferenças esse processo pode ocasionar justamente o oposto, reforçar identidades assentadas no pertencimento a uma localidade, cuja compreensão depende menos de uma ideia de “ruralidade” que se apega a critérios descritivos e mais ao modo como se combinam os interesses dos indivíduos e grupos na relação com o contexto e com suas trajetórias de vida.

Esse é o ponto que converge com o meu propósito. Assim, à luz das transformações recentes nas relações econômicas e de trabalho no campo, não parece interessante seguir formulando novas questões de análise a partir do pressuposto contido na separação entre um modo de vida rural e um modo de vida urbano. Não se trata também de simplesmente apontar, com o privilégio do olhar retrospectivo, e por vezes anacrônico, deficiências no argumento formulado por Durhan (1978) àquele momento. Ao invés, parto do entendimento de que, se o processo fora outrora o do impacto da desintegração de um modo de vida campesino em virtude da crescente urbanização e industrialização, os termos da questão parecem ter se tornado distintos. Isso porque, não sendo mais possível distinguir esse modo de vida particular que se desintegra, mais vale agora inquirir sobre como os trabalhadores rurais fazem frente às questões postas pelas relações de trabalho na agroindústria e, como no caso do meu interesse específico, como é possível entendê-lo se tomamos a ótica da representação que constroem acerca do significado desse trabalho em suas vidas. Não é outro o entendimento de Carneiro (1998) quando afirma que,

Para compreender a complexidade desse processo de decomposição e recomposição de um sistema social, importa identificar a lógica desse sistema que reside nos jogos de interesses e nas relações de força entre os agentes sociais. Recusando-se a operar com as oposições binárias, propõe-se pensar em espaços socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e com os “outros”. Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem “urbana” ou “rural” (Carneiro, 1998, p.59).

De certa forma, a própria Durhan (1978) matizara o argumento da proletarianização das populações rurais quando afirmou que a decisão de migrar não é uma escolha meramente individual. Como é próprio do universo rural, tais decisões são tomadas em família. Em suas entrevistas com os que migram, ela logo percebe que a migração não envolve necessariamente uma dissolução das relações familiares e do

grupo primário mais amplo; ao invés, elas se reestruturam e se modificam no sentido de manter a importância e o funcionamento dos grupos originais. Por conseguinte, isso a leva a perceber que a análise da migração exige sempre uma abordagem que envolva tanto a fragmentação quanto a reconstituição dos grupos primários, como aspectos de um mesmo processo. Nas teias da migração as decisões são mais ou menos calculadas, tomadas sempre à luz de pessoas próximas, sendo mais fácil para jovens homens solteiros, que almejam conquistar alguma independência financeira, mantendo-se os grupos primários como uma segurança para o caso de um retorno.

A emigração não implica, portanto, um abandono das relações primárias que constituem o universo de origem, mas um rearranjo dessas relações. O migrante quase nunca é um indivíduo isolado, mas parte de um grupo primário que se rompe e se organiza durante o processo (Durhan, 1978, p. 138).

Esse entendimento também é compartilhado por estudos mais recentes, como o de Menezes (2002 e 2012), que sublinha a percepção de que os trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar não fazem suas escolhas de modo aleatório, nem interiorizam o receituário impresso nas relações de trabalho modernas, tornando-se assim meros trabalhadores assalariados. Suas ações revelam um jogo muito mais complexo que envolve escolhas que não condizem com um suposto agente passivo que se transforma em assalariado. Não é outro o sentido quando ela afirma que,

Se a migração é um dos canais ou elos que articula a pobre economia dos pequenos municípios da região Nordeste do Brasil a um dos setores mais modernos da economia brasileira, isto é, o setor canavieiro, e isso tem permitido a permanência do grupo familiar nos pequenos municípios, pois se migra para poder ficar, por outro lado, não podemos secundarizar o fato de que a renda obtida mediante o trabalho na agricultura canavieira em São Paulo é produzida em um processo de alta exploração da força de trabalho (Menezes, 2012, p.132).

Este ponto estará no centro da minha análise dos resultados da pesquisa, tema desse estudo. Por ora, reforço mais uma vez que nem o suposto da proletarização das populações camponesas nem a conclusão de que o modo de vida rural estaria se desintegrando parecem ficar de pé em face das recentes transformações no campo. Em outras palavras, armar questões a partir dessas abordagens não me permitiria ancorar a perspectiva teórica da maneira que se propõe nesse estudo.

Por fim, parte importante da literatura põe em destaque a questão da precarização das relações de trabalho no complexo agroindustrial da cana-de-açúcar. O avanço na regulação das relações de trabalho no setor é notável. Dados coligidos por Moraes (2011), usando a PNAD de 2006, revelam que o índice de formalização na região Centro-Sul chegou a 83% (em São Paulo ultrapassou os 90%) da mão de obra empregada no setor, sendo que na região Norte-Nordeste ele atingiu 65%. O longo e lento processo de mudança é, por certo, tributário das lutas conduzidas pelos trabalhadores. Mas há que ressaltar que surgem novas facetas da precariedade e que isso motiva novas pesquisas. Talvez pudéssemos dizer, então, que mais adequado seria remeter ao traço de precariedade, antes que a um movimento de precarização. Se isso não está no cerne do estudo empírico que se pretende empreender, é evidente que não poderia estar fora do meu arco de considerações, desafiado que estou pelas novas possibilidades de se armar a questão das identidades de trabalho.

Se, como vimos, os processos de identificação estão intimamente relacionados à linguagem, o esforço aqui será por fundamentar um tipo de abordagem que explore os elementos “negociados” nos processos constitutivos de identidades. Com razão, vimos que muitos estudos que tratam, diretamente ou indiretamente, do tema das identidades nos mais diversos campos, já haviam salientado a forma como os indivíduos relacionam as suas diferentes representações (e mesmo os seus diferentes papéis, em contextos de ação), articulando-as de maneira ativa.

É assim que Durhan (1978) mostra em seu estudo que, sendo a unidade básica das populações rurais o grupo primário, e as relações estabelecidas a partir daí, os indivíduos percebem a alteração na sua posição na estrutura da sociedade enquanto indivíduos e membros de famílias, mas não necessariamente como categoria, estrato ou classe social. São esses grupos primários que servem de intermediadores entre o indivíduo e a sociedade mais ampla, donde as relações com os sindicatos ou o partido político são secundárias e vistas sempre pelo viés assistencialista e de atendimento de benefícios individuais. Há, nessa conclusão, uma importante pista deixada, que comunga com o entendimento de que não é possível apor uma representação identitária previamente formulada, geralmente de cunho estrutural, a esses trabalhadores (sejam eles tratados como “camponeses” ou não).

A essa mesma conclusão chega Menezes (2000 e 2011) ao se questionar sobre um tipo de abordagem que reduz a representação identitária que se tem dos trabalhadores camponeses a um suposto imobilismo e passividade; ou que, no pólo

contrário, os toma como rebeldes. Em seu estudo, ela constata que as estratégias de ação com relação à decisão de migrar, em mover uma ação trabalhista contra a usina, ou mesmo deixar a usina, comportam algum cálculo de tomada de posição. Para ela, mesmo a aceitação de situações que aparentemente indicam passividade precisa ser entendida dentro do conjunto de possibilidades abertas naquele contexto. As decisões dos trabalhadores são feitas de modo ativo, como escolhas, variando conforme o leque de oportunidades que se apresentam naquele momento, naquele dado “contexto de ação”, e conforme a sua trajetória laboral e familiar.

Ao modo como julgo, esse entendimento aparece ofuscado nas análises que põem forte acento na temática da “precarização” do trabalho. Ou melhor, por vezes ele se apresenta como sendo analiticamente de menor relevância na explicação dos mecanismos causais das formas de reprodução social. O desafio, a mim imposto, era o de resistir à metáfora do “cativeiro” expressa nesse tipo de abordagem que entende as forma de socialização – a partir do qual se erigem as identidades – como estando sujeitas aos determinantes de ordem estrutural. Não por acaso ela elege, aprioristicamente, seus próprios “inimigos”. Com isso, “o capital” é, por vezes, narrado como sendo um sujeito onisciente que a tudo domina e subsume. Em outros momentos, as noções de “reestruturação produtiva” ou de “flexibilização” carregam a pretensão de abarcar todas as mudanças em curso no complexo sucroalcooleiro (curiosamente um espaço ainda fortemente marcado pelo que se convencionou chamar de relações de trabalho “fordistas”), das relações de trabalho à migração. O uso inadvertido desse léxico, sem o devido rigor metodológico, revela-se uma armadilha analítica, como sugere Marcelino (2011).

No estudo de situações de trabalho que estão no liame das formas mais degradadas – a exemplo do corte da cana – incorre-se no risco de tomar o valor de face, a exploração, como denominador comum a partir do qual devem ser pensadas todas as demais variáveis. No entanto, e para evitar incompreensões, o alvo aqui não é contradizer tais estudos. Interessa-me o modo pelo qual os sujeitos apreendem essa suposta “precariedade” e criam estratégias de ação, além de outras características que marcam o contexto de vida e trabalho nos canaviais.

Ao nível dos indivíduos, nas situações concretas do cotidiano, não existem “o capital”, a “reestruturação produtiva”, a “precarização do trabalho”, o que existe é o fiscal de turma, a usina, o roubo na pesagem da cana, apenas para ilustrar alguns casos que serão objeto de análise no próximo capítulo. Em concordância com Martins (2008),

a vivência, no cotidiano, das contradições mais amplas da reprodução do social não incide sobre um sujeito inerte, preso à narrativa onisciente dos processos sociais. Assim,

A reprodução do social, lembrou Lefebvre mais uma vez, é reprodução ampliada do capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História (Martins, 2008, p. 57).

Parece-me analiticamente fértil querer compreender como os homens experimentam, como interpretam e como agem ante o modo como estão situados no contexto social em que vivem.

Isso nos instiga a avançar na compreensão da taxonomia nativa dos sujeitos de modo a recompor como se relacionam os seus interesses, afastando, portanto, abordagens que esterilizam tais aspectos por considera-los epifenômenos de realidades primeiras e mais amplas.

Voltando à nossa questão central, sublinhar essa capacidade de arbitragem – ou, como denomino aqui, de “negociação” – dos indivíduos sobre suas representações identitárias não constitui um fato teoricamente novo, como já foi dito. Se a primazia dessa perspectiva de análise é devedora dos interacionistas, os seus contornos podem ser igualmente encontrados em outras formulações. Assim, pretendo avançar num tipo de investigação teórica que ancora o elemento “negociado” das estratégias da ação identitária como uma forma de expressão da *reflexividade* exercida pelos agentes. Contudo, antes de avançarmos sobre essa questão, remeto o leitor a um breve ajuste de contas sobre o modo como estou incorporando a tradição sociológica que a fundamenta. Não se trata de inventariar diferentes abordagens teóricas, mas recuperar alguns *insights* que permitam guiar a reflexão doravante. Certamente a leitura que segue é parcial no sentido de não ter a pretensão de chegar até os desdobramentos últimos das questões levantadas, ainda assim, parece-me válida como forma de circunscrever o campo onde radica o argumento que pretendo desenvolver.

3.4 – Socialização e reflexividade.

Ao trazer à tona o caráter contingente das *identidades*, expresso no intrincado jogo de interesses que a mediação dos indivíduos deixa entrever, acabo por mobilizar

uma velha questão sociológica acerca da compreensão das formas de reprodução social. A esse respeito, o que estou supondo é que parece analiticamente desafiador tomar como locus de observação o momento da fusão entre, de um lado, os constrangimentos do contexto e, de outro, o voluntarismo da ação. Como vimos, as identidades têm como predicado uma pretensão de ação, consciente ou não, cujos fins não podem ser preditos de antemão. Ora, esse tipo de formulação encontra lastro nas discussões teóricas sobre a socialização que procuraram destacar o papel da *reflexividade* nas ações humanas. Na parte que segue, adentro nessa seara na medida estreita em que ela dialoga com a minha forma de arguir o problema das identidades, sugerindo, quando oportuno, outros desdobramentos possíveis que a discussão toma, mas que não serão tratados nessa parte por considerar que extrapolariam o propósito do presente capítulo.

A questão da “reflexividade”, na forma como é pensada, emerge no interior das análises sociais especialmente a partir das transformações recentes do capitalismo e no que se convencionou chamar de globalização. Disso não dista o que apresentei no início dessa seção a respeito da emergência do tema das identidades. Associa-se a emergência do pluralismo de valores das sociedades democráticas modernas à discussão acerca do papel da tradição enquanto articulador dos referenciais da ação e da constituição dos grupos de interesse. É assim que Giddens (1991 e 2002) e Beck (2006 e 2010) consideram que, no contexto da “alta modernidade” ou “modernização reflexiva”, as tradições ganham uma nova roupagem em face da ação reflexiva dos indivíduos,

as tradições são chamadas a se explicar e se justificar. [...] as tradições só persistem na medida em que se tornam passíveis de justificação discursiva e se preparam para entrar em um diálogo aberto, não somente com outras tradições, mas com modos alternativos de fazer as coisas. (GIDDENS, 1997: 129)

Outros, a exemplo de Archer (2000 e 2012), argumentam que, embora a reflexividade assuma um papel de destaque no contexto atual, disso não decorre um fato novo. Com isso, ela diverge dos proponentes da modernização reflexiva, para os quais a intensidade e extensão das práticas de reflexividade são uma coisa nova, apenas vista no cenário da “modernidade tardia”. Embora não seja meu propósito uma discussão que gire em torno das teses sobre a modernidade, recupero a pista deixada por esse debate no que se refere à socialização, trazendo à lume a relação entre reflexividade e identidades.

Com isso, parte da inquietação intelectual que movimenta esse debate recai no desconforto com algumas correntes teóricas que, implícita ou explicitamente, consideram que a reprodução social ocorre, na relação com os sujeitos, *behind the backs*. Subjaz a estas o suposto de que os sistemas sociais possuem “necessidades” e/ou “razões”, portanto, a análise do conteúdo das relações sociais apenas revelaria essa “lógica”. Como havia dito anteriormente, nessa chave o estudo das identidades tem pouca ou nenhuma importância uma vez que aqui socialização é, em geral, entendido como “internalização” (Archer, 2012).

A incorporação da noção de reflexividade da ação, nesse estudo, será feita em dois níveis. Primeiro, ao nível teórico mais abstrato, o que se busca é situar o lugar que o conceito de reflexividade ocupa no interior do argumento aqui desenvolvido, na relação com a literatura com a qual irei dialogar. Segundo, ao nível metodológico, o que se pretende é dar consequência ao arcabouço teórico mobilizado, agora à luz dos resultados de campo. Nessa seção ocupo-me apenas da primeira parte.

De alguma forma, parece seguro partir da ideia de que os processos de socialização não se explicam nem pelo suposto da “internalização” passiva e inerte, por parte dos agentes, dos elementos da estrutura; nem pelo recurso ao voluntarismo da ação expresso no caráter contingente da vida social. Longe estou outrossim de ceder à tentação de lançar mão de um ponto de equilíbrio entre as duas perspectivas. De maneira abreviada, o que estou supondo é o seguinte: existe um espaço de mediação entre o constrangimento e os interesses dos sujeitos.

Nesse veio analítico, Archer (2012) afirma que o exercício da reflexividade apresenta variações ao longo do tempo, diferenciando-se no modo como se apresenta. Por seu turno, Giddens (2003) entende que as ações humanas pressupõem algum grau de “cognoscitividade”, portanto, a continuidade de práticas sociais presume a reflexividade. O que não significa “auto-consciência”, mas representa o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Assim sendo, cumpre realçar desde já esse aspecto, ou seja, o conteúdo proposicional das ações humanas, antes de ser mero reflexo, descortina um campo de tensões em torno dos significados simbólicos dos elementos em disputa.

Para Archer (2012), a prática da reflexividade pode ocorrer em cenários marcados pelo que ela chama de *contextual continuity*, que ocorre quando, em razão do baixo nível de diferenciação social, as orientações normativas e de valores continuam a servir de guia para sucessivas parcelas da população. Aqui, ainda segundo Archer

(2012), a reflexividade opera através da “reflexividade comunicativa”, ou seja, quando o *background* familiar e/ou dos grupos de afiliação fornecem as instruções para as situações vividas pelos sujeitos em seu cotidiano. Por outro lado, e esse é o seu argumento central, a reflexividade torna-se um imperativo em cenários de *contextual incongruity*. Onde a magnitude e o ritmo das mudanças arrefecem, ou tornam obsoletas, as orientações que configuravam o *modus vivendi* da geração anterior. O núcleo do seu argumento é de que as mudanças na base da estrutura da sociedade criaram um contexto no qual os antigos hábitos e orientações normativas não servem mais para os “novatos”. Daí porque,

autonomous reflexivity is promoted by situations in which instrumental rationality advances subjects concerns. These situations are distinctive because they confront subjects with contextual discontinuity, which means that conventional responses deriving from their natal repertoire are no longer appropriate guides to action (Archer, 2012, p. 34).

Vejam que o argumento deixa revelar a forte inspiração em Durkheim, o que ela reconhece. Em outros termos, o que se está afirmando é que o contexto atual promoveu uma disjunção entre meios e fins, o que, no pensamento durkheimiano, significaria uma situação de *anomia*. Para Archer (2012), estamos vivendo um período que promove um modo distinto de deliberação reflexiva. Portanto, torna-se imperativo deliberar sobre as oportunidades abertas que agora enfrentamos³³.

Embora a autora faça um grande esforço para distanciar-se da tese da modernização reflexiva³⁴, a meu ver, trata-se apenas de uma diferença de grau e não de gênero. Não me parece válido encompridar essa questão. Ao invés, e uma vez que existem pontos que colidem com o que estou sustentando, existem boas razões para considerar que seja fértil esse diálogo. Desse modo, há uma concordância nesse tipo de abordagem de que os elementos da estrutura não apenas restringem, coagem, mas

³³ Essa condição não se assemelha ao dilema existencial vivido pelo personagem “Antoine Roquentin”, no romance *A Náusea*, de Jean-Paul Sartre (2005). Que descobre, perplexo, a ausência de sentido na vida.

³⁴ A leitura que Archer faz a respeito da tese sobre a modernização reflexiva, estabelecendo uma diferenciação, pareceu-me muito seletiva. Explico. A meu ver, existem mais pontos em comum do que divergências. Essa autora aponta como núcleo da distinção a fato de considerar que as mudanças na estrutura da sociedade nos últimos trinta anos não indicam um “encolhimento” da estrutura, com sugere Beck e Giddens, mas uma alteração de forma. Ainda a esse respeito, parece curioso que embora o seu argumento verse sobre a nova condição de exercício da reflexividade, o elemento que desencadeia esse processo é de ordem estrutural. Em suas palavras, “contrary to reflexive modernization thesis, changed structural and cultural conditions are held here lie behind today’s trend in reflexivity, rather than extended individual reflexivity being the reverse face of structures shrunken to the dimensions of Beck’s institutionalized individualism” (Archer, 2012, p.32). O segundo elemento de discordância ocorre na própria conceituação da reflexividade, o que estes consideram como sendo um fato novo, para Archer é um deslocamento na intensidade – daí o recurso ao “imperativo reflexivo” – e na forma como ela se expressa.

também liberam, facilitam. O que ajuda a destilar a ideia de uma “estrutura” onipotente, cujos sujeitos aparecem ocupando posições – exposta em algumas teses “economicistas” – como nos faz crer uma parte da literatura que analisa o trabalho nos canaviais.

Como bem aponta Vandenberghe (2010), Giddens e Archer irão divergir a respeito da relação entre estrutura e agência. Enquanto Giddens explora esse aspecto através do conceito de *dualidade da estrutura*, que pressupõe que a constituição de agentes e estruturas não é um fenômeno dado independentemente um do outro; Archer, ao invés, opta por uma concepção estratificada da realidade que reconhece a autonomia relativa entre estrutura e agência. Assim,

Graças a esse truque metodológico, o mundo da vida e o sistema, bem como as relações entre ambos, podem ser sequencialmente analisados, por assim dizer, em câmera lenta. Quando não mais se assume que a agência e a estrutura ou cultura são mutuamente constitutivas e operam ao mesmo tempo, pode-se examinar suas inter-relações, verificar se a cultura tem maior peso do que a estrutura (ou vice-versa) e examinar como seus poderes causais são mediados pela agência humana (Vandenberghe, 2010).

A despeito dessa divergência, e como venho argumentando, há sempre uma intencionalidade, refletida ou irrefletida, nas estratégias de ação dos indivíduos que ajudam a explicar não apenas a reprodução de uma suposta condição de exploração que salta à vista, mas sobretudo põe luz nas disputas simbólicas travadas pelos indivíduos (ou grupos) a respeito dos termos do que está em tela. É o que Garfinkel (1990) chamou de *accountability of human action*. A seu modo, Giddens (1979) recorre ao suposto de que o caráter recursivo da vida social deixa entrever o que ele chama de *monitoramento reflexivo da conduta*, e que se refere ao caráter intencional ou proposital do comportamento humano. No entanto, essa intencionalidade não implica que os atores tenham sempre metas definidas conscientemente no curso de suas atividades. Nos seus termos, existe um conhecimento tácito (a consciência prática) que é habilmente aplicado no curso da conduta, mas que os atores nem sempre são capazes de formulá-lo verbalmente. O monitoramento reflexivo da ação opera sobre o pano de fundo da *racionalização da ação*, que se refere a capacidade dos agentes humanos de explicar o porquê eles agem como tal dando motivos para a sua conduta (Giddens, 1979).

Já em Archer (2003), e a meu ver no mesmo sentido, encontramos a referência à noção de *conversação interna*. Que expressa o modo como equacionamos as determinações das estruturas sociais sempre através da mediação da agência. É através

desse diálogo interno que nos tornamos quem somos, ou seja, ele exprime a deliberação reflexiva que exercemos em razão das nossas “preocupações últimas” (ela parte do pressuposto de que nós possuímos três preocupações básicas, são elas: bem-estar físico, competência performativa e autoestima).

O que pretendo reter, seja recorrendo à noção de *monitoramento reflexivo da ação* ou à noção de *conversação interna*, é que as nossas ações expressam o modo como escalonamos os nossos interesses, o que, por sua vez, nos confere uma identidade.

Na esteira desse argumento, Archer (2000) entende que uma identidade social precisa ser vivificada, o que advém com a nossa deliberação reflexiva ao longo do tempo. Uma vez que assumimos uma identidade social, é preciso decidir quanto de nós mesmos investimos nisso. Apenas dialogicamente podem funcionar essa priorização e acomodação. Sim, porque é através desse processo que ocorre a confluência entre a identidade pessoal, enquanto “imagem de si”, e a identidade social, enquanto vinculação a grupos de pertencimento maiores. Portanto, para esta autora,

It is the individual who prioritises, and even if conditions are constrainingly such that good reason is found for devoting many hours to, say, monotonous employment, nothing insists that subjects put their hearts into it (Archer, 2000, p. 294).

Ainda em concordância com essa questão, ela afirma que,

without allowing that it is the person who animates the actor we are left with a conundrum, which too easily gets solved by invoking socialization and thus re-condemning the actor to passivity. By allowing that we need a person to do the active personifying, it finally has to be conceded that our personal identities are not reducible to being gifts of society (Archer, 2000, p. 294).

Nessa perspectiva, as identidades não se resumem a “reflexos de espelho”, no sentido de ser um mero decalque da condição social ou de algum atributo dos sujeitos. Não há porque conjecturar, afirma Archer (2003), se as nossas ações refletem maior ou menor influência das estruturas sociais em que fomos socializados sem antes adentrar nos diferentes contextos. Para os casos que ela estudou, esse arranjo é sempre contingente e pode resultar em combinações diversas.

Em sentido próximo, Kaufmann (2004) trabalha com a ideia de que as identidades não são apenas um processo reflexivo ou narrativo, como mera representação. Dessa forma, ele sugere que é preciso analisar o processo identitário como um sistema de ação. A sua ideia vai no sentido de que o sujeito escolhe, entre

representações de si mesmo, a que mais lhe convém naquele momento. Assim, se o sujeito em interação com o contexto reorienta o sentido da ação, o momento identitário caracteriza-se por um distanciamento em relação à ação em curso, para reformular o sentido a dar às condutas (Kaufmann, 2004). Nessa perspectiva, a identidade passa a ser o motor da ação. A construção de imagens de si, que está no fundamento das identidades, não é pura ou alternativamente um dado subjetivo e/ou objetivo;

a identidade é aquilo pelo que o indivíduo se percebe e procura construir-se, contra as diversas atribuições que tendem a impedi-lo de tocar partituras impostas. Ela é uma interpretação subjetiva dos dados sociais do indivíduo, manifestando-se, aliás, frequentemente, sob a forma dum distanciamento (Kaufmann, 2004, p. 87).

O recurso às identidades revela a maneira como nos apresentamos aos outros e a nós mesmos, bem como somos vistos pelos outros. A ideia de um “distanciamento”, tal como afirma Kaufmann (2004), supõe que as estratégias de ação dos indivíduos irão sofrer a influência do sentido atribuído às identidades. Este sentido não decorre mais de um consenso em torno de valores comuns, mas da própria deliberação reflexiva dos sujeitos. O que colide com a consideração prasoniana sobre “o problema hobbesiano da ordem”. Este, segundo Parsons (1984), decorria de uma disjunção entre os padrões normativos de conduta e as ações dos agentes, expresso na forma de um problema de regulação normativa. Distante dessa chave interpretativa, e seguindo o argumento de Archer (2012), essa “disjunção” dá prova do impulso a ação reflexiva agora requerida.

Isso não deve ser lido como macro tendência de mão única. A própria Archer (2012) sugere que esse processo ocorre em graus variados. Igualmente, Giddens (1997) e Beck³⁵ (2006) entendem que, na ordem “pós-tradicional”, as tradições não desaparecem totalmente, elas podem agora ser discursivamente articuladas e defendidas, ou seja, justificadas como tendo valor em um universo de valores competitivos plurais.

Quando saímos desse plano mais “abstrato” de reflexão, encontramos indícios em diferentes estudos que nos remetem a esse entendimento. É assim que Beaud e Pialoux (2009) trazem uma contribuição luminosa aos estudos sobre o trabalho, detidamente sobre a “classe operária”, ao analisar o contexto de “disjunção” entre o

³⁵ É preciso deixar claro ainda que tanto Beck (2006) quanto Giddens (1997) ou Bauman (2013) veem com alguma descrença as formas e tipos que assumem as sociabilidades contemporâneas. Que resultaria no que Beck (2006) chama de uma “liberdade precária”, que expressa uma espécie de desamparo moderno, impulsionado por uma lógica sistêmica que favorece a manutenção de laços precários. Comunga desse entendimento o suposto “segurança ontológica” em Giddens (2003). Para o meu propósito, adentrar nessas considerações extrapolaria os objetivos aqui almejados.

universo simbólico de duas gerações de trabalhadores em uma fábrica da Peugeot, na França. Onde o que está em jogo é a própria imagem da “classe operária” mais tradicional, nomeadamente o seu papel de protagonista no cenário político, em confronto com os valores da nova geração de operários que não se reconhecem enquanto “classe”. Não na acepção de classe formulada pela geração que os precede. Nos termos do que estou argumentando, o estoque de conhecimento herdado de gerações anteriores entra em confronto com os novos valores que orientam a conduta da nova geração de trabalhadores que entram na fábrica.

Por sua vez Garcia Jr. (1990), e em contexto totalmente diverso, explora o exercício de alguma capacidade de cálculo entre os camponeses em suas estratégias de sobrevivência. Em suas palavras,

nota-se contudo que pelo *Sul*, pelo negócio, pelo estudo, não se trata de a família preservar e transmitir um patrimônio determinado, mas, através de estratégias múltiplas, conseguir que as unidades domésticas formadas pelo casamento dos seus filhos tenham um padrão de vida adequado. Assim, o próprio cálculo da auto-exploração do trabalho doméstico tem de levar particularmente em conta a individualização de cada membro e a acumulação de recursos individuais no momento que deixa de pertencer ao grupo doméstico pelo casamento (Garcia Jr, 1990, p. 154).

O escrutínio dessas pequenas ações dá prova de que as imagens/identidades estão em jogo no espaço de mediação onde os indivíduos exercem a reflexividade. Ou melhor, é o próprio conteúdo das identidades que está sujeito a constantes ressignificações. Recusando, com já foi dito, uma imagem petrificada das identidades.

Mesmo entre autores que abordaram o problema a partir da noção de “consciência de classe”, presente em muitos estudos sobre o trabalho, encontramos aqueles mais sensíveis em não menosprezar a via da percepção dos indivíduos. Assim, Wright (1997) entende que o suposto de uma “consciência de classe” está conectado com o problema da vontade e da intencionalidade. Portanto,

while the problem of consciousness is not reducible to the problem of intentionality, from the point of view of social theory one of the most important ways in which consciousness figures in social explanations is via the way it is implicated in the intentions and resulting choices of actions by actors (Wright, 1997, p. 383).

Nesta ordem de análise, ainda no argumento desse autor, as preferências que orientam as escolhas dos indivíduos podem estar fundamentadas em outros princípios,

abrindo espaço para elementos fora da esfera da experiência oriunda da posição de classe. É aqui que o senso de uma identidade de classe pode figurar como um importante aspecto da consciência de classe por influir na forma como os indivíduos fazem suas escolhas. Todavia, uma provável identidade de classe compartilhada atua como uma variável que entra na equação entre as possíveis escolhas dos indivíduos em face das suas preferências.

O que parece interessante ser sublinhado é a chave pela qual ele analisa o lugar da identidade de classe e, com menor contribuição, o próprio processo constitutivo da mesma. Assim sendo, não se trata do lugar privilegiado que a classe ocupa enquanto categoria analítica privilegiada para interpretação de fenômenos de ordem social, econômico e político, ao contrário, interessa-lhe saber como a classe influencia tais fenômenos. É isto que lhe permite afirmar que a relação de interesses materiais comuns (para não falar em posição de classe) e a comunhão de valores compartilhados (no sentido de identidade de classe), i) não conduz necessariamente a uma relação causal (em nenhum dos dois sentidos), e ii) as “escolhas” dos indivíduos serão influenciadas por elementos outros que também são fonte de orientação normativa.

Como o leitor já deve ter percebido, esse tipo de afirmação encontra forte inspiração na abordagem thompsoniana de classe, que valoriza o componente da experiência na constituição da mesma (Thompson, 1987). Não sendo, portanto, uma categoria putativa, *reificada*, que possua uma teleologia própria.

Ainda nesse sentido, a linguagem torna-se uma via privilegiada de acesso às disputas que conformam as experiências. Os significados contidos nos termos empregados em diferentes espaços de socialização carregam um saber proposicional, de ordenamento da realidade, que só pode ser compreendido na relação com o contexto. São os “jogos de linguagem” na brilhante formulação de Wittgenstein (2009). As expressões linguísticas só podem ser compreendidas no contexto em que falante e ouvinte interagem. Esse princípio está nas entrelinhas da análise feita por Willis (1977) a respeito do modo como se constituem culturas de classe entre jovens. Logo, o estabelecimento de uma “contra-cultura” por grupos que confrontam o que seria a “cultura formal” dos espaços de socialização por ele analisados, a escola e a fábrica, permite aos indivíduos criar mapas alternativos da realidade social. Assim, seja a administração do tempo, a hierarquia dos valores, a autoridade, entre outros aspectos, todos podem assumir uma nova roupagem nesses grupos. Daí porque ele concede

especial atenção à linguagem, que, a luz dos casos analisados, expressa diretamente a rejeição das palavras usadas pelo “modo burguês de significação”. Logo,

The counter-school culture reasserts as one of the bases of its visible forms a version of the appropriate class logic and gives an identity to – explains – the position of its members, not by an illusory accommodation in the dominant academic and occupational gradient, but by a transformation and an inversion (Willis, 1977, p.129).

Se o fundamento das identidades é a linguagem³⁶ e sendo a pessoa capaz de orientar seu agir segundo pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas³⁷, a negociação identitária é feita a partir do leque de oportunidades disponíveis em cada contexto de ação. Assim, um cortador de cana pode recorrer à sua identidade enquanto trabalhador migrante com o intuito de coordenar ações em conjunto com outros trabalhadores na mesma condição. Bem como pode manifestar a sua identidade enquanto funcionário da mesma usina como forma de evitar enquadramentos identitários diferenciadores com relação aos demais.

Com efeito, e esse é um dos pontos centrais ao qual vale também voltar, não me parece analiticamente fértil reduzir o contexto de atuação dos trabalhadores a uma equação onde impera um denominador comum, o da exploração do trabalho. A trajetória pessoal, familiar e ocupacional dos indivíduos também entra no cômputo das suas definições de estratégias entre, por exemplo, iniciar-se no corte da cana e/ou desenvolver atividades na agricultura familiar, migrar ou não migrar. O que não implica dizer com isso que essa capacidade de arbitragem dos indivíduos não encontre limites “estruturais” e seja livre de constrangimentos; muito pelo contrario, o que quero

³⁶ No tocante a essa formulação, Vandenberghe (2010) entende que Archer teria subestimado o papel da intersubjetividade e da linguagem ao ficar presa a uma noção de *conversação interna* que acaba sendo demasiadamente interna. Ao fazê-lo, afirma este autor, “ela perdeu a oportunidade de analisar a conversação interna como uma narração do self e de perceber que é através da autonarração de suas histórias de vida que os atores ordenam suas preocupações e tornam suas vidas coerentes” (Vandenberghe, 2010, p. 266). Assim, e a crítica parece pertinente, a *conversação interna*, enquanto narração, não é somente intrasubjetiva (como deliberação reflexiva autocentrada), mas é também intersubjetiva (opera em torno do compartilhamento de elementos em comum).

³⁷ Em termos de teoria social, Habermas (2012) recorre à noção de competência comunicacional dos sujeitos como um *medium* de entendimento compartilhado. Neste sentido, a estrutura do nosso saber é proposicional, ao emitirmos uma opinião estamos, na verdade, emitindo um enunciado que carrega uma pretensão de validade. Sendo o conceito de agir comunicativo mais voltado para os meios do que para os fins de uma interação, na qual pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir estabeleçam uma relação interpessoal com o intuito de coordenar seus planos de ação, tem-se aqui amplas possibilidades teóricas; especialmente quando se assumi o suposto de que as identidades são negociadas. Em verdade, não são meramente identidades a serem representadas que estão em jogo, mas sobretudo o seu conteúdo. Os indivíduos fazem e refazem suas identidades levando em conta o seu estoque de experiências intersubjetivamente compartilhadas, para ficar nos termos habermasianos.

salientar é que o recurso às identidades nos ajuda a compreender melhor como se enredam as estratégias de ação face aos limites do contexto, enquanto “contextos de ação”.

Se for correto supor que toda identidade circunscreve um campo de expectativas de comportamento, então o elemento em disputa está justamente no processo de classificação. Pela mesma razão, Strauss (1999) também considera que a linguagem está longe de ser periférica ao estudo da ação e da identidade humana. A maneira como os indivíduos narram o encadeamento dos eventos em sua história de vida, a representação feita a respeito das situações vividas, entre outros aspectos, serão amplamente explorados no próximo capítulo, agora em diálogo com os achados de campo. Saliento ainda que esse movimento é de ordem interpretativa. O esforço é por promover um deslocamento da análise sobre os processos constitutivos de identidades de trabalho, explorando o modo como os indivíduos representam o trabalho sazonal no corte da cana em suas vidas. E pretende-se fazer isso em oposição tanto àquelas interpretações que tendem a reduzir as estratégias de ação desses indivíduos a um constrangimento irresistível de ordem estrutural, quanto àquelas que supõem que a capacidade de interpretação da realidade por parte desses trabalhadores seja limitada. Assim, conquanto a condição social do cortador de cana limite as alternativas disponíveis no mercado de trabalho, bem como as suas estratégias de sobrevivência, não decorre disso uma perspectiva fatalista de orientação das condutas por parte desses indivíduos. Ao contrário, não são poucos os estudos que sugerem que as práticas de resistência e os recursos mobilizados para superação de adversidades revelam a capacidade proativa desses sujeitos.

3.5 – Resumo e conclusões.

Esse capítulo procurou dar consequência a uma abordagem sobre as identidades na forma como se pretende arguir. Como vimos, por se tratar de identidades que são tecidas nos elos entre vida e experiência do trabalho, tornava-se imperioso circunscrever a forma como estava incorporando a noção de identidades, distinguindo-a de outras abordagens. Mas somente isso não seria suficiente. Carecia ainda confrontar as próprias perspectivas teóricas no afã de posicionar o meu argumento. Desse modo, buscou-se

enfrentar essa questão. Em síntese, o objetivo é contrariar a conclusão comum a que chegam muitos dos estudos sobre o universo do trabalho nos canaviais, de que o contexto de exploração é o eixo a partir do qual todas as outras questões devem ser pensadas. Tornando-se, por via de consequência, um imperativo categórico. Pergunta-se: mas, e daí? O que fazem e como pensam os que estão submetidos a essas situações de vida e trabalho?

Em desconforto com essa perspectiva e a luz de pistas deixadas por estudos anteriores, o meu interesse buscou por em “suspensão” esta narrativa da tragédia aprioristicamente assumida com o intuito de flagrar a própria percepção que os indivíduos constroem a respeito das suas condições de vida e trabalho. Em poucas palavras, o modo como se erigem as identidades.

Seguramente o modelo de análise sugerido possui seus limites e particularidades, não carregando, portanto, a pretensão de abarcar todos os casos. Mas através dele, acredito, almeja-se descortinar a trama das ações e os sentidos a elas atribuídos.

A análise aqui sugerida procurou dar conta disso; ou seja, a pretensão em se estudar o modo como se erigem as identidades nesse contexto quer trazer a lume os conflitos, as formas de resistência, as disputas em torno dos significados, enfim, o modo ativo pelo qual as identidades são “negociadas”. O comprometimento com as identidades assumidas reflexivamente, em face da oposição dos interesses dos grupos, das experiências acumuladas, das trajetórias ocupacionais, entre outros aspectos, faz com surja uma gramática própria na forma como eles fundamentam o conteúdo das suas identidades. São essas percepções que os motivam a investir mais ou menos em suas representações de si. Na parte seguinte, as questões aqui suscitadas serão retomadas agora à luz dos casos analisados.

Capítulo 4

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Apresentação.

Antes de nos embrenharmos nos achados de campo, convém informar ao leitor os recursos metodológicos empregados e os pressupostos epistemológicos que fundamentam as escolhas que foram tomadas em razão do objeto investigado. A intenção de flagrar a percepção que os indivíduos têm a respeito das suas condições de vida e trabalho impõe, *prima facie*, uma recusa em imputar uma imagem sobre os mesmos lastreada no universo simbólico do pesquisador. Igualmente não me parece factível recorrer, meramente, ao relato do indivíduo e tentar interpretar ao sabor do seu discurso, desmerecendo por completo o contexto a partir do qual ele é produzido. Nesse entremeio, e uma vez que recorro a entrevistas biográficas como técnica de pesquisa, tem-se ainda o perigo de escorregar pelo que Bourdieu (1996) chamou de “ilusão biográfica”, momento em que a vida é apresentada como uma cronologia coerente de fatos que se sucedem no tempo. Ao contrário, entendo que o real é, de fato, descontínuo. Como veremos, esse princípio fundamentou a condução e análise das entrevistas.

Em termos metodológicos, essa abordagem é a mesma que sugere Ortner (1995) em artigo seminal. Ela argumenta que muitos entre os mais influentes estudos sobre resistência são drasticamente limitados pela falta de perspectiva etnográfica (*ethnographic refusal*). Assim, Ortner (1995) sugere que a inversão de perspectiva, observando os sistemas de baixo para cima (Ortner, 1995), tem como corolário priorizar não a dimensão da “dominação”, da “exploração”, da “espoliação”, mas, ao contrário, mobilizar elementos que escapem das categorizações simplistas que menosprezam a perspectiva dos que, por vezes, estão nas franjas das tipologias clássicas. No mesmo sentido, Fonseca (2006: p. 2) acrescenta que o que se recusa é a “alegação de que não existe nada mais nativo que não seja explicado pela influência das forças dominantes (ou, se existe, certamente não é digno da atenção dos pesquisadores).

Sempre que necessário, não me furtei a refazer o método empregado face aos desafios impostos pelo campo. Do contrário, cairia na sutil armadilha de assumir que os

fenômenos analisados possuem uma teleologia própria, cuja descoberta compete ao pesquisador. Por via de consequência, isso levaria à esterilização completa do que se pretende trazer a lume nessa pesquisa, ou seja, o modo ativo pelo qual os indivíduos pensam e agem mediante suas condições de trabalho e vida. O que segue, portanto, não é puramente um receituário da metodologia empregada, ao modo da descrição sumária dos métodos e técnicas; trata-se, ao invés, da maneira pela qual pude equacionar os dois planos de análise: o teórico e o empírico.

4.1 – O percurso da pesquisa.

A inserção no campo ocorreu em dois momentos. O primeiro, entre dezembro e fevereiro de 2011/2012, representou o contato inicial com as unidades produtivas instaladas em Sergipe, além de entidades de classe e órgãos do estado. Os atores aqui são, portanto, representações maiores, cuja cena de atuação opera em um plano ligeiramente distinto dos trabalhadores propriamente ditos. Não obstante, e em razão do caráter prematuro do desenvolvimento sucroalcooleiro sergipano, parte importante da maturação das relações de trabalho passa pelo modo como tais atores estão constituídos e se relacionam. Esse primeiro elemento, tornará possível, em momento posterior, aplainar o diálogo com outras regiões produtoras.

Como usual, recorri primeiramente a uma apresentação formal, via carta e/ou e-mail, junto às usinas, sindicatos e Ministério Público do Trabalho. Apenas desse último obtive resposta. Nos outros casos, tive que improvisar um método de abordagem presencial e, a partir daí, agendar uma entrevista com algum representante. Para o caso das usinas, tive que recorrer até mesmo à minha rede pessoal de amizade. O receio em receber alguém que se apresentava como “pesquisador da universidade” encontrava uma justificativa pelo inusitado da situação. Ao contrário de regiões já com farta literatura sobre o setor canavieiro, onde a presença do pesquisador é bastante conhecida e este assume imagem de alguém que poderá trazer problemas para as usinas, em Sergipe, o estranhamento, de certo modo, até me favoreceu.

Para o caso das entidades de classe, fiz contato com a Associação dos Plantadores de Cana de Açúcar do Estado de Sergipe (Asplana-Se), com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase) e com o Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool de Sergipe (Sindaçucar-SE). Apenas no último caso não

obtive resposta nem consegui algum contato. O que resultou num total de dez entrevistas, assim distribuídas:

- Entrevista com um representante de cada usina³⁸. São elas: São José do Pinheiro, Taquari, Iolando Leite Moura, Junco Novo e Campo Lindo. Não compôs a amostra a usina Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA) por impossibilidade de contato e por não estar operando no período de realização dessa pesquisa;
- Entrevista com dois representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE);
- Entrevista com representante da Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do estado de Sergipe (Asplana-SE);
- Entrevista com Procurador do Trabalho (MPT-SE);
- Entrevista com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Areia Branca;
- Entrevista com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela.

O segundo momento ocorreu entre os meses de dezembro e fevereiro de 2012/2013. A partir de informações obtidas anteriormente no tocante aos locais de residência dos trabalhadores, de possíveis informantes que me servissem de acesso aos mesmos, pude, nessa etapa, dar prosseguimento com as entrevistas em profundidade com os trabalhadores selecionados na composição da amostra³⁹. O resultado das entrevistas será explorado mais a frente. Por hora, apresento um mapa da localização geográfica das usinas no estado de Sergipe, caracterizando-as.

A distribuição espacial das usinas no Estado de Sergipe revela a sua grande concentração na região do Vale do Cotinguiba. Ali se localizam as seis usinas existentes, são elas:

- Usina São José do Pinheiro: localizada no município de Laranjeiras, possui uma capacidade média de moagem de 950 mil toneladas de cana-de-açúcar e

³⁸ Os sujeitos não serão discriminados com maiores informações para salvaguardar o anonimato que foi acordado no momento da entrevista.

³⁹ Encontram-se, nos anexos, mais informações a respeito do perfil desses trabalhadores.

produz açúcar, álcool e energia. Durante a safra chega a empregar cerca de 3500 trabalhadores. É a mais antiga entre as usinas, com mais de cem anos de história, e a de maior porte.

- Usina Taquari: localizada no município de Capela, possui uma capacidade média de moagem de 700 mil toneladas de cana-de-açúcar e produz álcool e energia. Iniciou suas atividades em 2007. Na safra de 2012/2013 começou a sua produção de açúcar o que aumentou a sua capacidade de moagem. Durante a safra chega a empregar mais de 3000 trabalhadores, entre fixos e temporários.
- Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA): localizada no município de Japoatã, é oriunda da região Sudeste e iniciou suas atividades em Sergipe em 1989, com a aquisição da usina Seragro. Sua unidade industrial está sem produzir açúcar e álcool há três safras (os motivos não foram revelados) e durante esse período vendeu a cana cultivada a outras usinas de Sergipe ou Alagoas. A usina continua sem produzir açúcar e álcool até as últimas informações obtidas em campo.
- Destilaria Junco Novo: localizada no município de Capela, possui uma capacidade média de moagem de 120 mil toneladas de cana-de-açúcar; produz álcool. Iniciou suas atividades em 1999. Emprega, em média, 500 funcionários durante a safra.
- Agro Industrial Campo Lindo: localizada no município de Nossa Senhora das Dores, tem uma capacidade média de moagem de 900 mil toneladas de cana de açúcar, produz álcool e energia. Iniciou suas atividades em 2004. A usina chega a empregar em torno de 3000 funcionários durante a safra.
- Usina Termo Elétrica Iolando Leite: localizada no município de Capela, possui uma capacidade média de moagem de 270 mil toneladas de cana de açúcar, produz álcool hidratado e energia. Iniciou suas atividades em 1987. Emprega em média 1000 trabalhadores.

Para melhor visualizar a concentração espacial a que se fez referência, essas usinas estão localizadas em mapa 2, abaixo, segundo os municípios em que estão instaladas.

Mapa 2: Localização, por municípios, das usinas em Sergipe.

Fonte: Relatório sobre as condições do trabalho rural em Sergipe elaborado pelo Ministério Público do Trabalho - 20ª Região da Procuradoria do Trabalho em Sergipe, em parceria com outros órgãos.

A escolha dessas seis usinas não foi feita com o intuito de, pura e simplesmente, esgotar o universo empírico da região onde a pesquisa foi realizada. Inicialmente, achei que poderia controlar a composição da amostra de trabalhadores a serem entrevistados em razão dos seus locais de trabalho, através da elaboração de uma tipologia dos casos. Todavia, essa opção não se mostrou analiticamente fértil.

A explicação para isso está em uma peculiaridade do modo de organização das usinas de cana-de-açúcar. Elas possuem dois espaços distintos, a saber: o industrial e o rural. Malgrado o fato de estarem integrados, o campo fornecendo a matéria-prima que será processada na unidade industrial e transformada em seus produtos e sub-produtos, um olhar distraído poderia sugerir que os modos de organização e gestão da força de trabalho seriam equivalentes. Todavia, nos casos analisados, em concordância com a literatura que já salientava esse aspecto, existe um hiato entre o campo e a indústria. Não à toa, essa diferença começa na própria forma de nominar o local de trabalho.

Assim, “trabalhar em usina” indica que se trabalha na parte industrial. Por outro lado, a referência a “trabalhador rural” indica que se trabalha no campo⁴⁰.

Dessa forma, variáveis tais como localidade, dimensão e tempo de funcionamento das unidades produtivas são de todo pertinente para uma análise voltada para a parte industrial; lá elas são, de fato, constitutivas das diferenças que interferem no modo como se erigem as identidades ocupacionais. A parte “industrial” das usinas, como veremos mais a frente, é o espaço por excelência das “profissões”. Por seu turno, o universo laboral das atividades que ocorrem no campo está organizado de outro modo. No campo, a gestão do trabalho, o modo como o mesmo se organiza e a composição da mão-de-obra não constituem elementos diferenciadores marcantes. Ao menos não na área investigada. Elencamos, desse modo, dois elementos que surgiram na pesquisa de campo e que passaram a estruturar a seleção dos casos:

- Variante 1: trajetórias ocupacionais e roteiros migratórios. Nessa dimensão, há que se considerar o modo como circula a mão de obra e suas estratégias de escolha. Como a gestão do trabalho no campo apresenta pequena variação, importa saber qual a margem de ação disponível para cada trabalhador e o modo como ele opera. Em razão disso é que se edificam diferentes representações identitárias.
- Variante 2: alternativas de organização da vida extra-trabalho. Uma vez possível a convergência das alternativas de organização da vida extra-trabalho, resta-nos saber quais os elementos são levados em consideração de modo a influir nas trajetórias ocupacionais. Em outras palavras, como os locais de moradia orientam escolhas.

Assim organizado, ordenei os diferentes casos explorando as variáveis que realmente importam para justificar os espaços selecionados para a realização das entrevistas. Mas isso não esgota o arco de considerações que norteou a pesquisa de campo e que requer um tratamento mais detalhado sobre alguns dos seus pressupostos. Vejamos.

⁴⁰ Voltarei a essa questão mais a frente. Há que se explorar o léxico geral sobre o qual se expressam cargos, funções, doenças laborais, e o universo simbólico que estrutura a linguagem nesse ambiente de trabalho.

Entre a muda de cana-de-açúcar plantada e cultivada no campo e o seu posterior processamento industrial, tem-se um encadeamento de atividades laborais que requer, de um observador estranho a essa realidade, redobrada atenção para não se perder na miríade de relações existentes. Igualmente, do cortador de cana ao engenheiro agrônomo existe um hiato imenso que, se desprezado, pode induzir interpretações que se afastam da realidade. Para tanto, recupero uma diferenciação anteriormente apontada entre o universo fabril da usina e o universo rural do cultivo da cana. A nossa atenção estará voltada para esse último espaço, o rural.

Para bem entender a forma como se erigem as identidades laborais no contexto do trabalho sazonal torna-se imperioso fazer um escrutínio das diferentes ocupações que existem no campo e que podem mudar por consequência do grau de mecanização. Em Sergipe, elas apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 2: Fases e atividades da produção canavieira.

FASES				
ATIVIDADES	Preparo do solo	Plantio	Tratos culturais	Colheita
	Detoca/enleiramento	Corte/muda	Controle/ervas	Queimada
	Eliminação/soqueira	Carregamento/muda	Controle/pragas	Corte
	Conservação/curva de nível	Sulcação/adubação	Adubação	Carregamento
	Calagem	Distribuição/muda	Subsolagem/cultivo	Transporte
	Gradagem	Acerto/sulco	Irrigação	
	Subsolagem	Picção		
		Cobertura/repasse		

Para citar um caso particular, tomo como exemplo algumas informações da Usina São José do Pinheiro.

Quadro 3: Fases e atividades da produção agrícola canavieira: Usina São José do Pinheiro.

Preparo do Solo / Usina São José do Pinheiro.

ATIVIDADES	PERÍODOS	FORMAS	TRABALHADORES
Eliminação/Soqueira	Fevereiro/Julho	Mecânica/Química	45
Conservação/Solo	Fevereiro/Julho	Mecânica	15
Gradagem	Fevereiro/Julho	Mecânica	30

Plantio / Usina São José do Pinheiro.

ATIVIDADES	PERÍODOS	FORMAS	TRABALHADORES
Corte/muda	Junho/Agosto	Manual	175
Carregamento/muda	Junho/Agosto	Manual/Mecânica/Animal	186
Sulcação/Adubação	Junho/Agosto	Mecânica/Manual	115
Distribuição/Muda	Junho/Agosto	Animal/Manual	233
Acerto/Sulco	Junho/Agosto	Manual	126
Picção	Junho/Agosto	Manual	(175)
Cobertura/Repasse	Junho/Agosto	Manual	(233)

PICAÇÃO: concomitantemente ao corte das mudas. COBERTURA/REPASSE: concomitantemente a distribuição das mudas.

Tratos Culturais / Usina São José do Pinheiro.

ATIVIDADES	PERÍODOS	FORMAS	TRABALHADORES
Controle/Ervas	Ano todo	Mecanizada/Manual/Química	380
Controle/pragas	Abril/Maio	Química	60
Queima/Palhiço	Setembro/Março	Manual	43
Adubação	Setembro/Março	Mecanizada	115
Irrigação	Outubro/Março	Autopropelida/Aspersão/ Fertirrigação	120

Colheita / Usina São José do Pinheiro.

ATIVIDADES	PERÍODOS	FORMAS	TRABALHADORES
Queimada	Setembro/Março	Manual/tocha/palhada/aceiro/ manual	43
Corte	Setembro/Março	Manual 05 Ton/Dia/Trab.	1 050 Homens 50 Mulheres
Carregamento	Setembro/Março	Mecânica	185
Transporte/Cana	Setembro/Março	Mecânica	69

Fonte: Estudo das Condições e Ambientes de Trabalho na Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de Sergipe. Aracaju: Fundacentro e MPT (publicação própria), 2012.

Como se pode ver no Quadro 2, as atividades ocorrem ao longo do ano, muitas vezes em períodos concomitantes, requerendo mão-de-obra em volume diferenciado. Como já salientado pela literatura (Silva, 1999), há uma taxonomia nativa para os que trabalham nessas atividades; temos assim a “turma do fogo”, o “catador” (bituca),

“limpa”, “veneno”, “irrigação”, “atrelador de carreta”, “tratorista”, “motorista”, entre outros. Alguns trabalhadores circulam entre essas diferentes atividades, ao que pude constatar. Entre os cortadores de cana é possível elencar alguns fatores que explicam essa circulação interna:

- Escolha/opção: acontece quando o trabalhador solicita a mudança de ocupação. Isso pode ocorrer por vários motivos, desde a alegação de cansaço, interesse em continuar na entressafra em atividade diferente do corte, maior estabilidade (uma vez que algumas delas acontecem ao longo do ano). Nessa dimensão, cada trajetória ocupacional apresenta características peculiares que serão tematizadas com a análise das entrevistas;
- Imposição: Pode ocorrer quando o cortador está abaixo do rendimento esperado. Aqui, a idade e o gênero são critérios de seleção. Trabalhadores mais velhos ou que produzem menos costumam estar na “cata”, atrelando carreta, no plantio, na queima, apenas para citar alguns exemplos. Decerto que alguns casos surgem como punição.
- Ascensão ocupacional: a seletividade neste ponto não é pequena. Para os cortadores, a baixa escolaridade já é um fator que limita a ascensão. Muitos, como veremos, veem a possibilidade de sair do corte como uma alternativa ocupacional. Chegar a “cabo de turma” ou “fiscal” também já representa um grau maior de dificuldade. Em Sergipe, algumas usinas ainda mantêm casas, como na imagem 1, abaixo. Resquícios de antigas senzalas, ou construídas em tempos mais recentes, elas são destinadas a trabalhadores cujo vínculo não é intermitente. Não havia cortadores de cana nas casas que pude visitar. Pude constatar também que muitos são descendentes dos antigos moradores da usina, da época em que o “regime de morada” estava em vigor.

Imagem 1: Casas de trabalhadores em terras da usina.

Fonte: acervo do autor.

A gestão da mão-de-obra no campo é por demais diferente com relação à parte industrial das usinas. Como havia dito anteriormente, o modo como se organiza o trabalho no campo é quase homogêneo. Não importando o tamanho da usina, o tempo em atividade ou volume de mão-de-obra empregada. Esses seriam bons critérios para a seleção na parte industrial⁴¹. Além da peculiaridade de ser uma atividade exercida em ambiente rural, o que acarreta consequências para a ordem jurídica que as regulamenta⁴². Por fim, as unidades produtivas em Sergipe possuem baixo nível de mecanização e automação.

Ressalto, contudo, que ao afirmar que a gestão do trabalho no campo apresenta baixa diferenciação entre as usinas, não pretendo dizer com isso que não existem hierarquias e diferenças entre as diferentes ocupações. Um indicativo da existência de clivagens pode ser percebido quando, entre os cortadores de cana, a menção ao trabalho com herbicida é recebida de modo negativo, sempre rejeitado por esses trabalhadores.

⁴¹ Aqui, pude constatar diferenças significativas. Em um dos casos existia, inclusive, PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

⁴² O enquadramento jurídico da atividade-fim das usinas e a relação que isso possui com o modo como se configuram as relações de trabalho será analisado mais a frente. Trata-se de um aspecto primordial e pouquíssimo explorado pela literatura que trata do tema.

As ocupações do campo reservam para si algumas diferenciações, de modo que tratoristas, fiscais de campo, cabos de turma, entre outros, não se veem como iguais.

Se o ambiente de trabalho apresenta pouca variação na comparação com as outras usinas – como ficará claro nos critérios elencados pelos cortadores de cana ao selecionar os lugares em que vão trabalhar – outra questão vem reforçar o ajuste metodológico sugerido: a origem social dos cortadores de cana e a similitude dos locais de residência. Para o caso do Nordeste, farta literatura (Sigaud, 1979; Almeida, 1993; Garcia Jr, 1990; Palmeira, 2009) já assinalou que muitos desses trabalhadores possuem ascendentes que residiram nos antigos engenhos. Uma vez extinto o “regime de morada”, a maioria passou a residir em povoados próximos aos engenhos e usinas, ou nas periferias das cidades. Não é difícil imaginar que as alternativas para garantir os meios de sobrevivência disponíveis para essa população foram drasticamente reduzidas. Quando se pergunta sobre a ocupação dos pais, como veremos, a grande maioria já cortava cana ou trabalhava em roçado.

Por seu turno, observei uma situação pouco conhecida anteriormente, qual seja, o elevado grau de circulação dos cortadores entre as usinas e os fluxos migratórios. Quanto ao primeiro aspecto, o da circulação entre as usinas existentes, pareceu ser melhor critério para a seleção dos casos o grau em que variava essa circulação e não a seleção em razão dos locais de trabalho. Assim, a amostra foi composta com os seguintes perfis:

- Em razão da rotatividade entre as diferentes usinas: indivíduos que trabalharam em apenas uma ou mais de uma usina existente no estado;
- Migrantes de outros estados: os que vivem em alojamentos (majoritariamente alagoanos e baianos);
- Sergipanos que possuíam a experiência da migração: via de regra, São Paulo é o destino.

Também fiz variar os locais de residência. A isso devo a descoberta de circuitos migratórios diversos, nem sempre coincidentes ou de padrão único. Se o destino dos cortadores sergipanos, entre os entrevistados, é São Paulo, os circuitos não são os mesmos. Isso também é válido para os circuitos migratórios de baianos e alagoanos que se deslocam para as usinas sergipanas. Através desses últimos, cheguei a outros circuitos migratórios para o Sudeste.

A ausência de mulheres no corte da cana em Sergipe, ao que pude constatar, sugere que elas são aproveitadas em outras fases do processo produtivo. Em geral estão no plantio e nos “tratos culturais”. As razões que justificam essa distribuição serão exploradas mais a frente. Portanto, a seleção dos casos deu-se prioritariamente entre trabalhadores que estão no corte da cana. Apenas dois entrevistados trabalhavam em ocupações diferentes, um na aplicação de herbicida e uma mulher que estava no plantio. Resta ainda saber como se deu o acesso aos trabalhadores e o modo como as entrevistas foram conduzidas. Constituiria ausência grave, do ponto de vista metodológico, menosprezar esses dois aspectos. Desse modo, o que segue não é apenas uma descrição de caráter procedimental sobre essa fase da pesquisa de campo, ao invés, o intuito é o de explorar as estratégias empregadas e a sua relação com o objeto da pesquisa.

Desde o início da condução dos trabalhos estava claro que, por maior que fosse a minha familiaridade com o universo do trabalho nos canaviais, eu continuaria sendo um “estrangeiro” naquele contexto. Em termos sociológicos, eu não compartilhava o ambiente de socialização e os códigos sociais dos meus informantes. Por certo, essa constatação é quase um truísmo em pesquisas sociais com abordagem qualitativa; todavia, o modo como esse aparente problema é equacionado muito informa sobre os resultados almejados. Dessa forma, ao invés de desprezar (pela via do formalismo) ou tentar minorar (pela via, por exemplo, da pesquisa participante) aquela “diferença”, tomei-a como pressuposto. Essa opção metodológica tem como lastro a ideia de que a entrevista é um encontro social no qual o conhecimento é construído. Como sugerem Holstein e Gubrium (2002), as entrevistas não são apenas um meio neutro ou um tipo de distorção, mas sim um local, uma ocasião para produzir um conhecimento reportável por si mesmo. Nesta perspectiva, os respondentes não são apenas repositórios de conhecimento esperando aquele que vai “extrair” a informação que necessita; eles são antes construtores do conhecimento em colaboração com os entrevistadores. Como correlato, tem-se que,

Instead of refining the long list of methodological constraints under which ‘standardized’ interviews should be conducted, we suggest that researchers take a more ‘active’ perspective, begin to acknowledge, and capitalize upon, interviewers and respondents constitutive contributions to the production of interview data (Holstein e Gubrium, 2002. p. 113).

Em outras palavras, entender “como” o processo de “construção de significado” (*meaning-making*) se desenrola na entrevista é tão crítico quanto apreender “o quê” está

sendo substantivamente perguntado. Por certo, o elemento investigado em minha pesquisa – o modo como se erigem identidades – torna esse aspecto ainda mais imperioso. Uma vez que não se deixa flagrar à primeira vista, a constituição de identidades envolve uma trama complexa de significados atribuídos às ações, as formas de representação social entre outros aspectos, como veremos mais adiante. Nesse processo, os sujeitos não são passivos. Como sugerem Holstein e Gubrium (2002), visto como ativo, o sujeito atrás do respondente não apenas detém os fatos e experiências, mas no variado processo de ofertar a resposta, ele construtivamente acrescenta, retira e transforma os fatos e detalhes. Portanto, como afirma Poupart (2008, p. 244), “em lugar de eliminar os efeitos do contexto, empenha-se doravante, em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social”. Isso informa sobre o modo a partir do qual as entrevistas foram conduzidas e interpretadas, bem como sobre o estatuto do entrevistado no presente estudo.

Com isso em mente, voltemos agora para a questão do acesso aos trabalhadores. Inicialmente mantive contato com representantes sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase), além de recorrer a pessoas ligadas aos Sindicatos Rurais nos municípios visitados que pudessem não apenas indicar trabalhadores para serem entrevistados como também obter informações sobre os locais de moradia dessas pessoas. A partir do consentimento desses primeiros informantes – sempre dispostos a colaborar com pesquisas sobre a sua área de atuação – e cômico de que provavelmente as indicações sugeridas seriam a de indivíduos, digamos, “mais alinhados” com os sindicatos, procurei, aos poucos, afastar-me desses primeiros contatos. Assim, segui solicitando indicações dos próprios trabalhadores a partir dos critérios de escolha previamente discutidos. Em outras ocasiões, especialmente para o caso dos trabalhadores que estavam nos alojamentos, fiz abordagens diretas, sem intermediação prévia para evitar a possível desconfiança caso eu me apresentasse através do contato com os sindicatos ou das empresas⁴³.

⁴³ Esses momentos envolveram algum grau de tensão e perigo. Como é sabido, em geral, os alojamentos estão localizados nas propriedades das usinas. Que os mantêm sob certa vigilância, inclusive com a presença formal de vigilantes e dos “cabos de turma” (responsáveis sobre aquele grupo de trabalhadores). Em todas as visitas tive que me apresentar imediatamente ao “cabo de turma” para explicar as razões da minha presença e afastar qualquer interpretação sobre uma possível associação com os agentes de fiscalização do trabalho (MPT ou DRT’s). Em uma das ocasiões, quando cheguei subitamente no ponto de encontro de diversas turmas de trabalho, ao final de um dia, pude perceber a desconfiança imediata dos “cabos de turma” e “fiscais” da usina que me abordaram sobre os motivos da minha presença. Desfiz essa tensão ao mencionar meu contato com um representante da usina em questão. De toda forma, estava

No total foram trinta entrevistas com os trabalhadores, das quais dezoito foram gravadas e transcritas em razão dos critérios previamente discutidos⁴⁴. As conversas ocorreram prioritariamente fora dos locais de trabalho, em suas residências, não apenas em razão da impossibilidade de realizá-las na ocasião em que trabalhavam, mas sobretudo pelo desconforto sempre manifesto no momento em que eram abordados no trabalho. Em sua maioria, as conversas aconteceram em particular. Somente em algumas ocasiões, mais das vezes informais, mantive conversas com grupos de trabalhadores⁴⁵. Por seu turno, o roteiro de entrevista comportou sempre alguma flexibilidade na sua aplicação, ou seja, durante a conversa com os meus informantes procurei respeitar o tempo da narrativa dele, e não a do roteiro⁴⁶. Isso implica dizer que, quando convinha, a ordem das perguntas era completamente invertida em razão do relato, evitando, com isso, impor uma narrativa hermeticamente estruturada e fechada⁴⁷.

Por fim, o modo como estou incorporando a noção de identidades não se nutre apenas da narrativa de vida contida nas entrevistas. Cumpre ressaltar a dimensão do indizível, dos momentos de pausa, dos códigos simbólicos contidos no léxico geral das narrativas. Não esquecendo a importância dos espaços de socialização fora da usina, na família, nos momentos de lazer, nos sindicatos, que certamente fornecem pistas interessantes sobre o modo como se erigem as identidades. É o que o leitor verá a seguir.

impossibilitada qualquer realização de entrevistas naquele momento. Mas serviu como excelente observação de campo sobre as condições de vigilância a que estão submetidos os trabalhadores.

⁴⁴ As outras doze entrevistas, que não foram selecionadas, serviram como exercício de aproximação e validação dos critérios elencados para a composição da amostra, bem como foram utilizadas para testar o ponto de saturação dos casos selecionados.

⁴⁵ Também não é tarefa simples esse “recrutamento” para participar de uma pesquisa em que desconhecem os motivos. Particularmente no caso dos trabalhadores em alojamentos. Alguns se recusavam a participar, outros pediam para conversar afastado dos demais. De um modo ou de outro, procurei evitar o excesso de formalismo na abordagem e nas conversas. Não é fácil para alguém, cortador de cana ou não, falar sobre sua vida para um “estranho” e sem saber, no limite, a finalidade. De certo modo eu precisava ganhar a confiança dos indivíduos sem, contudo, fazer com que as respostas surgissem “formatadas” para aquele momento. Mas uma vez enfatizo, o entrevistado é um sujeito ativo nesse processo.

⁴⁶ Ver anexo.

⁴⁷ Em algumas entrevistas, após os primeiros momentos da nossa conversa, alguns indivíduos avançavam em assuntos para além do que havia sido perguntado. Como precaução, eu poderia interromper naquele momento a conversa em razão da ordem das perguntas. Fiz justamente o contrário. Inverti a ordem das perguntas sempre respeitando a narrativa do entrevistado e o momento em que determinados assuntos iam aparecendo no seu discurso.

Capítulo 5

NARRATIVAS DE VIDA E TRABALHO NOS CANAVIAIS SERGIPANOS: O MEU LUGAR NESSE MUNDO

Apresentação.

Vimos nos primeiros capítulos que o desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar, especialmente a partir dos anos 2000, impulsionou a ampliação de suas fronteiras para além das áreas tradicionalmente produtoras de açúcar e álcool. Na esteira dessas mudanças, Sergipe presenciou a retomada da sua produção, agora em um novo contexto. Com isso, a primeira parte da tese procurou abordar não apenas a estruturação do setor canavieiro no Brasil, bem como destacar a inserção de Sergipe no contexto mais amplo da produção de açúcar e álcool e, conseqüentemente, os desdobramentos sobre o mercado de trabalho e os fluxos migratórios. Já na segunda parte, e como a tese versa sobre *identidades*, voltei-me para questões mais teóricas, sobretudo com o fito de iluminar o lugar onde pretendo posicionar o meu argumento no tratamento do tema em tela. A aspiração do presente capítulo recai na confluência entre os planos teórico e empírico, no confronto com os achados de campo.

Para abrir e encaminhar a narrativa que doravante apresento, recorro à expressão que mais ouvi durante as entrevistas: “Cortar cana é um serviço pesado”. É quase impossível não se deparar com esse relato quando se trata das condições de trabalho no corte da cana. Ainda que variassem as experiências de trabalho em diferentes usinas, inclusive entre os que migram para outros estados, a maneira de qualificar o trabalho no corte da cana permanece invariável. O truísmo da afirmação inicial, todavia, poderia assumir outra perspectiva se a narrativa privilegiasse os avanços na incorporação dos direitos para esse setor de atividade. Da condição de escravos aos dias de hoje, a narrativa deixaria entrever uma aparente trajetória positiva de mudanças. Mas esse lapso temporal não faz jus ao lento e doloroso processo de mudança das relações de trabalho no campo brasileiro.

O que temos, então, é uma atividade exercida em um ambiente hostil, sujeito às intempéries do tempo e que envolve extremo desgaste físico para aqueles que as

executam. Já destaquei algumas questões a esse respeito nos capítulos antecedentes, à luz dos achados da literatura que trata do tema, e voltarei a elas na medida em que surgem na presente análise. Ademais, acrescenta-se ainda outra peculiaridade: estou considerando o fenômeno a partir de um contexto de aquecimento da produção. Poderíamos nos perguntar: em que difere o processo de trabalho na lavoura da cana em Sergipe, seja com relação ao seu vizinho mais próximo e maior produtor do nordeste, Alagoas, seja com relação ao Centro-Sul? Isso interfere nos percursos migratórios? De que modo as famílias e os locais de residência se reestruturam a partir da presença da cana-de-açúcar? As respostas a essas questões, bem como outras que aparecerão ao longo do texto, situarão o fenômeno que estou procurando circunscrever.

Como forma de melhor organizar os achados das entrevistas procurei sistematizá-los em torno de alguns eixos, que darão sentido às sessões que organizam este capítulo; são eles:

- A socialização anterior e/ou externa ao trabalho no corte de cana;
- A socialização nos espaços de trabalho;
- A experiência da migração;
- Formas de resistência e conflito.

5.1 – A antessala do trabalho no eito de cana.

De onde vêm aqueles que acorrem para os canaviais em busca de trabalho? Assim formulada, a pergunta é pretensiosa. Se originariamente era a mão-de-obra escrava que preenchia as ocupações nos engenhos, com a extinção da escravidão e o modo particular como se desenvolveram as relações de trabalho e o acesso à terra no Brasil, não é descabido dizer que sempre existiu ali um estoque de população cujos meios de sobrevivência eram precários. Os achados de outros pesquisadores no tocante à vida pregressa dos trabalhadores do eito mostram que as respostas tendem a ser convergentes quanto à origem familiar (Woortmann, 1990; Silva, 1999; Menezes, 2002). Oriundos de famílias de pequenos produtores rurais, por vezes ex-funcionários dos antigos engenhos da região, os trabalhadores entrevistados foram socializados em um ambiente onde a atividade na roça era parte integrante das suas tarefas diárias. No

contraponto, a escola surge como algo distante, fora do ideário em que foram criados. Os conhecimentos ali fornecidos são para outra realidade. Sendo assim, na maioria dos casos, o início prematuro nas atividades de trabalho no campo foi a regra encontrada.

Conte-me sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam?

Meus pais trabalhavam numa usina que tinha aí embaixo, fechou já. Engenho das Pedras. Ele trabalhava com cana, negócio de cana: plantação, cortar. Eu nasci noutra cidadezinha que tinha ali embaixo, chamada “Arrodeador”. Aí, muitos tempos, fechou. Tem na faixa de uns trinta a quarenta anos que fechou. Depois ele começou a trabalhar de vaqueiro, essas coisas. E eu já trabalhava, chamava boi, pastorava boi mais eles. Depois fiquei nessas usinas. Fui pro Proveito, Santa Clara, Vassouras (nomes de antigas usinas). Já trabalhei nessas usinas todas. Comecei a trabalhar com doze anos de idade e disso para cá não parei ainda (Romeu, 59 anos).

Conte-me sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?

Do tempo que eu nasci, que eu vim saber quem era, meus pais sempre trabalhou de roça. Milho, feijão, meu pai tem um terreninho, tem quarenta tarefa de terra. Meu pai morou há dezesseis anos numa fazenda também. Depois da fazenda ele construiu o lugarzinho dele, é hoje o lugarzinho que a gente mora. Ele tem quarenta tarefas de terra plantada. Aí depois a gente foi ficando mais velho, a família foi crescendo, foram casando, as irmãs que eu tenho casaram, eu saindo pra aqui, pra acolá.

Então seu pai nunca trabalhou na cana?

Não (Zerramos, 34 anos).

Conte-me sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?

A família da minha mãe sempre teve mais do que meu pai. Assim, a família mais desenvolvida, ela teve a profissão dela. Estudou, conseguiu se formar, aí fez a faculdade. Faculdade não, porque naquele tempo não tinha faculdade. Se formou e trabalhou de professora. Trabalha até hoje (provavelmente ele se refere ao magistério). Vai se aposentar esse ano. Trabalha aqui em Capela mesmo. E meu pai é trabalhador rural normal, que nem todo mundo. Roçava pasto, cortava cana. Trabalhou muito em usina, tombava cana em animais, em burro, essas coisas. Hoje, graças a Deus, já está perto de se aposentar também. Não trabalha em corte mais. É só no sítio mesmo, tomando conta das coisinhas dele.

E ele trabalhou em Capela mesmo?

Ele trabalhou aqui, são daqui mesmo de Capela. Mas só que no tempo que ele trabalhou era só engenho de cana.

Lembra o nome dos engenhos que ele trabalhou?

Era o engenho Proveito, Pedras e a Santa Clara (Josino, 27 anos).

Quando postas em conjunto, salta à vista a quase homogeneidade na forma como se apresentam essas narrativas. O que poderia acenar para a tese da existência de um “exército de reserva”. Conquanto não nos pareça descabida essa consideração, ao menos enquanto metáfora, ela induz a uma leitura que obscurece pequenas diferenças sobre o modo como essas populações organizam suas estratégias de vida. No relato de

“Zerramos” fica evidente uma pequena mudança na trajetória de vida dos seus pais. “Zerramos” mora no sertão sergipano, onde não há presença da cana-de-açúcar. Não se sabe ao certo se os seus pais herdaram uma pequena propriedade e depois foram ampliando-a, ou se, de fato, conseguiram comprá-la. Mas ela alcança quarenta tarefas⁴⁸ de terra. O principal produto cultivado nesta propriedade é o milho, tradicional na região. Assim, uma parte da renda dos filhos que ainda estavam em casa é destinada à manutenção dessa lavoura. O que mostra como os indivíduos equacionam suas estratégias de reprodução em razão da atividade econômica considerada prioritária por eles. O trabalho externo dos membros dessa família, em outros setores de atividade, é regulado, por exemplo, em razão do sucesso ou infortúnio daquela lavoura. No caso de “Romeu”, este possui uma pequena propriedade de terra onde cria alguns animais. A nossa conversa ocorreu justamente nessa pequena propriedade. Ele havia chegado do corte da cana na usina em que trabalhava e me contou que sempre que sobra algum tempo, dedica-se a cuidar da propriedade. Foi além, vejam o que ele me disse no momento em que conversávamos sobre o seu dia de trabalho:

Quem não tira a média, a usina bota para fora?

Não, não. Aí só bota no período em que o cara tiver fichado sabe. Mas nesse caso que eu estou, eu estou provisório, não estou fichado. Eu estou com uns documento enfeitado aí para me aposentar. Aí eu não posso fichar, sabe? Aí eu trabalho provisório. E tem uma porção provisório.

Mas foi você quem quis assim?

Porque tá recebendo um seguro, sabe?

E a usina permite?

Rapaz, eles tem medo, tem e não tem, porque não tá ligando ne. E o povo quer (grifos nossos).

É evidente o caráter precário e degradante dessa condição de trabalho. Todavia, no esforço por esmiuçar os significados contidos nessa passagem, depreende-se também um pequeno cálculo realizado pelo indivíduo. Uma vez que a usina faz uso de trabalhadores sem carteira assinada, portanto um ilícito trabalhista, ele “aceita” esse tipo de situação ocupacional com um objetivo específico: aposentar-se como trabalhador rural. “Falsa consciência”? Ao que penso, isso evidencia, antes, a capacidade de agência do indivíduo para lidar com uma situação que, de fato, é precária. O cálculo é feito por considerar que cinco anos a menos de trabalho são muito importantes para ele. Veja que em seguida ele revela que está recebendo seguro-desemprego; portanto, ainda tem a possibilidade de acumular momentaneamente duas fontes de renda. Por fim, termina

⁴⁸ Tarefa é uma unidade de medida que varia em diferentes estados, em Sergipe ela equivale a 3.052m².

dizendo que “o povo quer”. Em termos sociológicos, sublinhar esse aspecto revela como essa teia de ações dá corpo a resultados diferentes que não se resumem apenas à condição de uma suposta passividade dessas populações em relação à sua condição de trabalho, nem ao imobilismo frente às suas condições de vida. Ao mesmo tempo, a hipótese contida na tese da “proletarização” da população campesina, a exemplo do que sugerira D’Incao nos anos oitenta (1983), seria reduzir os termos do debate ao não considerar o modo como se estruturam as estratégias de sobrevivência dos indivíduos. O antigo suposto de populações passíveis de “proletarização” requeria operar com a dualidade “rural” *versus* “urbano”, considerando o assalariamento um fenômeno exógeno àquelas “comunidades”.

No tocante à questão da aposentadoria rural, mencionada anteriormente, existe um imbróglgio no que se refere ao enquadramento jurídico das usinas sucroalcooleiras quanto à sua atividade-fim, tipificada como sendo atividade industrial. Isso faz com que todos os trabalhadores por ela empregados sejam enquadrados como exercendo atividade industrial, e não atividade rural. Pois bem, isso atinge diretamente os cortadores de cana, mas não somente eles, que se vêem, por essa razão, impedidos de requerer a aposentadoria rural, ainda que exerçam suas atividades em ambiente rural. Ao questionar alguns juízes do trabalho a esse respeito, logo percebi que esse não é um ponto pacífico no meio jurídico, onde se apresentam opiniões divergentes sobre o tema. Todavia, é preciso compreender o que estava na origem desse tipo de enquadramento dos trabalhadores rurais. Vejamos.

Em primoroso trabalho, Welch (2010) chama a atenção para o fato de que o Estatuto da Lavoura Canavieira, promulgado em 1941, teve o acréscimo de uma emenda em 1944 que representou a unificação do enquadramento jurídico dos trabalhadores, que estavam tanto na lavoura quanto na usina, sob um mesmo proprietário e cuja produção fosse direcionada à produção de açúcar, os cortadores deveriam ser equiparados aos trabalhadores da indústria. Tendo assim garantidos todos os benefícios da CLT, que, até então, excluía os trabalhadores rurais. Veja o leitor que, no início, a disputa se deu na equiparação do enquadramento jurídico dos trabalhadores, enquanto “trabalhador industrial”, como forma de estar sob o “guarda-chuva” protetivo da recém promulgada legislação trabalhista.

A aposentadoria rural, criada em 1972 com o FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural), é contemporânea da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, como já destacamos no primeiro capítulo.

Acontece que, posteriormente, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, e as alterações dela advindas, entre elas a redução do limite de idade para requerer o benefício (de 65 para 60 anos, no caso dos homens; e 55 anos no caso das mulheres), a questão do enquadramento jurídico de atividades, como as do cortador de cana, emerge mais uma vez, agora sob um novo eixo, o da busca de uma nova diferenciação. É o que parece sugerir o caso de “Romeu”.

Não se trata, portanto, de apresentar esse dado empírico como uma espécie de caução probatória de um argumento – apriorístico – que se quer demonstrar sobre a “precarização” das relações de trabalho. Mas, antes, compreender como tais recursos legais acabam por criar clivagens, cujas ações dos indivíduos acabam por reforça-las ou contestá-las. Expondo, por essa via, o abstruso jogo de interesses dos atores em questão.

Em outros exemplos, mas ainda no eixo dessas considerações, também encontrei situações como as que relato a seguir, entre os que vivem próximos aos canaviais das usinas,

Você possui alguma propriedade de terra? Costuma manter algum cultivo? Arrenda?

Eu mesmo não tenho não.

E quanto ao terreno do seu pai?

Nós planta e nós vende (cana-de-açúcar) para ela (a usina), ela mesmo corta (Jileu, 22 anos).

Você possui alguma propriedade de terra? Costuma manter algum cultivo? Arrenda?

Esse aqui foi comprado, só tenho esse aqui. E tenho outro lá nas Pedras, no povoado lá em cima, eu tenho mais duas tarefas de terra.

E está arrendado?

Não. Lá eu planto cana para as usinas. Quem corta é o povo da usina mesmo. Quem planta é a gente, a gente cuida, faz as limpa e no tempo eles vêm cortar (Romeu, 59 anos).

Longe estou em afirmar que elas representem a regra. Ademais, podem também indicar uma tendência que está se alastrando, a saber: as usinas não pretendem ampliar as suas propriedades, optando por comprar a cana de fornecedores. Se isso já ocorre em São Paulo no tocante à terceirização da mão-de-obra, ela sugere um avanço sobre uma forma de exploração que agora opera em outro eixo, o da tentativa de desresponsabilizar-se pelo ônus do assalariamento desses trabalhadores. Mas volto ao argumento anterior, quando reunimos essas “pequenas ações” elas mostram um intenso processo de confronto com a ordem das coisas. Descortina-se uma trama de ações que

sugere o modo ativo como os indivíduos enfrentam as condições degradantes a que estão expostos.

O complemento da renda advindo de uma pequena propriedade, seja para o cultivo de outros produtos, seja para o plantio de cana-de-açúcar, encontra sustentação na tentativa de equilibrar o orçamento familiar em razão da sazonalidade do vínculo ocupacional. Assim, são os mais velhos que administram esse orçamento que conta também com a participação de parte da renda dos filhos e das esposas.

Outro elemento que aparece em alguns casos são os constantes deslocamentos como estratégia de sobrevivência. Com isso, o deslocamento espacial em busca de oportunidades de trabalho não é um fato novo, que poderia ser atribuído somente à cultura da cana. Esse aspecto é ainda mais evidente para os que habitam no sertão e possuem o recurso ao êxodo, pela escassez de oportunidades de sobrevivência nos longos períodos de estiagem, como prática comum. A propósito, a imagem do retirante da seca perpassa obras clássicas da literatura, a exemplo de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. Nelas, os indivíduos encontram-se atados ao flagelo do contexto social de que são reféns. Se for possível reter o caráter compulsório desse descolamento, vivido como um drama, parece-me salutar também observar a teia de representações e estratégias construídas ao longo do que parece constituir um *modo de vida*. Proposta que encontra amparo em outros estudos, a exemplo de Fontes (2008) e Menezes (2002).

Nas passagens abaixo, as tentativas de sedentarização em um lugar específico colidem com a necessidade de “andar pelo meio do mundo”. Assim, as estratégias familiares vão se estruturando como forma de equacionar esse aparente dilema.

Conte-me, um pouco, sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?

Meus pais... Minha mãe também já cortou cana, meu pai até hoje corta.

Isso em Cururipe?

É, tem muito tempo, meu pai tem mais de 23 ficha cortando.

Ele vive em Cururipe ainda?

Não, ele mora no mesmo lugar que eu moro, só que ele vive no sítio.

E ele já viajou para cortar cana em outro lugar?

Ele já viajou para Goiás, para Minas, Mato Grosso, São Paulo, já rodou muito pra criar nois.

Onde ele trabalhou em Alagoas?

Na Guaxuma, Cururipe, Sinimbu, Cachoeira, Marituba, Caité (**nomes de usinas**), já rodou tudo ali já. Esse ano ele não veio (**para Sergipe**) porque ele se operou de apendicite, aí pegou oito ponto, aí esse ano o médico disse que era para passar um ano parado. Agora quando começar em setembro agora, ele vai vim para aqui para essa usina (**em Sergipe**). Ele sempre trabalhou com cana, desde moleque, começou a cortar cana com dez anos.

E sua mãe?

Minha mãe rodava com ele. Depois que eles se casaram andava no meio do mundo aí.

E trabalhava nas usinas?

Trabalhava nas usinas também. Já moremos no Paraná quatro anos.

Foi trabalhar em usina no Paraná?

No Paraná era café. Pronto, só teve isso de diferente mesmo, aí os outros anos só cana mesmo (Américo, 23 anos).

Conte-me, um pouco, sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?

Meus pais? Agricultor.

Em terra própria?

É. Em Alagoas era milho, feijão, palma.

Nunca trabalharam com cana?

Meu pai já. Eles estão na Bahia. Tá com 13 anos que a gente tá aí em Santa Brígida. Quando nós viemos para a Bahia foi em 1979, aí passamos uns tempo aí na Bahia, depois fomos pro sul de Alagoas.

Lembra as usinas que ele trabalhou?

Roçadinha, trabalhou uns quatro anos. Trabalhou na Caité. Ele é aposentado como trabalhador rural.

E sua mãe chegou a trabalhar na cana?

Chegou. No corte, na limpa...

E seus irmãos?

Era doze, os mais velho trabalhava (na cana). Papai trabalhava fichado, mas nós como não podia fichar, que era pequeno, aí trabalhava clandestino (Alfredo, 40 anos).

Nesse contexto, a iniciação no trabalho ocorre já desde o início da adolescência. Acostumam-se, assim, a trabalhos pesados em um ambiente agreste.

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

Eu comecei a trabalhar, trabalhar mesmo assim, com 10 anos de idade. Saia quatro horas da manhã aí, chuva, tudo.

E já foi com cana?

Não, negociando. Ia pegar fruta no mato, ia pegar uma goiaba, ia pegar um jenipapo, um adicuri⁴⁹ e minha mãe vendia no Ceasa em Aracaju. Eu comecei assim. Foi difícil viu... Cheguei a estudar, mas só que meu pai morreu. Eu tinha 8 anos, aí só minha mãe para dá de comer a nove pessoas. Cada um tinha que se virar. Ia mais ela, terça e sábado ela ia vender e nós ia trabalhar. Frequentei até a quarta série (Justino, 28 anos).

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

É desde cedo, nesse tempo não registrava carteira. Qualquer criança com idade de doze, treze anos já cortava cana.

Mas você começou a trabalhar ajudando seu pai?

Não, trabalhava eu e um irmão meu. Meu irmão mais velho.

Com seu pai?

Não, trabalhava só nós dois.

Isso com quantos anos?

Com doze anos de idade.

⁴⁹ Palmeira oriunda da região da caatinga, também conhecida como Ouricuri, Licuri, Butiazeiro, coco-cabeçudo entre outros nomes.

E já trabalhava cortando cana?

Com cana, doze anos de idade! A gente não chegamos nem a estudar! Não tinha como... A gente saímos da escola para trabalhar com cana. Só cana até hoje!

Mas foi seu pai que incentivou vocês a trabalhar ou foi vocês que decidiram?

Ele falava assim: “meu fio, vocês é os dois hominho que já tá mais crescido, eu com muito filho”. Nesse tempo a coisa era mais difícil. “rapaz, vocês vão trabalhar, eu vou conversar com o feitorzinho ali do Cafuz (antigo engenho)”. Aí arranhou um serviço para a gente lá, a gente foi trabalhar. Aí a gente tava estudando, saímos da escola para trabalhar porque o negócio é difícil né?

E quantos irmãos você tinha?

De irmão, meu Deus... parece que era dez.

Então tinha mais irmãos mas só foi vocês?

É, os outros eram pequenos, os mais velhos eram a gente.

E na usina hoje quantos têm?

Só tem eu e o moreno que mora lá com minha mãe.

Então de lá para cá você só trabalhou com cana?

É, de doze anos. De lá para cá tem muitos anos, não tem? (Eufrásio, 47 anos).

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

Na minha infância eu trabalhei. Estudei até chegar a uma faixa etária de idade boa, mas só que eu tinha que trabalhar para ajudar meus pais, ne? Eu trabalhava no campo, era roçagem de pasto, essas coisas. Não era com cana. Aí chegou um tempo que precisou, porque naquele tempo o salário era bem pouco para ajudar a família. Aí precisou eu mais outro irmão, nós foi trabalhar. Aí ele (o pai) levou a gente, foi para trabalhar no campo com ele. E daí ficamos. Parei de estudar com treze anos, na quinta série. Aí completei dezoito anos, já estava com os meus documentos tudo para trabalhar, aí fui trabalhar com fruta, era colhedor de fruta. Trabalhei dois anos, depois sai e comecei a cortar cana. Aí to inté hoje (Josino, 27 anos).

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

Era para roça, limpar feijão. Na base de uns dez anos (a idade em que começou a trabalhar). Nos somo sete irmão, quatro mulher e três homem. Aí tinha os mais novo que não ia na roça, mas os mais velhos já ia ajudar meu pai minha mãe, limpar feijão...entendeu? O estudo foi pouco, eu estudei só até a segunda série (Zerramos, 34 anos).

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

Era na roça também, nunca tive estudo. Estudo zero. Nunca cheguei a frequentar escola. Depois de grande agora foi que eu estudei um pouco.

Então seu pai já levava vocês para ajudar?

Já. Dez, onze anos já tava dentro da roça já.

E voltou a estudar com quantos anos?

Uns 25, aprendi a fazer o nome já.

E estava em Itabuna ainda?

Não, já tava em Salvador. Morei um tempo em Salvador. Tinha um irmão meu, aí eu vim para casa dele.

Isso com quantos anos?

Uns 12 anos.

Chegou a trabalhar em Salvador?

Trabalhei, ajudante de jardineiro. Aí fiquei 18 anos em Salvador, e agora arrumei uma mulher aqui de Cícero Dantas, aí casei, to morando lá agora.

O que lembra da infância então?

Só trabalho mesmo só (Serafim, 39 anos).

Quando começou a trabalhar? Conte-me como foi?

Com 13 anos. Já comecei a trabalhar na cana. Cortando mais ele também. Na época era de cinco carreira, ele levava três, eu levava uma e demi (**irmão**) com outra. Nem com um facão desse grande nois podia, era com um pedacinho de foice. Naquela época não era facão. Passou a ser facão de uns tempo pra cá. Aí nois trabalhava com um pedacinho de foice.

Chegou a frequentar escola?

Rapaz, muito pouco.

De lá até cá está trabalhando com cana, nunca parou?

Sempre passo uns quatro, cinco ano sem vim aqui, porque eu tenho meu roçado, essas coisas. Viemo aqui, trabalhava um ano, dois, aí depois dá outro paradeiro. Trabalho direto não (Alfredo 40 anos).

Fale-me da sua infância. Estudou até que série?

Ajudava minha mãe, meu pai, meu avó. Com uns 11, 12 anos.

Em que ajudava, no corte?

Não, no corte não. Era farinha, mandioca (**a família usava uma casa de farinha de outra pessoa e pagava em sacos de farinha**).

Você acompanhava seu pai na usina?

Não, com meu pai não. Quando eu fui para a usina eu já tava de maior (Coriolando, 19 anos).

Quando começou a trabalhar? Conte-me como foi?

Comecei sempre na roça, aí depois foi que eu sai. Nois tinha a roça da gente aí sempre eu ia. Porque ele (**o pai**) trabalhava no canavial e nois ficava na roça (Jileu, 22 anos).

A semelhança dos relatos mostra como se dá o ingresso no trabalho. Percebe-se como a mão-de-obra das crianças vai sendo requisitada como complemento da renda familiar, seja em atividade própria ou externa. Mas esse processo obedece a um escalonamento, os mais novos acabam sendo preteridos em detrimento dos mais velhos. As meninas também ocupam outras funções, mais ligadas às atividades domésticas. A escola, quando surge, revela-se pouco compatível com as necessidades imediatas das famílias⁵⁰.

Na comparação com as idades apontadas como momento do início do trabalho, chamo a atenção para a demarcação simbólica da idade. Ela não parece obedecer a uma ordem cronológica que fixa uma determinada idade como indicador da aptidão ao trabalho. Ao invés, o que se tem é uma demarcação que associa a força física ao conhecimento das atividades requeridas na roça. Trata-se, portanto, de uma representação simbólica em torno do momento tido como propício ao início das atividades laborais. Ser “mais novo” ou “mais velho”, nesse modo de escalonar o

⁵⁰ Sobre essa questão, os programas de transferência de renda – a exemplo do Bolsa Família – que condicionam o recebimento do auxílio à manutenção das crianças na escola pode exercer algum impacto na ruptura desse padrão. Embora eu não tenha conseguido captar essa variável visto que meus informantes nasceram em épocas anteriores ao surgimento de tais programas.

tempo, significa já ser considerado apto ao trabalho. Observe que, a despeito da idade, os relatos apresentam algum grau de similitude.

Há ainda outro marcador simbólico associado ao trabalho que nos leva a percebê-lo como um ritual de passagem para um suposto “amadurecimento”. Nesse sentido, fazer-se “homem” passa pelo trabalho. Sobre esse ponto, as narrativas sugerem, em diferentes passagens, a constituição de uma ética do “bom trabalhador”. Com razão, esse é um marcador identitário associado ao trabalho cujos efeitos transbordam para os espaços extra-trabalho. Ele é o cimento que reforça vínculos entre os indivíduos e seus grupos de pertencimento, seja na comunidade ou no trabalho. Os seus desdobramentos se contrapõem à ideia da “identidade negada” do trabalho no corte de cana. Se no varejo, em sua dimensão imediata, essa atividade laboral retira significado; no atacado, enquanto trabalho em sentido mais amplo, forja-se a imagem do “bom trabalhador”. Como o passar das narrativas, essa ética ficará ainda mais evidente, pois será fraseada como compromisso de “retidão”, de “honestidade”, de “honradez” e de “merecimento”.

Como vimos, o ingresso nas usinas, na relação com outros possíveis empregos na região, surge quase que como uma consequência natural. Mas não decorre disso uma submissão fatalista. É certo que os indivíduos sabem, ou procuram saber, do tipo de atividade que irão desempenhar no corte da cana, das condições de trabalho, entre outros aspectos, e eles o levam em consideração em sua decisão. Ainda que o leque de opções seja diminuto, e reconhecendo que têm poucas credenciais que possam ser capitalizadas no mercado de trabalho, chama a atenção o modo como é equacionada a inserção ocupacional, tal como se pode depreender dos excertos a seguir.

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

Trabalhei com frutas, em Neópolis (Município sergipano). Colhedor de manga, mamão essas coisas.

E por que saiu?

O serviço era bom... Assim, era um serviço maneiro, leve, mas em compensação não ganhava dinheiro e o corte de cana é um negócio que ganha dinheiro. Aí eu saí, trabalhei um ano aqui nas usinas em Sergipe cortando cana e parti para São Paulo. Foi lá que eu consegui ter minhas coisas. É mais pesado, como todo mundo sabe que é, mas em compensação ganha mais dinheiro (Josino, 27 anos, grifos nossos).

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

Já, trabalhei em padaria. Minha profissão mesmo é padeiro.

E você quis sair?

Dinheiro muito pouco, entendeu? Você vinha em casa de quinze em quinze, não dá comida, você dormia numa garagem, acordava quatro horas da manhã, parava oito, nove da noite. Aí, quer dizer, não dava uma passagem, não dava comida, um colchonete para você dormir na garagem em cima de outro carro. Aí eu pedi para sair.

E foi daí para as usinas?

Não, eu já trabalhava nas usinas, mas o meu pensamento era o seguinte: pegar um serviço desse (o de padeiro) para ficar aqui, porque você sabe, a pessoa deixar a família aqui e viajar para fora, o duro é só é esse, é difícil. Eu pedi para aumentar mais um pouquinho (o salário), aí o patrão não quis chegar num acordo, aí eu disse: para mim não dá. Trabalhava muito e ganhava pouco. Hoje, o que eu tenho, não é daqui, é de fora (do corte da cana em São Paulo) (Justino, 28 anos, grifos nossos).

Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas?

Rapaz, aqui em Areia Branca não tem viu. Tem em Itabaiana, serviço pesado de cerâmica, essas coisas.

Mas não tem outras coisas aqui?

Olha, eu vou te falar uma coisa, aqui para a gente que não tem estudo, eu e outros que tem por aqui, o mais fácil mesmo é cana. Porque a gente chega lá, entrega o documento e vai trabalhar.

Então para a pessoa arranjar emprego por aqui é difícil?

É difícil. Porque quem tem a profissão, de pedreiro essas coisas, trabalha tudo em Aracaju. Mas quem não tem fica difícil. Ou servente, trabalhar de servente de pedreiro, ou então a cana.

E trabalhar na diária?

É mais ruim. É melhor a pessoa ir para a usina, porque pelo menos quando sai, vamos supor, ela tá peijando agora, aí pega um seguro, tem a micharia do fundo de garantia, eles dá também um acertozinho para a gente. Aí a gente guarda aquele dinheiro e vai esperando arrumar outro serviço. Quando a gente arruma logo, eu mesmo não gosto de ficar parado, eu vou logo trabalhar (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

Fichado mesmo não.

E sem ser fichado? Só servente assim, ajudante de pedreiro.

Quando não sai o seguro?

É. Esse ano é o ano do seguro, se nós pegar... Nós tamo esperando, nós tamo meio com medo também, mas sai (Américo, 23 anos)

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

Já, trabalhei de vaqueiro já. Eu trabalhei dez anos como vaqueiro. Dos oito até os dezoito. Aí foi um período que eu fui para São Paulo, eu trabalhei de “pizzaiolo” também. Em São Paulo eu fiquei vinte cinco dias.

Quem te levou para São Paulo?

Um primo meu mesmo. Já tava lá já. Chegou lá, eu não gostei de lá, em vinte cinco dias, três vezes assaltado! Aí Curitiba, tenho um irmão lá. Em Curitiba engatilhei dois anos e seis meses, quando voltei para aqui para Sergipe, foi um período em que casei e aí voltei para a atividade de cortar cana. Passei até a agenciador, até arrumar gente. Depois foi um período que voltei a cortar cana de novo, aí foi o período que eu me acidentei (Rochinha, 43 anos).

Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

É porque eu tenho um amigo que trabalho aqui, tá com sete anos que ele trabalha aqui. Todo ano ele dizia: “vamos trabalhar?” Eu dizia: “rapaz, não vou não”. Aí quando é esse ano aí, teve uma crise. Porque lá a gente vive quando dá uma safrinha no inverno. Aí esse ano não aconteceu isso rapaz, não tiramos nada (feijão). Aí foi o jeito eu vim para cá (Ulisses, 53 anos, grifos nossos).

Salta à vista o modo como os indivíduos vão tecendo suas estratégias de inserção ocupacional em razão dos limites e possibilidades na comparação com as outras atividades ao seu alcance. Veja que “Josino” alude ao melhor salário pago pelas usinas, fato que o motivou a sair da ocupação anterior. O mesmo fez “Justino”. Chamo a atenção também para o modo como, nos dois casos, atribuem-se aos deslocamentos que fizeram para trabalhar nas usinas em São Paulo como o fator preponderante para, em suas palavras, “ter as minhas coisas”. Isso reforça o entendimento de que a migração pode servir tanto para reforçar a manutenção da sua condição de “assalariado” – como quer “Eufrázio”, acentuando a segurança proporcionada pelos benefícios da Carteira de Trabalho “assinada” –, quanto para acumular recursos para outras atividades, a exemplo do cultivo de uma pequena roça.

Os deslocamentos, como se depreende, não são episódicos nem irrefletidos. Quando vistos pelo prisma do indivíduo, o que se observa é a complexa trama de ações que imprimem às migrações um amplo leque de significados. A compreensão dessas estratégias, sobre o modo particular como esses sujeitos enfrentam os constrangimentos estruturais, traz a lume questões que de outra forma passariam despercebidas. Esse parece ser o caso de “Ulisses”, migrante da Bahia que vai para o corte da cana em Sergipe – levado por um amigo – em razão de uma safra ruim em sua propriedade. Vejam o que ele diz em outro momento,

Você possui alguma propriedade de terra? Costuma manter algum cultivo? Arrenda?

Eu tenho um terreninho lá (Santa Brígida – BA), é umas setenta tarefa. Feijão e milho.

Arrenda?

Não.

Cultiva com a família mesmo?

É.

E da uma renda boa?

Dá. Se chover, tira oito, nove, dez tarefa de vez em quando. Não é todo ano não (Ulisses, 53 anos).

Em Sergipe, a oferta de emprego na colheita da cana atraiu muitos trabalhadores que até então desenvolviam outras atividades. Com isso, mesmo que, no relato, o fator financeiro pareça o que mais exerce impacto nas decisões, como nas duas primeiras passagens acima, o aumento da renda está vinculado a algum planejamento maior. “Josino” é atraído para o corte da cana no momento em que novas usinas iniciam suas atividades no município em que ele reside. A proximidade da sua residência, a chance de auferir maior renda, atraente sobretudo por se encaixar em suas pretensões de vir constituir família, de ter uma casa, de comprar uma moto, são elementos que orientam a sua decisão de ingressar no corte da cana. Ele realça a sua experiência de migração pondo em destaque que: “foi lá que eu consegui ter minhas coisas”.

“Justino”, ao contrário, sai da atividade do corte de cana, mesmo se brevemente, para tentar ficar mais próximo da família. Quando percebe que não fez uma boa escolha, retorna para o corte, e novamente volta a enfrentar o desafio de conciliar a distância do trabalho com a família. O mesmo parece valer para “Rochinha”, que chega a tentar outros empregos em São Paulo e Curitiba, mas acaba retornando para Sergipe e sublinha que a decisão de casar afetou suas escolhas.

A família mostrou-se uma variável que exerce um peso considerável nas ações dos indivíduos. Ela se transforma em eixo que orienta e ampara a trajetória dos cortadores de cana. Aliás, mais das vezes, as ações decorrem de uma conjunção com as estratégias familiares. Por estratégias familiares entendo todas as decisões tomadas levando-se em conta a estrutura das relações familiares e de parentesco. Por vezes, em sua narrativa, o indivíduo apresenta a sua trajetória de vida como refém de imperativos inegociáveis face à necessidade de sobrevivência. Com isso, deixa transparecer certo descaso, como se decisões importantes – a exemplo de como e quando migrar – fossem tomadas sem nenhum planejamento. No entanto, à medida que a conversa flui e se passa a focalizar outros aspectos da sua vida, eis que surge uma rede complexa de elementos sobre os quais as decisões são tomadas.

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Converso, principalmente com minha mãe. Primeira vez que eu viajei mesmo sentei e conversei com minha mãe. Nunca tinha ido. “Se der você fica, se não der e não tiver o dinheiro, ligue para mim que eu mando o dinheiro”. (Justino, 28 anos).

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Pedi opinião só aos colegas mesmo. Nós vai tudo junto conversando...

Sobre o que vocês conversam?

Aí o cara vai ver pelos cara que tá trabalhando, ne? A que tá melhor de ganho. Hoje mesmo eu falava para você para ir para o Campo Lindo (nome de usina). A que tá melhor de ganho é ela (Jileu, 22 anos).

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Conversei com eles (os pais). Aí ele falou assim (um primo): “deixe Zerramos ir mais eu para Barra Bonita”. Aí pai disse: “Rapaz, é o seguinte, ele já uma pessoa de maior, eu não me importo não, quem sabe é ele. Se quiser ir, tá liberado”.

Sua mãe também?

Foi, ela disse: “não me importo não”. Eu tava solteiro... Conversamos todo mundo junto. (Zerramos, 34 anos, grifos nossos).

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Ah converso, a gente conversa aqui. Vamos supor: porque o negócio aqui tá meio difícil também. As vezes a usina aí peja, termina a safra e o negócio fica difícil aqui. As vezes dá um verão seco, que nem tá esse mesmo. Aí a gente fica aqui sem arrumar um serviço para trabalhar. Aí a gente bota na cabeça assim: “fulana (a esposa), rapaz eu vou viajar. O negócio ta ruim, o bicho vai pegar. O negócio ta ficando difícil”. Eu não gosto de ficar em casa, falar a verdade, Deus me livre (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Converso mais com a esposa em casa. Nois saiu num plano de fazer uma casa, que nois não tinha, nois morava de aluguel. Aí nois foi num plano de fazer uma casa. Aí nois compramos um chão, graças a Deus, construimo uma casa (Serafim 39 anos).

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Eu boto na mente e vou. Eu converso, eu digo, até hoje eu digo. Nois conversa tudo. Eu nunca levei ela (a esposa), sabe? Nois tem sete meses de casado.

Em outra viagem que você for ela vai querer ir?

Ela só veve me cobrando. Agora eu só levo ela assim sabe, chegar lá, passar uns dois meses, ver o movimento do lugar, porque eu não quero chegar lá, ver ela... Não, eu quero dar uma vida diferente, sabe? Eu não quero vê ela sofrendo nem nada.

Não quer que ela se empregue nas usinas?

Não, quero essa vida para ela não! Eu boto “pocando” aí já para arrumar as coisas dela, a minha... (Américo, 23 anos).

Entre as passagens acima, apenas “Jileu” não é casado. Com isso, uma vez casados, os planejamentos passam a ser outros em razão da presença da esposa. “Justino” irá destacar, quando conversávamos sobre seus planejamentos futuros (exponho logo abaixo esse momento), que a permanência dele em São Paulo ainda não

ocorreu por conta da esposa, que parece resistir a ida em definitivo. Já “Zerramos” deixa claro como o fato de estar solteiro no momento da primeira viagem a São Paulo exerceu um peso considerável em sua decisão. Em outro momento da nossa conversa, ele afirma ter comprado um terreno na região em que vive porque “estava pensando em casar”.

Para “Eufrásio”, a situação parece um pouco distinta. Isto porque ele toma como obrigação sua a necessidade de viajar para garantir o sustento da família quando “o negócio tá ficando difícil” na região em que vive. A sua esposa, na ocasião em que conversávamos sobre esse ponto na varanda da sua casa, atenta, não deixou de comentar: “ele não deixa eu ir, eu morro de vontade para conhecer São Paulo, mas ele não deixa eu ir”. Mesmo levando em tom de camaradagem, o excerto é fértil em significados sociológicos na medida em que deixa entrever as relações de poder que existem nesse modelo de família. A sua esposa também trabalhava na mesma usina que ele, mas, em matéria de viagem para São Paulo, essa era uma decisão monocrática daquele que assumia o papel de “chefe da família”.

Também não é outro o significado da maneira como se estruturam as relações familiares em face das decisões tomadas a respeito do trabalho nos casos de “Serafim” e “Américo”. Interessa-me, sobretudo, o arco de considerações a respeito do sentido de suas ações que exprime clara influência da situação de “casados”. Ao interromper a nomeação de uma situação que Américo não considera digna para a sua esposa – “porque eu não quero chegar lá, vê ela...” –, mas que ele conhece bem, eis que surge a forma de minorar tal situação: “Eu boto ‘pocando’ aí já para arrumar as coisas dela, a minha...”. O lastro que sustenta suas decisões vai na contra-mão do que parece sugerir o argumento que faz alusão a uma simples e direta “captura da subjetividade” desses sujeitos. Não é sem atritos que opera o receituário das empresas em busca de envolvimento do trabalhador.

A importância das redes de relações familiares emerge nesse contexto. Destarte, a ida para o corte da cana pode ocorrer em um momento de retração da lavoura (tida como atividade principal), na busca por uma renda maior que a auferida em outro emprego, ou por falta de alternativa de trabalho, para a manutenção da família, entre outras combinações possíveis. O mesmo vale para a decisão de migrar. A trajetória das decisões tomadas revela o planejamento sobre o qual elas se estruturam. Igualmente, a perspectiva de futuro também indica uma orientação da ação cotidiana, seja para se obter uma carteira de habilitação (como recurso para conseguir outro emprego), seja para comprar algum terreno com vistas a sair do corte algum dia, entre outros aspectos.

O que você sonha/deseja hoje?

Minha mente sabe o que é? Primeiramente levar minha esposa para lá (São Paulo). Passar uns cinco anos e comprar umas quatro casa aqui e viver só disso. Cada ano que vai passando, o trabalho nisso vai cansando. Eu cheguei a levar dois irmão para lá. Hoje tá melhor do que eu, porém, tão lá. Aí você passar, sete, oito meses, retornar, já é mais ruim, entendeu? Aí você vai procurar outro tipo de emprego lá. Carrinho (carro), já possui, mas eu não quero mais agora, entendeu? Tenho minha casa hoje, não faz inveja para ninguém. O carinho que eu tenho lá eu não tenho aqui. Tenho sim, por minha família, meus amigos... Um me dá uma oportunidade, me dá outra (em referência a São Paulo). Trabalhar de vigilante, uma cesta básica e aqui (em Sergipe) eu não tenho essa oportunidade. As amiga liga para mim, aí conversa com minha mulher: “vem pra cá, aqui é melhor” (Justino, 28 anos, grifos nossos).

O que você sonha/deseja hoje?

O meu pensamento ficava assim. Se eu chegasse a ganhar um dinheirinho aí... Eu pensava, assim, em comprar um terreno para criar meus bichinho. Criar meu gadozinho, para eu mesmo trabalhar para mim mesmo. Pelejar com meus bicho, ta entendendo? A minha vontade era essa. Mas a gente não consegue, é difícil ne? Para a pessoa fraca, é muito difícil, é muito difícil... (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

O que você sonha/deseja hoje?

Rapaz... Hoje em dia o plano que eu to mesmo, to para tirar minha habilitação aí. Que eu quero sair do corte do corte de cana, ne? O cara tem que descansar um pouco. Esse ano, com fé em Deus, eu tiro a minha (Jileu, 22 anos, grifos nossos).

O que você sonha/deseja hoje?

É meu sonho uma moto. Uma casa eu já consegui. Meu sonho é comprar uma moto nova. Eu tenho uma vida que eu pedi a Deus (Américo, 23 anos).

Mas, não é que apenas a possibilidade de auferir maior renda, na comparação com os outros empregos, orienta as escolhas. Os símbolos de *status* que adquire informam tanto sobre as estratégias de escolha como sobre o universo simbólico da realidade em que vivem. Entre os mais recorrentemente referidos está a carteira assinada e os benefícios dela decorrente, o acesso a crédito e as políticas públicas de proteção nos períodos de entressafra. E também a motocicleta; se antes eram os óculos escuros (Martins, 1986), agora o consumo é orientado para outros bens, com destaque especial para a moto e celular. Eles transmitem uma imagem de êxito, são passaportes para afirmar-se em meio à comunidade como os novos símbolos marcadores de diferença.

Nas diversas comunidades que pude conhecer durante a pesquisa de campo, onde residem os trabalhadores, há ainda outro aspecto a se destacar. Em meio a outras ocupações disponíveis na região, a renda obtida no corte da cana está entre as maiores.

Isso implica numa inversão da imagem negativa que geralmente se tem quando se observa esse tipo de trabalho apenas pelo seu viés de precariedade. Em outras palavras, quero dizer com isso que, a renda obtida na cana proporciona um *status* diferenciado em meio à comunidade em que vive o trabalhador. Não à toa, pude perceber o movimento de pequenos comerciantes ambulantes nessas comunidades que procuram esses trabalhadores, pois sabem que a possibilidade de venda é maior. No comércio local, igualmente, o fato de ser empregado com carteira assinada confere maior credibilidade nas transações comerciais, sendo, portanto, bem visto. Isso traz consequência nas duas imagens/identidades que estão em jogo, a do trabalho na cana em sua dimensão mais imediata e a que deriva do ganho material decorrente dessa ocupação.

Desde já, vale ainda dizer que não parece factível falar em um contexto de “superexploração do trabalho”, como sugerem algumas interpretações (Thomaz Junior, 2002). Na acepção marxiana isso implicaria em uma situação onde nem a própria reprodução da força de trabalho está assegurada em detrimento do rendimento abaixo do necessário. Por seu turno, parece-me que também fica manco o argumento de apenas ler a estratégia das usinas com o pagamento por produção naquilo que representa o seu valor de face, ou seja, como simples estratégia de “captura da subjetividade do trabalhador” (Guanais, 2010). Dissolvendo a representação a esse respeito, feita pelos próprios indivíduos, como epifenômeno de menor valor analítico. Ao contrário, quando invertemos os termos da relação na análise das formas de reprodução social, encontramos justamente o elemento que pretendo sublinhar: a atribuição de significados diversos.

Encontro amparo nessa formulação em outros instigantes trabalhos que me antecederam e que procuraram apreender as estratégias construídas pelos indivíduos, famílias e grupos no enfrentamento das situações de trabalho, na decisão de migrar e/ou nas formas de resistência, a exemplo de Sigaud (1979), Lopes (1988), Scott (1986), Garcia Jr. (1990), Menezes (2002) e Woortmann (1990).

Perscrutar a dimensão do possível, daquilo que está nos “sonhos” dos indivíduos, mostra-se útil para reunir informações sobre o conteúdo das ações. Claro está que, aquilo que eles apresentam como desejo nem sempre será alcançado; todavia, nele transparecem pistas importantes das formas de representação construídas acerca da vida e do trabalho. Desse modo, entre o possível e o impossível, do real ao quimérico, manifesta-se um confronto acerca das condições materiais de suas existências, em que

eles próprios reconhecem os entraves a que estão sujeitos, e o modo como reagem a tais situações.

Você possui alguma propriedade de terra? Costuma manter algum cultivo? Arrenda?

Não, não tenho não. O chão de casa eu comprei esses dias. Quando eu sair daqui eu pretendo fazer um alicerce, pra fazer uma casinha pra botar a companheira, ne? (risos).

Você pensa em comprar uma terrinha?

Rapaz é assim ne.... Se eu tivesse um dinheirinho para comprar uma terrinha, até que eu queria... Para fazer uma roça, porque eu gosto de trabalhar com roça. Me criei dentro da roça, ne? Aí eu gostaria, mas o problema é que eu não alcanço. Não tem como eu comprar uma terrinha. Porque na região da gente, quanto é uma tarefa de terra? Três mil reais. E o pior que agora chegou esses negócio dessas lavouras, é adubo e tudo, essas plantaço desse homem grande aí... De primeiro você arrendava essas roça aí, você pegava e dava de mão beijada ao cara. Sobre a safra se der. Hoje não, a safra cresceu, graças a Deus, muito. Agora o pessoal faz o que? Cada tarefa de terra hoje só quer arrendar por duzentos conto. Aí você não tem como bater a mão no bolso e arrendar.

A de seu pai está arrendada?

Não (Zerramos, 34 anos, grifos nossos).

Não desaparecem condicionantes de ordem estrutural que limitam as formas almeçadas de mobilidade. E ele demonstra conhecê-los, na medida em que ilustra como é difícil o acesso a terra, em face da especulação que inflacionou o seu preço na região. O que o obriga a direcionar alguma poupança para a aquisição de um “chão de casa”. Em outras ocasiões, especialmente na entressafra, podem variar bastante os recursos mobilizados para enfrentar a instabilidade ocupacional no corte de cana, tornando-se este um momento privilegiado de observação, mormente acerca dos sentidos atribuídos e dos artifícios mobilizados para lidar com os constrangimentos estruturais.

No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

O que acontece. A safra daqui (de Sergipe) está rolando. Quando eu estou no seguro, eu trabalho “ambulante”⁵¹ (para fornecedores). Quando eu estou sem o seguro, tem que ir para a usina para garantir o PIS. Agora eu estou no seguro tem que trabalhar para os gato, para os fornecedor, porque não tem que assinar a carteira. Quando eu saíu de lá (de São Paulo), trabalho aqui (em Sergipe). Quando eu saio daqui (de Sergipe), estou lá (em São Paulo) (Justino, 28 anos).

⁵¹ Essa forma de nominar um tipo de vínculo de trabalho faz referência ao fato de trabalhar sem a carteira assinada. Ele é “ambulante”, no sentido de mobilidade, porque pode trabalhar para diferentes fornecedores de cana a depender do preço pago por tonelada de cana cortada.

No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

Quando essa empresa termina aqui (em Sergipe), que nós já tá quase terminando aqui. Aí o cabra vai para a cidade (em Alagoas). Se aparecer algum serviço lá o cabra vai trabalhar, se não aparecer, só no outro ano. Faz uma diarinha, as vezes o pessoal chama para trabalhar: “vamos para ali fazer um serviço”. Enquanto aparece outra safra para o cabra voltar para trás novamente (Rufino, 42 anos).

No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

Se for um ano em que você tenha o seguro-desemprego, você mantém ali o seguro-desemprego. A depender se for de três, quatro, cinco meses, você fica fazendo bico. Você arruma um bico aqui, outro lá. E se for ano em que você não tiver (seguro-desemprego), a outra coisa que você tem é conversar com os homens lá, na usina que você esteja trabalhando para você ver se você consegue ficar até começar a outra safra. Isso aí vai depender deles. Se eles achar que a pessoa quer ficar, eles deixam, se não, sai. Eu mesmo esse ano, eu recebi o seguro, foi assim que eu cheguei de São Paulo, mas já era final de ano. Eu passei três meses do final do inverno sem ter serviço, fiquei parado, em casa (Josino, 27 anos).

No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

Não, eu “tomo uma fuga”.

Tomar fuga é dar um descanso?

É. Pegar quatro, cinco meses. Se eu pegar seguro agora eu vou passar, quatro, cinco meses só lá, trabalhando na diária aqui, acolá.

A safra passada você fez isso?

Em 2011, dia 10 de novembro eu cheguei de Goiás, daí não tinha seguro nem nada, daí eu gastei o dinheiro todinho na casa. Daí 2012 já, trabalhei quarenta dias na Guaxuma (usina em Alagoas), terminou em fevereiro lá. Daí pra lá só fuga mesmo. Sete meses sossegado até começar aqui (em Sergipe).

Então você não se preocupa em encarrilhar uma safra com a outra?

Nada! Eu não penso nisso não. A vista de quem tem dez, quinze anos (que nem meu pai mesmo que tem mais de vinte anos de cana). Eu tô ligado mais ou menos como é. Porque seis meses de cana não é fácil não! Quatro hora da manhã todo dia aí, botar comida ali na marmita... Aff. É rojão!

Se não tirar o seguro é mais difícil?

Nosso medo aqui tá sendo esse. Porque só vai fazer cinco meses dia oito, aí se ela não completar nois támo arrumado. Daí a chance de viajar é essa (Américo, 23 anos).

No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

Trabalhava em roça, quebrando milho. Sem carteira assinada. Ganhava uma diária. Não sei se você entende, era por saco de milho. Aí vamos supor: um saco de milho pagava cinco conto para dar debulhado, no saco debulhado. Aí você trabalhava a semana. Ganhava 100, 150 reais... Quando eu não estou na safra, aí eu vou pra roça quebrar milho. Até duzentos conto chega (a tirar).

Se tirar o seguro também?

Não tem problema, recebe o seguro e estou na roça também. Só não pode fichar a carteira, né? (Zerramo, 34 anos).

Então você emenda uma safra na outra?

Já.

Todas as viagens que você fez foi uma atrás da outra?

É verdade. Sempre assim. Peja aqui, a gente passa uns dias aqui, demora um pouquinho relaxando o corpo, enquanto chega também a data de lá. Aí também a gente já sabe, porque a gente liga lá para o rapaz que a gente trabalha com eles. Aí ele diz: “tal dia tá começando aqui”. Aí a gente viaja.

Nessa época dá para fazer algum serviço por aqui ou você fica esperando o serviço de lá?

Aqui, se a gente tiver certo para viajar, aí a gente também já não faz outro serviço por aqui. A gente vamos descansar ne, para relaxar. Porque quando chega lá é duro também. Às vezes quando a gente vai de lá para cá, tirando a safra toda lá em São Paulo, a gente voltando para casa, quando chega aqui já tá com dois meses de safra já. Aí a gente chega, relaxa o corpo umas duas semanas, aí encaixa de novo aí (Eufrásio, 47 anos).

Vê-se que, para enfrentar a instabilidade do emprego, os trabalhadores recorrem a estratégias diversas não apenas no afã de manter alguma renda, como no esforço para recompor-se, preparar-se para o “rojão⁵²” do corte da cana. O recebimento do seguro-desemprego é certamente um norteador de condutas. Se, por um lado, as condições que tornam o trabalhador elegível para requerer a assistência financeira nem sempre são atendidas, por outro, uma vez usuário de tal benefício, os trabalhadores buscam complementar a renda com trabalhos sem carteira assinada. Eis que surge o “bico”, o trabalho na diária e o trabalho para “fornecedores”, ou usinas, que aceitam o empregado sem carteira assinada. A ausência de uma forma de proteção social mais abrangente, que minimize os efeitos da sazonalidade do trabalho na safra, motiva-os a formas de inserção ocupacional geralmente precárias. A vivência dessa incerteza transparece no discurso dos indivíduos que, por sua vez, já pautam as suas vidas em razão da variação na renda. Daí porque “tomar uma fuga” assume, no léxico dos trabalhadores, um significado de intervalo para o descanso do corpo. Fazer seguidas safras, mesmo que desejado, traz o ônus do extremo desgaste físico e mental, cujo horizonte é a morte ou a invalidez. Percebe-se, com os relatos, que essa informação não é desprezada pelos trabalhadores.

A esse respeito, abre-se uma grande discussão sobre as modalidades de contrato de trabalho atualmente existentes na legislação trabalhista. Mesmo que os cortadores de cana sejam reaproveitados em outras etapas do cultivo da cana, trata-se de um trabalho que requer outras garantias para salvaguardar a sua integridade física e mental. No caso específico dos cortadores de cana, isso nos conduz, por exemplo, à inexistência do direito à “insalubridade”, à fiscalização sobre o controle do registro de tempo, ao devido cumprimento do que reza a NR 31, entre outras questões. Não são raros os casos de

⁵² Além de dar nome a um artefato pirotécnico muito popular nas festas juninas no Nordeste, “rojão”, em sentido figurado, também se refere a trabalho penoso. Mas, creio não ser casual essa identificação. A expressão popular “segurar o rojão” faz referência à periculosidade do artefato, não é qualquer um que “aguenta o rojão”, como faz sugerir o entrevistado. Uma clara referência ao componente de virilidade requerido em tais atividades.

trabalhadores mutilados ou impossibilitados de trabalhar em detrimento das condições de trabalho nos canaviais⁵³. Veja que “Américo” cita o exemplo do próprio pai.

Em duas comunidades que visitei durante a realização do trabalho de campo ouvi relatos de trabalhadores cortadores de cana que estavam afastados do serviço por conta de algum problema mental. Não consegui localizar essas pessoas, mas os meus informantes associam o problema de saúde à atividade laboral. Ainda assim, são visíveis as marcas deixadas. São cicatrizes de cortes, problemas respiratórios associados às cinzas (“carvão”) da queima da palha da cana, impossibilidades de exercer algum movimento nos membros, entre outros problemas que pude presenciar.

Não se pode olvidar que a idade exerce um peso considerável sobre as oportunidades e formas de reingresso na atividade do corte de cana. Assim, o eixo temporal faz aludir estratégias diversas, construídas em razão da experiência adquirida em anos de trabalho, nas dificuldades de recomposição dos vínculos de emprego entre outras questões.

Por fim, e como antecipado em outra passagem, em Sergipe existe um programa governamental de auxílio aos trabalhadores safristas da lavoura de cana-de-açúcar e da laranja, o “Mão Amiga”⁵⁴. O auxílio é de R\$190,00 e não é para todos, ele possui um teto de acordo com a renda *per capita* da família. Para requer, é preciso fazer um cadastro junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais do município onde reside o trabalhador. Os dados são enviados para a Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (Seides) que faz o processamento dos dados e informa os selecionados. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase) mostrou-se contra essa medida.

A gente faz algumas observação no programa Mão Amiga pelo seguinte. O programa Mão Amiga cadastra todo mundo da cana e da laranja e depois vai dividir pela questão da renda per capita. Que aí a gente questiona pelo seguinte: se é o cadastro pelos sindicatos, é feito nos sindicatos e na Emdagro (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), eu crio uma expectativa para esse trabalhador. Aí eu cadastro todo mundo e depois a gente divide pela renda per capita. Era melhor que na hora de cadastrar a gente já pudesse ver essas questões e dissesse o seguinte: você não se

⁵³ A esse respeito, ver: Silva (2006), Silva *et al.* (2006) e Novaes (2007).

⁵⁴ “Criado em 2009, o programa de transferência de renda e geração de cidadania 'Mão Amiga' garante a subsistência dos trabalhadores rurais da laranja e da cana-de-açúcar no período da entressafra, através de uma bolsa mensal de R\$ 190 durante os meses de novembro a fevereiro para a cultura da laranja, e entre maio e agosto para a cana-de-açúcar. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep)”. Disponível em: <http://www.inclusao.se.gov.br/erradicacao-da-pobreza-extrema/inclusao-productiva/programa-mao-amiga>

enquadra não. Mas que não criasse expectativa. Mas é uma coisa que tem ajudado um pouco, tem ajudado (representante da Fetase).

Afora a questão dessa aparente “disputa” entre sindicatos e o Estado pela legitimidade do controle na distribuição do benefício, encontrei poucos trabalhadores que receberam ou que haviam se cadastrado no programa. O que não significa que ele não seja procurado. O Bolsa Família mostrou-se mais presente.

Antes de avançarmos no próximo tópico, recapitulemos alguns pontos importantes. Primeiro, o fio da narrativa sobre a qual se desenrola o argumento pode ser posto da seguinte forma: procurei, aqui, recuperar a dimensão das estratégias de vida desenvolvidas pelos indivíduos que trabalham no corte da cana; assumi que tais estratégias são informadas pela maneira como os mesmos representam as condições de vida e trabalho em que estão inseridos.

Para tal, iniciei a análise do material colhido em campo, mostrando que os trabalhadores entrevistados descendem, em geral, de famílias de pequenos produtores rurais, muitos dos quais já trabalhavam nos canaviais. Portanto, há um forte condicionante de ordem estrutural que induz a uma socialização prematura nas atividades do campo. Contudo, disso não decorre um fatalismo que os aprisiona a um contexto de vida e trabalho assentado no imobilismo e na passividade. Vimos que os indivíduos constroem uma trama de ações para fazer frente a tal contexto. Desse modo, ao contrário, as formas de inserção ocupacional disponíveis na região, a orientação futura sobre a qual estruturam as ações cotidianas, as estratégias desenvolvidas para enfrentar um tipo de trabalho marcado pela instabilidade, realçam a capacidade de agência dos indivíduos e as estratégias que manejam com vistas estruturar seus interesses. Outrossim, tais estratégias são também construções coletivas, ou seja, importam a família, a comunidade e os grupos de trabalho enquanto esferas de comunalidade. Dimensões estas que voltarão a aparecer na parte seguinte. Nela, tratarei das questões mais especificamente relacionadas ao universo do trabalho nos canaviais em Sergipe.

5.2 – O universo dos significados atribuídos ao trabalho no corte de cana.

Os últimos raios do sol já deixavam o horizonte quando cheguei à casa de um informante para a entrevista. Na pressa para bem receber o “visitante”, e na ausência de

outra pessoa que pudesse fazê-lo, fui recepcionado pelo mesmo ainda com a vestimenta do trabalho e o corpo coberto de fuligem da cana queimada. Ele havia acabado de chegar do eito. Notei, naquele momento, o que voltaria a se confirmar em outras ocasiões: o forte desconforto por parte dos trabalhadores quando são abordados com esses trajes.

No momento seguinte, agora já tomado banho, o semblante havia mudado radicalmente. Essas situações voltavam a se repetir quando visitava frentes de trabalho nos canaviais. Em definitivo, logo percebi que havia uma espécie de interdito que eu estava transgredindo. Perguntas simples eram respondidas de um modo completamente distinto em um e outro momento. Foi então que, a partir de uma situação aparentemente banal do cotidiano, o asseio, percebi que o banho era um divisor de mundos entre os cortadores de cana. O que sugere que não é esta a imagem que desejam que os outros tenham deles. A fuligem da cana queimada impregnada no corpo tirava-lhes a imagem que considerava digna para a apresentação frente a uma pessoa de “fora”. Por via de consequência, a água “lavava” o trabalho, ao menos naquilo que deveria ser “lavado”, e devolvia-lhes a imagem de si que o mesmo ofuscara.

A relação entre sujeira e limpeza não está restrita a patogenias provenientes de contaminação bacteriológica. Douglas (2012) já havia sugerido que as nossas ideias de sujeira também expressam sistemas simbólicos, elas pressupõe um conjunto de relações ordenadas e formas de punição às possíveis contravenções. Parece-lhe claro que, nesse sentido, o “nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (Douglas, 2012: p. 50-51). Não se transpõe a fronteira simbólica que separa os dois universos, o do eito e o “fora do eito”, sem algum prejuízo no tocante ao modo como os indivíduos se veem. Um olhar detido faz emergir um ordenamento entre esses dois mundos que dão lastro a formas de representação nem sempre convergentes. No eito, é a minha presença que está em “desordem” com o ambiente. Não por acaso a manifesta indiferença dos olhares que pareciam me rejeitar, mesmo as poucas conversas nunca rendiam o mesmo quando comparadas as obtidas em outros espaços. Nas ocasiões em que deliberadamente estendia a mão para um cumprimento, o inusitado causava-lhes algum alvoroço. Sem saber ao certo se deviam estender a mão em resposta. Eu havia transgredido a fronteira da invisibilidade daqueles corpos.

Outra era a situação quando estive em suas casas. Por vezes, a entrevista era “concorrida”. Assim, as esposas sentiam algum “privilégio” perante os vizinhos por ver

que o seu marido fazia parte da pesquisa “daquele rapaz que estava fazendo um estudo sobre a vida dos trabalhadores”. Nesses espaços, o interdito era a imagem, ainda impregnada no corpo, do trabalho. Aqui não havia receio em apertar a mão, em me convidar para jantar ou em exhibir a moto recentemente comprada. Por certo, ao realçar tais elementos, incorro no risco de romantizar um contexto de vida e trabalho que traz o sintagma da “exploração”. Esse traço será tomado sempre como o contexto a partir do qual surgem aquelas representações. Garimpar o modo como se erigem essas imagens ou identidades, ao que estou sugerindo, é também não se fazer estéril a elementos que parecem contradizer uma imagem corrente que, não raro, é previamente assumida sobre esses trabalhadores.

Mas, e começo exatamente pelo ponto aventado no início dessa sessão, o que exatamente ficou para trás com o banho? É disso que esta sessão irá tratar.

Uma vez abordadas as experiências e representações que antecedem e/ou circundam o trabalho nos eitos, adentro agora nas questões que envolvem o trabalho no corte da cana, avançando na compreensão do modo como se erigem as identidades nesse contexto. Num primeiro momento, atendo-me as características constitutivas desse tipo de trabalho sempre em diálogo com o modo como os sujeitos realçam, ou não, pontos de inflexão considerados importantes. Advirto, contudo, que a organização do texto não obedece a um suposto escalonamento valorativo em termos do que seria mais, ou menos, importante para os sujeitos.

O primeiro problema que surge quando observamos a narrativa sobre a colheita da cana diz respeito à duração da jornada de trabalho dos cortadores.

Fale-me um pouco sobre como é o seu dia de trabalho?

Aqui, quatro horas. Aí a gente vai fazer a marmita, vestir a roupa de trabalho, calçar sapato, caneleira, tudo né.

E o ônibus passa que horas?

Aqui ele passa cinco e dez, cinco e quinze, sempre o horário assim.

E começa o trabalho que horas?

A não, a gente chegou, pegou. As vezes eu não tomo nem café, que eu não como cedo. Eu cheguei na cana, eu to pegando.

Antes das sete horas?

Antes de sete horas! Aqui é todo mundo, cheguemos nós tamo trabalhando. A turma olha assim vê aquela cana em pé, boa de trabalhar, nossa...

E o almoço é que horas?

Onze horas.

Volta a trabalhar que horas?

Uma hora, doze e meia.

E termina o serviço que horas?

Quatro horas. As vezes fica mais tarde se tiver pouca, naquela quadra de cana; se tiver pouca eles pede.

Pagam a mais por isso?

Não, não pagam mais não (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Fale-me um pouco sobre como é o seu dia de trabalho?

É uma hora, duas hora da manhã você tem que se acordar, porque é muita gente para fazer a comida.

E o ônibus passa que hora?

Cinco hora. Chegou, já começa a trabalhar. Para onze hora; quando é uma hora (da tarde), pega.

E você para?

Paro. Porque aqui é assim, quando chega uma certa hora se o cabra não parar o cabra morre. É um calor brabo. Teve um dia que caiu um cabra aí no meio da roça, quase morre de tanto trabalhar.

Então você já viu gente caindo?

Já. Porque tem gente que é assim, se tiver muito quente, e o corpo der aquela vontade de parar e o cabra não parar, dá um tranco no cara e o cara morre. É um calor brabo.

E tem uma sombrazinha para o cara ficar?

Rapaz tem, às vezes ele bota umas barraca; mas, se a gente não dá, a gente caça uma moita e vai para debaixo.

E a água (conforme imagem 2, abaixo) que eles dão, presta?

Presta, é gelada.

Então o barracão, tem pouco? Você prefere ficar debaixo de um pé de pau?

É, porque tem vezes que tá um monte de fiscal, chega muita gente demais e eu gosto de ficar num lugar mais sossegado.

E aquele banheiro que eles montam?

Nunca usei (Rufino, 43 anos, grifos nossos).

Fale-me um pouco sobre como é o seu dia de trabalho?

Me levanto quarto e meia. Aí prepara uma marmita porque o carro passa cinco horas. Aí chega, toma café.

Eles dão?

Não, a gente que leva. Leva o almoço e o café. Sete hora a gente pega no trabalho. Aí é variado, é por sua conta, porque é por produção, aí quem manda é você. As usina daqui é assim: se você quiser parar meio-dia você para. Se você não quiser, você só faz só comer, amolar o facão e trabalhar, porque eles não liga do mesmo jeito. Não tem aquela exigência para obrigar você a parar. Porque é diferente que nem lá ne, em São Paulo. Lá é o horário, dez, onze é obrigado você parar, e o certo de lei é esse mesmo. Eu mesmo, quem faz a minha hora é eu. Eu paro onze horas, eu paro meio-dia, eu paro onze e meia.

Come rápido e volta?

Eu nunca gostei, o horário de comer para mim é sagrado. Eu paro ali, como, descanso, amolo o facão, espero dá o horário e vou. Mas tem muita gente que eu conheço, que trabalhou comigo mesmo hoje, que ele não liga, come, amola o facão e vai trabalhar. Aí também é por sua conta (Josino, 27 anos, grifos nossos).

Imagem 2: Transporte de água para os trabalhadores.

Fonte: acervo pessoal do autor.

A despeito da diferença entre residir nos barracões ou fora deles, o relato acima condensa o dia de trabalho de um cortador de cana. A jornada começa em torno das cinco da manhã. Essa é a hora em que o ônibus geralmente pega os trabalhadores. A duração da jornada de trabalho deixa entrever um primeiro problema, de natureza jurídica. Trata-se da marcação legal desse tempo nas atividades rurais. Sabe-se que a jornada de trabalho leva em consideração o tempo de deslocamento tanto da ida quanto do retorno dos locais de trabalho, a chamada *hora itinere*, salvo para os casos atendidos pelo transporte público. Assim, as diferentes turmas se dirigem para os eitos designados naquele dia, variando o tempo de percurso a depender da distância. Na maioria dos casos, em ônibus fornecido pela empresa. Uma vez chegado ao eito, como se vê nos relatos, dá-se início ao trabalho. Como não há registro de ponto das horas trabalhadas, a marcação desse tempo é feita de modo aleatório, embora esse registro seja compulsório para empresas que possuam mais de dez empregados. Quando acompanhamos os relatos sobre a duração da jornada de trabalho, percebe-se claramente que ela ultrapassa as oito horas diárias legalmente estatuídas, sem qualquer cômputo pelas horas-extras a que teriam direito.

Atentei-me para esse aspecto na ocasião de uma entrevista com um trabalhador, que me procurou para fazer essa queixa.

Como é o trabalho no corte da cana?

Porque aqui, as outras que eu trabalhei lá no estado de São Paulo é bem melhor do que aqui. Porque lá eles dá roupa (a usina em que ele estava trabalhando também fornece a vestimenta de trabalho), quando chove o cabra não trabalha, paga hora de transporte, aqui não paga isso. Se chove o cabra tem que trabalhar, não paga hora de transporte (Rufino, 43 anos, grifos nossos).

Esse foi um aspecto também flagrado por Silva (2012) em pesquisa realizada com trabalhadores migrantes do estado da Paraíba que se dirigem para o corte da cana em São Paulo. A reivindicação de pagamento por *hora intinere* está entre as principais causas de ajuizamento de ações trabalhistas feitas por estes trabalhadores. Ele afirma que, via de regra, as empresas têm recorrido a tais ações. Alegam exceção de incompetência em razão do lugar (visto que a ação se inicia no município em que reside o trabalhador migrante) e, além disso, tentam desqualificar os itens da petição inicial dos trabalhadores (Silva, 2012). Sobre o primeiro aspecto, continua Silva, já existe jurisprudência a favor da aceitação da petição inicial quando do local de residência do trabalhador. Para o segundo caso, o problema está na fragilidade das provas reunidas pelos trabalhadores sobre o ilícito trabalhista.

Assim como Silva e Ribeiro (2010) em outro trabalho, Silva (2012) também encontra uma proporção maior de acordos na resolução desses litígios, o que pode estar associado à baixa escolaridade, ao medo de represálias, entre outros fatores.

A experiência advinda da migração é decisiva para o entendimento das identidades. Veja que tanto “Rufino” quanto “Josino” manifestam críticas lastreadas na experiência de trabalho em outras regiões. Peço ao leitor que retenha essa informação; ela irá perpassar diferentes momentos das entrevistas. Voltarei a esse tema adiante, quando for tratar das migrações.

Ainda sobre o dia de trabalho, percebe-se que, nas usinas de Sergipe, o intervalo para o almoço ocorre por volta do meio-dia, com retorno à uma hora da tarde. Esse intervalo é o horário costumeiro de parada. Não há nenhum impeditivo para que o trabalhador reduza o seu intervalo para produzir mais. As vezes, as usinas recorrem a paradas sequenciais em razão do número de turmas.

Outro mecanismo de controle das usinas está na média diária de corte exigida, que em Sergipe, ao que pude constatar, é de seis toneladas ao dia. Não obstante, trata-se de uma regra informal que impele o trabalhador a produzir ao menos a média diária para evitar sanções, ou mesmo a demissão. Além disso, como incentivo para que aumente a

sua produtividade, as usinas em Sergipe usualmente concedem a chamada “feirinha”. São cestas básicas para os que atingem oito toneladas de produção diária, contabilizando 48 toneladas por semana. O benefício requer que o trabalhador não se ausente na semana em questão. Em apenas uma usina pude ouvir relatos de premiações maiores para os que superam tais metas; são oferecidos geladeiras, fogões ou televisores ao final da safra. Nos relatos, e era de se supor, os trabalhadores afirmam que conseguem atingir a média mínima exigida; todavia, o mesmo não ocorria com as oito toneladas exigidas para o bônus da “feirinha”. Nesse caso, há sempre muita reclamação.

Dois elementos precisam ser levados em consideração sobre as exigências de produtividade e a percepção que os trabalhadores têm sobre as mesmas. O primeiro aspecto diz respeito à aparente recusa em afirmar que não consegue tirar a média mínima exigida. Não raro, nas entrevistas, depois de outras perguntas sobre os que mais produzem, alguns trabalhadores deixam entrever que não conseguem tirar mais que a média mínima exigida, não conseguindo atingir a média requerida para a “feirinha”⁵⁵. Isso sugere uma certa vergonha em confessar que produzem pouco, ou falar mais sobre as dificuldades em atingir a média. Ao invés, talvez como estratégia de defesa, opta-se por dizer que a média mínima é “fácil” de atingir. Entretanto, na outra ponta, quando perguntamos a respeito daqueles que mais produzem, e se procuram atingir tal patamar, as respostas divergem.

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Não. Tem gente que não para nem meio dia para comer! Um cara desse aí pra mim não acho graça não. Tá se matando, só pra dizer que ganha mais do que o cara? (Jileu, 22 anos)

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Não, não vou fazer uma coisa que eu não posso. Isso aí eu não faço não. Porque isso aí, no futuro, vai ser pior para a pessoa.

Os que mais cortam ganham algum prêmio? Ganham, uma feirinha.

Você já ganhou?

Toda semana eu ganho. A pessoa tem que tirar 7,8 toneladas para atingir a feirinha (Coriolando, 19 anos, grifos nossos).

⁵⁵ Na verdade, como havia dito, não há uma média mínima instituída formalmente pelas usinas. Ela ocorre quando, em razão da baixa produtividade, o trabalhador só recebe o salário mínimo. Considerar que haja uma média mínima é antes um indicador para as usinas regularem a produtividade dos indivíduos.

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Não, não. Não queria ser não, por a forma d'eu trabalhar já tá bom demais. Não entro em hospital. Os cara direto no hospital. Muitos toma injeção na veia para trabalhar mais.

Aqui tem isso também?

De ter tem, mas é pouquinho (Justino, 28 anos).

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Não. O cara se mata demais, mal bebe água. Eu trabalho no meu normal. Agora tem uns colega meu aí... Deus me livre de ser! Se eu disser, hoje eu só vou até ali, pronto. Tem uns não, mal chega já é ali, “bou, bou, bou...” Esses eu não tenho muita intimidade não. Eu vou me matar pelo serviço dos outros? Se mata, morre aí e o homem tá mais rico ainda (Batista, 25 anos).

Como se depreende das afirmações acima, há uma evidente resistência em assumir ser aquele que mais produz. Entre assumir que possui uma média alta de corte e taxar os que não atingem a média mínima existe um manifesto jogo de palavras, que é um recurso de auto-proteção, no modo como o entrevistado se expressa a esse respeito. Isso vale tanto para a justificativa própria, quanto para aquela que é dada aos outros. Veja que o entrevistado nega o desejo de ser aquele que mais produz; todavia, ele afirma que toda semana “tira a feirinha”. Isso não é diferente para os demais casos.

Quanto era a sua média em São Paulo?

500, 400, 300 metros a depender da cana.

Isso equivale a quantas tolenadas?

Olha, lá era acostumado a tirar 20, 18, 22, e aqui o máximo que eu tiro é 12, com sete rua (Justino 28 anos).

Ora, como se observa, uma média de doze toneladas é alta mesmo para Sergipe, tendo em vista a topografia do terreno e o clima. Vou além, ele igualmente atinge uma produtividade considerada alta em São Paulo. Por via de consequência, apesar da recusa em assumir a alta produtividade, no fundo, sua ação não condiz com a sua fala. Momentos da captura da contradição no discurso dos indivíduos também ocorrem em outras passagens, quando estes temas não estavam em foco⁵⁶. Nesse lapso entre ação e discurso, percebe-se que o indivíduo, em sua ação, leva em consideração, calibrando, a possibilidade de ganhos maiores e as condições de trabalho. Ou seja, ele pode “controlar” a sua produtividade, mesmo em boas condições, em razão da pesagem desfavorável, do calor extenuante, entre outros fatores. Há, assim, alguma margem de

⁵⁶ Esse é um aspecto crucial na consecução e análise das entrevistas.

controle sobre o seu próprio trabalho; mesmo se mínima, ela é exercitada. E exprimir a faculdade desse exercício, é, como vimos, subjetivamente relevante.

As táticas empregadas a esse respeito podem ser as mais diversas e encontram eco nos achados de outros pesquisadores. Foi assim que Silva (2012) reconheceu que o envolvimento dos trabalhadores não ocorre de modo completamente irrefletido. Entre a aquiescência e a rebeldia, o trabalhador tentará dar sentido ao seu trabalho, calibrando-o, na medida do possível, sempre no afã de não manchar a sua honra enquanto trabalhador (Silva, 2012).

Estou longe de afirmar que a decisão de cortar mais ou menos cana não se prenda a imperativos inegociáveis, a exemplo da necessidade de ganhar mais dinheiro. Todavia, a representação que o trabalhador faz desse processo funda-se na tentativa de operar na margem do possível, recusando a imagem daquele que mais produz. Decerto que as consequências que recaem sobre um trabalho considerado excessivo não são bem vistas. E podem ser maiores ou menores não apenas em razão de decisão própria, mas pela pressão exercida pela turma de trabalho, pela forma de aferição da produção e pelas condições de trabalho. Sim, porque os que estão em alojamentos sofrem maior pressão sobre o trabalho, dada a própria situação a que estão expostos. Na ausência da família e sob constante vigilância de suas atividades, resta-lhe apenas o trabalho. Em Sergipe, são esses que sempre trabalham em feriados, momento em que o preço da cana é dobrado. A tentativa de imobilização dessa mão-de-obra migrante nos alojamentos facilita o uso intensivo da sua força de trabalho.

Em outros casos, o trabalhador não recusa a intenção de orientar sua conduta para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, para auferir maior renda.

Como você faz para atingir a média de corte exigido pela usina?

Tem quatro, cinco tonelada de cana. É fácil para quem puxa muito, né? A cana quando me ajuda, aí eu corto nove, dez, onze até doze eu corto. Já to velho. Com toda sabedoria deles aí, né?! Mais ainda a gente chega nisso.

O mais aí chega a cortar o que?

Doze, treze, quatorze tonelada...

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você queria ser o trabalhador que mais corta cana?

É, para ganhar melhor. Eu sou desses, eu gosto de ganhar melhor.

Mas e água, o lanche?

Eu faço minha produção, mas eu paro, eu vou para o meu lanche. Deus me livre... (Nesse ponto há uma clara inversão no tom da fala, como se tivesse sido pego em uma contradição)

E o que não consegue tirar a média?

Tem muitos que eu conheço que é porque não se interessa, não quer trabalhar...

(Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Como você faz para atingir a média de corte exigido pela usina?

Rapaz é um pouco difícil... Aqui a média aqui é oito (toneladas).

Essa é a média da feirinha, mas e a mínima?

É quatro.

Você consegue tirar ela sempre?

Sempre (o amigo que estava próximo comenta: “mais aí em dois dia ele tira, o homem aí corta 20 tonelada de cana).

Sua média então é de quanto?

16, 18, 15, nessa base aí. Lá em Ibitinga minha média é 18 tonelada de um dia pro outro.

Por aqui você tira menos?

A diferença daqui é a sete rua. Porque você corta duzentos metros, cinco rua. E aqui se você cortar duzentos metros é para ser 240, né? Você já ta cortando 40 metro de graça já.

E tirar essa média é difícil?

Rapaz... Um pouco. O cara tem que bater muito facão, senão...

Você já cortou cana crua? É pior?

Já cortei, é a mesma coisa... Que o preço é mais.

Mas é mais difícil cortar?

Eu acho melhor.

Mesmo com aquele negócio cortando, as palhas?

Quanto mais que corta é que é bom, o cara fica nervoso aí corta mais.

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Ah, com certeza, né? (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Eu é. Meu limite é assim, se hoje eu cortar oito tonelada, ou sete, amanhã eu quero cortar nove, ou dez, se eu puder. Cada dia eu quero render mais um pouco. Mas só que as vezes não tem condições, você não ta com aquele corpo para trabalhar. As vezes um colega pega um eito em pé e você pega um deitado.

Aí nessa hora você procura trabalhar mais?

Não, pra que? Que eu sei que não vai ter rendimento. Meu normal é esse aqui: deu sede eu tomo minha água, passo a lima no meu facão, deu fome eu venho comer, passo ali quinze, vinte minuto ali sossegado. Meu dia a dia eu sei fazer. Tem desses que quer ser sempre o campeão da turma, entendeu? Eu não.

E seu máximo foi quando?

Aqui já cheguei até doze.

A feirinha você tira toda vez?

Não, não, só tirei uma só mesmo.

Então você está tirando abaixo de oito, é porque você quer?

É. Depende, né? Sempre eu não quero cair da sete mas também as oito, eu não quero avançar demais também não (Zerramos, 34 anos, grifos nossos).

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Eu procuro ser um cara desse. Eu procuro atingir a média todo dia, dez, onze, doze. Eu já vou trabalhar com o pensamento nisso.

Só a média ou passar dela?

Boto para arrancar mesmo. Porque tem dia que a cana é pouquinho aí a diária é pouca. Não é querer ser o “machão”, porque cada um tem o corpo diferente. Mas eu procuro atingir a média todo dia. Não tem aquele negócio: “ah, hoje eu to com preguiça, não sei o que...”

Qual foi o máximo que você tirou nessa safra?

Quatorze tonelada, a cana era feia, eu tirei quatorze tonelada. A cana era grossa, mas também nesse dia eu fui dormir logo cedo (risos). Mas a média é dez, oito. Eu ganho a feirinha direto aí.

O que vem na feirinha?

Eu já decorei o que é: duas fubá, uma goiabada daquela de um real, meio quilo de charque, uma lata de óleo, um açúcar, um arroz, um feijão e uma sardinha.

Não dá para passar o mês...

Dá não, aí é só para ajudar o peão. Ganha só quem atingir 48 tonelada por semana, que dá oito por dia.

Além disso, tem outro prêmio?

Tem, aqui tem.

Você já ganhou?

Não. Ah tem que ser o “machão” todo dia aí.

Você conhece quem já tirou?

Tem, tem o melhor da nossa turma. Ele tira dois mil reais aí no final do mês.

E quem não consegue atingir a média?

Eu falo assim, é questão de não nascer para aquilo, não é tanto preguiça. Muitas vezes o cara tem vontade, mas o corpo não ajuda. Não tem disposição, não tem gingado. O cara para cortar cana tem que ser doido, nós diz aí direto. Não é doido, assim, de asilo; mas tem que ser cabra desmantelado. Que nem ontem o fiscal disse, tinha uma cana lá para derrubar, nós doido para vim para cá para o barraco já, e foi uma galera para Alagoas também. O fiscal disse: “vocês quer quantas braça?” Doze cara, doze braça eu dou para vocês tirar aí. Pronto, aí nós fomos lá, bagacemos mesmo.

Estava dobrado o preço?

Era, oito reais e vinte cinco centavos (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Dessa forma, parece-me válido supor que mesmo o pagamento por produção, que certamente induz ao aumento da produtividade, passa pela mediação dos próprios indivíduos. Opera, em algum grau, uma ambiguidade nessa relação. Não é outro o significado sociológico da frase “meu dia a dia, eu sei fazer”. É o modo como ele equaciona as demandas que o induzem a, por um lado, aumentar a produtividade e consequentemente a renda e, por outro, observar as condições de trabalho. Certamente, ao acirrar a competição, o pagamento por produção gera efeitos para além do controle pessoal. A formação das turmas de trabalho e o controle exercido pelas usinas induzem à recusa daqueles trabalhadores que apresentam menor produtividade. Essa é uma variável importante nos fluxos migratórios. Mas em Sergipe, e com menor variação em Alagoas, é possível afirmar que essas exigências não são maiores do que no Sudeste. Ou melhor, as diferenças a esse respeito requerem uma observação mais detida na especificidade de cada caso. Assim, os trabalhadores migrantes de Alagoas que são contratados para a safra em Sergipe nem sempre são os que foram recusados em seu estado de origem.

A equação sobre intensidade do trabalho não se restringe a indicadores de produtividade. Esse aspecto pode, inclusive, mascarar formas diversas de exploração.

Explico-me, variedades de cana possuem peso diferenciados. Baixa produtividade em uma região pode advir do tipo de variedade utilizada, bem como da topografia do terreno e do clima.

O discurso viril sobre o “machão”, aquele que corta mais cana, em oposição ao “jacaré” ou “aranha”, que corta menos cana, prende-se a uma representação simbólica de afirmação perante o grupo. Nesse nível, não é de desmerecer que opera um mecanismo interno a formação das turmas de trabalho que, em algum grau, os motiva a produzir mais. Nesse mesmo diapasão, despido de significados positivos, o trabalho aparece como coisa de “doido”, de “desmantelado”. Como se servisse de justificativa, para os outros, de que, uma vez ali, é preciso não pensar muito. Veja que Américo salienta que “não é doido assim de asilo”. Diferenciando-o, portanto, de alguém aparentemente insano.

O ato reflexivo – portanto, para si – de considerar-se “desmantelado”, que traz como sinônimo o desleixo, pode significar também uma espécie de desnudamento de outros valores que, a princípio, fá-lo-ia agir com mais prudência. Não há como resistir a formulação de Weil (1996) sobre contextos que, como esse, manifestam uma espécie de invisibilidade do próprio trabalhador. Não por acaso, Cover (2011) colhe como resposta à pergunta “no que você pensa enquanto corta cana?”, a seguinte afirmação: “penso apenas em cana”. Por esse via, vê-se que não é desprezível o eixo de uma identidade de trabalho assumida sob signo da precariedade.

Outro aspecto a ser considerado sobre o “processo de trabalho” é a quantidade das “carreiras” (ou “ruas”, como é mais comumente conhecido no Sudeste) de cana em cada eito. Em Sergipe são sete “carreiras”. Apesar de ser um indicador do aumento da exploração do trabalho⁵⁷, a maior parte das queixas é direcionada a forma de pesagem da cana cortada. Aqui se esconde o que há de mais nebuloso nessa atividade.

O sistema de aferição do pagamento da produção do trabalhador adotado em Sergipe ainda é o da tonelada de cana cortada. O sistema funciona da seguinte forma: no início do dia de trabalho, o empregado da usina dirige-se a um eito e escolhe algumas “carreiras” de cana para que a mesma seja cortada e pesada. Surgem vários problemas já nesse momento. Primeiro, em um eito com sete “carreiras” o funcionário da usina escolhe a seu critério qual “carreira” deverá ser cortada para que seja feita a média. Isso significa que tendencialmente ele escolhe as “carreiras” com a cana “mais leve” ou que

⁵⁷ Entre os entrevistados, encontrei referências à existência de nove ruas em algumas usinas de Alagoas. Em São Paulo são cinco ruas, de acordo com os entrevistados.

apresentam algumas falhas. Essas são queixas recorrentes dos trabalhadores. Feito isso, passa-se o “compasso” (instrumento em forma de compasso que veio substituir a “vara” anteriormente usada), cuja unidade de medida é a “braça”, equivalente a 2,2 metros. Em seguida, faz-se a coleta da cana derrubada naquelas “carreiras” e é feita a pesagem ali mesmo no canavial (usando a chamada “balança de canavieiro”) para estipular quantas “braças” compõem uma tonelada. Acontece que o funcionário da usina não estipula corretamente a relação entre tonelada e “braças”. Há uma margem de perda considerável para o trabalhador, uma vez que nem sempre certa quantidade de braça estipulada previamente corresponde a uma tonelada de cana. Melhor dizendo, se na aferição constatou-se que dez braças correspondem a uma tonelada de cana, nas outras “carreiras” – que não foram medidas – pode haver cana mais pesada e as mesmas dez braças ultrapassam uma tonelada de cana. No cômputo geral, o trabalhador sabe que cortou mais cana do que o que realmente consta no seu bilhete de produção.

Isso da margem a um enorme repertório de reclamações dos trabalhadores, a qual destacamos algumas:

- Quanto à forma de medir: nem todas as usinas estão cumprindo o que foi acordado na Convenção Coletiva do Trabalho, que exige que seja usado o “compasso”. Algumas usinas ainda usam a “vara”, método ainda mais falho;
- Quanto à escolha das “carreiras” de cana a serem cortadas para a pesagem: nem sempre fica a critério dos trabalhadores escolher quais as “carreiras” que deverão servir de amostra para a aferição da relação metros/tonelada;
- Quanto à balança usada: nem sempre ela possui a precisão necessária;
- Quanto ao controle da produção por parte do trabalhador: a Convenção Coletiva estabelece que as usinas são obrigadas a fornecer o “ticket” da produção diária do trabalhador, chamado de “pirulito”. Trata-se de um pequeno papel que deverá ser entregue no dia seguinte ao dia trabalhado contendo quanto ele cortou de cana. Esse registro foi uma conquista dos sindicatos para que os trabalhadores pudessem fazer o controle da sua produção diária, de modo a permitir uma previsão de quanto devem receber ao final de cada mês.

Esse conjunto de reclamações não se manifesta de modo uniforme. Ele é especialmente maior entre os que tiveram outras experiências de trabalho, nas quais o pagamento por produção era feito de outro modo.

O que você pensa da pesagem da cana cortada? É justa?

Não, arrebenta mais a gente. A gente é que tá ali no pesado é o que tem que ganhar mais... é o que ganha menos (Coriolando, 19 anos, grifos nossos).

O que você pensa da pesagem da cana cortada? É justa?

Lá (São Paulo) não trabalha forçado, lá é por metro. Aqui a gente trabalha por tonelada. Lá ele chega num canavial, o fiscal de frente, ele corre o plano todo, ele diz: tantos centavos. Essa cana vai ser de 25 centavos o metro. Aí quem manda é você. Se você for um cabra bom, você vai trabalhar até fazer uma diária de 80. Porque, ali, você faz o que? Você tira dois metros e tem 50 centavos, se tirar quatro metros você tem 1 real. Tem um compasso feito de dois metros, o compasso. Depois que a cana tiver cortada, aí ele vem com esse compasso de dois metros e sai medindo a área que você cortou.

Você acha que é melhor assim?

Eu acho melhor. Porque você, antes de começar a trabalhar, você já sabe de quanto vai ser aquela cana. Já aqui é muito diferente. Porque aqui você trabalha, quando você termina de derrubar a cana é que ele vem dizer: “é tantas braças por tonelada”. Ele vai pesar, ele pega o móio de cana, pesa, aí diz: “aqui deu tantos quilo”. Ele pesa ali mesmo no canavial, amarra um nozinho, pendura. Ali agora ele faz o que ele quiser. A gente inté, uns poucos dias atrás, eu mesmo falando com meus colegas aqui que trabalha comigo, eu disse: rapaz a gente precisamos fazer alguma coisa, porque se a gente trabalha, a gente tem que trabalhar já sabendo o que a gente vai ganhar. Aí eu sempre falo com meus colegas, mas né todo mundo que pensa igual, né? Não adianta só eu sozinho fazer. Porque se eu fizer sozinho quem vai se prejudicar é eu. Tem muita coisa que é mais para usina do que para nois (Josino, 29 anos, grifos nossos).

O que você pensa da pesagem da cana cortada? É justa?

Ah, isso aí é normal. Eles nunca pesa certo. Eles só pesa para eles, para puxar para eles. Mas para o trabalhador não. Porque se dá um peso eles bota outro, eles nunca bota aquele peso que dá (Romeu, 59 anos).

O que você pensa da pesagem da cana cortada? É justa?

Rapaz... aqui não sei. Porque que nem nois trabalhou em São Paulo, sempre na nossa turma tinha um que era pago para olhar o peso da cana (na usina) e aqui eles pesam na roça mesmo, ninguém sabe. Lá é cada talhão de cana, ele tira quatro peso. O certo é no “balanção” (na balança da usina), botou o caminhão lá, já sabe quanto deu. Que nem a cana que nós cortou aqui embaixo, o cara cortou nove tonelada, quando o caminhão pegou levou dezoito, ainda não levou a cana toda ainda (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

Como se percebe nessas passagens, os próprios trabalhadores sabem que estão sendo lesados na forma de pagamento por produção. Essa aparente aceitação do “roubo” pode induzir dois tipos de conclusão. A de que os trabalhadores não tem “consciência” das situações desfavoráveis a que estão submetidos e, portanto, agem passivamente ante a exploração. Por outro lado, essa reação pode indicar que se trata de um mecanismo de

defesa quando a margem de atuação é pequena. Desse modo, a aparente “aceitação” serve para os outros, não para ele. Entre os próprios trabalhadores prevalece outra regra. No esforço para minorar tal condição de exploração, procura regular a sua produção a depender do quão justa lhe pareça a pesagem, como por motivações outras que o induzam a cortar mais ou menos cana.

A situação descrita pelo entrevistado acima, que chamei de “Josino”, na qual a usina em que trabalha faz a pesagem após o corte, deduzindo daí o valor a ser pago, suscita a existência de mecanismos ilegais como forma de aumentar o controle sobre a produção. Em reação a esse contexto os trabalhadores empregam outras táticas que podem ser igualmente lesivas para as usinas. A esse respeito, Silva (2012) encontrou, em seu estudo, a prática denominada de “piseiro”, que implica em deixar o “toco alto” (que representa grande perda de sacarose na cana colhida) embaixo do monte de cana já cortada e prestes a ser recolhida. Eu não consegui obter informações a respeito de mecanismos concretos de burla das regras sobre o modo correto de cortar a cana, como nesse exemplo. No entanto, quando ventilei essa informação entre os meus entrevistados, obtive como resposta um sorriso malicioso. Seguido de uma afirmação, entre aspas, de que “alguns”, de fato, recorrem a esse artifício.

O confronto com diferentes experiências de trabalho, no caso dos migrantes, promove também uma apreensão diferenciada das realidades de trabalho. Por vezes, no imaginário desses trabalhadores, e na comparação com Sergipe, São Paulo aparece como lugar quase isento de ilegalidades, ou, quando menos, “bom para se ganhar dinheiro”. Ao afirmar que as usinas no Centro-Sul preferem a mão-de-obra de migrantes, os achados de outros pesquisadores atestam o fato de que as usinas exploram esse elemento de modo a tirar maior proveito na extração do sobretrabalho (Silva, 2005).

Além disso, por parte do trabalhador rural, a apreensão do discurso formal das leis é mediada por um quadro cognitivo que foi gestado em um ambiente regulado por outras normas. Desse modo, pode-se compreender a dificuldade em aderir ao que é exigido pelas normas legais, como ilustram as passagens abaixo.

Estão montando os barracões⁵⁸?

Inté não tão montando não. E também porque muita gente não vai para debaixo, porque é quente, nós prefere ir para debaixo de uma árvore.

⁵⁸ As usinas são obrigadas a montar barracões para o almoço e descanso, com mesas, bancos e lugar para lavar as mãos.

E o banheiro químico⁵⁹?

(risos) ali não. Você é doido! É quente demais. (Jileu, 22 anos).

E tem barracão, onde vocês ficam?

A gente procura as moita. Tem uns negocinho que eles arma aí, mas não dá para todo mundo. Em São Paulo é que eu tinha as mesas lá pra a gente almoçar. Tinha as mesas, tinha cobertura no ônibus mesmo, água para lavar as mãos, com um sabaozinho, em São Paulo tinha.

Aqui não tem?

Tem não, aqui não tem não.

E aqueles banheiros?

Eles botam, nas barraca tem. Presta.

Você já usou?

Quem, eu? Deus me livre! Eu não gosto daquilo. Mas se tiver uma necessidade e não tiver outro lugar, aí vai forçado, é o jeito né. É muito quente ali (Eufrásio, 47 anos).

Esse tipo de comentário é recorrente. Apesar da fiscalização da própria usina para que os trabalhadores usem EPI's, com receio de que apareça algum órgão fiscalizador do trabalho, o que se pode notar é que existe certa tolerância com esse aparente desleixo do trabalhador. A esse respeito, Cover (2011) também encontrara a mesma recusa dos trabalhadores em usar vários equipamentos de proteção.

E a visão?

Né muito boa não, tem horas que tá assim meio embaraçado. Esse óculos que eles coloca, se eu colocar na vista aqui, aí eu to cortando dessa altura (mostra o tamanho alto, fora dos padrões exigidos). Aí eu coloco ele aqui (pendurado no peito) porque quando os homem vim aí eu coloco. Mas se eu colocar eu não corto cana de jeito nenhum (Ulisses, 53 anos, grifos nossos).

Os óculos, você usa?

Eu não uso ele de jeito nenhum, atrapalha demais. Aqui, acolá eu uso, quando o fiscal pega muito no meu pé. Atrapalha porque ele soa. Já em Goiás dava um de peneirinha. O fiscal me prometeu me dar um gancho: “quando eu der um gancho em você, você aprende a usar”.

O que é dar um “gancho”?

É passar três dias no barraco.

Sem receber?

Recebe nada, ali é um furo (...) nas contas (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Na oportunidade em que pude visitar uma frente de trabalho, na companhia de um membro do Sindicato, pudemos perceber várias irregularidades. Na ausência dos barracões, os trabalhadores estavam aglomerados embaixo de árvores, dos caminhões ou dentro dos ônibus, como ilustram as imagens abaixo.

⁵⁹ Demarca-se uma pequena área do terreno, isola-se com uma lona, em seguida é feito um pequeno buraco no chão onde é colocado pó químico. Tem-se um “equipamento sanitário”.

Imagem 3: Trabalhadores à espera do transporte.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Imagem 4: Trabalhadores no intervalo do trabalho.

Fonte: acervo pessoal do autor.

A propósito da imagem 4, nota-se um fenômeno ainda comum no Nordeste, o “tombamento” da cana colhida. No canto superior-direito da imagem, na parte em destaque, há um trabalhador executando essa tarefa, que constitui em fazer rolar a cana colhida para um lugar em que as máquinas possam coletá-la. É uma tarefa realizada de

maneira artesanal, presente em terrenos com inclinação acentuada e de difícil execução, na medida em que o peso vai aumentando com o acúmulo de cana.

Um tipo de trabalho sempre associado à condição de precariedade e a situações de extremo desgaste físico e mental assume uma imagem extremamente negativa. Remeter o leitor às situações de trabalho no corte da cana quase que dispensa qualquer adjetivação. Dessa forma, poderíamos ser levados a concluir que não é possível assumir um discurso positivo sobre essa realidade de trabalho. A não ser que a narrativa comece no período da escravidão e apresente as mudanças subsequentes como avanços. De certa forma, o que estou propondo aqui é justamente por em suspensão essa espécie de prelúdio eminentemente negativo que assume qualquer narrativa sobre o trabalho nos canaviais. A razão para isso atende a fins estritamente metodológicos. Desse modo, se é possível assumir que exista uma “identidade negada” para aqueles que trabalham no corte da cana, interessa-me arguir: a ação de negar atende a que fim? De que modo os indivíduos manifestam essa identidade? Por fim, como ela concorre com outras representações identitárias constituídas em outros espaços?

A ideia da negatividade do trabalho no corte da cana é sentida também no discurso dos entrevistados. A representação do seu trabalho está sempre associada a adjetivos tais como pesado, cansativo, ou ainda em expressões como “coisa de doido”, de “desmantelado”, entre outras. Ademais, e esse é um aspecto de extrema importância, eles próprios não se veem como “cortadores de cana”, no sentido de reconhecerem essa atividade como uma profissão. Costumam afirmar que não possuem uma “profissão”, seja em razão da ausência de formação escolar, seja por reconhecerem como sua outra profissão que exerceram em algum momento de suas vidas. Qualquer que seja o motivo, nele se entrevê um forte indício de que a atividade atual que exercem não propicia elementos simbólicos positivos ao sabor dos quais se estruture um eixo para aflorar uma identidade de trabalho. O trabalho ao invés de conferir reconhecimento, retira-o. Assim, quando afirma ser cortador de cana, segue-se a essa resposta uma justificativa que por vezes assume um tom jocoso. Em outros momentos, necessita-se explorar o porquê da sujeição a esse tipo de trabalho.

Qual a sua profissão?

Olha, minha profissão mesmo que eu tenho em minha carteira é padeiro. Chego no lugar, minha profissão é padeiro. “Hoje você tá fazendo o que?” Sou cortador de cana. E eu não tenho vergonha. O pessoal diz: “é mesmo?” Eu digo: olhe para minhas mãos (momento em que ele mostra as mãos calejadas. Justino, 28 anos).

Qual a sua profissão?

Rapaz... Trabalhador rural. (Jileu, 22 anos).

Qual a sua profissão?

A profissão minha é essa mesmo, lavrador. (Serafim, 39 anos).

Qual a sua profissão?

Agricultor (Alfredo, 40 anos).

Qual a sua profissão?

Eu falo, cortador de cana. Quando era solteiro, aí todo boyzinho, eu viajava para fora (migrava para o trabalho em outras usinas). Aí as meninas, as namoradinha sabe? “Américo, tu faz o que lá?” – “Eu corto cana, se você me quiser assim...” Eu tenho que ter orgulho do que eu faço. Eu nunca tive vergonha não porque tá com as unhas sujas... Posso chegar ali na cidade grande agora: “você trabalha de que?” – “Eu corto cana”. Não vou ter vergonha do que eu trabalho. Se é onde eu me sustento e sustento a minha família (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Qual a sua profissão?

É o corte mesmo...

Quando alguém pergunta é o que você responde?

Eu digo é trabalhador rural (Zerramo, 34 anos).

Qual sua profissão?

Trabalhador rural, cana mesmo (Batista, 25 anos).

Por certo, uma identidade profissional não se deixa flagrar facilmente através de uma pergunta assim formulada, que almeja ir direto ao ponto. Todavia, decidi incluí-la para perceber a reação dos meus informantes. Até porque não seria esta a primeira vez em que eles teriam sido convidados a respondê-la, já que a pergunta está presente em questionários padronizados para obtenção de crédito, para abertura de conta em banco, em formulários para acesso a programas do governo; ou seja, ela faz (ou fez) parte, em algum momento, da vida dessas pessoas. Pareceu-me plausível, portanto, a sua inclusão.

Se, por um lado, o modo como se apresentam as respostas parece muitas vezes indicar uma negação do trabalho que realizam, por outro, ela precisa ser entendida no contexto da interação social. O “outro” dessa interação é o sujeito externo aquela realidade de trabalho, qualquer que seja ele. Ademais, além de um possível problema semântico com o significado da palavra profissão – que de fato existe – estou supondo que há um ato intencional dos sujeitos em transmitir outra identidade e que se deixa manifestar em outros momentos da entrevista.

A linguagem constitui um espaço capaz de (re)significar os sentidos atribuídos à profissão – mas não somente a ela – que em geral são negativos. Há um desafio sempre presente que remete à necessidade de sondar os significados conferidos a determinadas formas de expressão, sejam elas verbalizadas ou não. Isso confere musculatura ao tipo de abordagem que desenvolvo, calcada na observação da percepção dos indivíduos, de maneira a refletir os elementos simbólicos que fundamentam o sentido da ação social (Weber, 1999). Desse modo, por diversas vezes voltei às entrevistas para conferir o intrincado jogo de significados, contido na maneira como os meus informantes se expressavam. Esse é, de fato, um ponto de tensão.

Aqui também está o caráter contingente, ou multifacetado, de um modo particular de representação identitária. Ora, a mediação dos indivíduos face à imagem aparentemente negativa do trabalho expressa algum grau de reflexividade que não se resume ao simples assentimento. Essa reflexividade irá diluir a negatividade por meio do recurso a elementos outros, oriundos de outros marcadores identitários e mais associados seja ao que advém dos resultados do trabalho, seja ao compromisso de ser um trabalhador “honrado”. Assim, antes que identificar uma identidade, haveria um processo de negociação identitária que descortina a trama de interesses que mobilizam as ações dos indivíduos.

O efeito deletério dessa imagem associada ao trabalho que realizam se associa, como já vimos, a outro motivo presente no discurso dos indivíduos para justificar seu engajamento no corte da cana: a dimensão financeira. Eles são, por esse raciocínio, motivados a trabalhar no corte em razão do salário, da carteira assinada, um benefício quando comparado com as outras oportunidades de trabalho disponíveis na região em que vivem.

Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas?

Tem nada, só “alugado” (na diária) mesmo no inverno. Mas quando bate o verão lá é uma sequidão que o cabra tem que partir para o corte mesmo (Rufino, 42 anos).

Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas?

Não, tem não. Só se arruma assim: trabalha um dia, dois dias na semana. Diária (Serafim, 39 anos).

Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas?

Rapaz aqui em (município que mora) não tem viu. Tem em Itabaiana, serviço pesado de cerâmica, essas coisas.

Mas não tem outras coisas aqui?

Olha, eu vou te falar uma coisa, aqui para a gente que não tem estudo, eu e outros que tem por aqui, o mais fácil mesmo é cana. Porque a gente chega lá, entrega o documento e vai trabalhar.

E tem emprego?

É. Porque quem tem a profissão, de pedreiro essas coisas, trabalha tudo em Aracaju. Mas quem não tem fica difícil: ou servente, trabalhar de servente de pedreiro, ou então a cana.

E trabalhar na diária?

É mais ruim. É melhor a pessoa ir para a usina, porque pelo menos quando sai, vamos supor, ela tá pejudando agora, aí pega um seguro, tem a “micharia” do fundo de garantia, eles dá também um “acertozinho” para a gente. Aí a gente guarda aquele dinheiro e vai esperando arrumar outro serviço. Quando a gente arruma logo, eu mesmo não gosto de ficar parado, eu vou logo trabalhar (Eufrásio, 47 anos).

Quando o indivíduo justifica uma ação tomando como referência, por exemplo, a intenção em auferir maior renda, não decorre disso um ato inconsequente, fora de qualquer preocupação estratégica. Na verdade, quando avançamos na conversa, percebe-se que existem outros elementos que ele não mencionou naquele momento da entrevista como sendo importantes. O indivíduo, ao que supomos, leva em consideração a expectativa de resposta do pesquisador. Dizendo de outra forma, há boas razões para ele supor que o pesquisador irá considerar o fator monetário como suficiente para justificar a sua ação.

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças?

As vezes faz ne. As vezes ganha mais, melhor. Os amigos fala. Aí eles pergunta o tanto que nós ta ganhando, nós fala (R\$) 800. Aí ele fala, ah lá ta pagando melhor, tá pagando (R\$) 900, 1000. Só importa mais, que nós fala, é o tanto que ele paga, o dinheiro. Aqui eu acho melhor a Pinheiro (Usina São José do Pinheiro) porque nois tá em casa todo dia (Batista, 25 anos, grifos nossos).

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças?

Eu acho que é o salário, é mais o salário. Trabalha numa ganha mais, trabalha na outra ganha menos.

E você pergunta antes?

É, com os cara que trabalha. Fulano lá ta tirando tanto por mês. Aí nós cá ta tirando menos, aí no outro ano nós vamo lá ver.

Então não tem muita diferença de uma para outra?

Acho que não.

Mesmo lá em São Paulo? Mesma coisa. Porque em São Paulo você ganhava mais, mas só que o gasto é mais também. Você fica indo e vindo para a Bahia final de ano, você paga transporte, é caro ne? E aqui leva todo mês, você acaba ganhando quase a mesma coisa. Porque lá você ganha a base de dois mil, dois mil e pouco por mês. Aqui você ganha mil e setecentos, mil e

oitocentos. Lá você acaba gastando mais, tem que pagar aluguel, tem que levar a família porque é longe (Serafim, 39 anos).

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças? Quais?

Para lá eu não sei né (com relação as outras usinas do estado). Porque tem vez que tem aquela que paga melhor, aí a pessoa só corre para aquela que paga melhor. As vezes a pessoa ta trabalhando para uma usina que não ta bem. Trabalha, não paga bem a cana, aí a pessoa sai, ne? Corre atrás de uma que paga melhor (Eufrásio, 47 anos).

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças? Quais?

Porque a gente assim, a gente leva em consideração aquela que você acha que vai dar melhor esse ano. Por exemplo, aqui a gente temos, aqui na região da gente, a gente temos quatro usinas (ele inclui um pequeno engenho). Aí a gente tem a opção de escolher. Aí vê assim oh, se junta os colegas e pergunta: “qual é a usina melhor que vai dar esse ano? Será que é aquela?”

Mas o que significa isso, “que vai dar melhor”?

É no ganho, no dinheiro. Que vai pagar mais a tonelada. E tem outra consideração aqui que a usina chega no inverno e vai pegar pessoa, ne? Aí, por exemplo, se ela chega aqui no mês de junho: “to pegando gente para ir para aquela usina”. Aí já que a gente tá aqui parado, a gente vai ter opção de ir para aquela. Vamos para aquela ali porque a gente já pega d’agora (o que significa empregar-se antes da safra propriamente dita) (Josino, 27 anos).

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças? Quais?

Tem. Tem muita mesmo. Organização de alojamento, preço de cana, ônibus.

E o trabalho?

O trabalho é normal em qualquer usina. Lá (São Paulo) é assim, tem dia que eu ganhava 50 reais cedo, já aqui tem dia que eu não ganho não esse dinheiro. Mas aqui (Sergipe) é bom de ganhar dinheiro também. Aí eu comparei essa usina aqui com a que eu trabalhei em Goiás, eu fiquei trabalhando e pensando. Daí eu contei até a meus colega aí: “aqui não tem diferença nenhuma de... diferença pouca assim de alojamento”. O alojamento da de Goiás era o mesmo jeito de você tá na sua casa. Confortável demais. Isso aí no alojamento não (com referência ao da usina em Sergipe). Lá (em São Paulo) eu ganhava bem. A questão é que lá gasta mais. A diferença é essa, de gastar sabe. Mas aqui (Sergipe) nós tá mais perto de casa, nós gasta 25 reais (para voltar para Alagoas). Mas lá não, lá você tem que mandar dinheiro para a família. Que nem agora que eu to com compromisso de mandar dinheiro para a mulher, se eu for para lá agora é duas dívidas todo mês. Me manter lá e manter a mulher em casa (Américo, 23 anos).

Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças? Quais?

Olha, por a forma de trabalhar. A grana é outra. Lá (São Paulo) paga menos do que aqui (Sergipe), para você ter a noção. Aqui paga mais do que lá e nós ganha lá mais do que aqui. Aqui é sete “carreira”, lá é “cinco”. As cana lá é tudo limpa, aqui é arriscado você furar um olho (Justino, 28 anos).

Percebe-se como em todos os casos os indivíduos elencam, sutilmente, outro fator: a distância dos locais de trabalho. Com isso eles indicam que submetem o critério financeiro aos custos envolvidos em trabalhar longe de casa. “Custo”, aqui, deve ser

contabilizado sobretudo como um custo sentimental, por estar longe da família, de casa e dos amigos. O elemento subjetivo que subjaz a essa asserção não se transmuta facilmente em palavras. É claro que existem diferenças relacionadas ao trabalho, mas elas surgem quando perguntamos sobre as diferentes formas de aferição do pagamento por produção, sobre a situação dos terrenos onde a cana está plantada, sobre as exigências de produtividade, entre outros exemplos. Essas são variáveis que entram na sua equação quando o indivíduo precisa decidir entre ir para uma determinada usina ou não, bem como entre migrar ou não.

A manipulação dessa narrativa por parte do sujeito perfaz, enquanto ordenação da atribuição de sentido às suas ações, um intenso jogo identitário. Decorre dessas narrativas uma imagem (ou imagens) que se pretende transmitir conscientemente ou não. Por seu turno, para revelá-las é preciso recorrer às situações de interação, ou seja, o contexto da interação social cria a expectativa de comportamento e o indivíduo a levará em consideração na sua ação. É aquilo que Goffman (2011) havia chamado de “preservação da fachada”. De caráter ritualístico, ela envolve uma espécie de sondagem prévia acerca da expectativa de comportamento esperada pelo interlocutor. Assim,

Quaisquer afirmações sobre o eu serão feitas com uma modéstia beirando o menosprezo, com fortes qualificações, ou com uma nota de deboche; garantindo-se desta forma, ela terá preparado um eu para si mesma que não será depreciado pela exposição, fracassos pessoais, ou os atos imprevistos de outros (Goffman, 2011, p.23).

Por razão semelhante já o afirmara Menezes (2000) ao se questionar sobre um tipo de abordagem que reduz a representação identitária que se tem dos trabalhadores camponeses a um suposto imobilismo e passividade, ou no pólo contrário, tomando-os como rebeldes. Em seu estudo com trabalhadores migrantes da região da Mata Seca em Pernambuco, ela constata que as estratégias de ação com relação à decisão de migrar, a mover uma ação trabalhista contra a usina, ou mesmo deixar a usina, comportam algum cálculo de tomada de posição. Para Menezes (2000), mesmo a aceitação de situações que aparentemente indicam passividade precisam ser entendidas dentro do conjunto de possibilidades naquele contexto. As decisões dos trabalhadores são feitas de modo ativo, como escolhas, variando conforme o leque de oportunidades que se apresentam naquele momento e conforme a sua trajetória laboral e familiar.

Por vezes, a forma como ele revela o fundamento de suas decisões assume um caráter ambíguo. Mas essa ambiguidade, antes de invalidar, mais uma vez reforça a

maneira como ele pretende apresentar uma determinada situação. Um exemplo claro disso está no modo como eles percebem o incentivo à produtividade que, nas usinas em Sergipe, se expressa através da chamada “feirinha” (uma cesta básica) e está condicionado a uma média diária de oito toneladas de cana cortada por trabalhador.

Poderíamos deduzir que políticas desse tipo claramente favorecem o aumento da intensidade do trabalho, e a resposta que o trabalhador fornece nem sempre é clara. Primeiro porque a imagem que se tem daquele que mais corta cana visando aumentar os seus rendimentos é tida, entre eles, como “usura”. Segundo, pela própria desconfiança em passar essa informação ao pesquisador. Ainda mais quando em momento anterior da entrevista, ele já revelou que existe “roubo” na pesagem da cana. Terceiro, porque ele possivelmente pretende criar uma imagem de que se preocupa com a sua saúde ao exercer certo controle sobre o seu trabalho.

Sobre esse último aspecto, salta à vista a dificuldade em se conseguir uma informação acerca de algum problema de saúde em decorrência do trabalho. Não é difícil imaginar, e a própria literatura é farta a esse respeito (Alves, 2008; Silva, 2005; Thomaz Junior, 2002), as precárias condições de trabalho a que estão expostos esses trabalhadores. No entanto, foi sempre muito custoso obter alguma informação sobre isso. Um olhar desatento facilmente atribuiria esse fato ao desleixo dos próprios trabalhadores com a manutenção da própria saúde, especialmente para um pesquisador afeito ao formalismo lógico e esperando um discurso bem articulado dos seus entrevistados. Mas, e em concordância com o que pretendo argumentar, o discurso veiculado sobre esse fato transmite uma imagem. Esconder ou revelar a dor ou o problema de saúde, bem como o modo como isso é feito, é um ato carregado de significados. Vejamos como isso se expressa na seguinte passagem.

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Não. (isto uma série de dores em diferentes lugares)

Não. O negócio que eu sinto, que eu já fui para o médico e o médico me explicou para mim, só é um probleminha no coração que eu tenho. Tem uma listinha preta assim. Mas o médico falou que é de família.

E o médico, sabendo do seu trabalho, não recomendou que você parasse?

Não, não, e eu fui para particular ainda.

Você tem medo?

Não, porque eu trabalho no meu limite, deu fome eu vou lá comer, deu sede eu vou lá beber, e muitos não trabalham assim (Justino, 28 anos).

Agora vejam o que antecede esse momento da entrevista.

O que você sonha/deseja hoje?

Minha mente sabe o que é? Primeiramente levar minha esposa para lá (São Paulo). Passar uns cinco anos e comprar umas quatro casas aqui e viver só disso. Cada ano que vai passando, o trabalho nisso vai cansando. Eu cheguei a levar dois irmãos para lá, hoje... tá melhor do que eu, porém, tão lá. Aí você passar sete, oito meses e retornar, já é mais ruim, entendeu? Aí você vai procurar outro tipo de emprego lá (Justino, 28 anos, grifos nossos).

Qual era a sua média em São Paulo?

500, 400, 300 metros a depender da cana.

Em toneladas isso equivale a quanto?

Olha, lá (São Paulo) sou acostumado a tirar 20, 18, 22 (toneladas de cana) e aqui o máximo que eu tiro é 12, com sete rua (Justino, 28 anos).

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você queria ser o trabalhador que mais corta cana?

Não, que lá (São Paulo) tem a forma de trabalhar. A mulher coloca a tabela lá no ônibus. Você tem que parar nove horas, fazer um lanche meio dia e duas horas. Mas (tem) deles que não quer parar (**insisto para saber se ele não procura ser um desses**) Não, não. Não queria ser não, por a forma d'eu trabalhar já tá bom demais. Não entro em hospital. Os cara direto no hospital (em São Paulo). Muitos toma injeção na veia para trabalhar mais.

Aqui tem isso também? De ter tem, mas é pouquinho (Justino, 28 anos, grifos nossos).

O entrevistado é um rapaz jovem, corpo magro e estatura mediana. Manteve-se sempre cabisbaixo durante a nossa conversa. O relato foi permeado por momentos que o emocionaram, que lhe causaram revolta. A sua primeira safra em São Paulo ocorreu em 2005, de lá para cá voltou seguidas vezes, intervalando com mais trabalho no corte em Sergipe nos períodos de entressafra em São Paulo. Em sua primeira migração foi levado a convite de um “gato”. Ao chegar a São Paulo foi enganado, não recebendo o suficiente para sobreviver. Chegou a pedir esmolas na rodoviária da cidade em que morou.

Primeira vez que eu viajei mesmo, sentei, conversei com minha mãe, nunca tinha ido. “Se der você fica, se não der e não tiver o dinheiro ligue para mim que eu mando o dinheiro”. É tanto que a primeira vez que eu fui, saímos daqui na terça-feira, chegamos lá no domingo. Só tinha o colchão, mas nós foi trabalhar em usina, trabalhava com “gato”. Só que enganou a gente. Passemos o nome de mendigo, os outros dando umas feirinha, na rodoviária. Isso... marcou! Nós saímos daqui o cara falou que ia chegar lá num horário, chegou em outro. Quando nós chegamos lá só tinha pão para comer. Aí passemos três meses, o dinheiro que eu pegava, recebia, não dava... Ainda ficava devendo! Aí eu cisme assim. Dia de sábado mesmo, me lembro como hoje, peguei minhas coisas, disse: “meu irmão, quem me acompanhar, me acompanhe, se não quiser fique aí, eu vou sair daqui, vou caçar outro lugar para ficar. – Rapaz cê é doido?” Eu digo: “não quero ficar aqui mais não”.

Peguei minha malinha, botei nas costas, peguei a balsa atravessei pro outro lado do rio. Cheguei na outra cidade, tinha uns coroa lá jogando dominó. Eu cheguei: “boa noite! – boa noite!” Isso umas sete horas da noite já. “Sabe onde tem algum turmeiro aqui?” – “Vire aqui, assim, tem um turmeiro chamado sr. Manu”. Cheguei lá. Conte a situação, né? “Sr. Manu, tá acontecendo isso, isso e isso, eu queria que você me desse um trabalho”. Aí ele olhou para mim: “você quer trabalhar mesmo?” – Eu digo: “quero”. Ele me deu um pedaço de bolo, um café, eu tomei. Ele: “durma aqui”. Eu cheguei dormi. Quando foi no domingo ele me levou lá para fazer umas compra no mercado. Na segunda-feira comecei a trabalhar, me botou numa usina. Na outra semana fui pegar os meninos, meu primo, meus irmãos. Não quis vim. – “Pra semana eu vou”. Na outra semana eu fui de novo, quando eu soube, eles já tinha viajado pra aqui pra Sergipe já de volta. Aí eu fiquei lá. Eu passei sete meses. Quando parou, o homem fez festa para a gente. Me deu dois presente, uma panela de pressão e um jogo de copo. E pediu pra voltar de novo. Eu falei pra ele: “voltar eu vou, agora não sei se é pra aqui. Agradeço muito a você e a sua esposa pelo que fizeram para mim, e... sem comentário! Isso que você fez para mim foi mais do que tudo na vida!” Aí pronto, de lá para cá só foi maravilha (Justino, 28 anos).

Esse breve prelúdio permite que situemos o contexto de fala. Nos excertos acima, vejam que a primeira resposta é a recusa da dor física, da ausência de problema de saúde relacionado ao trabalho. No momento seguinte, ao apresentar o problema que tem, o faz no diminutivo, como “um probleminha no coração”. Essa atribuição de um significado “menor” ao problema de saúde deve ser tomada no sentido de uma negação da realidade vivida. Há uma imagem, portanto, uma identidade, sendo apresentada que torna possível uma ação aparentemente destemida.

Se estivermos certos, ele assim procede não apenas na minha presença, mas entre os colegas de trabalho. Quando estive nos alojamentos, ou conversando em grupo, era visível o receio em apresentar-se como “fraco”. No léxico dos indivíduos, cortar cana está sempre associado a expressões como: “tem que ser macho”, “serviço de homem”, “coisa de doido”, entre outras. A socialização do trabalho mediada por esse discurso varonil – internamente, nas turmas de trabalho, ou externamente, na esfera da família, da comunidade – altera a percepção da dor e do sofrimento. O que não implica que ela esteja ausente. Além disso, flagrar o aspecto subjetivo associado à dor e ao sofrimento decorrente da sua prática laboral requer que se observe não apenas a dimensão do dizível, mas igualmente a dimensão do indizível (Queiroz, 1986; Bandini e Silva, 2011). Do que não se transmuta facilmente em palavras e fica retido no silêncio. Essa representação simbólica do ideal de masculinidade que permeia as relações sociais entre eles sustenta a negação de qualquer fraqueza (Silva e Ribeiro, 2010; Menezes, 2002).

Ainda nesse veio, lembra-nos Dejours (2003) que o aparente desprendimento quando aos riscos da atividade laboral, menosprezando até mesmo as prescrições normativas sobre a segurança do trabalho, é produzido como um recurso para enfrentar a insalubridade do ambiente.

Em contrapartida, na passagem anterior, veja o que ele afirma: “cada ano que vai passando, o trabalho nisso vai cansando”. Isso foi solto no meio de uma fala cuja preocupação maior era destacar a dimensão do futuro. Em muitos casos, o cansaço é visto como algo que vai chegar. Assim como a dor. Semelhante situação ocorre com a negação da imagem daquele que mais corta cana, como vimos. Ela dificilmente é assumida. Pelos dados que ele fornece da sua média de produção, depreende-se que ele se encaixa entre os que mais produzem, contudo, há uma recusa dessa imagem. Assim sendo, o que se constata é um patente paradoxo: ninguém assume que corta muita cana, embora todos conheçam alguém assim. De igual modo, em outro tema polêmico, o da interrupção do trabalho por completa exaustão física, tem-se que ninguém teve esse problema, mas sempre conhece alguém que teve.

Tem muita gente que cai. Às vezes trabalha demais, puxa demais, dá aquela vontade de comer, dá fome e aquela pessoa intetida ali na cana. Às vezes tá uma cana em pé, boa de trabalhar, ele não vai comer, ele não vai almoçar, afinda caindo...

Então você vê isso acontecer?

É, de caimbrã.

Você já teve alguma coisa assim?

Não, eu não (a resposta vem imediata). É um negócio que não me ataca, graças a Deus, é caimbrã. Agora eu já vi colega tanto aqui como em São Paulo. Eu já vi colega ruim, agoniado (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Você já viu gente passando mal?

Isso aí eu já vi já, ontem mesmo tinha um lá com a gente. Mole lá, nem comer comeu. A semana passada um parceiro meu, que trabalhava junto com a gente foi para o hospital, está no João Alves (hospital) em Aracaju Por que? Ele já estava se sentindo fraco, aí foi trabalhar, se esforçou, aí foi quando veio aquela fraqueza.

E você já sentiu isso?

Não, fraqueza não. Cansaço sim, porque, por exemplo, a pessoa puxa, hoje a gente pegou uma cana boa de trabalhar aí você quer forçar um pouquinho mais. Vamos forçar hoje porque a gente vai ganhar um pouquinho mais, aí força, aí a gente vai embora. Aí sempre quando você chega em casa, que você toma um banho, que você tá relaxando, aí você sente, aquele cansaço, câimbra no corpo, mas isso acontece comigo quando eu já to em casa. Mas muitos lá com a gente, eu já vi cair já (Josino, 27 anos, grifos nossos).

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Ave maria, eu sou um menino de dez anos, nunca tive nada não.

Nem câimbras?

Tive uma em São Paulo. Lá uma vez, meu primeiro ano, quando eu sentei assim (mostra como), eu chorei na hora, eu chorei igual a menino novo. Travou mesmo. Aí um amigo meu fez uma garapa lá, um açúcar e sal lá. Chorei igual a menino novo, dor forte mesmo.

Como é o nome disso?

Câimbra.

Mas tem outro nome?

“Canguru”, “gata cega”.

E aqui você já teve isso?

Não.

E dor de cabeça?

Senti uns dia aí, forte.

E toma remédio?

Já tomei vitamina.

Que a usina deu?

Não, eu comprei.

E comprou por quê?

Eu percebo, qualquer um de nós aqui percebe, quando a produção tá baixando, quando o baque tá diminuindo, nós começa a soar demais. Daí eu comprei um, pronto. Renovou de novo. Porque seis meses de cana você tem que tomar alguma coisa (Américo, 23 anos).

Teve um dia que caiu um cabra aí no meio da roça, quase morre de tanto trabalhar.

Então você já viu gente caindo?

Já. Porque tem gente que é assim, se tiver muito quente, e o corpo der aquela vontade de parar e o cabra não para, dá um tranco no cara e o cara morre. É um calor brabo.

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Rapaz sente (ele mostra a região das costas), aqui mesmo é uma dor da gota.

E câimbra?

Câimbra nunca me deu não.

Já ficou sem trabalhar por causa de dor?

Não, a outra safra mesmo foi seis meses nunca perdi um dia, porque eu vou ficar aqui dentro de casa sem ter nada para fazer? (Rufino, 43 anos, grifos nossos).

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Não. Só sinto uma “caibrinha” vez em quando.

Onde?

Na perna, assim nas costela.

Mas já caiu ou já viu gente caindo?

Não, nunca vi também não.

E lá em São Paulo?

Lá já vi muitos passando mal, ia por hospital, soro... (Zerramo, 34 anos).

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Já, de coluna.

Você já faltou por causa disso?

Só uma vez, era dor na coluna, dor de cabeça, aí não aguentei trabalhar não.

Você já teve câimbra?

Não.

Mas já viu gente cair por causa disso?

Já, um bocado. Porque não parou, querendo trabalhar sem poder (Coriolando, 19 anos).

A repetição desse tipo de resposta dá a ligeira impressão de que você quase nunca alcança esse “outro” que sente dor. A sintaxe sugerida com a inversão no pronome acarreta efeitos sociológicos visto que “ele” é o “eu” que não se quer assumir. É uma identidade que fala sobre si, mas que é conjugada na terceira pessoa. Sujeito anônimo de uma oração, no eixo dessa representação, retém-se também aquilo que supostamente deveria ser vocalizado como expressão maior das condições degradantes de trabalho. Quero dizer com isso que, os significados subjetivos atribuídos à dor e ao sofrimento são destituídos da manifestação pública que poderiam assumir. Aqui, é o elemento silente que devemos realçar. Não apenas o que foi dito, mas sobretudo o que foi sufocado como forma de encarar as situações degradantes de trabalho. Essa dimensão do indizível deixa entrever, a olhos vistos, essa contradição.

A linguagem que serve de esteio a essas narrativas de vida e que reuni os elementos sob os quais se erigem as identidades deixa vislumbrar um campo de tensões. Assim, as formas de nominar e de atribuir significado às coisas, antes de ser um ato despretensioso, revela um forte conteúdo proposicional, como já o afirmara Searle (2010).

Como havia dito no capítulo anterior, a linguagem surge então como uma pista para sondar a atribuição de significados feita pelos trabalhadores às suas condições de vida e trabalho. O trabalho no corte da cana apresenta-se esvaziado de significados “positivos”. É o trabalho que, de alguma forma, deve ser escondido, mascarado, negado... Donde a experiência subjetiva assume o signo do sofrimento, do eminente desenraizamento físico e social, da exploração.

Explique-me sobre o que é trabalhar no corte da cana?

Maneiro é que não é, o cabra tem que se esforçar. O serviço é pesado. Quando termina assim o cabra tem que “tomar uma fuga”. O cara tem que “tomar uma fuga” também, né? O cara não é de ferro, é feito de carne e osso. Para, no outro ano, o cara tá sossegado, tranquilo para voltar (Rufino, 42 anos).

Explique-me sobre o que é trabalhar no corte da cana?

Ah, é puxado. O ruim é a saudade, sabe? É quinze dias, um mês... É puxado, cansa. Mas depois o cara se acostuma, já era. O ruim é os primeiros dia. Tanto para o cara novato que nunca cortou... O ano que eu mais sofri na minha vida foi lá em São Paulo, aí eu vi o “cão chupando manga” viu!?

Sofreu por quê?

Eu sofri de saudade e também não tinha costume. Até a mulher lá da minha rua disse: “vá não, você vai voltar no outro dia”. Aí eu disse: “apois eu vou mostrar a você que eu não vou voltar no outro dia”. Porque quando eu tava lá

na cana e lembrava do sofrimento que é no meu lugar, sem trabalhar nem nada... Ah! eu não penso isso para minha vida não. Vou sofrer aqui mas eu vou levar um dinheirinho para casa. Todo mês eu mandava dinheiro para minha família. O cara leva até por brincadeira tem dias, começa a jogar “puia” (descontrair) com o outro, a amizade. A galera aqui é tudo unida, não tem “macacada” não (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Explique-me sobre o que é trabalhar no corte da cana?

O serviço pesado que eu falo é a cana mesmo. Porque para a pessoa, vamos supor, ganhar um dinheirinho a mais, a pessoa tem que trabalhar sério mesmo, tem que trabalhar abraçando ela. A pessoa pegar uma touceira de cana completa, abraçar ela assim para jogar lá... É duro, viu? Porque tem cana pesada, viu? Cansativo é, falar a verdade (Eufrásio, 47 anos).

Explique-me sobre o que é ser um cortador de cana?

Rapaz é ruim... É duro. Eu tiro por mim. É duro, no sol quente, se vacilar se corta. Um colega meu esses dias se cortou, no braço aqui, passou uns quinze dias em casa. Porque é arriscado, às vezes você tá meio desatento o facão pega na mão... (Batista, 25 anos).

Mas, persevero, o sofrimento e a exploração não se reproduzem automaticamente sobre um ser inerte. Essas dimensões também são zonas de conflito e disputa. As ações dos indivíduos são parte nesse processo. Veja que “Américo”, no segundo excerto, aponta para uma fonte motivadora externa. Ele diz: “vou sofrer aqui, mas eu vou levar um dinheirinho para casa”. Tem-se aqui um mecanismo que lhe permite atribuir significado à sua conduta frente a um trabalho aparentemente desprovido de valor positivo. Em termos sociológicos, o trabalho torna-se, com isso, uma zona intermediária para os objetivos que são aludidos como tendo maior significado na vida dos indivíduos. Por essa via, negá-lo – em referência à identidade negada – representa um modo ativo de reagir às situações de exploração a que estão submetidos. Por essa mesma chave pode-se entender porque outros símbolos de status – a exemplo da moto, da carteira de motorista, da casa etc. – não são meros “fetiches” de consumo. Eles representam o momento de afirmação dos indivíduos perante a comunidade, a devolução da imagem com a qual eles almejam ser reconhecidos, seja como “camponês”, seja como “assalariado”.

A pretensão de sair, ou não, do corte da cana, bem como a perspectiva de futuro com relação aos filhos, também fornecem pistas sobre os significados atribuídos ao trabalho. Embora reconheça o hiato que certamente existe entre o que é almejado e o que é possível, não se deve ler essas informações sem considerar que elas indicam possibilidades que se sujeitam a fortes constrangimentos de ordem estrutural

Pensa em sair do corte da cana? Pretende fazer o que?

Não, penso não. Lá onde eu moro é difícil arranjar outro emprego. Quando nós sai daqui agora se nós levar a sorte de pegar o seguro, pronto, vamos ficar sossegado, até setembro... Daí tem como a pessoa manter a família sossegado. Mas se a pessoa não pegar aqui (o seguro desemprego), daí vai ser complicado.

Então lá não tem nada para você trabalhar?

Tem não, lá é complicado demais. Quem tem um futurinho lá é roça, mas quando a seca tá pesada...

E trabalhar na diária é ruim?

É, eu sou mais tá aqui mesmo na cana.

Como você gostaria que fosse o futuro dos seus filhos? Você gostaria que seus filhos cortassem cana?

Nada, eu não quero ver essa vida para eles não. Vou batalhar aí para eles, com fé em Deus, para eles ter uma vida diferente, estudar... (Américo, 23 anos).

Pensa em sair do corte da cana? Pretende fazer o que?

A gente fica pensando assim, mas não tem como, né? A gente tem que enfrentar porque a gente não tem como a gente adquirir um terreno assim para a gente trabalhar para a gente mesmo, criar uns bichinho.

Você gostaria que seus filhos cortassem cana?

Não, jamais! Tá ele aí para dizer. Eu é que dizia: “mai ke vamos estudar, o serviço de roça, de campo não é brincadeira não”. Estudar para você adquirir uma emprego melhor na sua vida. Mais descansado (Eufrásio, 47 anos).

Você pensa em ter um terreno para cultivo?

Tenho, oxente! É o que a gente pensa né? É o futuro da gente. A gente trabalha com o pensamento de com um tempo você conseguir alguma coisa a mais, uma terrinha...

Então pensa em sair do corte da cana?

Isso. Porque a gente trabalha sempre no pensamento disso. Não é só trabalhar para ter na hora (Josino, 27 anos).

Nessa seção, procurei sublinhar o modo como o universo do trabalho nos canaviais é permeado por representações cujos significados não giram em torno de um eixo único, o da “exploração”. A pospelo dessa narrativa importa saber o modo ativo como os indivíduos equacionam os desafios inerentes a essa atividade laboral, desde o seu ingresso até os significados atribuídos ao trabalho no corte da cana. Essa forma de arguir, ao que suponho, atinge velhas questões analíticas sobre o modo como se reproduzem essas populações, a exemplo do suposto contido no efeito nefasto do assalariamento rural, na dissolução do “modo de vida camponês”, na dualidade entre “rural” *versus* “urbano”, apenas para citar alguns exemplos. Em outros termos, flagrar o modo como se constituem as formas de identificação descortina o papel da mediação dos indivíduos em suas ações cotidianas. Na parte seguinte, reúno as informações atinentes a duas outras dimensões que inserem variáveis importantes no modo como se

erigem as identidades, são elas: os circuitos migratórios e as formas de resistência e conflito.

5.3 – (Re)espacialização das migrações? Trajetórias de trabalhadores em Sergipe.

Como já indicaram os achados de outros pesquisadores (Menezes, Cover e Silva, 2011; Novaes, 2007; Moraes, 2007), o escrutínio dos circuitos de migração para a colheita da cana-de-açúcar é carente de bases estatísticas confiáveis. Sendo que este seja um fator que limita a possibilidade de dimensionar a real escala e o modo como circula essa mão-de-obra, diversos estudos de caso disponíveis na literatura que trata do tema oferecem achados confiáveis e que permitem compreender esse processo (Silva, 1999, 2008a e 2008b; Campos *et al* 2007; Galindo, 2009; Menezes 2002, 2012). Ademais, o intuito aqui não se limita a indicar o lugar de origem e destino desses indivíduos, mas, ao fazê-lo, aclarar o modo como se dá a inserção de Sergipe enquanto um ofertante e demandante de trabalhadores. Importa ainda saber como o crescimento da produção no estado se insere, como uma variável, nas estratégias de vida dos cortadores de cana.

No que foi possível constatar, São Paulo ainda exerce grande peso enquanto pólo de atração para os trabalhadores da cana. Sobre esse aspecto não há nada novo. Outras pesquisas já haviam salientado esse fato (Silva, 2005; Melo, 2008, Silva, 2012; Cover, 2011). Via de regra, as usinas da região Centro/Sul buscam mão-de-obra barata e potencialmente menos ofensiva⁶⁰ na região Norte/Nordeste. Ocorre que não é possível dizer que exista um padrão para essa migração, no sentido de configurar uma rota perene. Acredito que devemos começar por esta constatação. Em Sergipe existe uma miríade de circuitos migratórios sempre fluidos e instáveis. Mais das vezes, a ida de um indivíduo promove uma rota de migração. Que pode ser desfeita logo em seguida por razões diversas, desde a redução da mão-de-obra empregada, a opção por trabalhadores de outras regiões, o aumento das exigências de produtividade entre outros aspectos. Em outros momentos, é a empresa que atua, ela mesma, enquanto agenciadora de mão-de-obra nos locais de origem desses trabalhadores. De modo que o fluxo de entrada e saída

⁶⁰ Veremos, logo mais, como o recurso a essa forma de imobilização da mão-de-obra se vincula à possibilidade de aumentar o controle sobre o processo produtivo. Por conseguinte, a seleção do trabalhador migrante não casual.

pode ocorrer das duas formas. O que explica a dificuldade que sindicatos e a Justiça do Trabalho encontram ao tentar mapear essas rotas.

Existem migrantes em Sergipe?

A história que a gente tinha aqui era que Sergipe era só rota. Quem vinha de Pernambuco e Alagoas para ir para o norte do país. Depois descobrimos que passamos a ser, em pequena escala, também fornecedor, e em maior escala, especialmente para a cana de açúcar, nós temos trabalhadores que, ainda que não estejam na degradância(sic) ou no trabalho análogo ao escravo, estão em situação ruim, alojamentos precários... A migração de trabalhadores de Alagoas para cá ocorre sem que as formalidades legais sejam adotadas. Agora, 22 de dezembro, nós fizemos uma inspeção em Neópolis nos alojamento de uma das usinas e a coisa era vergonhosa! (Procurador do Trabalho).

A profusão de vínculos feitos e refeitos ao longo da trajetória ocupacional desses trabalhadores dá o tom à dinâmica desse mercado de trabalho, com impactos na maneira como se formam as estratégias de manutenção dos vínculos, na forma como as famílias se estruturam, nos fluxos migratórios e nas formas de representação coletiva.

O aumento repentino de trabalhadores assalariados da indústria canavieira no estado de Sergipe quase que “bateu às portas” dos órgãos públicos e entidades sindicais. A ocorrência dessas migrações comprova a inserção de Sergipe no cenário do trabalho nesse setor. Não à toa, os circuitos regionais de migração que envolvem os estados que fazem fronteira com Sergipe – Bahia e Alagoas – foi ampliado. As novas usinas logo lançaram mão desse recurso. Acrescente-se a isso, como já vimos no primeiro capítulo, o fato de que o estado de Sergipe viveu um período onde a oferta de ocupações no setor esteve bastante reduzida. Com o aumento súbito da oferta de empregos e a dificuldade em encontrar trabalhadores disponíveis para o corte da cana, não tardaria para que as usinas fossem buscá-los em outros estados.

O fluxo migratório de trabalhadores sergipanos que se dirigem para o corte da cana em São Paulo apresenta alguma semelhança com outros contextos de migração, em outros estados. Nele, assumem grande importância as redes sociais. É por elas que irão passar as informações acerca das oportunidades de trabalho, do acolhimento e apresentação do trabalhador-migrante nas cidades de destino, configurando assim um circuito confiável que outros poderão fazer, aspecto também ressaltado por Fontes (2008). A decisão de migrar é, como se vê, equacionada pelos indivíduos em razão das suas estratégias de vida, ainda que no discurso, por vezes, ela assuma uma narrativa de “aventura” rumo ao desconhecido.

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Eu conversava com meu pai e com minha mãe. Ainda hoje, casado, eu chego com meus pais. Eles falam: “se você acha que é melhor para você, você vai”. Quando eu fui para São Paulo eu falei para eles: “olhe, surgiu uma vaga aí para São Paulo e o que é que você acha?” Aí eles: “não, quem sabe é você. É longe, agora se precisar você liga para nós que a gente manda uma ajuda para você para você vim embora”.

Já migrou para outro estado?

Sim, para São Paulo. Eu passei 10 meses em 2009, que foi na Moema (usina), em Orindiúva, e passei nove meses, que foi o ano passado, em Ibaté, na Zanin (usina). Duas safras. Que a safra lá é longa, né?

E como foi a contratação?

A primeira que eu fui, em 2009, foi um rapaz que veio de lá para cá, enviado pela usina mesmo para aqui para Sergipe, Capela. Que ele era daqui de Capela. Ele foi daqui para lá, muito tempo, aí trabalhou na usina, virou cabo, de cabo foi para fiscal. Aí a usina enviou ele para aqui, para ele procurar o pessoal para ir para lá. Arrumar quatrocentas pessoas aqui. Aí ele arrumou, foi quatro ônibus que foi daqui para lá. Não chegou a quatrocentos não, foi trezentas e poucas pessoas daqui da região, entre Capela, Dores, Siriri. Todo lugar aqui ele foi procurando gente, foi se juntando e foi. A usina mandou o ônibus. Assim que ele arrumou o pessoal, mandou o pessoal de lá para cá para fichar, para sair daqui já fichado. Mandou ticket alimentação para nós ir na viagem.

E descontaram no salário?

Não, não descontou nada não, foi por conta da usina mesmo. Aí a gente foi, chegou lá moremos em alojamento da usina mesmo (Josino, 27 anos).

Já migrou para outro estado?

Foi em 2008, fiz três safra lá. Eu vim agora em 2012 (na verdade são 4 safras). Assim, os amigos me falando que era bom, eu nunca viajei, eu vou.

Não veio gente da usina para aqui?

Não, foi daqui mesmo.

Você pagou sua passagem?

Paguei minha passagem.

Foi uma turma?

Foi eu e outro amigo.

Tem muita gente daqui lá?

Tem. Tem muita gente que eu não conheço não, que eu conheço mesmo tem uns vinte para lá.

E de outros lugares de Sergipe?

Tem, tem muito que eu via lá. Porque às vezes a gente tava num bar bebendo aí dizia: “você é de onde? Ah sou de tal lugar, sou de Lagarto, São Domingos... (municípios sergipanos)” (Batista, 25 anos).

Já migrou para outro estado?

Eu na minha infância, tinha um que ia daqui, cunhado, um irmão meu. Aí quando eu comecei a ficar de maior foi quando eu viajei, gostei.

Então não veio ninguém da usina atrás de gente?

Não.

Quantas safras você já fez lá?

Olha, de 2005 pra cá, todo ano. Passo sete, oito, as vezes seis meses. Essa safra agora que passou eu passei seis, era para passar mais (Justino, 28 anos).

Já migrou para outro estado?

Em 2009 nós tava em Paulo de Farias e foi para a fronteira, em Minhas Gerais, porque é da mesma empresa, nós só mudou de alojamento.

Aí você voltou para Aracaju e depois voltou para São Paulo na safra de 2010/2011?

Foi, em Ibaté.

E como foi a contratação?

Em 2009 o cara veio pra aqui, aí tava aqui chamando o povo para ir para lá, mas como meu tio já tinha ido para lá, ele disse: “não, vamos também”. Aí os cara veio. Os cara de lá. Aí fizeram exame de todo mundo aqui, aí os que foi aprovado foi.

Onde você fez esses exames?

Nós foi pro consultório de Capela.

Há quantos anos esse seu tio já fazia o percurso?

Já tinha ido dois anos já para lá.

E como foi a viagem?

Nós foi tudo por conta da usina. Quando nós chegou lá o que ele descontava por mês era R\$ 60 da comida. Foi dois ônibus.

O pessoal da usina voltou na safra passada?

Não, os povo agora ia. Chegava lá alugava as casa, fazia os exames e entrava. Mas porque eles não tava vindo mais, aí o cara ia. Sempre todo ano gente de Capela tão indo. E para Alagoas e Pernambuco? Pernambuco não, agora para Alagoas muita gente vai (ele próprio já trabalhou para uma usina em Alagoas). Tem um carro que sempre vem buscar gente aqui (Jileu, 22 anos).

Já migrou para outro estado?

Viajei em 1999 e voltei em 2002. Aí 2003 eu não fui. Fui em 2004. Aí 2005 eu não fui. Fui em 2006. Aí fiquei 2006, 2007 e 2008.

E você ficava direto trabalhando?

Eu ficava direto, quando terminava o corte, nós ficava na cana, carpindo. É assim, ele (o funcionário da usina) chegava lá e dizia: “gostei do seu trabalho, você é um bom funcionário. Você quer ficar direto ou você prefere ir embora?” Aí decidia você. Aí eu falei: “não, esse ano eu não vou embora não, quero ficar”. Aí quando acabava o corte nós ia carpir cana, ou senão, às vezes, outro dia ia para o plantio. Era assim (Zerramo, 34 anos).

A primeira viagem que você foi para São Paulo, quem lhe chamou?

Isso foi em 2002. Era uns cara que viajava para lá, tinha um cara certo aqui. Tinha uns cara aqui que já tinha viajado, aí falou assim: “cunhadinho é bom, tem um rapaz lá que nós trabalha, é gente boa”. Aí acertava a turma aqui. “rapaz, eu vou ligar para ele lá para ver quantos homem ele está precisando lá, ele quer”. Aí ele dizia: “traga tanto”. Aí as vezes, inclusive, ele mandava até o dinheiro. Tinha gente que estava sem o dinheiro para viajar, ele mandava. Para depois descontar lá. Começar a trabalhar e descontar (Eufrásio, 47 anos).

Já migrou (ou pensa em migrar) para outro estado? Qual?

Da primeira vez levei logo a família. Morei na cidade, você mesmo alugava sua casa, comprava suas coisas e se virava por lá.

Sua esposa trabalhava em alguma coisa?

As vezes ela arrumava, trabalhava na laranja, cata de laranja. Nois tava até com um plano de comprar uma casa lá. Foi pela Caixa, aí saía muito caro, cem mil. Em Ibatinga.

Sempre morou lá?

Em Ibatinga e Gavião Peixoto.

Tinha muita gente de outros estados?

Tinha bastante. A diferença que lá é cinco rua, o preço da tonelada é mais. Dá pra tirar um pouco mais. As vezes vinha para Bahia, as vezes ficava dois anos lá, duas safras encarriado. Quando pegava seguro eu vinha embora, quando não tinha seguro eu ficava lá dois anos seguidos. Ficava no plantio, bituca, herbicida, de tudo nois fazemos. Onde mandar fazer você vai fazer.

E o que tinha de ruim?

O ruim assim só é o aluguel. R\$480 de aluguel, mais água e luz R\$120. Se o cabra não fosse bom de facão mesmo não ajuntava mesmo não. O cabra tem que desbuiar o facão senão... (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

A pluralidade dos discursos elencados acima mostra a complexidade dos circuitos migratórios que são, à primeira vista, erráticos. São trabalhadores que se inserem nas rotas migratórias por formas diversas. Veja que, no primeiro caso, e não é diferente para os demais, a decisão de migrar foi equacionada em família, além de ocorrer por intermédio de uma pessoa da comunidade, portanto, já conhecida. Na sua segunda viagem, ele me contou que a intenção de casar, de construir sua própria casa e a necessidade de pagar uma moto que havia comprado levaram-lhe a fazer mais uma safra em São Paulo. No segundo caso, o informante era solteiro e partiu para São Paulo na companhia de outro amigo. Durante a entrevista ele apresentava a decisão de migrar como sendo uma aventura, mas que no fim das contas não compensava em razão dos elevados custos de manutenção. No entanto, ele fez quatro safras seguidas.

Procuró ressaltar, também, como as estratégias de permanência vão sendo tecidas em razão das necessidades de sobrevivência. Assim, se a esposa for, é necessário encontrar emprego. Usualmente, já existe algum conhecido que possa fazer essa intermediação com as oportunidades de emprego na região. O mesmo vale para os períodos de entressafra, se estiver solteiro ou tendo deixado a família no local de origem, a probabilidade de retorno aumenta. Em outros casos, essa volta pode implicar em custo desnecessário e dificuldade de manutenção na ausência de oportunidades de emprego. Não havia, entre os meus informantes, clara menção à vontade de se estabelecer em definitivo nos locais de destino. Portanto, os deslocamentos expressam o modo como se configura esse mercado de trabalho, que se nutre, por certo, da precariedade das condições que poderiam propiciar a sedentarização dessas populações. Mas, ao mesmo tempo, migrar não é um fato novo na história de vida das famílias que entrevistei. Ainda que não seja para outros estados, há sempre a referência a deslocamentos de parentes, filhos, em busca de oportunidades de emprego e de vida.

Possui filhos? Fale-me um pouco do que eles fazem?

Sete. Só tem dois que não tá (no corte). Tem um que trabalha em Dorés (Município Sergipano), com o prefeito de lá, lá numa fazenda dele lá. E o outro trabalha em Maceió. Mas os outros tudo corta cana [ele me explica que o de Maceió trabalha numa firma de jarro e a esposa lembra que todos se criaram na cana].

Foram vocês que levaram os filhos para o corte?

[a esposa responde] Quando se cria o serviço que tem é esse. Aí já vai cortar cana. Começava adubando e se criam cortando cana.

[Em seguida Romeu complementa] Os interior por aqui o serviço é esse mesmo. Quem tem a profissão, arruma um trator, vai trabalhar com um trator, vai trabalhar com caminhão, com carro, mas quem não tem... (Romeu, 59 anos).

Possui filhos? Fale-me um pouco do que eles fazem?

Tem um que viajou a semana passada para Salvador, trabalha em firma. Vou até conversar com ele hoje, que ele agora vai para Recife.

Não quer que ele vá para o corte?

Não (Ulisses, 53 anos).

Fica evidente, também, algo que se tornou corriqueiro com o passar das entrevistas: todo trabalhador é também um arregimentador de mão-de-obra. O processo ocorre em cascata, o cabo de turma seleciona alguns trabalhadores, esses levam outros e assim por diante. Sempre assentado em relações pessoais e de confiança.

Esse aspecto também foi encontrado em outros estudos de casos. Assim, Menezes (2002) mostra que o processo de arregimentação de trabalhadores faz-se valer das redes de relações pessoais dos “turmeiros”, mas, também promove, em sentido contrário, a circulação de informações a respeito desses e das usinas. Revelando ser também um mecanismo de resistência.

Você indica (leva) pessoas para trabalhar no corte? Geralmente quem são?

Levo. Amigo. Passava sete, oito mês – e não tinha nada –, quando chega aqui um comprava moto nova, outro fazia sua casinha. E aqui (em Sergipe) para fazer é muito difícil. Ele (o “gato”) liga pra mim: “Oi fulano, estou precisando de tanto”. Deixa já um lugar arranjado (Justino, 28 anos).

Da primeira vez foi com o primo, e das outras vezes?

Ia por conta própria minha mesmo. A primeira vez que eu fui, fui mais meu primo. Aí voltei, ele ficou. Aí depois quando cheguei aí, passei um ano sem voltar lá. Aí ficava trabalhando em roça... Aí depois quando eu decidi, eu tenho meus amigos lá. “Rapaz, como é que tá aí?” – “Venha que a safra vai começar dia 20 de abril”. Aí eu já ia para a casa certa já.

E essa vaga daqui (em Sergipe)?

Com meu irmão. Aí ele entrou aqui dia 8 de outubro e eu entrei dia 8 de novembro. Porque aí ele passou um mês aqui, aí foi pra lá aí disse: “pra você não ficar quebrando espiga de milho aí, hoje aqui amanhã não, é melhor você entrar lá, você tá fichado, vai ganhar o seu dinheiro...”

Seu irmão é mais novo?

É mais novo que eu, meu irmão tem 22 anos.

Ele já foi para São Paulo?

Já foi em... 2010. Eu tava mais ele também (Zerramos, 34 anos).

Você indica (leva) pessoas para trabalhar no corte? Geralmente quem são?

É. A gente faz assim: “rapaz, vamos ver”. Eu digo: “eu vou trabalhar hoje e vou conversar com o feitor lá. Depende do que ele falar eu trago a decisão para você”. Aí eles dizem: “quem é? Trabalha bem?” Eu digo: “não, esse trabalha bem”. Aí ele fala: “então pode falar a ele que pode vim”.

E geralmente é seu amigo, parente?

É, daqui mesmo Colega assim (Eufrásio, 47 anos).

Você indica (leva) pessoas para trabalhar no corte? Geralmente quem são?

Já indiquei um sobrinho e um irmão. Eles estavam em Minas, no plantio de café (Rochinha, 43 anos. Esse informante passou a ser “turmeiro”).

Você indica (leva) pessoas para trabalhar no corte? Geralmente quem são?

Nunca chamei não. Isso é uma coisa que eu faço. Agora, se chamar, eu digo: “rapaz, lá é assim...” Eu mesmo vou porque eu já sou acostumado a trabalhar desde pequeno. Agora, quem quiser ir vá. Agora, para eu chamar e dizer: “vamo que é bom”. Não! Pode o cabra quando chegar aqui não gostar e dizer: “olhe, vim pro mode fulano”. As vezes tem alguma chance de ir pra outro canto e diz: “olhe, não fui mode Genivaldo” (Alfredo, 40 anos, grifos nossos).

Se, como havia dito, a contratação para o corte da cana recorre ao próprio trabalhador enquanto um possível recrutador, isso não deve ofuscar a presença do arregimentador. Circuitos (e a palavra no plural importa e faz sentido) de migração supõem intermediadores entre os pontos que formam os circuitos. Anteriormente chamados de “gato” (Silva, 1999), em razão da situação de ilegalidade na maneira como operava a contratação, algumas usinas internalizaram essa função para evitar os constrangimentos da lei. Em Sergipe, no município de Areia Branca, localizei trabalhadores que eram contratados por agenciadores de mão-de-obra de São Paulo. Possivelmente se tratava de uma espécie de terceirização.

Ressalto, contudo, que esse tipo de informação opera em um grau de confiabilidade variado, seja em razão da precariedade dessas situações de trabalho, seja pela própria dificuldade dos entrevistados em revelar precisamente por quem eram contratados. Explico. Por vezes, as usinas recorrem à terceirização dessa mão-de-obra. Desse modo, os trabalhadores confundem as empresas que os contratam, intermediadoras de mão-de-obra, com as usinas. Em outras ocasiões, a forma desse agenciamento de trabalhadores ocorre na mais completa ilegalidade. O intermediador (“gato”) faz todo o processo de recrutamento e se encarrega de levar os trabalhadores até o destino. Isso informa sobre o modo como se configuram os circuitos migratórios.

Surgiram histórias parecidas mesmo entre os trabalhadores alagoanos e baianos entrevistados.

Como foi a primeira vez que você viajou?

A usina mandou um cara lá, um cara até chamado “Mané”. Ele levou nós.

Ele era alagoano?

Era. Até hoje ele tá trabalhando lá, de motorista. Ele era cortador de cana. Deram uma chance lá a ele, ele trabalhando de motorista. Nesse dia, ele ia levar meu pai. Daí meu pai foi e disse que não ia. Daí eu fui e disse: “papai, eu vou na vaga do senhor”.

E como você foi para Minas Gerais?

Fui eu e um primo meu. Resolvemos ir. Eu tenho um tio que mora lá, há doze anos. Daí eu liguei para lá: “aí tá fichando qual dia?” Ele falou. Aí pronto, comprei uma passagem. Sabe onde é Teotônio (Teotônio Vilela, município de Alagoas), não sabe? Pronto, tem um cara lá que leva diretamente para Ituiutaba. Desce lá na porta mesmo. Num ônibus. R\$260.

E Goiás?

A história de Goiás foi assim. Chegou um cara lá, a usina mandou ir fichar no nosso lugar mesmo, nós saíu fichado. Foi 400 pessoas, 10 ônibus em fila que nem formiga. Saiu de Delmiro Gouveia. Nós fretamos uma van, eu e a galerinha lá, uns 20 cara, aí fomos diretamente para Delmiro (ele reside em Piranhas/AL). Aí quando foi umas oito horas da noite, nós foi para Goiás. E fichado já (Américo, 23 anos, grifos nossos).

É certo que essa tentativa de (i)mobilização⁶¹ da mão-de-obra expõe o caráter mais precário dessa relação. Que se vale desse mercado de trabalho “ampliado” pela possibilidade de deslocamento quase sempre forçado, em virtude das precárias condições de vida, de trabalhadores migrantes. Portanto, não estou excluindo o caráter compulsório da migração, que de fato existe. Não obstante, ainda que sem negar esse aspecto, por vezes ele não deixa entrever o modo como o indivíduo insere a decisão de migrar em seu campo de ação. Por certo que as opções disponíveis para garantir a sua sobrevivência são bastante reduzidas, todavia, ao subsumir – ou mesmo excluir – a dimensão da agência dos indivíduos afastamos também a possibilidade de perceber a tessitura das ações de resistência que se revelam no cotidiano da vida. Longe estou em afirmar que as duas perspectivas são excludentes. Contudo, e mais uma vez enfatizo, priorizei a perspectiva do indivíduo que migra para entender como essa decisão é equacionada em suas estratégias de vida.

Veja que esse ponto colide com interpretações de natureza “estrutural” que associavam a migração a fatores de expulsão e atração, ou à suposta desintegração de um modo de vida “camponês”. Em outra chave, quando observamos esses deslocamentos a partir dos significados a ele atribuídos pelos indivíduos, eis que emerge

⁶¹ A junção de mobilizar com imobilizar não ocorre ao acaso. Sim, porque subjaz à mobilidade da mão-de-obra migrante a tentativa de imobilizá-la. Os alojamentos são a expressão maior desse fenômeno.

uma intrincada rede de recursos mobilizados a partir dos quais é possível situar motivações outras. Em seu estudo, Fontes (2008) chega à mesma conclusão, ou seja, ainda que o fluxo migratório possua como pano de fundo um quadro socioeconômico, a ele não se restringe. Os próprios agentes contribuem para a moldagem do processo migratório.

Vejamos, agora, alguns casos de trabalhadores alagoanos e baianos que estavam na safra em Sergipe.

Já trabalhou em outras usinas? Onde?

Em Alagoas só trabalhei na Gauxuma mesmo.

E nas outras de lá, não quis?

Não, porque eu comecei a cair fora mesmo.

A primeira qual foi?

Foi em São Paulo, 2009. Daí eu trabalhei oito meses lá, cheguei em dezembro. Daí dia 20 de fevereiro eu já tava em Minas Gerais, na Vale da Paranaíba. É de João Lira (usineiro alagoano e também dono da Guaxuma).

E a de São Paulo, qual era?

Do Grupo Colombo, em Itajubi. Aí passei mais oito meses em Minas, em Ituitaba. Depois foi em Goiás, em 2011. Eu Goiás eu fiquei em Americana, na usina Anicuns (do grupo Farias). Aí vim para casa em novembro, daí em dezembro, dia 10 eu me fichei na Gauxuma. Aí fiquei em casa depois, seis meses. Tava me envolvido em casamento e tal, cuidar da casa... Aí depois Pinheiro (usina Pinheiro, Sergipe). Aí depois Pinheiro de novo (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Você nunca foi para São Paulo?

Não.

E nas usinas de Alagoas, você morava onde?

Sempre foi em alojamento. Do mesmo jeito que o carro vinha pegar nós lá (em Santa Brígida/BA)⁶², daqui (Sergipe), em 1996, 1997, o carro da Caitê (usina de Alagoas) ia pegar nós lá.

E você decidiu vim para Sergipe e não voltou para Alagoas por quê?

Rapaz, porque não tinha mais carro pegando ninguém lá. Eu digo, eu vou pra cá (Sergipe). Surgiu esse agenciador chamando a gente, vou lá fazer um teste. Veio primeiro um irmão meu e um cunhado meu. Era até clandestino, não era fichado. Aí eu digo: “rapaz, e lá?” – “Lá tá bonzinho”. Então eu disse: “eu vou também” (Alfredo, 40 anos, grifos nossos).

Como você fica sabendo da vaga no emprego?

Da primeira foi com meu cunhado (que já estava em São Paulo). Das outras vezes tinha um amigo meu que trabalha aqui (Sergipe). Aí falou que tinha essa usina aqui mais perto. Nós ia para São Paulo todo ano. Nós vinha, pegava seguro na Bahia e voltava para São Paulo de novo. Aí ele falou que tinha essa usina aqui, aí nós fomo lá da uma olhada para ver se presta. É sempre um amigo que avisa. (pergunto do turmeiro).

Lá em São Paulo você já trabalhou em quantas usinas?

Umas cinco usina. Tudo numa região só. Trabalhei na Malosso (Itápolis), trabalhei na Zanin (Araraquara), já trabalhei na Manelão (não consegui localizar), trabalhei numa chamada Cana Forte (ao que parece não é uma

⁶² Ele nasceu em Piranhas/AL e ingressou no trabalho nos canaviais ainda nesse estado, onde também circulou por várias usinas. Posteriormente, mudou-se para Santa Brígida/BA.

usina propriamente dita, mas uma empresa que atua na terceirização de mão-de-obra para as usinas) e Pinheiros (em Sergipe) (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

Já trabalhou em outras usinas? Onde?

Duas com essa, a primeira foi Gauxuma (Alagoas).

E Goiás?

Fui para Goiás também, no Grupo Farias. Nós ficamos num lugar chamado Americana do Brasil. Foi porque tinha um cara chamado “Cícero padeiro” que trabalhava lá, aí foi “ajeitador” para levar a gente lá para esse lugar lá em Goiás. É um velho lá de Delmiro (Delmiro Gouveia/Al).

Saiu muita gente?

Uns dez ônibus. Aí quando chegou lá, ele não gostou da empresa. Aí quando foi com poucos dias ele veio embora.

Quem veio?

O “gato” ne, que chama. Aí nós ficamos lá.

A passagem descontou do salário de vocês?

Vai tudo descontado.

E você quis ir por que?

Eu quis porque tava parado. O cara tem que viajar assim no meio do mundo para conhecer (Rufino, 42 anos).

Quanto foi a última vez que você foi para São Paulo?

A última vez foi com uns 28 anos. Já tem muito tempo.

Você foi quantas vezes?

Duas vezes. Eu fui um ano sim e o outro não.

Morou em alojamento, lá?

Não, nós morava em casa alugada. Meu irmão já tava lá e me chamou.

E dá para ganhar um dinheirinho por lá?

Rapaz, dava. Só que agora têm muitas máquinas cortando cana, então tirou muito serviço da turma. Agora é só para cortar em lugar que a máquina não corta, cana crua... Tirou muito serviço da turma.

E por que você não voltou mais?

Rapaz é porque lá agora é muita exigência, é uma exigência braba... Mas eu tava lá e tava conversando com uns cara que sempre trabalhou comigo, eles disseram: “no dia que você quiser vim para cá pode vim que eu tiro gente e boto você”. Porque é assim, se o cabra trabalhar num lugar e não dá problema, o nome dele fica limpo. Mas lá é muito longe demais. E tem uns cara que foi aí, lá do lugar da gente (Jeremoabo/BA), quando chegou lá foi um trabalho brabo para entrar... Aí eu não quis ir mais. Só trabalha em cana o cara que tem muita opinião, muita coragem. Porque se o cara não tiver muita coragem não trabalha em cana não (Graciliano, 43 anos, grifos nossos).

Os relatos acima dão prova da manutenção de um conhecido fluxo migratório: são sertanejos que migram para o corte da cana. São os “corumbas” nos termos do já clássico estudo de Sigaud (1979). A análise das suas trajetórias laborais indica que alguns têm no corte da cana uma atividade subsidiária à agricultura que mantém. Para esses, é o resultado dessa safra que regula o deslocamento. Outros, porém, já estão inseridos desde cedo no trabalho nos eitos e Sergipe surge como uma opção entre outras. Há ainda outro circuito migratório que ocorre entre regiões onde a presença da lavoura canavieira é antiga, em Sergipe e Alagoas. Esse é o caso já mencionado

anteriormente na entrevista com o Procurador do Trabalho. Não consegui acesso a esses trabalhadores alagoanos que faziam a safra em algumas usinas de Sergipe. Muitos descendem do município de Cururipe/AL, como atestam os casos flagrados em fiscalizações do trabalho. Mas também entrevistei sergipanos que fizeram safra em usinas de Alagoas.

Eu trabalhava na Marituba (usina de Igreja Nova/AL). Nós tirava cana que era da Santana (antigo nome da usina CBAA, em Sergipe), que é da Marituba agora⁶³.

E como você foi para lá?

Porque muita gente ia daqui para lá. Muita gente daqui trabalha lá. Não tenho o que falar não, só porque não deu certo. Quando não dá a pessoa tem que sair, ne?

Mas qual foi o motivo da saída?

Porque lá quando nós tava logo no começo, aí tava exigindo muito serviço bem feito e a média tava matando.

E qual é a média lá?

É negócio de dez, quinze braça por tonelada. Tava matando. E a cana forte, pesada, tava matando. Aí, não deu. Aí eu falei com um cara lá e ele me botou para fora (Jileu, 22 anos).

Como revela o informante, possivelmente também existe um movimento de trabalhadores sergipanos em algumas usinas de Alagoas. No entanto, e em razão do cenário de aquecimento da produção em Sergipe, esse número deve ser reduzido.

Nesse cenário, ainda que para a empresa seja vantajosa a manutenção de vínculos de trabalho intermitentes em razão do ciclo biológico da cana, não ocorre o mesmo para o trabalhador. No afã de manter-se empregado, ele é obrigado a inserir-se em um processo de “desenraizamento” físico e social para o qual a migração é a melhor ilustração. Ainda assim, o impacto desse “desenraizamento” se insere em suas estratégias de sobrevivência na tentativa de minorar as consequências negativas que possam advir. Dessa forma, na existência de uma oportunidade de trabalho mais próxima do seu local de residência, onde ele possa retornar uma vez ao mês, ainda que a renda auferida seja menor, ele tende a priorizar essa oportunidade ocupacional. Com razão, os circuitos regionais de migração, as políticas públicas de sedentarização dessa mão-de-obra, entre outros fatores, estão alterando o mapa das migrações para o Centro-Sul. A possibilidade do emprego a curta distância reduz os riscos da viagem, possibilita manter o vínculo com a família e, talvez esse seja o aspecto mais importante, abre espaço para o desenvolvimento de outras estratégias de sobrevivência fora da atividade

⁶³ O caso ainda requer informação complementar, mas o que pude constatar é que a usina CBAA não está processando sua cana por problemas financeiros que o grupo vem enfrentando. Desse modo, a usina Marituba, de Igreja Nova/AL vem comprando sua cana.

do corte da cana. Seja um plano para a mudança de setor de atividade, seja a manutenção de pequena roça de onde provém o sustento.

Ao fim e ao cabo, não constitui minha intenção apontar para o que poderia ser qualificado como um novo paradigma acerca dos circuitos migracionais para o corte de cana-de-açúcar. Sim, porque o pólo gravitacional ainda aponta para a região Centro/Sul como grande receptora de mão-de-obra em razão do seu lugar no cenário produtivo sucroalcooleiro nacional. Não obstante, o aumento da mecanização da colheita, do crescimento das áreas de cultivo da cana em outras regiões e da configuração particular que cada localidade provedora de trabalhadores assume nesse processo motiva o surgimento de novos fluxos migratórios. Um indicativo dessa mudança surge quando observamos que muitas usinas em São Paulo recorrem a trabalhadores vindos de regiões que não possuem tradição na lavoura da cana, a exemplo do Maranhão (Silva, 2008a).

No mapa 3, abaixo, o leitor encontra uma cartografia dos fluxos migratórios encontrados em Sergipe a partir dos resultados preliminares da pesquisa de campo conduzida em janeiro/fevereiro de 2012. No primeiro destaque, têm-se as cidades da Bahia e Alagoas de onde provêm alguns dos trabalhadores entrevistados em Sergipe. No tocante às cidades sergipanas em destaque (Carira, Capela e Areia Branca), elas são cidades de origem dos trabalhadores sergipanos localizados em nossa pesquisa e que já haviam migrado para São Paulo. No segundo destaque, referente a região Centro/Sul, têm-se as cidades de destino dos trabalhadores.

Mapa 3: Migrações.

Fonte: elaboração própria.

O que se obtém com essa ilustração é apenas uma pequena amostra dos fluxos migratórios que existem em Sergipe. Ela seria maior se incluíssem os trabalhadores oriundos de outras cidades de Sergipe e que também estão no corte da cana na região Centro/Sul. Como havia dito, esses casos poderiam indicar outras rotas e cidades de destino. De igual modo, parte importante desses fluxos ocorre na ilegalidade e o acesso aos alojamentos onde se encontram esses trabalhadores é sempre tenso e limitado. No entanto, mesmo com esses percalços, não deixa de chamar a atenção o fato de que algumas usinas em Sergipe busquem trabalhadores no sertão da Bahia e de Alagoas.

Veja o que diz um representante de usina a esse respeito,

Hoje a mão-de-obra está escassa demais! E agora mais ainda, agravado para nós, com a concorrência [**As outras usinas também comentaram sobre essa escassez de mão de obra**].

Não, veja, mesmo antes da existência da (...) (fala o nome de outras usinas em Sergipe), já tinha escassez! A gente já ia buscar gente lá fora. Eu já tenho um funcionário, hoje, com um carro novo para rodar, que é um agenciador, é funcionário, é diferente do sul. Não é aquele “gato”, é funcionário agora. Ele mantém os contatos com esse pessoal nos povoados. Então eles trazem a documentação de todo mundo (entrevista concedida em fevereiro de 2012).

Não considero, todavia, que seja suficiente explicar a configuração dos fluxos migratórios pela chave genérica da “acumulação do capital”, preterindo os atores concretos. À relação de “dominação”, “exploração” deve-se apor as formas de resistência que vivificam a capacidade de agência dos sujeitos. Do contrário, o argumento claudica. Passa a falar de uma suposta entidade onisciente, o “capital”⁶⁴, que tudo controla e domina. Nessa perspectiva, a apreensão dos indivíduos acerca das condições degradantes a que estão expostos é tomada, por uma parte de alguns analistas, como uma variável dependente na estrutura da reprodução social. O leitor já pode perceber que o meu esforço é justamente inverter os termos dessa equação, daí porque importa estudar o conteúdo das relações sociais concretas. Não necessariamente para contrariar aquela tese, mas para demonstrar como os próprios trabalhadores vivenciam a exploração e, conseqüentemente, criam formas de resistência e reagem frente a tais situações. Assim sendo, não basta apenas mostrar a face da exploração levada a cabo pelas usinas nos seus métodos de organização e usos do trabalho. O eito é também um “campo de batalha”. As formas de exploração não ocorrem num “vácuo social”, mas através da contradição e do conflito.

Desse modo, parece-me crucial entender o que pensam os trabalhadores sobre esses deslocamentos.

Lá eu ganhava bem (em referência a São Paulo). A questão é que lá gasta mais. A diferença é essa, de gastar sabe. Mas aqui (em referência a Sergipe) nós tá mais perto de casa, nós gasta 25 reais. Mas lá não, lá você tem que mandar dinheiro para a família. Que nem agora que eu to com compromisso de mandar dinheiro para a mulher, se eu for para lá agora é duas dívidas todo mês. Me manter lá e manter a mulher em casa. Hoje eu to botando na mente assim, se precisar eu vou para a usina de Goiás, de Minas Gerais, São Paulo, se precisar. Mas hoje mesmo eu penso em trabalhar só por aqui mesmo,

⁶⁴ Esse tipo de abordagem não faz juz nem ao pensamento marxiano, visto que Marx não desconsiderou a tessitura das relações sociais na reprodução social.

Sergipe, Pernambuco, Alagoas. Quero aproveitar mais a minha vida de casado também (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Porque em São Paulo você ganhava mais, mas só que o gasto é mais também. Você ficar indo e vindo para a Bahia final de ano, você paga transporte, é caro ne? E aqui leva todo mês, você acaba ganhando quase a mesma coisa. Porque lá você ganha na base de dois mil, dois mil e pouco por mês. Aqui você ganha mil e setecentos, mil e oitocentos. Lá você acaba gastando mais, tem que pagar aluguel, tem que levar a família porque é longe (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

E você decidiu ir para São Paulo porque viu que era melhor?

A gente viajava para lá, que nem eu falei, as vezes as condições aqui tava ruim. O negócio tava fraco aqui. Aí a gente era obrigado viajar para o lado de lá. Senão o bicho pegava. As vezes ficava sem serviço aqui, aí a gente tinha que viajar para adquirir um dinheiro lá.

E ficava quanto tempo por lá?

Lá com sete meses ele manda a gente vim embora. A turma de fora, sabe?

Você chegou a virar o ano por lá?

Não, eu também não aguentava não porque eu não tinha paciência. A gente ficava doido para vim embora.

E também nunca levou a família para lá?

Não.

E o enteado já foi?

Ele foi uma vez, passou um ano e pouco lá trabalhando em corte de carne.

E lá vocês ficavam em alojamento?

Quem quer tem os alojamento, as “casona” boa. Mas eu mesmo não gosto de ficar em alojamento, eu prefiro “caçar” uma casinha, se eu tiver mais um colega, dois, e alugar. Eu acho melhor porque a pessoa fica sossegado ne? Teve um ano que eu fiquei lá num alojamento, numa casinha lá, eu não gostei. Eu não passei um mês em alojamento. Aí eu arrumei mais ou menos uma equipe de sete a oito pessoas tudo daqui. Aí eu disse: rapaz vamos alugar uma casa para a gente ficar? Vamos. Aí pronto, alugamos a casa, tiramos a safra nessa casa.

E você não gostava de ficar em alojamento por quê? (insisto)

Alojamento é a comida que não cai bem. Nossa senhora, deus me livre! eu não me acostumo, eu mesmo digo. Eu gosto de levar minha comida no meu jeito que eu gosto. Eu digo: em minha casa eu não como isso! Deus é mais. Eu vou tá trabalhando aqui para comer isso, rapaz! (o tom da voz muda). E as vezes ia um nada a comida para lá. Eu falei: “não, não quero não. Rapaz olhe, a minha comida eu vou fazer. Eu não quero essa comida não, essa comida não me agrada não”. Na casa da gente a gente fazia, porque a marmita feita pela a gente é outra coisa. Você sabe que você vai trabalhar com a barriga cheia.

Dessas vezes que você viajou, é você quem paga as passagens?

É, a gente quem paga.

E na volta, pagava o ônibus de novo?

É. Os menino, quando tira a safra lá, não é todos, tem uns que eles dá a passagem.

Esses aí são os que cortam mais?

É, é os que trabalha mais. A pessoa trabalhou certinho, não faltou com eles, na volta de lá para cá eles dá a passagem.

Vale a pena viajar para São Paulo?

Agora não vale mais. A pessoa vai assim, mas não vale a pena mais porque o dinheiro que a pessoa ganha lá, a pessoa ganha aqui. Porque lá a gente vai pagar aluguel... Aqui a gente trabalhando certinho pode tirar bruto mil, mil e poucos reais. Lá a pessoa vai tirar esse dinheiro também, mas lá você vai pagar aluguel e o custo de vida lá é diferente, é mais caro.

E por que alguns dizem que lá ganha mais?

Não ganha. São Paulo foi melhor para se trabalhar. Naquele tempo era melhor, hoje em dia não dá. A pessoa para ganhar um dinheirinho melhor no estado de São Paulo, pessoa é quem nem doido, não vai nem para uma moita, senta aqui na garrafa mesmo, no meu do tempo, pega a marmitta, come, já ajeita o “podão”, e já faz de novo (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Os relatos deixam entrever o modo como os indivíduos atribuem significados a elementos que norteiam a sua conduta. Muito embora a questão financeira seja um elemento de primeira ordem, a depender do momento, outros fatores podem interferir em sua decisão. Assim, tanto “Américo” quanto “Serafim” submetem a decisão de “ganhar menos” à variável “família”, pondo-a como simbolicamente mais importante do que migrar para a região Centro/Sul. A ação é informada pela condição de casado. Já para “Eufrásio”, a fragilidade dos vínculos ocupacionais disponíveis na sua região, motivava-o a migrar. Uma vez em São Paulo, e dada a situação de desconforto com o novo lugar, a forma de aliviar o sofrimento se manifesta na comida, no tempero. Em outras palavras, suporta-se o trabalho, a distância, mas não se tolera qualquer comida. É uma manifestação da sua identidade regional que confere “sentido” àquele momento da sua vida.

No caso abaixo, São Paulo surge como um lugar melhor para trabalhar em razão das condições de trabalho, quando comparado a Sergipe. A condição de morador de alojamento impele-o a regular a sua vida somente pelo trabalho, no afã de conseguir alguma poupança para retornar. Na segunda ocasião em que “Josino” viaja, eis que surge novamente a família. Agora sua intenção era terminar de pagar uma moto que havia comprado e construir uma casa. A possibilidade do retorno submete-se à sua nova condição de casado.

O positivo que eu achei de lá (São Paulo) é porque a gente tem o horário da gente. A gente tem a fiscalização do sindicato no pé toda semana, vendo se aquela usina tá fazendo tudo direito ou não. Se eles passam para a usina, a usina é obrigada a fazer. O horário de almoço lá é dez horas e onze horas. Se é 45 pessoas que trabalha ali, que é o máximo que um carro pega, aí ele tem o horário. Ele divide aquelas pessoas e diz: “vocês vão parar dez horas, vocês vão parar no horário das onze”. E ali o carro tá encostado, o que carro que leva a gente, quando dá dez horas ele buzina, é obrigado você ir. Você tem que almoçar, descansar, deixa lá o serviço lá e vim para cá. A diferença de lá é quase isso. Você tem uma barraca para ficar na sombra, para você almoçar. Tem água conservada gelada.

E comida?

Não, a comida você mesmo que leva. Quando a gente morou em alojamento, a comida ela levada por eles. É da usina mesmo, a usina era quem mandava para nós no canavial. E tinha só um desconto, o desconto era pouco, do almoço e da janta. Era descontado ali no mês R\$ 65.

E deu para poupar?

Deu para poupar, porque a gente recebia por quinzena, dava para nós tirar R\$ 700, 800 por quinzena. Quando fechava a conta dava para poupar e sobrava bastante dinheiro.

E aqui em Sergipe?

Para aqui a gente não consegue isso.

Em São Paulo tinha algum incentivo?

Assim, se você trabalhasse o mês fechado não perdesse nenhum dia, você tinha uma comissão, aquela comissão era de R\$ 200, se você fosse um cara que produzisse bastante você tinha até de R\$ 300 reais.

Você conseguia ganhar esses bônus?

Conseguia, eu conseguia que eu passei dez meses lá e não perdi nenhum dia, eu trabalhei os dez meses todo fechado. Só a saudade mesmo que é ruim.

E depois, a outra viagem?

Aí eu voltei, trabalhei 2010 aqui (em Sergipe). Aí um colega meu ligou: “olhe, a usina aqui em Ibaté é uma usina boa. Dá para ganhar dinheiro”.

Um colega seu de lá?

Não, é daqui mesmo, só que tava lá. “Quer vim? Você topa vim para cá?” Eu disse: “topo”. Eu tava casado, tinha pouco tempo, tava precisando juntar um dinheiro para mim construir uma casa, uma coisa assim ne? Tinha comprado uma moto, porque assim que eu cheguei de lá, em 2009, eu juntei um dinheiro, comprei uma Bros. Aí eu digo: “vou terminar de pagar ela”. Conversei com minha esposa, aí ela: “se você acha que é melhor para ganhar mais um dinheirinho, vamos”. Daí eu fui para lá, passei dois meses. Daí eu pedi para ela ir para lá, aí ela foi. Dessa vez não foi alojamento, aí eu fui por minha conta. Eu nem sabia se quando chegasse lá eu ia conseguir vaga, paguei ônibus, fui sozinho, cheguei lá conversei com esse colega meu que já tinha falado, fiquei com ele lá morando uma semana na casa dele. Aí ele disse: “vamos lá na casa do rapaz?” Aí fomos, conversei com o turmeiro lá. Aí ele disse: “vou mandar sua carteira para a usina”. Aí ele viu a indicação, ne? Que eu era uma pessoa trabalhadeira, aí ele viu também a carteira. Pela quantidade de ficha. Se tiver uma ficha boa, aí vale a pena pegar a pessoa. O que é quantidade de ficha, é a experiência? É, é experiência. Aí a usina aceitou. Aí com cinco meses que eu tava lá eu chamei ela. Aí já tinha alugado uma casinha, tava eu e um colega meu. A gente conseguiu vaga para mais uns colega daqui, aí foi mais três, aí ficou os quatro numa casa lá. Eu fiquei sozinho com minha esposa. Isso em 2011. Aí a usina pagava bem, dava cesta básica, você tinha uma cesta básica, dava para passar um mês a cesta básica.

Mas para conseguir a cesta básica tinha média?

Não, era a usina que dava mesmo. Aí quando estava para acabar a safra, eu mandei ela na minha frente, com um mês. Recebi o que eu tinha para receber da usina, aí vim embora.

Você não quis ficar lá para a próxima safra?

Não, porque o que eu combinei com a minha esposa foi aquilo: se eu conseguir juntar um dinheiro para construir minha casa, que ainda estou construindo, e conseguir tirar minha habilitação. Aí o tempo que eu fiquei lá, eu fui para uma auto-escola. A usina também, se você quisesse, ela já dava uma renda para você tirar sua habilitação. Porque se você tirasse a habilitação você trabalhando dentro da usina, era a chance de ela chamar para você trabalhar lá dentro dela. Tratorista, caminhão... Aí eu fui, entrei lá, consegui tirar, eu e um outro colega que foi comigo. Aí quando a safra acabou o rapaz perguntou: “você quer ficar ou quer ir embora?” Eu digo: “não, eu quero ir embora”. Já tava com saudade já da minha família, já tinha mandado minha esposa ir embora. Aí recebi cinco meses de seguro, fiquei três meses parado sem trabalho, foi quando a Taquari chamou, aí fui para lá.

E tem planos para voltar?

Eu não digo nunca não, eu deixo em aberto. Se eu receber um convite e você vê que é melhor para você, a pessoa vai. Se você vê que não é, aí você fica por aqui mesmo. Eu até estou achando que posso voltar, mas não estou com esse pensamento que vou voltar agora não (Josino, 27 anos, grifos nossos).

Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

É porque eu tenho um amigo que trabalhou aqui, tá com sete anos que ele trabalha aqui. Todo ano ele dizia: “vamos trabalhar?” Eu dizia: “rapaz, não vou não”. Aí quando é esse ano aí teve uma crise, porque lá a gente vive quando dá uma safrinha no inverno. Aí esse ano não aconteceu isso rapaz, não tiremos nada (feijão). Aí foi o jeito eu vim para cá.

E na entressafra?

Rapaz eu vou pra casa. Quem sabe ne? Mas o tempo é quem manda, mas eu não tenho plano de voltar mais não. É pesado, é um serviço que a gente trabalha sufocado, arriscado a pessoa dá um enfarto e morrer. Já trabalhei no sul da Bahia, dei onze viagens no sul da Bahia arrancando pau assim (me mostra a árvore em frente) e gostei mais do que cortar cana, arrancar um pau desse e ainda achei melhor do que cortar cana (Ulisses, 53 anos).

Em Sergipe, os trabalhadores migrantes, baianos ou alagoanos estão, em sua maioria, nos alojamentos mantidos pelas usinas. Esse dado contrasta com outras regiões tradicionalmente receptoras desses trabalhadores, onde muitos recorrem ao aluguel de casas nas periferias das cidades. Certamente a proximidade com as suas localidades de residência é um fator ponderado em sua decisão de trabalhar nas usinas em Sergipe, como se depreende das entrevistas. Outro elemento sempre suscitado é o fato de que podem voltar uma vez no mês às suas regiões de origem, em transporte oferecido pela usina. Eu pude presenciar esse momento quando visitei um alojamento de trabalhadores alagoanos. Vários trabalhadores esperavam os ônibus que iriam leva-los às suas regiões. Essa ocasião coincide com o dia do adiantamento de parcela do salário.

Essa forma de abordar a questão dos circuitos migratórios, privilegiando a perspectiva que os indivíduos têm acerca do mesmo, elege como grande desafio captar a forma como cada decisão é equacionada. Vimos, então, que o momento da partida ou do retorno se insere nas estratégias de vida dos indivíduos e é dependente de variáveis como o ciclo de vida, a situação civil, o planejamento financeiro. Não se trata, portanto, de um movimento irrefletido, sob o signo compulsório da exploração a que estão submetidos. Ademais, deixa entrever que se trata de um fenômeno que deve ser lido como um processo. Esse argumento está na raiz de análises clássicas como as de Woortmann (1990), Martins (1986), Garcia Jr. (1990), entre outros, que se recusam a interpretar o movimento migratório em apenas uma direção, seja pelo prisma dos fatores estruturais, seja pela suposição de que haja uma homogeneidade nos objetivos dos que migram.

Também em Sergipe, quando observamos tais deslocamentos em razão das trajetórias de vida desses indivíduos, logo se percebe que não se trata de um movimento

irrefletido. A decisão sobre “quando”, “quem” e “para que” migrar, situa-se na confluência entre a pressão de um contexto de vida que lhes restringe as possibilidades de sobrevivência e o anseio por encontrar alternativas de vida e trabalho. Ora, claro está que isso não é feito ao arrepio das subjetividades e sentimentos, ou, como quero argumentar, da própria maneira como se erigem suas identidades. O que está expresso na insofismável passagem do romance *Usina*, de José Lins do Rego,

Os Sertanejos davam conta da metade do serviço do campo. Batiam na usina, aos bandos, contratando tarefas. Só queriam receber dinheiro corrente, nada de vales. Metiam-se assim nos partidos, nas limpas e, enquanto o eito da fazenda se mexia devagar, os sertanejos raspavam terras com uma velocidade de máquina. Tiravam as tarefas em três tempos. Agora com a falta de braços o serviço deles era estimado por toda parte. Podiam contar com os corumbás até que, para as bandas do sertão, os relâmpagos aclarassem, porque só ficavam por ali esperando que as chuvas caíssem pelas suas caatingas. Não havia pedidos que os contivessem. Com chuva a terra deles era um presente do céu (Rego, 2012, p. 160).

5.4 – Formas de resistência e conflito.

Descortinar os significados contidos na linguagem dos indivíduos suscitou diferentes questões com o andamento das entrevistas. Uma delas diz respeito ao que se supõe ser uma ação de resistência ou conflito. Para compreender a polissemia que os termos podem assumir é preciso, antes, situar o contexto do trabalho nos canaviais, situações que estão entre as condições mais precárias e degradantes de trabalho. Não raro, sobrevivem formas pretéritas de exploração, a exemplo da escravidão. É um trabalho executado a céu aberto, sujeito às intempéries do tempo, aos deslocamentos, e cujo desgaste físico e mental salta à vista. Não sem razão muitas pesquisas sobre o tema assumam um caráter de “denúncia”, e manifestam inquietação e/ou protesto contra as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores do eito. Todavia, nem sempre a percepção de injustiça do pesquisador dá a medida exata do que percebem os próprios trabalhadores. Anteriormente, apresentei bons indícios de que essa percepção pode variar entre os que vivem tal realidade. Ainda que seja um truísmo, vale dizer que aquilo que se apresenta como intolerável para uns, pode ser tolerável para outros. Isso deixa pistas também para supor que as formas de reação às situações degradantes podem se manifestar em arranjos os mais diversos.

Assim sendo, e em concordância com Menezes (2000), reduzi-las a binaridades como “exploradores” e “explorados” pode privar-nos da pluralidade de formas de tratar o vivido que confere a interpretação o seu vigor e potencial analítico. Isso porque desaparece a mediação dos atores, da experiência e das diferentes (e ricas) formas de representa-la. Menezes (2000) trabalha com a noção de “múltiplas identidades” por considerar que os trabalhadores migrantes – mas não somente eles, eu diria – manejam e veiculam diferentes identidades, de acordo com as suas estratégias de sobrevivência e pela experiência acumulada enquanto “canavieiros”. Assim, “suas identidades assumem diferentes formas em diferentes situações e podem também variar ao longo de suas vidas” (Menezes, 2000, p. 54). Essa é a perspectiva pela qual também estou argumentando.

Por isso mesmo é salutar ter alguma cautela quanto ao pressuposto de que as situações vivenciadas pelos trabalhadores são naturalmente “revoltantes”. Ou melhor, não se trata de qualificar se o são ou não, mas de evitar a afirmação categorial prévia de que a noção de “sofrimento” deva ser percebida igualmente por todos e que “naturalmente” tenda a se traduzir em revolta. Isso porque a percepção da injustiça pode variar no tempo e no espaço (Barrington Moore, 1978). Essa “dor” pode ser compensada por outros fatores e até mesmo auto-imposta (Dejours, 2003). Portanto, sigo a pista deixada por Scoot (1985, 1990), que é a mesma utilizada por Menezes (2000, 2011), para capturar o modo como se estrutura o conflito através do que ele chamou de “formas cotidianas de resistência”. Elas se manifestam em outra linguagem e possuem estrutura feita de pequenas e pontuais ações de recusa e confronto, podendo deixar de assumir, portanto, a forma convencional de conflito aberto com opositores bem definidos.

Antes de avançarmos, é preciso fazer uma observação a respeito da delimitação da noção de “formas de resistência” à maneira como ela é incorporado nesse texto.

Não há porque supor, creio, ao menos analiticamente, que o termo “formas” deva ser reduzido a “práticas”, no sentido de ações concretas de resistência. O arco de considerações que está no plano das ideias, do discurso, ou, se preferir, da consciência, pode prescindir da materialidade enquanto forma concreta de confronto que, por ventura, assumia. Dizendo de outro modo, a linguagem expressa, também, um campo de tensões e conflitos que apresenta uma dinâmica própria⁶⁵. Não sem razão, o próprio

⁶⁵ Não se faz tal afirmação impunemente, e não é esse o meu intuito, sem estar cômico de que ela mobiliza amplo debate na tradição filosófica. O que se denominou de “virada linguística” (linguistic turn)

Scott (1990) chama a atenção para o modo particular de confronto entre dois tipos de discurso sobre uma mesma realidade, aquele que é “produzido” pelos dominantes e, na outra ponta, o que pertence aos “dominados”. Ele resiste em considerar que a sujeição nutre-se de uma suposta “falsa consciência” que aprisiona os reprimidos. Com forte inspiração foucaultiana, ao supor, por exemplo, que toda forma de dominação supõe resistência, Scott (1990) esforça-se por compreender as táticas e recursos mobilizados por formas resistência que expressam uma morfologia própria em razão do modo como estabelecem as relações de poder. Em sua própria definição,

I might claim that class resistance includes any act(s) by members(s) of a subordinate class that is or are intended either to mitigate or deny claims (for example, rents, taxes, prestige) made on that class by superordinate classes (for example, landlords, large farmers, the state) or to advance its on claims (for example, work, land, charity, respect) vis-à-vis those superordinate classes (Scott, 1985, p. 290).

A grande tarefa que se impõe é tentar descobrir o que está por trás das ações, quais são as suas intenções. Em muitos casos, afirma Scott (1985), elas não são inferidas diretamente da ação, mas, ao invés, a partir das explicações que os participantes dão ao seu comportamento. Lembremo-nos dos exemplos de uma suposta aquiescência por parte dos trabalhadores, mas que, em verdade, esconde outras intenções.

Certamente, e esse é outro ponto que merece destaque nesse tipo de abordagem, nem toda ação de resistência visa transplantar a estrutura vigente. O próprio Scott (1990) alerta para esse fato. Ela pode ter a intenção de mitigar, aplacar uma situação que lhe permita operar através do mínimo possível. Ou pode ainda estar restrita a uma ação de confrontação ideológica, a exemplo de quando a mentira, a dissimulação, pequenas ações de sabotagem, entre outros artifícios, municiam os sujeitos em prol da demarcação de posições. Especialmente em contextos em que qualquer ação de confronto direto pode implicar sérios prejuízos para o litigante, como já o afirmara Schwartz (2001) sobre a ação dos escravos no regime de escravidão.

na história da filosofia ocidental, especialmente a partir dos trabalhos de Wittgenstein, desenvolveu o argumento de que a percepção das coisas passa pela mediação da linguagem. Ela é uma realidade. O ato de nominar representa, com isso, um intrincado jogo de atribuição de significados que é dependente de uma práxis comunicativa interpessoal. Em miúdos, e mais próximo do que Scott (1990) parece arguir, os termos sobre o entendimento de uma dada realidade estão em disputa, visíveis não apenas do plano das ações concretas de contestação, mas também em torno da legitimidade de “visões de mundo”, na ausência de outra expressão melhor. Em Habermas (2012) é possível encontrar uma fértil reflexão nesse sentido.

Por via de consequência, eis que surge outra questão, comumente aventada contra esse tipo de abordagem *bottom-up*. Como distinguir as ações que acabam por atuar em favor da manutenção da forma de dominação vigente e, por outro lado, aquelas que são contestatórias? Assim formulada, a pergunta nos levaria a uma discussão além do que estou propondo. O ponto que pretendo destacar, e acredito ser o mesmo de Scott⁶⁶ (1985), é anterior a essa pergunta. Não é o efeito consequente que procuro, é, antes, o modo como se conflagra e a própria tessitura desse espaço de mediação entre os indivíduos e a estrutura ou contexto em que estão inseridos. Por assim dizer, o exercício dessa *reflexividade* parece-me um locus privilegiado para a compreensão das formas de reprodução social. Portanto, ainda que seja válida, aquela pergunta mira um alvo ligeiramente diverso do meu.

Durante a pesquisa, com o avançar das entrevistas, ficou evidente que buscar formas de conflito aberto restringiria, ou mesmo esconderia, ampla parcela de ações de resistência que acontecem de maneira velada. Curiosamente, observei que a referência a tais ações, nas entrevistas que conduzi, não estavam nos momentos em que o tema da conversa versava sobre “conflitos”. De maneira geral, as ações que denotam formas de resistência e oposição às situações enfrentadas pelos trabalhadores aparecem narradas em outros momentos. Mesmo assim, sempre marcadas pela cautela no modo como expressam o seu pensamento.

Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?

Não. Tiro os seis meses completo. Agora para quando chegar na metade da moagem dizer bem assim: “vou embora”. Não, nunca desisti não, para tirar logo completo. Sair só no bagaço mesmo, só no lixo.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

E se tivesse de colocar?

Se precisar, se for direito assim, o cara bota. Porque muita gente bota aquela empresa no pau quando chegar no outro ano não pode voltar mais. Se não deu para trabalhar naquela empresa aí o cabra vai para outra e pronto (Rufino, 42 anos, grifos nossos).

Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?

Eu peço.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

E se tivesse de colocar?

Aí o cara pensa (risos) se vale a pena.

⁶⁶ Não é por acaso que ele se refere às formas cotidianas de resistência como uma “dramaturgia”.

E o que é “valer a pena”?

Se o cara tiver certo e ela botar por justa causa, sem o cara merecer, aí o cara tem de ir para a Justiça, né? (Jileu, 22 anos, grifos nossos).

Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?

Eu tava numa firma lá (em São Paulo), dois anos e quarto meses, aí fui fazer um acordo lá e pedi as conta. Aí foi quando apareceu essa daqui (em Sergipe).

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

Mas colocaria?

Ah, com certeza. Se o cabra trabalhou e tem os direito certo, o cabra tem que procurar. Você faz a safra aí a usina dá mil e pouco de acerto, aí você não vai reclamar nada, porque é a base mesmo. O cabra trabalha um mês, dois mês, que pegar 3 mil, 4 mil, aí usina nenhuma paga. É pelo serviço, pelo trabalho, mas ela não paga. Tem que ficar calado ne? Você vai botar no pau aí na próxima safra você está sujo (Serafim 39 anos, grifos nossos).

Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?

Não. Na realidade, nunca cheguei em usina nenhuma para discutir mais empreiteiro, pra discutir mais fiscal, pra discutir mais trabalhador igualmente eu. Mais ninguém. Sempre quando acaba a safra eles pergunta a mim: “quer ficar? Quer fazer a parada ou quer ir embora?” Porque às vezes a gente enjoa, entendeu? Passei seis, sete, um ano... Às vezes a gente enjoa. “Não, eu quero ir embora”. Sempre completo a safra.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não, pra que? Nunca pensei isso. Mesmo se eu sei que aquela firma ali eu to perdendo meus direito, a metade dos meus direito ali. Pra mim aquilo ali... pronto. Meu problema é quando ela findar, eu pego minha mala aqui, fui embora e pronto.

Por quê?

Eu acho que não compensa. Você fica muito manjado. Você bota uma firma dessa no pau, você viaja para São Paulo, chega lá eles vão digitar tudinho já tão sabendo. Aí diz: “não, aqui não cabe você mais”. Não compensa... E eu quero sabe o que? Meu dia a dia, meu corpo limpo. Pra que botar uma usina dessa aqui no pau, aí eu pego mil, mil e quinhentos conto e depois? Se eu precisar dela aqui? Não, eu não gosto disso (Zerramos, 34 anos, grifos nossos).

Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?

Se eu não gostar, eu chego lá onde tá os homem e converso com ele. O gerente. “Rapaz eu quero sair”. Ou minto, falo que encontrei outro serviço, para sair sem problema. “rapaz eu encontrei outro serviço, mais leve, melhor”. Até mentindo, porque não tá dando para a pessoa trabalhar ali, né? Aí a pessoa chega às vezes até com mentira viu.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não. De jeito nenhum, até hoje... Eu não gosto não, porque às vezes a gente aqui precisa. A gente faz isso aí depois eles pode ficar de bronca. Você conhece alguém que já colocou na justiça? Teve um colega que ele achou, trabalhou tempos e tempos e achou o dinheiro pouco, o acerto pouco, aí foram para eles e falaram que tava certo. “Não, tá certo, procure seus direito”. Ele foi e ganhou ne. E tá trabalhando. Ele trabalha na turma da gente. Mas ele botou no pau.

Você fazia o que ele fez?

Rapaz, não fazia não. Ele ganhou (risos).

Mas você não fazia não?

Não, com medo. Com medo de chegar, dar problema e eles não querer ceder serviço mais para a pessoa (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Sim, a Agrisul (antigo nome da usina CBAA). A que tá na questão por causa do acidente. Se fosse necessário eu faria.

É mais vantajoso não botar?

Quando saímos da Taquari muita gente ainda pensou, mas aí já tava com a outra já para pegar. Aí é melhor não botar, porque bota aí passa de uma usina para outra, chega o período de o trabalhador não arrumar mais serviço em nenhuma usina.

E Você conhece gente com esse problema?

Conheço, aquele (faz menção a uma pessoa) colocou lá em Alagoas, que ele é de Alagoas. Veio para aqui, colocou a Taquari, aí ta até para resolver aí... Aí foi para a Campo Lindo, foi botado para fora, recebeu as contas (Rochinha 43 anos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Não, usina nenhuma não coloquei não. (após uma breve pausa, prossegue) A única que eu coloquei só foi essa daí (em referência a um antigo engenho onde trabalhou). Que eu trabalhei mais de vinte anos. Aí o dono faleceu, aí quem ficou tomando conta foi o filho, aí ele me botou para fora. Eu tinha na faixa de 20 a 25 anos de trabalho. Aí ele não quis me dá nada, aí eu fui procurar os direito. Eu cheguei, fui para Maruim, procurei mesmo.

E conseguiu?

Na época eu ainda recebi foi cinco mil (reais).

Esse foi o único caso?

E também botei a Taquari. Essa que eu to, eu também botei. Que eu adoeci lá, aí me jogaram para fora. Aí eu fui para o médico. Aí eles não me quiseram lá, nem me pagaram minhas contas e eu botei no pau também essa. E to trabalhando lá.

E o resultado?

Não, já resolveu. Os advogado se vendeu e eu perdi a questão.

E que doença foi essa?

Foi uma doença que eu arrumei, osteoporose nos ossos. Esse negócio de corte de cana é pesado demais. A gente trabalha... Ali é a gente que devia ganhar mais dinheiro. É muito pesado. De tarde o cara ta com os quarto (região lombar) e os braço que não guenta. É porque o cara que é pobre tem que fazer, ne? Não tem outro recurso.

Você já teve mais algum problema de saúde?

(Ele sorri) Eu sinto que doe a coluna, é do trabalho. Eu vivo no remédio. Se não tomar, incha aqui, aqui (mostra o lugar). Tem dia que eu durmo é encolhido, que nem... (evita falar e sorri) porque doe demais (Romeu, 59 anos, grifos nossos).

A não ser esses dois últimos casos, foi raro encontrar alguém que tivesse judicializado alguma causa. Mas esse dado, que poderia indicar passividade, esconde, como veremos, outras formas de resistência que operam de outra maneira. Claro está que não é por falta de interesse, mas porque, na maioria dos casos, isso seria equivalente a inviabilizar oportunidades ocupacionais. Este é o significado de “sujar o nome”. Por isso, “o cabra tem que pensar”. Até mesmo o artifício da “mentira” pode ser usado para justificar a intenção de interromper o contrato. Que, como se vê, não é comum quando

motivado pelo próprio trabalhador. Ademais, percebe-se que há uma alteração no pronome empregado quando é para afirmar a possibilidade de recorrer à Justiça: “eu” não coloco, mas o “cara” (ele) pode colocar. A meu juízo, essa mudança de pronome na frase não é aleatória. Ao fazê-lo, a autoria da causa se esvanece. O “cara” é o “outro” que ninguém quer assumir. É um sujeito inimputável.

No último caso, destaco o modo como apareceu o problema de saúde por ele relatado. Veja que nesse momento da nossa conversa o tema não era problemas de saúde, ele chegou nesse ponto levado por outra questão. Foi onde consegui capturar um relato claro sobre a associação entre trabalho e doença. Provavelmente, e como havia ressaltado sobre os outros casos, é de se supor que ele não teria contado essa história se a conversa versasse diretamente sobre problemas de saúde. Permeia também os vários relatos uma noção nativa de justiça que nem sempre se transmuta na linguagem dos *direitos*. Ela é tributária de uma noção de reciprocidade e de honra que permeia as relações sociais cotidianas. Em alusão a Mauss (2013), essa representação simbólica nutre-se de uma ambiguidade ao esperar do outro uma compensação. A meu ver, tal mecanismo acaba por reforçar um deslocamento dos conflitos para outra seara.

Uma vez que o confronto nem sempre se faz com os atores bem definidos, salvaguardar o nome é uma estratégia de resistência. Onde o recurso: “não compensa”. Lembremos que, como já havia dito, o modo de contratação é bastante capilarizado e faz uso de redes pessoais. Não vigora, portanto, um contrato impessoal entre demandante e ofertante de mão-de-obra, mesmo se de fato ele existir. O que importa é a rede de confiança informal entre o turmeiro e o trabalhador, ou mesmo entre os próprios trabalhadores. Por via de consequência, a conexão entre “capital” e “trabalho” é resignificada, ou melhor, ganha expressão por meio de novos compromissos, a denotar a riqueza do *insight* durkheimiano quando afirmara que há de existir “um elemento não contratual no contrato” (Durkheim, 1999). É aqui que se insere o problema do “não compensa”. Dessa forma, ter um “bom nome” significa ter acesso a reputação nos vínculos firmados, é uma forma de proteção contras as inúmeras contingências da vida.

Atenta para o mesmo problema, Sigaud (2004) já havia alertado para o risco do maniqueísmo presente em algumas interpretações que reduzem os termos da equação a um modelo dicotômico entre, de um lado, aqueles que exercem o poder de mando da lei, e, de outro, o suposto “déficit” de consciência dos “dominados”.

É isto que se observa, por exemplo, nos estudos que se limitam quer às normas ou às instituições jurídicas, quer ao reclamante, e não se preocupam em relacionar os fatos ligados ao direito com outros fatos sociais. Assim, quando se trata de explicar, por exemplo, a ida à Justiça para a regulação de conflitos, o olhar é dirigido seja sobre os reclamantes — sobre sua tomada de consciência das injustiças, sobre suas possibilidades de acesso às instituições jurídicas —, seja sobre o conteúdo das normas e a função dos experts (advogados e magistrados). Tudo se passa, então, como se não fosse necessário ir além do direito, como se fosse possível compreender esta prática sem fazer a sociogênese dos conflitos, sem se interrogar sobre as propriedades sociais dos indivíduos envolvidos e a história de suas relações, sem, enfim, reinscrever os fatos relevantes do direito em quadros sociais mais amplos (Sigaud, 2004: p. 155).

Na esteira desse argumento, e à luz do seminal trabalho desenvolvido na Zona da Mata canavieira de Pernambuco, ela lembra que a conversão da mediação dos conflitos para a linguagem dos *direitos*, não ocorre de súbito. Embora a relação entre empregado e patrão, especialmente durante o *regime de morada*, encontre lastro em elementos simbólicos que escapam à regulação formal contida em um contrato verbalizado. Igualmente converge nesse ponto a afirmação de Garcia Jr. (1990) quando ressalta que a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos desperta a possibilidade de fazer frente ao mandonismo dos patrões agora na linguagem dos direitos. Para tanto, e como bem sublinha este autor, o recurso à Justiça também implicava uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos moradores.

Por último, Martins (1986) também adverte sobre o entendimento que os camponeses fazem dos *direitos*, que muitas vezes é contestada por cientistas sociais ou organismos sindicais, e que está ligada a uma “legitimidade nova”. Para ele, a concepção de direito que marca as lutas dos trabalhadores rurais é uma concepção moral. “O direito se opõe ao torto, o certo ao errado, o bem ao mal” (Martins, 1986, p. 99). Justamente o aspecto que sublinhei anteriormente.

Em minhas entrevistas, as formas de resistência apareciam em outros momentos da conversa, sutilmente, deixando entrever o que eram ações de avanço e recuo em direção ao conflito que, por seu turno, residem em pequenas ações cotidianas. Em concordância com o que dissera Scoot (1985), as formas de resistência presentes refletem as condições e constrangimentos nas quais elas são geradas. Elas possuem uma dramaturgia própria. Assim, se elas são abertas, raramente são coletivas; ou, se são coletivas, raramente são abertas. Nas passagens já citadas anteriormente, já havia indícios de diferentes formas de resistência, a exemplo da tentativa de moderar a sua produção em razão do cansaço, do “roubo” na pesagem, entre outros fatores. São

passagens que voltam a aparecer em meio às suas narrativas. O próprio “Rufino” traz um relato de um confronto aberto que aconteceu em uma das suas viagens,

Você fez toda a safra lá (Goiás)?

Eu passei só três meses lá e vim embora. Tinha vez que era ruim lá.

Ruim por que?

Os pagamento, tinha vez que o cara lá enrolava.

Então você pediu para sair?

Não, não pedimos para sair, eles botaram para fora. Teve muitos cabra que ficou lá e só veio sair agora no final. E todo dia era uma greve, todo dia. Aí quando chegou lá a cana de R\$ 0,26 centavos e de R\$ 0,21, aí o cabra queria aumentar mais o preço da cana. Aí quando chegou lá ai disse bem assim: “é para tanto” (o encarregado da usina). Aí o cara (os trabalhadores) não queria. Aí todo dia era uma greve, quando pensava que não fechava o portão, fechava tudo lá, não saia um carro para o lado de fora de jeito nenhum. Aí é greve, parava as turma toda. Até eu, não vou mentir não. Ia uma turma assim para o serviço e a outra turma ficava, naquelas greve. Até eu, quando se reunia um monte de gente assim, o cara dizia que não vai fazer greve? Eu não fiz greve não, agora se dissesse assim: “bora empurrar aquele carroção para fechar o portão lá, não vai sair daqui ninguém”. E o cabra ia se meter num comboio de gente assim para meter a cara? Aí ficava tudo parado lá.

Tinha gente do sindicato?

Tinha gente do Sindicato (Rufino, 42 anos, grifos nossos).

Apesar de narrar um confronto aberto – uma interrupção do dia de trabalho – o informante assume a participação apresentando-a, porém, quase que como uma imposição do grupo. Pude entrevistar outro trabalhador que participou da mesma manifestação e veja o que ele diz,

A história de Goiás foi assim. Chegou um cara lá, a usina mandou ir fichar no nosso lugar mesmo, nós saiu fichado. Foi 400 pessoas, 10 ônibus. Saiu de Delmiro Gouveia. Nós fretamos uma van, eu e a galerinha lá, uns 20 cara, aí fomos diretamente para Delmiro. Aí quando foi umas oito horas da noite, nós foi para Goiás. E fichado já. A usina não descontou nada.

E o alojamento?

Desconta só a comida, R\$ 136 nós pagava. Teve greve no mundo lá (em Goiás). Nós mesmo fazia, a galera se acordava bem cedo assim, pronto: “hoje ninguém vai trabalhar!” Saia nos barraco dos peão, avisava: “só vai quando acertar isso aqui”. Sei que foi mais de dois meses nesse rojão. Eu digo: “eu não vou ficar aqui não, nessa peste não”. Daí depois veio um colega meu, aí nós dissemos: “vamos ficar aqui, vamos ver o que vai dar”. Daí deu dois mês e meio, começou a melhorar, a galera foi embora. De 400 ficou 135 alagoano.

Mas a greve também era das outras turmas?

Só tinha alagoano, nesse alojamento só tinha alagoano. Era só nós que bagunçava tudo.

E as outras turmas?

Ah, a turma da rua ia, não participava não. Só teve uma vez, isso já tava com uns três mês, que a turma da rua se azuaram para lá, nós nesse dia não queria nem fazer greve. Por causa de uma coisa lá, eles saíram nos nossos eitos lá, bagunçando, cortando cana de todo jeito, pinicando. “não, não é para ninguém trabalhar hoje não, vamos embora”. Aí fomos para o barraco.

Os que saíram, a usina colocou para fora?

Eles que pediram para sair, a usina não botou para fora não. Eu terminei, passei sete meses lá. Só que lá aconteceu assim sabe: no dia que aconteceu a greve aí eles pegaram o nome: “quem quiser ir embora, por conta própria, não to mandando ninguém ir embora”. O chefe lá mandou. “Agora só quem quiser ir embora, a empresa vai dar o ônibus para você voltar para casa”. Por exemplo, teve cara que só trabalhou um mês, daí teve uma greve. Daí durante aquele mês se eu ganhei mil reais, pronto, você vai receber os mil reais, o cara explicou, a passagem e o seu fundo de garantia do mês. Foi isso que aconteceu lá.

E você não topou esse acordo?

Nada, eu vou ficar aqui. Eu já vim para trabalhar mesmo, der o que der... (Américo, 23 anos, grifos nossos).

Em seguida, em outro momento da entrevista, eis que:

Já colocou alguma usina na justiça?

Não, coloco não. Eu nem penso nisso.

E as greves lá em Goiás, você não participava?

Não, eu ficava só de boa olhando assim (Américo, 23 anos).

Confrontos assim, aparentemente fragmentados, revelam as estratégias construídas pelos trabalhadores como formas de resistência. Vale dizer, ainda, que não se trata de uma coleção de comportamentos e atitudes individuais; a identidade de classe é veiculada enquanto experiência compartilhada⁶⁷ (Thompson, 1987). Tal identidade se nutre de uma zona de comunalidade entre os próprios trabalhadores, que muda em razão do ciclo de vida do indivíduo.

O bom de lá (São Paulo) que eu vejo é isso. Hoje mesmo, a gente trabalhando, um colega meu se cortou. Você sabe que horário a ambulância chegou? Chegou com uma hora depois que o rapaz se cortou! E o corte foi no pé. Uma coisa que a gente tenta conversar com o povo para ver isso ne (com os colegas de trabalho). Mas só que uma pessoa só não consegue. A gente fala com o cabo de turma, fala com o fiscal de frente, mas só que ele não chega para o homem mesmo para falar... O obrigado que você chega para o homem e falar, é se tivesse um sindicato no pé. Se ele tivesse no pé, você não ia falar com os homens da usina, você ia falar com o sindicato, o sindicato é quem ia.

Você acha que a atuação do Sindicato é fraca?

É fraca, com se diz, o usineiro tem mais voz que o Sindicato. Quem era para falar mais alto era o povo do Sindicato. Ele não fala, ele fala menos, fala baixo.

E você é sindicalizado?

Não. Aqui mesmo, que trabalha comigo, não tem um. A única vez que eu vi o Sindicato em seis meses que eu estou na usina, que eu vi, só foi uma vez que eu vi o Sindicato lá. Até eu gritei do alto, que eu estava no alto: “ei rapaz, você do Sindicato aí – que era dois rapaz e uma moça – vê se ajeita essa

⁶⁷ Em suas palavras, lemos: “A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987, p. 10).

média de cana aí rapaz, cá para nós”. Foi a mesma coisa de ter entrado num ouvido saído no outro. Porque nem deram com a mão eles deram! (Josino, 27 anos, grifos nossos).

A gente tem cortado muita cana aí forte. Às vezes, não combina com o peso que eles dá para a cana. A gente conhece, a gente trabalhador velho, cortando cana, a gente conhece do peso nos braço. Aí a pessoa chega assim: “ô rapaz, essa cana aí, de dez braça, doze, uma cana dessas!? Dez vara para dar uma tonelada uma cana, mil quilo. O que é mil quilo, uma cana dessa? Nossa Senhora, viu!” Às vezes a turma fica chiando. “Rapaz, uma cana dessas, por um peso desse, o que é isso!?”

E como é o processo de pesagem?

O cara mede uma vara, corta ela todinha; aí pica os pedacinho. Quando acabar, amarra e pesa. Mas ali os pesador tem as manha: a cana é boa, mas às vezes ele sai ali, pelo meio, procurando aquele lugar mais fraco para pesar. É ali onde ele mede para pesar. É onde a turma chia: “Para que você não pesa aqui, pesador? Vai pesar onde a cana aí, onde a cana é morta, rapaz?!”. A turma acha ruim. Tudo tem esperteza, né? Esses homem aí né brincadeira...

Você já participou de alguma greve?

Não, aqui não.

E lá (São Paulo)?

Lá nos paremos devido o pagamento. Inclusive dessa viagem que eu fui paremos tudinho; cearense, paremos tudinho. A turma falou: “Enquanto não acertar esse ganho aí nós não trabalha, ninguém!”. Nós fiquemos lá sentado. Aí ele chegou, assim, e passou R\$ 190 a mais para todo mundo. Senão, a turma não trabalhava (Eufrásio, 47 anos, grifos nossos).

Portanto, além das ações cotidianas de resistência, a experiência acumulada em anos de trabalho canavieiro faz com que “Josino” cobre uma atuação mais firme dos Sindicatos. Caso contrário, vai depender da turma “chiar”, como sustenta “Eufrásio”. Decorre disso que os próprios trabalhadores dão prova de que, para conflagrar o conflito aberto, é preciso que haja um compartilhamento de interesses comuns. Em contrário, a percepção da possível injustiça irá sempre ser equacionada em razão das experiências individuais isoladas, que podem, ou não, induzir o confronto aberto. A descrição mostra como se estabelece a dramaturgia de um conflito.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não, nunca coloquei. Mas se eu tivesse de fazer eu faria, mas inté hoje nunca precisei não. Já, assim, já sentei, já discuti com o gerente já briguei com eles para procurar meu direito. Aqui e em São Paulo. Por causa disso que, em 2009, eu não era para mim vim embora⁶⁸. Os dez meses que eu passei lá, eu tava pensando em passar mais um ano, mas foi por causa disso mesmo, eu fui defender meu direito, eu e outro rapaz daqui. A gente foi em quatro, a gente foi reclamar. Juntamos as turmas, era gente de Sergipe, de Pernambuco, de Alagoas, a gente se juntou todo mundo e fomos procurar o direito da gente. E foi por causa disso que eu só passei dez meses. Todas as usinas é assim, aqui e em São Paulo, se você for um cabra que reclame seus direitos, ele vai

⁶⁸ Lembro ao leitor que na página 186 esse mesmo trabalhador, “Josino”, ao descrever a sua trajetória de migração, omite esse fato.

trabalhar com você, mas sempre de olho em você. “Aquele cabra ali, ele sabe demais, ele gosta de procurar o direito dele”.

É o que você pensa antes de reclamar?

Eu penso e compartilho com quem está junto comigo.

[Dei um exemplo de alguém que colocou a Taquari na justiça e pergunto se ele vai ter dificuldade em conseguir outro emprego]

Vai. Vai porque é assim, se ele for de uma vez, sem procurar, assim, as pessoas, sem procurar o gerente, sentar com o gerente, com quem esteja na frente. E sempre se sabe, usineiro sempre tão junto. Nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador; mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe. Esse ano mesmo que eu estou trabalhando na usina Taquari, teve muitas pessoas, um colega meu mesmo que trabalha comigo, um parceiro meu, a carteira dele não foi aceita, porque ele trabalhou em 2010 lá e teve um problema lá, e ele foi botado para fora. Esse ano a carteira dele não foi aceita na Taquari.

E ele está sem trabalhar?

Ele foi trabalhar na outra (usina), mas lá ele não foi aceito mais.

E como deve ser para reclamar?

A primeira coisa que eu vou fazer é sentar e chamar o cara: “Olhe, eu achei esse negócio errado, vamos conversar”. A Taquari mesmo, no começo da safra, ela atrasou um dinheiro da gente. Mas só que só foi a turma da gente. Nesse tempo, a gente estava com 38 ou era 42 duas pessoa. Pagou o pagamento, mas não pagou tudo. O que foi que a gente fez? A gente não parou turma nenhuma, a gente parou a turma da gente mesmo. Paremos, chegemos no serviço sete horas, tomemos café, o feitor chegou, o cabo de turma liberou os oito para todo mundo. Só que a gente falou para todo mundo igual: “a gente só pega na cana para trabalhar depois que ele ajeitar o dinheiro da gente”. Aí fiquemos, aí a outras turmas começou a trabalhar e o plano de cana lá parado, a frente da gente, ne? Aí o gerente veio, o cabra linha de frente, ne? “O que foi que houve?” Aí eu disse: “Olhe, a gente tem uma coisa para nós conversar. Surgiu um atraso de um dinheiro da gente aí, não pagou o dinheiro todo completo da gente, o que é que você pode fazer por a gente aí? A gente só volta a trabalhar depois que vocês ajeitarem esse dinheiro da gente aí”. Aí ele foi, conversou com o gerente. – “Pode ir embora para casa – nove horas liberou a gente –, se amanhã de bem cedo vocês chegarem no ponto e o feitor de vocês ligar pro banco e não tiver esse dinheiro depositado, vocês volte da padaria mesmo porque o dinheiro de vocês tão pago”. A gente foi, assim a gente fez. No outro dia, a gente foi para o ponto, na padaria, que a gente para pra comprar alguma coisa, que o cabo de turma da gente ligou, pegou a senha e um cartão de um colega nosso, puxou, aí a mulher falou que o dinheiro estava depositado e a gente foi trabalhar. Por que? Porque se a gente não tivesse parado. Aquele dinheiro vinha, mas só vinha com 15 dias depois, que é a outra quinzena (Josino, 27 anos, grifos nossos).

O conflito precisa ser mediado, negociado. É preciso “sentar” antes para “conversar”, porque, como bem alerta o entrevistado, “nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador; mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe”. A elaboração desse discurso por parte do trabalhador já representa uma forma de se contrapor ao discurso “oficial”, daquele que está na posição de mando. Veja o que disse um representante de usina ao falar sobre a NR 31.

Bom, eu acho o seguinte. Existem alguns pontos da NR31, eu digo assim, ela tem que ser colocada para o Centro-Sul. Não para a região nordeste. Um cortador de cana daqui é completamente diferente de um cortador de cana de lá do Centro-Sul. A mentalidade. Então, você chega para ele e diz: “olha, você tem que usar uma bota”. Aconteceu, aqui, um caso interessante. Você compra bota, compra isso e o cara vai... Quando o Ministério do Trabalho chega, fez a fiscalização e encontrou esse rapaz com um sapato normal. Aí veio. Dissemos que entregamos a ele e tal... Aí, quando viu, o cara disse que era porque achava bonita, que usava dia de domingo. Mas você não tem um técnico de segurança? Temos. Mas quantas pessoas são? Vai fiscalizar de um para um? É difícil! Nesse ponto a NR31 poderia ser, sei lá, mais maleável. Melhorou bastante, comparando a outras épocas, mas precisa de mais esclarecimento, etc. (representante de usina).

É o confronto entre esses dois discursos que revela a tentativa de equiparação da posição dos atores, ou seja, a “esperteza” do fiscal ou do dono da usina, contrapõe-se à resistência dos trabalhadores. Para Scoot (1990), é o discurso clandestino dos grupos subordinados que se insinua de modo discreto atrás de gestos, rumores, fofocas ou brincadeiras. Desse modo, o contexto de exploração não tem como corolário necessário a condição de “explorado”, marcada pela aceitação inerte. Ao contrário, os termos dessa relação são objeto de constante disputa. Assim, uma posição de recuo ou defesa, de tolerância ou recusa à violação de um direito, deve ser entendida no contexto das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores. A depender da situação, veicula-se uma imagem, lança-se mão de uma estratégia de conduta.

Esse aspecto também fora flagrado por Silva (2012), que encontrou uma miríade de táticas de confrontos entre os trabalhadores. Elas iam da dissimulação à práticas de sabotagem do método de aferição da pesagem da cana cortada por cada trabalhador. Igualmente, Cover (2011) também encontrou em sua pesquisa diferentes recursos mobilizados como formas de resistência. Tal qual nos meus achados, em ambos os casos, o enredo das resistências é mudo. Ele só pode ser lido quando se observa o contexto das interações sociais. Mas, mesmo assim, há que atentar para o lugar da cena. Uma vez no palco – como em uma interrupção do dia de trabalho – o protagonismo é diluído no coletivo. Uma vez na coxia – no cotidiano do trabalho, nos alojamentos – eis que surge a trama das pequenas ações de sabotagem, de controle da produção, do “saber fazer meu dia” e da aparente aceitação inquestionada dos constrangimentos estruturais.

A respeito do ator que pode aparecer em primeira pessoa, os sindicatos, os trabalhadores entrevistados mantêm uma postura de distanciamento. Poucos foram os trabalhadores que veicularam no seu discurso algo que pudesse sugerir um conhecimento acerca da importância da sua atuação. Quando muito, contrastaram

situações advindas de diferentes experiências de trabalho, em outras regiões, onde a ação sindical mostrava-se mais efetiva. Não por acaso, tanto a Fetase, quanto os sindicatos rurais dos municípios visitados relataram o problema da baixa taxa de sindicalização.

Como está a questão da sindicalização dos trabalhadores da cana?

Não estão organizados não. Falta muito, porque, assim, acho que se a gente tiver é só uns cinco sindicalizados... É difícil convencer eles a se sindicalizarem. Até porque a gente passou um período em que não existia a Convenção (Convenção Coletiva de Trabalho). Assim, não existia um trabalho com os assalariados. Acho que é por isso que eles não acreditam muito no trabalho dos sindicatos. Depois que a gente começou a fazer esse trabalho da Convenção Coletiva é que eles estão começando a se aproximar, mas não para vim se sindicalizar. Mas quando a gente convida para as reuniões, eles já vêm. Já participam mais. Para pedir informação eles vem, agora para querer se sindicalizar ainda não (representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela).

Como está a questão da sindicalização dos trabalhadores da cana?

A organização do ponto de vista da categoria, da classe, a maioria dos sindicatos são muito poucos os sindicatos filiados que temos os assalariados rurais, (por conta de) uma série de questões. Porque toda uma vida foi visto o sindicato mais na área da agricultura familiar, muitos sindicatos trabalham mais com esse lado, agora que a gente tá conseguindo um pouco, né, trazer um pouco dos assalariados para dentro do sindicato, mais ainda é muito pouco. A convenção (em referência a Convenção Coletiva de Trabalho) tá ajudando muito, porque tá dando maior visibilidade ao trabalho do sindicato e dos dirigentes sindicais. Mas, assim, quanto à organização, a gente precisar reunir um grupo grande para a gente ir para frente para fazer uma greve, para fazer uma coisa, é diante de muita dificuldade, porque são coisas novas para eles... (Representante da Fetase).

No plano das ações dos sindicatos e da justiça do trabalho, o que se observa é ainda um conjunto de ações de caráter pedagógico com o fito de, paulatinamente, tornar visível para os próprios trabalhadores o papel dessas instituições. Ademais, isso requer uma conversão da *identidade* que os representa, agora no eixo dos *direitos*. No entanto, e esse é o ponto que subjaz a essa reflexão, o traslado entre essas diferentes *identidades* não resulta de um mecanismo que independa da mediação do aparato intelectual dos indivíduos em face do quadro social do contexto em que vivem. Ao que estou arguindo, a sociogênese dos conflitos depende, antes, do modo como os próprios atores se percebem nessa relação.

Você é sindicalizado? Por quê?

É. Porque é o meio mesmo. Mas daqui mesmo, dos cortadores de cana, só eu. E faço parte até da direção.

E por que você acha que ninguém quer participar?

Porque já é descontado um sindicato fantasma que eles inventam aí (ele se refere ao desconto compulsório na carteira). O certo de todas as usinas é para passar o sindicato daquele trabalhador para a localidade do cara. Nunca manda para a localidade do cara. É ruim. Quando a gente convida para uma reunião, ficam aí com medo. “Ah, você vai ser botado para fora” (Rochinha, 43 anos).

Você conhece o sindicato? Sabe para que serve?

Conheço.

O daqui e o de São Paulo?

Conheço. Tem muita diferença. Lá é melhor, lá é mais rigoroso e aqui não.

Então você é sindicalizado?

Olha, mais ou menos, assim: quando eles vão lá (nas frentes de trabalho), ninguém tem material nenhum, mas quando eles vão lá os homem lá já tão sabendo e aí passa pra gente. E lá (São Paulo) não existe isso. Lá desconta 35 reais, mas se você não quiser não desconta. Mas você corta um cabelo, você arranca um dente, faz uma limpeza e aqui não existe isso.

E já participou de greve?

Não, já vi muitos fazer lá (São Paulo) e parar todo mundo. O preço ta ruim da cana, para todo mundo, vem dois, três manda parar todo mundo. Ou para ou cai no facão. Lá é diferente. E aqui não existe isso. Aqui vê a exploração... não para (Justino, 28 anos).

Você conhece o sindicato? Sabe para que serve?

Conheço, lá (São Paulo). Porque foi assim, ela chegou lá conversando: “quem quer fazer parte do sindicato?” Aí nois aceitamo pagar.

Achava que valia a pena?

Vale a pena porque luta pelos seus direito. As vezes a usina tava ruim, ruim de preço, alguma coisa, aí chegava lá conversava com ela, era Leila, ela ia lá, ajeitava. E aqui em Sergipe?

Nunca vieram. Nunca vi nem falar. Lá tinha um cabelo, obturação de dente, a família fazia o cabelo também (Serafim, 39 anos).

Você conhece o sindicato? Sabe para que serve?

Não, conheço não.

E lá em São Paulo?

Lá eu conheço. Porque aqui eu não sei nem onde é o sindicato. Lá sempre tinha gente no canavial, perguntava como era o preço, se dava o preço certo. Se o ônibus tava levando o pessoal até o canavial, se deixava no meio de caminho (Zerramos, 34 anos).

Você conhece o sindicato? Sabe para que serve?

Eu mesmo não conheço não.

O que você acha de alguém que participa de sindicato? E de greve?

Tem umas (pessoas) que puxa pelo lado do trabalhador. Como esse daí mesmo (ele faz referência a uma pessoa que conhece e que é do sindicato), ela faz de todo jeito para ajudar o trabalhador (Jileu, 22 anos).

O aparente desconhecimento dos sindicatos, atribuído pelos trabalhadores a uma ausência de ações diretas junto aos mesmos, em oposição ao que ocorreria em São Paulo, não deve ser lido, penso, de forma polarizada. Evitando, com isso, incorrer no

maniqueísmo dessa explicação. Para extrair consequências sociológicas sobre esse dado, e em concordância com a abordagem aqui sugerida, vimos como a morfologia dos conflitos nesse setor, quando ele é aberto, é dependente daquele que pode vocalizar publicamente a miríade de interesses comuns, e, ao fazê-lo, assumir a autoria do fato. Trazer o *hidden transcript* à tona demanda alto custo por parte dos trabalhadores, o que torna importante a mediação dos sindicatos.

Por outro lado, essa suposta apatia não tem como corolário a ausência de litígios. Uma vez que o eito é prenhe de conflitos, não raro emergem protestos aleatórios, mais das vezes a interrupção do dia de trabalho, que mostram o vigor das ações cotidianas de resistência. Além disso, tem sido frequente a ocorrência das chamadas “greves espontâneas” que irrompem nos canaviais e manifestamente rejeitam a participação dos sindicatos por considera-los pouco atuantes (Verçoza, 2012). Embora eu não tenha registrado nada semelhante em Sergipe.

Portanto, a respeito da ação sindical junto aos trabalhadores canavieiros em Sergipe, seria forçoso extrair algum prognóstico mais contundente.

Em outra chave, o vínculo que estou supondo existir entre a coletânea de manifestações de resistência que operam ao nível micro, em geral de modo velado, e as formas mais abertas de confronto vai depender não apenas dos constrangimentos da estrutura de dominação a qual estão submetidos, mas sobretudo da percepção que os indivíduos desenvolvem acerca de um sentimento de “injustiça” que possa ser compartilhado e vivenciado como tal.

Nesse sentido, quando postas em conjunto, as narrativas dão margem a uma ética do trabalho. Elas informam aquilo que pode ser considerado como “bom trabalhador”, em oposição com o “mal trabalhador”. No entanto, ainda que assuma um caráter prescritivo, daquilo que deve ser, trata-se de uma fala que sustenta uma imagem que se pretende mostrar publicamente – é um discurso para o “outro”, e que, nesse sentido, tanto pode revelar quanto esconder as ações de resistência anteriormente reveladas.

O que é um bom trabalhador?

É aquele que trabalha e não anda perdendo um dia, ne?

Mas hoje você não foi trabalhar.

É hoje foi [Ele comentou depois que não foi trabalhar porque ia receber um cunhado em casa que vinha de outro estado].

O que é um trabalhador ruim?

É aquele que não quer nada, fica só perdendo dia.

E uma pessoa que briga pelos seus direitos, é um cara bom ou ruim?

Pra uns é bom, pra outros já é ruim, ne? Eles mesmo da usina não gostam (Jileu, 22 anos).

O que é um bom trabalhador?

Eu acredito que um bom trabalhador, é aquele cara que veja o lado de todo mundo, não veja só o lado dele. Ele vai defender o dele e dos colegas, que tá suando junto com ele, pegando aquele sol todo dia. Eu acredito que um bom trabalhador é aquele que ajuda os outros.

E o cara que mais produz?

Para mim ele é um bom trabalhador para ele próprio, mas não é um bom trabalhador para os outros. Porque, por exemplo, eu chego na minha turma, tem 35 pessoas, aí 30 para pra nós se reunir, 5 vão trabalhar. Então aqueles caras ali, eu para mim, não é bom porque ele não tá puxando para o lado do trabalhador, ele tá puxando para o lado da usina. Eles têm que juntar com a gente para defender o lado da gente.

O que é um trabalhador ruim?

É o cara que não se junta com a gente. É um cara que só pensa nele próprio (Josino, 27 anos).

O que é um bom trabalhador?

Eu acho que o bom trabalhador é aquele que vai trabalhar e não dá trabalho.

Não dá trabalho para quem?

Para o patrão. O cabra faz o serviço dele, certinho, do jeito que eles querem.

Mas no dia que você está cansado você faz isso ou não?

Ah eu faço, se eu tiver cansado, não aguentar mais, manero, vou ali, sento.

O que é um trabalhador ruim?

Às vezes você traz um cabra de lá para cá, pro meio de nós, aí ele dá problema, aí vão falar: “foi fulano que trouxe esse cabra”. Aí da outra vez que for trazer um cabra aí já não vão confiar mais em nós... (Serafim, 39 anos, grifos nossos).

O que é um bom trabalhador?

Eu acharia assim, porque tem pessoas que faz assim: “Zé, porque aqui tá roubando, aqui é roubando, essa usina é ladrão, empreiteiro é ladrão”. Não, não pode fazer isso. Se você é uma pessoa boa, você está trabalhando ali, também não critique ninguém. Que a empresa não tem nada a ver com isso, entendeu? Se você ganhou hoje mil, dois mil, não falta um centavo, que aí não falta. Cada dia a dia, chega o dinheiro. Chegou dia 30 seu pagamento tá em conta. Não tem negócio de dizer: não, deixe para a amanhã. Aqui nunca faltou isso aí não. Todo dia 15 ela dá um vale de 270 reais, quando é o dia 30 é o pagamento. Eu vou falar mal de uma empresa dessa?

Mesmo essa coisa do peso da cana?

Mesmo essa coisa do peso aí que eu acho diferente, eu não falo. Que nem o menino falou ali [em referência à situação da entrevista anterior, quando se reclamou do roubo do peso] Sabe por que? Você vai procurar uma coisa dessa aí, pra que? Uma coisa que já passou há mais de trinta dias! Você não vai resolver nada. O negócio daqui é diferente é sobre a balança.

E as “carreiras” escolhida para pesar?

É porque das menor cana ele tira. Para você ver, o cara pega uma balança ali, ele vai escolhendo aqui cada cana, cada moita de cana ele vai escolhendo aquelas caninha miúda, aí joga na balança amarra ali com um ponteiro de uma cana... Eu vi ele pegando aqui com dois dedo, ali está pesando cana? Eu cheguei para ele, assim numa cana assim que eu tinha derrubado, aí eu falei assim: “Rapaz, essa cana da menos de... uma sete braça, aqui dá uma tonelada, não dá?” Ele falou: “Oxente, não dá não! Aqui passa de dez”. Mas eu também ne?! “Mas desse jeito aí, o cara pegar, levantar, pesar uma cana com dois dedo aí dá mais de dez mesmo.

O que é um trabalhador ruim?

Para mim é o mesmo ser humano, não tenho nada a ver com a vida dele. Se ele é bom trabalhador, se ele é mal. Tem muita pessoa aí que você vê, eu por mim aqui mesmo, vamos dizer: eu pego uma pessoa dessa assim para viajar mais eu, daqui para São Paulo, vai fazer o que? Só vai me dá trabalho, entendeu? Chega lá eu coloco uma pessoa dessa dentro de uma firma lá, aí o cara vai vim em cima de mim, dizer: “Oh rapaz, você veio trazer um bagunceiro para aqui?”

Como assim, que bagunceiro?

Que chega lá falta dia, responde. Você sabe que esse tipo de gente não gosta que ninguém responda. “Rapaz, vamos fazer aquele serviço ali?”. Você não tá pra aquilo? Vá fazer seu serviço. Se o cara tem condições de dar aquela metragem para você, porque vê que você merece, bem! Se também não, você fez aquele serviço também, nem vai lhe enricar, nem vai lhe empobrecer. Acabou! É por isso que quando eu chego lá é dois, três para me chamar para eu trabalhar nas turma. Por que? Eu sou um cara que eu nunca respondi ao empreiteiro. “Zerramos vá ali fazer aquele serviço ali, Zerramos vá ali tirar aquela moita ali de cana”. Ouxe, eu vou e faço meu serviço, pronto (Zerramos, 34 anos, grifos nossos).

O traço saliente é a aparente reprodução do que seria o discurso patronal sobre o bom trabalhador, ou seja, é o trabalhador que não perde dia, que não “dá trabalho”, deixando a entender que não há contestação. No confronto com as declarações que antecedem esse momento, percebe-se o descompasso entre duas narrativas que estão sempre oscilando. De um lado, a imagem do anonimato e da passividade no discurso público; do outro, a teia das estratégias de resistência e a face ativa do discurso velado. Vale dizer, ainda, que a forma da resistência não pode assumir o aspecto individualista, heroico, sob pena de comprometer o vínculo de confiança que se estabelece entre os próprios trabalhadores. Onde o perigo de levar alguém “bagunceiro”. Mesmo o discurso supostamente passivo de “Zerramos” deve ser confrontado com o que ele afirmara em momento anterior da entrevista.

Meu normal é esse aqui: deu sede eu tomo minha água, passo a lima no meu facão, deu fome eu venho comer, passo ali quinze, vinte minuto ali sossegado. Meu dia a dia eu sei fazer.

Em um contexto onde a estruturação das formas de resistência raramente assume o confronto direto, os Sindicatos enfrentam dificuldades em agregar os interesses dos trabalhadores. Como vimos, a maioria mostrou pouca importância, ou mesmo desconhecimento, sobre a sindicalização. Mais das vezes recorre-se aos Sindicatos em sua função cartorial, para o cadastramento no programa “Mão Amiga”, para alguma assessoria jurídica ou no momento da rescisão do contrato de trabalho. Mas, não decorre disso que o seu papel seja irrelevante. Em Sergipe, o expressivo crescimento do

número de trabalhadores assalariados, empregados nas usinas, animou a ação dos Sindicatos. Ele é o ator que pode se colocar em primeira pessoa nas situações de conflito. Daí porque muitos trabalhadores, especialmente os que trazem experiências acumuladas em outros contextos de trabalho, cobram uma atuação mais enérgica.

Outro ator cuja atuação desempenha um importante papel no protagonismo dos conflitos no universo dos canaviais é o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em pesquisa sobre a atuação do MPT no tocante às ações que envolvem o setor do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo, Almeida (2012) constata que, a partir de 2004, houve um incremento acentuado nos procedimentos investigativos promovidos por esse órgão. Na discriminação por autoria das demandas, ele chega à conclusão de que, entre os agentes externos, pouco mais da metade das denúncias é feita pelos sindicatos (Almeida 2012). O que reforça, para o caso de Sergipe, a importância que tais atores assumem na estruturação dos conflitos nesse setor.

A Procuradoria Regional do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho exercem um importante papel cuja ação não se resume à fiscalização e mediação de conflitos, mas contempla igualmente a ação pedagógica na conformação das relações de trabalho. Em Sergipe, a Procuradoria Regional do Trabalho instaurou, em 2010, um procedimento promocional⁶⁹, em parceria com a FUNDACENTRO da Bahia, a FETASE, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Universidade Federal de Sergipe e o Instituto Federal de Sergipe, com vistas à melhoria das condições de trabalho na zona rural do estado de Sergipe. Ao contrário de um inquérito civil, onde se tem uma irregularidade apontada e um provável autor, o procedimento promocional tem como finalidade subsidiar o estabelecimento de políticas públicas. Em razão dos três critérios adotados para selecionar por onde começar – quantidade de trabalhadores absorvidos, área cultivável e valor econômico da produção –, a cana de açúcar surgiu como primeiro campo de investigação.

Na ocasião da divulgação dos resultados dessa pesquisa, fui convidado pelo Procurador do Trabalho a estar presente. O evento reuniu representantes das usinas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da FETASE/SE, Delegacia Regional do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal entre outros interessados. O que se percebe é que, em

⁶⁹ Trata-se de um procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público do Trabalho da 20ª Região/SE cujo objeto é a melhoria das condições do trabalho rural. Por esta razão, tal medida não possui um caráter investigativo, uma vez que a presença de algum ilícito exigiria uma tomada de posição mais enérgica por parte do MPT; ao invés, ela intenciona a criação de políticas públicas que possam sanar possíveis problemas nas condições do trabalho rural.

detrimento do caráter prematuro da conformação das relações de trabalho no setor canavieiro em Sergipe – além do modo peculiar que assumem as ações de resistência entre os próprios trabalhadores – a pauta que norteou os debates entre os atores envolvidos era diferente das questões já em discussão nas regiões cujo histórico dos conflitos é maior. Isso fica evidente na fala do Procurador,

Então, nós estamos ainda no início, no início da intervenção do Estado na cultura da cana de açúcar aqui no estado de Sergipe. E aí o que eu vislumbro é o seguinte. Por exemplo, não passa na minha cabeça – já tá sendo discutido por aí a queimada – não passa na minha cabeça, aqui em Sergipe, eu começar a discutir a queimada, porque nós não conseguimos resolver ainda problema básico. Tipo: fazer com que o cidadão faça sua refeição no local de trabalho sem queimar a cabeça (sic), ou sem que ele tenha que abrir um espaço dentro do canavial para que ele tenha que ir para a sombra para fazer a sua refeição. Não temos ainda um local para que ele guarde a marmita dele com o almoço, e na hora que ele for almoçar não esteja cheia de formiga. Então, a ausência da nossa atuação fez com que continuássemos num estado meio que primitivo. Então, a sazonalidade ou contrato de safra, será que é prioritário eu entrar nessa discussão agora? Para mim não (Procurador do Trabalho).

É nesse cenário que se deve entender o modo como os interesses de classe vão sendo construídos, seja pelo lado patronal, mas sobretudo pelo lado dos trabalhadores e de suas representações de classe. Fica patente o descompasso entre, de um lado, a tentativa de organização dos interesses dos trabalhadores por parte dos Sindicatos e, de outro, a percepção que esses indivíduos têm sobre essas entidades. Nesse diapasão, à medida que a linguagem dos *direitos* vai se tornando mais palatável para os trabalhadores, promove-se também uma reconversão de suas práticas habituais e do imaginário social a respeito das suas condições de trabalho. Isso envolve também a construção de outro eixo identitário na maneira como se apresentam: não mais como “trabalhador de roça”, que não possui *direitos*, mas como “assalariados”, que conhece “seus direitos”.

Essa espécie de reconversão identitária, no eixo de uma identidade de trabalho compartilhada enquanto tal e que dá forma a um tipo de solidariedade, não é tributária apenas das relações que se desenvolvem nos espaços de trabalho. Ela ecoa e se nutre nas esferas de comunalidades que vão mais além do eixo do trabalho. Sim, estou falando dos locais de moradia, dos momentos de lazer que podem induzir laços de solidariedade e resistência. Eles encampam uma rede de informações através da qual se desenvolvem estratégias de proteção entre os próprios trabalhadores. Ao longo das entrevistas, vimos como os trabalhadores trocam informações sobre oportunidades ocupacionais, a respeito

das usinas, discutem as táticas de resistência, entre outras questões que certamente são forjadas nesses espaços de convivência.

Numa dessas ocasiões, fui convidado a estar presente em uma partida de futebol que ocorreria num domingo próximo. Seria, de acordo com meu informante, uma boa oportunidade para encontrar vários trabalhadores cortadores de cana, que estariam disputando um pequeno torneio entre os times de várzea da região.

O município de Areia Branca, onde ocorreu o evento, está localizado a vinte seis quilômetros da cidade de Aracaju. Cheguei cedo ao local marcado. Aos poucos foram chegando os times de futebol e um pequeno público, de amigos e parentes, que acompanhariam o torneio. Lá mesmo, pude conhecer e conversar com alguns trabalhadores sobre o trabalho, os momentos de lazer como aquele, suas experiências de migração, sempre mantendo o tom informal da ocasião. Afinal, eles estavam ali para “se divertir”. Nesses espaços, impera a camaradagem, as brincadeiras com os demais colegas em torno dos apelidos, mas nada que faça alusão à dureza do trabalho cotidiano. A desconfiança quanto à minha presença foi, aos poucos, sendo dissipada em razão da minha apresentação como “alguém que estava estudando a vida deles”, recurso utilizado pelo meu informante.

Imagem 5: – Um dos times que disputou o torneio.

Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagem 6: Cobrança de pênalti para decidir o campeão.

Fonte: acervo pessoal do autor.

Espaços como esse deixam entrever sociabilidades que se estabelecem entre os próprios trabalhadores em torno de elementos que estão fora do ambiente de trabalho. Aqui é possível reinventar a dureza da vida cotidiana, agora mobilizando recursos outros que atribuem sentido às suas próprias vidas. Estou certo de que semelhante afirmação requer algum cuidado por conta do risco de romantizar tais formas de sociabilidades que emergem nesses espaços. Para alguns estudiosos, por estarem fundadas em laços afetivos, de camaradagem e de vizinhança, elas não contribuiriam para uma percepção das diferenças sociais fundadoras de identidade de classe (Rodrigues, 1966). Uma identidade de classe capaz de reunir os interesses dos indivíduos e conferir-lhes uma forma de pertencimento convive com outras formas identitárias que a perpassam e que são também capazes de nortear ações coletivas.

Assim, em outra ocasião, pude conversar com o padre que celebrava missa numa pequena comunidade onde residiam muitos trabalhadores. Segundo ele, as famílias dos que estavam empregados no corte da cana, notadamente as esposas, também enfrentavam dificuldades, seja em razão da ausência prologada dos maridos quando estes viajam para outros estados, seja em virtude do preconceito que recai sobre essa atividade laboral. Através dos encontros dominicais na igreja e dos serviços das pastorais desenvolvia-se um tipo de solidariedade assentada no pertencimento a uma comunidade religiosa. Que dá sustentação a um modo de enfrentamento as situações descritas através da troca de informações, do amparo nas situações mais difíceis e

formas de mobilizar recursos disponíveis com o fito de enfrentar as contingências da vida.

Nos espaços dos alojamentos das usinas (imagens 7 e 8), as opções de lazer são bem mais restritas. Em parte, em razão da distância que, em geral, os separa das cidades próximas. Mas igualmente pela presença do turmeiro que, ao menos nos alojamentos visitados, morava no mesmo espaço, mesmo se em casa separada (imagem 9). Aos domingos, costumam ir à feira para comprar os alimentos necessários para a marmita diária, já que as usinas em Sergipe não fornecem alimentação. A despeito de a saída ser controlada, não pude constatar maiores restrições quanto ao uso de bebidas alcoólicas nos alojamentos. Assim, ao contrário dos exemplos fornecidos por Cover (2011), que mostrou como os trabalhadores conseguiam burlar a proibição do consumo dessas bebidas nos alojamentos das usinas por ele visitadas em São Paulo, pude presenciar o consumo de bebidas sem qualquer artifício de dissimulação. No entanto, logo se percebe que, apesar dos alojamentos agregarem, em sua maioria, trabalhadores de uma mesma região, existem divisões internas de acordo com as afinidades. Desse modo, os que fazem uso de bebidas alcóolicas, ou mesmo droga (apesar de não constatar, ouvi relatos de que existe o consumo), nem sempre são bem vistos pelos demais trabalhadores, por colocarem em risco o bom relacionamento que têm com o “turmeiro” e, por extensão, com a usina. Além das regras formais que a usina estabelece, impera, do mesmo modo, uma série de regras informais a respeito da higiene dos quartos, dos horários de dormir, do compartilhamento dos alimentos, entre outros aspectos.

Tem muito absentéismo?

Aí entra outro problema que nós temos. O cara recebe o dinheiro, aí vai tomar cachaça, principalmente nos alojamentos. Eu tenho vigias, eu tenho uma pessoa responsável. De vez em quando me ligam: “sr. fulano, tá tendo uma briga no alojamento, o cara tá de fôca, tá bêbado e tal...” Aí a gente mantém um bom relacionamento com a polícia de (lista as cidades onde a usina possui alojamentos), aí tem a nossa segurança. Eu digo: “entre em contato com a polícia e leve para ele dormir na delegacia” (representante de usina).

Isso dá provas de que o controle sobre os corpos é maior para os que estão nos alojamentos, mas igualmente suscita formas de resistência que, sob caminhos diversos, estabelecem um espaço de mediação em detrimento do poder de mando da usina.

Imagem 7: Visão panorâmica de um dos alojamentos visitados.

Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagem 8: Alojamentos de trabalhadores.

Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagem 9: Alojamento de “turmeiro” localizado em frente aos demais alojamentos.

Fonte: acervo pessoal do autor.

Portanto, formas de sociabilidades extra-trabalho, que muitas vezes descendem e ampliam solidariedades construídas a partir dos espaços laborais, podem servir de base para a manifestação de uma identidade de classe. Na acepção thompsoniana do termo, onde classes são constituídas, acima de tudo, pelas experiências vividas pelos indivíduos (Thompson 1987). Nesse ponto, o leitor há de se perguntar se não existe uma contradição entre, por um lado, uma identidade de trabalho “negada” e, por outro lado, uma identidade de classe. Não acredito, até porque trabalho com a ideia de *identidades*, no plural. Assim fazendo, parto do pressuposto de que são múltiplas as preferências que orientam as escolhas dos indivíduos, fundadas em diferentes espaços de sociabilidades, não havendo, portanto, uma primazia apriorística atribuível a sua posição de classe.

Como sugere Savage (2004), parece analiticamente fértil supor que a “vida operária” não se nutre apenas no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores. Em suas palavras,

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo.

Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como o único ou o principal eixo da classe social (Savage, 2004, p. 33).

Dadas as evidências antes reunidas de negação de uma identidade de trabalho. No que respeite aos trabalhadores da cana, isso se mostra ainda mais complexo, como vimos, o trabalho no corte da cana não assume, para os trabalhadores, uma representação simbólica positiva. Ele não se define pela afirmação: ele não é tido como profissão, não confere reconhecimento, antes, retira-o. Talvez por isso os símbolos de status assumam proeminência como formas de integração social.

Nesse contexto, a identidade de classe surge como o momento do compartilhamento de interesses em comum, enquanto “canavieiros”, em contraposição ao elemento opositor, “usineiros”, “patrões”. Diversas foram as passagens nas entrevistas citadas em que os indivíduos identificam aquele, ou aqueles, contra o qual se opõem os seus interesses. E com a troca de informações, nas resistências cotidianas e nos espaços de convivência que se lastreia essa experiência compartilhada. Decerto elas se nutrem do contexto social, do ciclo de vida, da experiência de migração, ou, como já o afirmara Menezes (2000, p. 53), elas são “formadas por sua condição como camponeses, canavieiros, trabalhadores urbanos e por outras estratégias de sobrevivência”. Por isso mesmo, as identidades são contingentes, ou seja, os indivíduos irão manifestá-la em razão de algum fim. Portanto, uma provável identidade de classe, compartilhada, atua como uma variável a mais que entra na equação das múltiplas experiências entre as possíveis escolhas dos indivíduos nas suas preferências⁷⁰. Sendo assim, os espaços de convivência – isso inclui os locais de residência temporária, a exemplo dos barracões – constituem importantes canais pelos quais se edificam, mas sobretudo se afirmam as identidades.

⁷⁰ Sobre essa forma de arguir, sou devedor dos escritos de Wright (1989, 1997). Para o nosso propósito, interessa-nos a chave pela qual ele analisa o lugar da identidade de classe e, com menor contribuição, o próprio processo constitutivo da mesma. Dessa forma, ao por em destaque a maneira peculiar pela qual o indivíduo pode ser influenciado em detrimento da posição de classe que ocupa, Wright recupera a possibilidade de orientações normativas outras que não somente aquelas oriundas da classe. Na verdade, ele arma a questão de um modo diferente: não se trata do lugar privilegiado que a classe ocupa enquanto categoria analítica privilegiada para interpretação de fenômenos de ordem social, econômica e política, ao contrário, interessa-lhe saber como a classe influencia tais fenômenos. É isto que lhe permite afirmar que a relação de interesses materiais comuns (para não falar em posição de classe) e a comunhão de valores compartilhados (no sentido de identidade de classe), i) não conduz necessariamente a uma relação causal (em nenhum dos dois sentidos) e ii) as “escolhas” dos indivíduos serão influenciadas por elementos outros que também são fontes de orientação normativa. O leitor também poderá encontrar semelhante argumento em Giddens (1973), Savage (2004) e Kirk (2004).

5.5 – Seriam casos díspares?

Como pudemos ver, a composição da amostra priorizou um grupo de trabalhadores que estava no corte da cana. Malgrado a existência de diferentes ocupações na fase agrícola da produção, são aqueles que apresentam o traço distintivo do vínculo intermitente de trabalho e os sujeitos das migrações. Duas características que me parecem analiticamente desafiadoras quando se quer compreender os laços que unem o indivíduo e a experiência subjetiva do trabalho, sob a qual se assentam as *identidades*. Entre as ocupações que existem entre as etapas do plantio e da colheita, é possível ver que algumas delas apresentam características semelhantes no tocante às características mais gerais do trabalho, cito como exemplo os trabalhadores da “bituca”, do plantio e do herbicida. Mas existem outras bastante distintas, tais como os operadores de máquinas, tratoristas, caminhoneiros, técnicos agrícolas, fiscais, entre outros; cuja amplitude de significados atribuídos à “profissão” pode variar consideravelmente, seja em razão do tipo de vínculo de trabalho, das formas de representação sindical ou ainda em virtude das enormes gradações internas que estabelecem fronteiras simbólicas entre as ocupações e que pude constatar na pesquisa de campo.

Sendo assim, ponderei que incorporá-los indistintamente traria o prejuízo de supor que, a despeito das divergências internas, haveria uma “consciência de classe” que os unisse em torno de interesses comuns. De outro modo, explorar justamente tais divergências, que marcam posições entre as diferentes ocupações, levaria a um deslocamento do propósito inicial da tese. O que não implica dizer que um ou outro caminho não deva ser analisado.

No entanto, por considerar que as *identidades* são sempre relacionais e supõem alteridades, eu não desprezei o modo como podiam existir diferentes clivagens inerentes àquela realidade de trabalho. E elas de fato existem. Não é a toa que operadores de máquinas, caminhoneiros, “fiscais”, “turmeiros”, técnicos agrícolas, a lista poderia ser maior, não compartilham o mesmo espaço nas paradas para o almoço, no trajeto para o trabalho, nos intervalos e nos momentos de lazer. Nem sempre sutis, tais fronteiras certamente demarcam posições também distintas a respeito da maneira como veem a si e aos outros trabalhadores. Mas a ordem de questões que seria mobilizada a esse respeito é ligeiramente distinta das que elegi como escopo nesse estudo. Sem desmerecer a pluralidade de conflitos internos aquele ambiente de trabalho, com

reflexos na questão das *identidades*, tomei como alvo explorar o modo como um conjunto específico de trabalhadores constrói representações de si na interface com a experiência oriunda do trabalho.

Faço incluir agora, dois trabalhadores entrevistados que não estavam no corte da cana. Trata-se de um trabalhador que é da equipe do “herbicida” e uma trabalhadora que atua no plantio e na “bituca”. Os casos devem ser lidos menos como casos paradigmáticos, que reúnem características específicas de tais ocupações, e mais como variáveis de controle, que me permitem observar o grau em que divergem as respostas para o mesmo conjunto de perguntas.

Cheguei a esses a esses trabalhadores quase que por acaso. A dificuldade em saber se, de fato, mulheres eram empregadas no corte de cana, após percorrer diferentes regiões onde vivem os trabalhadores entrevistados, parecia confirmar a negativa da ocorrência. Ainda que informações secundárias dessem prova do contrário, atestando o pequeno percentual de mulheres empregadas nessa atividade. Foi assim que, ao visitar o Sindicato de trabalhadores rurais no município de Maruim, a minha informante indicou uma mulher que ela conhecia e que, ainda segundo ela, trabalhava como cortadora de cana. Na ocasião em que pude estabelecer o contato com essa trabalhadora, doravante chamada de “Clara”, e em conversa preliminar sobre a minha pesquisa, fui informado pela mesma que ela estava trabalhando na “bituca”. Mesmo assim, resolvi prosseguir com o interesse em entrevista-la pelas razões antes aventadas.

Para o caso de “Marcolino”, resolvi inclui-lo por ele ser um caso de trabalhador que não somente estava em ocupação diferente – na “herbicida” –, mas pelo fato de que, no passado, já havia trabalhado no corte da cana. Faço, a seguir, um resumo dos relatos procurando sublinhar aspectos que atingem as questões mais caras a essa pesquisa.

Quando postas em conjunto, as informações que remetem à origem familiar, à infância e aos primeiros trabalhos, não há muito que acrescentar no sentido de que fogem ao que já vimos para o caso dos outros trabalhadores entrevistados.

“Clara” descende de uma família que vivia em município diferente do que ela reside atualmente. O pai trabalhou muitos anos como ferroviário da “Leste” (Viação Férrea Federal Leste Brasileiro – VFFLB) e, ainda segundo a narradora, foi dispensado sem receber os “direitos”. Nesse tempo, ainda segundo ela, ele sempre manteve uma pequena roça para complementar os rendimentos. Como os demais entrevistados, “Clara” começou a trabalhar ainda pequena,

Seu pai nunca trabalhou na roça?

Já, ele trabalhava na Leste e na roça. Se tivesse um dia de folga era na roça. Aí quando ele ia trabalhar ia eu, minha mãe, meus irmãos, tudo para roça (Clara, 48 anos).

Ela relata que somente do ano de 2006 em diante que começou a trabalhar nos canaviais. Antes, porém, trabalhou em “casa de família”, como babá. Quando casou, começou a trabalhar na pesca de mariscos no rio que passa próximo a sua residência. Só lembra que estudou até os dez anos de idade.

Aí fiquei trabalhando em casa de família até que casei com ele. Só que quando casei com ele, como você tá vendo as nossas condições, eu tinha que ajudar a ele, minha vida era na maré. Pegava caranguejo, meu sogro vendia. Quando não era meu sogro, era minhas filhas mesmo. Vendia sururu, caranguejo. E eu não gostava de trabalhar... Depois que eu passei a ter criança, não gostava de trabalhar assim fora para não passar o dia todo. E maré enquanto ela seca e enche é rapidinho. Você vai e volta. Aí foi quando elas ficaram grande. De 2006 para cá eu voltei pros canavial e to até hoje. (Clara, 48 anos).

Veja que o casamento e o nascimento das filhas acabam por reorientar as suas ações em detrimento do tipo de trabalho disponível. É o momento em que surge a decisão de se empregar na usina.

Então, como você decidiu trabalhar na usina?

Porque eu queria sempre assinar a minha carteira. Até me arrependi, porque carteira assinada agora eu só posso me aposentar quando eu tiver meu sessenta anos.... Tinha uma vizinha que trabalhava lá, ela sempre me chamava. Eu digo: “não mulher, eu não vou não que minhas filhas tão pequena”. E eu não queria, mesmo tendo uma mais velha, eu não queria deixar ela sozinha. Então quando eu passei a trabalhar lá a minha mais nova já tava com sete anos e a mais velha tinha 18, tá entendendo? Aí eu achei que ficava mais segura, já que era tudo mulher. Eu deixar tudo criança em casa para ir trabalhar, eu não confiava. Eu tinha que tomar conta dela até.

E a renda da cana era melhor?

A cana era melhor. Porque o pescado me estragava mais, me arrebentava mão, braço, rasgava os braço. Machucava as perna (ela me mostra um ferimento profundo na perna onde o osso teria ficado exposto em um acidente, enquanto pescava no mangue). Mesmo assim cortado eu ainda pesquei... (Clara, 58 anos).

Embora esse seja um claro indicador de que, na divisão das tarefas da casa, o marido assumia uma posição de mando, mantendo-se afastado das obrigações. Na passagem seguinte ela opera uma espécie de edição criativa em sua narrativa, reavendo o papel de protagonista em suas decisões a respeito do trabalho.

Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

Não, eu vou e meto a cara. Eu só falei para ele e ainda fui contra a vontade dele. Aliás, por ele eu nunca trabalhava na minha vida. Mas ele se conformou porque ele sabe, e já ouviu minha história anterior, que a minha vida é só trabalho, trabalho e trabalho. Aí ele concordou (Clara, 48 anos).

Para o caso de “Marcolino”, trabalhador da “herbicida”, o relato sobre a origem familiar é semelhante. Os pais, pequenos produtores rurais, incentivaram-no a trabalhar ainda cedo, em torno dos doze anos de idade.

Foi seu pai que levou para trabalhar?

Não, não era bem assim que ele levava nois. Ele mandava a gente estudar no período do estudo, aí sempre quando a gente tava em casa estudando, aí ia fazendo um servicinho de roça. Pegar umas frutas para vender. Ele chamava para a gente ir para roça. E sempre quando a gente não tava na roça procurava alguma coisa para fazer assim. Ia amarrar coroa mais mãe, pegar jenipapo, adicuri, assim, uns negócio para vender (Marcolino, 39 anos).

Como já havia dito anteriormente, percebe-se como a idade aqui coincide com o momento em que se adquire alguma força física e já é capaz de adquirir os conhecimentos do trabalho na roça. A iniciação respeita também o lugar que o filho ou filha ocupa entre os demais, seguindo sempre a uma ordem bem estruturada entre quem deve fazer o que e quando. A esse respeito, não resisto ao instigante estudo de Santos (2013) que mobilizou o conceito de “antroponomia”, proposto pelo sociólogo francês Daniel Bertaux. Assim, Santos (2013) nos mostra, a partir de seus casos, como o quadro social em que estes sujeitos vivem interfere na conformação das suas “escolhas”. O que os predispõem ao início prematuro no trabalho *pari passu* os habilita para o trabalho fora de casa, para o trabalho remunerado.

Quando pergunto sobre a profissão, a resposta é a mesma dos demais: “trabalhador rural”. A referência ao que está escrito na carteira de trabalho emerge quando falo de “profissão”, mas quando pergunto sobre o trabalho, a referência é ao que, de fato, ela faz no emprego. Nesse caso, “Clara” me conta que começa a trabalhar ainda na plantação e que depois vai para a “bituca”.

Ela (a plantação) ela começa mais ou menos no mês de junho ou julho. A gente tava na planta, ele tirou a gente, as mulheres, para segurar os homem pro corte, porque tem muitos que se ele da baixa na carteira eles não volta pro corte e eles precisa mais dos homem pro corte do que a gente. Aí quando começou o corte, eles pegou nois de volta, botou os homem pro corte, tirou, separou umas mulheres pra planta de verão e outras pra cata. Com um mês da planta (plantação), aí começa a adubação, pega outra turma de mulher para adubação.

E você fica?

Ali só não fiz herbicida, irrigação e corte. Mas a planta (plantação), roçagem, adubação, já fiz.

E como é o seu dia de trabalho?

Me acordo quatro hora para fazer a comida. O ônibus passa seis hora, para voltar não tem hora... Sete hora, oito. Na carteira, não sei se na carteira ta mostrando, mas no contracheque mostra (a jornada de trabalho). É das sete da manhã às sete da noite, a cata de cana. Os outros parece que é das sete às quatro. A gente tem essas tal de hora extra. Mas a gente sempre chega antes da sete no serviço. Para às onze (da manhã) e pega uma (da tarde), nós da cata.

E ganham produção?

Não, a gente parece que só tem as hora. A gente só ganha menos se eu botar um atestado, aquele atestado não tem as hora. Se eu perder um dia aí vou passar a receber menos de quem trabalha o mês todo direitinho. Produção só na planta (plantação) (Clara, 48 anos, grifos nossos).

Qual a sua profissão?

Aplicador de herbicida. (na carteira está assim?) Não ta não, mas essa semana passada, eu levei a carteira lá na usina para eles colocar, aí a carteira ta lá.

Tinha o que antes?

Trabalhador rural

É o ano todo que trabalha com o herbicida?

Bem, eu sou do quadro técnico. Porque tem o quadro gerente, que toma conta do pessoal do corte de cana, de capim, de limpa. Aí tem o quadro técnico, que é só negócio de herbicida, de adubação.

É quem vai lá colocar o veneno na planta?

É a gente, que trabalha no quadro técnico.

E é o ano todo?

Porque é assim, a gente trabalha mais na herbicida no período de inverno. Se chover e começar a nascer os mato a gente começa a trabalhar. Aí nesse tempo assim de verão, não tem muito mato por causa do tempo seco, aí também parece que eles lá acha que o produto veneno atinge a cana nova se a gente for aplicar. Aí a gente, assim, nesse período de verão, a gente fica assim fazendo um serviço pouco, sai para aplicar no terreno de baixa. Aí às vezes vai fazer o serviço de campo, vai arrancar capim, vai juntar cana. Agora mesmo a gente trabalha todo dia, agora mesmo nois tava catando cana.

Então o ano todo você fica com trabalho?

É. Eu sou efetivo mesmo.

Tem muita gente no herbicida?

Agora não, se tiver é quinze pessoas agora, por causa do período de verão. Mas no inverno cada turma é para ser vinte pessoa.

Tem gente que trabalha no herbicida que é demitido?

É. Mas as vezes a usina não quer nem botar para fora, aí eles dizem: “não, me bote no corte aí”.

Mas, então, tem muitos que saem?

É, porque tem muitos que quer pegar seguro, ne? Agora mesmo ele queria deixar algumas pessoa, aí ele diz: “não, bote aí para fora aí” (Marcolino, 39 anos, grifos nossos).

A primeira passagem, em destaque, é reveladora da maneira como as mulheres são mobilizadas nas diferentes fases do processo produtivo. Não se trata meramente de afastar as mulheres do corte em virtude da alegada “menor produtividade”, mas de utilizá-las em etapas onde é menor a participação dos homens. Certamente é um trabalho preterido em detrimento do corte da cana, que lhes oportuniza maior renda. A

ocasião em que homens podem estar na plantação aparece como um mecanismo para mantê-los no período da entressafra.

O trabalho relegado às mulheres não deve ser visto como um trabalho de fácil execução; as exigências são as mesmas. Veja que ela reclama da jornada de trabalho e do controle exercido pela usina sobre os atestados médicos. Um claro flagrante de ilegalidade.

O caso de “Marcolino”, também demonstra que, apesar de possuir uma ocupação determinada, de aplicador de herbicida, ele também é requisitado em outras atividades. Na verdade, a carteira é sempre assinada como “trabalhador rural” que, na Classificação Brasileira de Ocupações diz respeito ao código 6221-10 – Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar. Envolve as seguintes ocupações: “Colhedor de cana-de-açúcar, Cortador de cana-de-açúcar, Plantador de cana-de-açúcar - conta própria, Plantador de cana-de-açúcar - empregador, Tombador de cana-de-açúcar”⁷¹. Não existe, portanto, a profissão de “aplicador de herbicida”. Porém, o recebimento do adicional de insalubridade a que tem direito pode ser desrespeitado por essa constante troca de ocupações. Nota-se, também, que o *turnover* é bem menor quando comparado aos cortadores de cana.

O que é revelador nesses casos, assim como nos demais, é a ausência à referência ao trabalho enquanto esfera provedora de significados positivos que o vinculem a uma imagem/identidade do trabalho que venha a ser o eixo a partir do qual ele se apresenta. Isso não implica dizer que não se possa falar na existência de uma “cultura de classe”.

A imagem negativa acerca do trabalho certamente dificulta a percepção dos riscos e das sequelas a que estão sujeitos os indivíduos.

Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?

Às vezes alguma dorzinha no corpo. Sobre negócio assim de gripe, sabe? Porque às vezes a pessoa pega uma gripe fora de época aí doe o corpo todo. Você já se intoxicou com o veneno?

Uma vez eu fiquei, mas eu acho que foi da água aqui do Deso (companhia de abastecimento de água).

Você conhece alguém que já sofreu algum acidente ou teve doença de pele?

Teve um lá que teve, mas tá trabalhando ainda. Porque ele foi pegar um negócio no trator aí a transmissão pegou ele.

E do veneno?

Não.

⁷¹ Disponível em: www.mtecbo.gov.br

E o que você acha que os outros trabalhadores pensam de vocês, do herbicida? Por exemplo, quando eu pergunto a eles: “você quer trabalhar na herbicida?”

Ah, eles dizem que não quer não, porque é veneno, que não sei o que... Porque tem febre, que não se dá...

Você não tem medo?

Eu não (Marconlino, 39 anos, grifos nossos).

Pensa em sair do corte da cana? Pretende fazer o que?

Eu to querendo sair, porque eu to achando que o trabalho já ta sendo pesado, já ta surgindo muito problema em mim. Como uma dor que eu tenho nessa perna. Que eu vivo do (tenta lembrar o nome do remédio) mas não resolve, resolve aquela horinha, depois para. Aí eu fico com medo... Assim, de se agravar ne. Eu queria um serviço mais leve, que eu não me movimentasse tanto, que eu acho que deve ser isso.

Só tem essa dor?

O dedo, que ta ficando duro. Porque em 2007 eu levei uma pancada, assim, quando fui pegar algo. Mas eu fiquei calada porque só fez doer naquela hora, ne?

E como foi esse acidente?

Quando a gente vai pegar um objeto que a gente bate o dedo sem querer. Aí deu aquele queimor nele. Eu fui para um médico e ele disse que pode ser o tendão quebrado.

Você levanta peso?

Levanto, até quem trabalha junto comigo me chama de “carregadeira”. Mas não é porque ninguém mande eu pegar o peso, é porque eu só sei andar no pesado. Se é de juntar um “móio” de cana, de eu pegar de duas vez, eu só quero levar de uma vez.

E sente câimbra?

É o que mais eu sinto, nas mãos e nos pés. Já senti até ne costela. Chega eu tenho medo, penso que vai tomar meu corpo todo aquela câimbra. Aí procuro uma posição para desmanchar (nessa hora o marido – que ouvia a conversa ao fundo – se manifesta sendo contrário a essa prática dela) (Clara, 48 anos).

No caso de “Clara”, veja que apesar de reconhecer o cansaço e a dor ela enaltece o fato de ser “carregadeira”, como um ato aparentemente destemido de conviver com aquela situação de trabalho. Encontrei o mesmo elemento em outros relatos. Quando apresentada no diminutivo, como no primeiro caso, a dor é dissimulada. Algo que se tornou quase uma máxima: “é um problema que eu não tive, mas conheço alguém que teve”.

O mecanismo deixa entrever uma forma de equacionar as demandas da sua atividade com os limites físicos do seu corpo. Se, por um lado, ele me apresenta o que poderia indicar a “captura da subjetividade” pelo ideário da empresa; por outro, e como quero sublinhar, essa aquiescência deixa no escuro o que se passa no *hidden transcript*. A esse respeito, uma fresta de luz surge, quase que ao acaso, em outro momento da nossa conversa. Vejamos,

O que é um bom trabalhador?

Eu acho que bom trabalhador é aquele que não escolhe trabalho, mete a cara em qualquer um tipo de trabalho, é obediente..., que (porque) é tipo um colégio mesmo, não fica com ignorância. Porque tem uns que mesmo sendo bom trabalhador se você for falar uma coisa ele se papoca ali lhe ofendendo com palavras. Nunca reclamei, pode ser o trabalho pesado que for, mas eu não reclamo. Por isso eu me acho uma ótima trabalhadora. Só acho ruim assim, se ele chegar a exigir, aí eu reclamo. Dependendo do dinheiro, eu diminuo minha produção. E se eu trabalho bem e não vejo dinheiro, no outro não espere que eu não vou trabalhar bem. Eu vou baixar o nível (Clara, 48 anos, grifos nossos).

O que é um bom trabalhador?

Eu não ando perdendo dia, e eu não tenho conversa com ninguém, não tenho maldade com ninguém, nem raiva com ninguém. Eu trabalho direto brincando com o povo, conversando...

O que é um trabalhador ruim?

Eu não gosto de ignorância. Aí se ele for um trabalhador que trabalhe direto, assim que nem um bicho, mas se ele for ignorante para mim não serve não, porque as vezes a pessoa ta conversando um negocio aqui, aí a pessoa já vem com raiva de casa, porque a pessoa ignorante é assim.

E um trabalhador que reclama que a usina não está pagando isso ou aquilo, que avisa que vai botar a usina no pau?

Esse é ruim demais. Porque fica fazendo enxame. Fica reclamando demais.

Mesmo que ele esteja reclamando pelas coisas de vocês?

Aí eu digo: você faz o seu que eu faço o meu. Se o negócio não vier para mim essa semana (o dinheiro), aí eu vou lá e converso com ele (o fiscal). Agora, eu vou ficar fazendo enxame?

Nunca parou o dia de trabalho?

Às vezes a gente para, assim, para reclamar alguma coisa, sabe? Que ta errado. O dia não, nois para só para esperar o chefe chegar e nois conversar. Aí o chefe chega nois conversa, ele explica, aí pronto, voltamo a trabalhar de boa. Cada um não sabe onde é que o sapato doe? Se o negócio ficou ruim para ele, aí ele vai e conversa com o chefe (Marcolino, 39 anos, grifos nossos).

O preâmbulo dessas narrativas nos apresenta um discurso quase protocolar sobre o receituário do que seria a figura do “bom trabalhador” para a empresa. É a expectativa do “outro” sobre o seu trabalho. Não é por acaso que ela inicia com a “confissão” de um (suposto) consentimento irrefletido. O desfecho, porém, deixa divisar o exato oposto. Aqui, o elemento suscitado, que denota clara ação de resistência, torna lícito supor que se opera na margem do possível. A morfologia dessas ações de resistência não se resume ao seu aparente isolamento.

Há boas razões para seguir o entendimento de Sigaud (1996) de que tais ações terão uma estrutura particular em razão do quadro social mais amplo na qual elas estão inseridas. Elas nem sempre se convertem ao que se espera do ponto de vista da “cobrança dos direitos”. Em seu estudo, ela percebe que o modo como se estabelecem as hierarquias entre as posições de mando, sendo mais ou menos impessoais, resultam em estratégias também diferenciadas de confronto. A chave sugerida para interpretar

tais situações não cai na tentação de apresentar um quadro polarizado, entre aqueles que teriam mais “consciência” dos seus direitos e os que possuiriam algum “déficit de consciência”. Em suas palavras, temos que:

Os indivíduos não cobram ou deixam de cobrar os direitos porque os conhecem ou ignoram, porque estes foram ou deixaram de ser violados, porque a Justiça é acessível ou deixa de sê-lo. Todos esses fatores podem ou não favorecer a cobrança de direitos, mas ela é incompreensível se se ignora que a cobrança dos direitos está subordinada a outras normas que regem a vida social, às coerções morais que se abatem sobre todos aqueles envolvidos em relações de troca e aos interesses que lhes estão associados (Sigaud, 1996, p. 380).

Eu já havia chamado a atenção para o traço personalista com que por vezes se revestem as relações entre os próprios trabalhadores, o que se estende para a relação entre estes e os seus superiores imediatos, em geral os “turmeiros” e “fiscais”. Não sendo a impessoalidade o traço saliente em tais relações hierárquicas, a gramática com que se expressa os termos do confronto irá fazer alusão a outros elementos mediadores, donde o “conversar”, o “negociar”; contrários à lógica do fazer “enxame⁷²”. Isso não implica dizer que não se recorra à justiça. Mas a resolução dos litígios nessa esfera supõe não apenas outra dinâmica na relação entre os atores, mas uma alteração na forma como se veem.

A compreensão de considerações de ordem moral, não raro assentadas em pretensões de prestígio, que cingem os laços entre os trabalhadores e as normas mais abstratas que regulamentam tais espaços, além dos sentidos atribuídos ao trabalho, que beiram o “suportar”, o “tolerar”, ajudam a tornar inteligível a maneira particular como as identidades são forjadas.

Isto posto, vimos que os casos aqui reunidos sustentam uma narrativa muito próxima com relação aos que foram anteriormente apresentados. Ao menos na maneira como se expressam os significados extraídos a partir do trabalho. Malgrado esse fato, longe estou em afirmar que o universo das atividades laborais exercidas na parte agrícola da produção canavieira não seja rasgado por tensões entre os diferentes grupos de trabalhadores. Tais fronteiras seguramente demarcam clivagens que se nutrem de diferentes representações identitárias. Tratá-las, contudo, extrapolaria o arco de

⁷² No léxico nativo, “enxame” faz referência à multidão, ajuntamento, balbúrdia. Não por acaso, visto que esse recurso atenta contra as táticas que operam ao nível micro das resistências cotidianas. Vir a público em confronto aberto, em alguns casos, requer outra dinâmica.

considerações que motivou o presente estudo. Mas, creio, um investimento nessa direção mostra-se plenamente viável.

Resumo e conclusões.

Se a narrativa biográfica proposta pelo pesquisador e levada a cabo pelos sujeitos entrevistados é uma via de mão dupla, no sentido de que o ordenamento dos fatos é o resultado de um processo de edição de ambas as partes, ela é também uma importante ferramenta na análise do modo como se constituem as *identidades*. Como vimos, o caráter peculiar que assume a organização da vida nas etapas que antecedem o ingresso no corte da cana dá provas de uma característica que irá marcar os demais momentos, qual seja, a ambivalência. É assim que, a despeito da precariedade das condições de vida, que poderia induzir a uma leitura cujo final já se conhece de antemão, os indivíduos mobilizam os recursos disponíveis de modo a oportunizar a condição que lhe pareça mais favorável. Essa capacidade de *agência* expressa, por assim dizer, alguma capacidade de cálculo nas decisões que vão sendo tomadas ao longo da caminhada. Compreendê-las requer que saiamos das binaridades que supõe existir uma divisão drástica entre um modo de vida *rural* e outro *urbano*. O que não implica dizer que não haja distinções que demarquem diferenças a esse respeito. Assim, o caráter ambivalente do modo como se entrecruzam elementos nomeadamente “urbanos”, a exemplo do assalariamento, e outros mais próprios à reprodução da “condição camponesa”, como a manutenção de uma pequena roça de subsistência, parecem marcar o quadro social dessas populações.

As *identidades* que emergem nesse contexto são, pela mesma razão, também ambivalentes. Se elas representam uma demarcação entre o “eu” e os “outros”, é a mecânica dessa distinção que informa como agem os indivíduos. Com isso, ainda que a migração favoreça o “desenraizamento” dos trabalhadores, ela também nutre diferentes experiências de trabalho que lhes permite uma visão de perspectiva na comparação com realidades distintas. É o momento em que nasce a percepção de injustiça, catalizadora de ações coletivas. Estas, por seu turno, na maioria dos casos, assume uma forma ligeiramente distinta do conflito aberto, com atores pronunciados em primeira pessoa. Ao contrário, há um hiato entre a aparente aquiescência e a contestação das situações que marcam o trabalho no corte da cana, que se resolve quando se descortina a miríade

das pequenas ações de resistência. É aqui também que se enraíza a o recurso a uma identidade de trabalho “negada”. Como havia dito, o que se recusa é a face precária do trabalho. Não por desconhece-la, mas porque ela não lhes confere o reconhecimento preterido. Esvaziado de sentido positivo, não sendo reconhecido como “profissão”, os indivíduos se afirmam em outro eixo: através dos elementos advindos da sua “condição de assalariado”, especialmente os bens materiais adquiridos com a sua renda e valorizados na comunidade em que vive.

O recurso à linguagem dos *direitos* também é devedor da forma como se percebem e como se estrutura o conflito. Por conseguinte, não é a gradação entre um maior ou menor conhecimento dos *direitos* que informa a maneira como eles serão mobilizados a seu favor, mas o conteúdo das relações sociais que se estabelecem em cada contexto e que se assenta em elementos outros a exemplo da *honra*, da *reciprocidade*, só para citar os mais recorrentes.

Por essa razão, além do reconhecimento de que lógicas distintas podem operar em um mesmo contexto, interessou-me, sobretudo, a maneira como os indivíduos articulam os elementos em questão de modo a favorecer alguns em detrimento de outros. Nessa chave, ações aparentemente contraditórias ganham sentido quando vistas por esse prisma, a exemplo da aparente aceitação irrefletida do ideário das usinas a respeito do que seria um bom trabalhador. O resultado é um discurso opaco, feito para o “outro”, evitando, assim, o ônus de um desgaste desnecessário da sua imagem e do comprometimento das ações de resistência que ele próprio narrou em outros momentos da entrevista.

Na parte seguinte, faço um balanço dos pontos de maior destaque no presente estudo de modo a realçar a conclusão a que se chega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio ser este o momento mais delicado do texto. Para um texto científico, concluir não é uma forma de estabelecer uma última afirmação a respeito dos argumentos mobilizados. Ao invés, como lhe é propício, deve ser um ponto de chegada, mas também um ponto de partida para novas reflexões. A ausência dessa ambiguidade não seria saudável para o desenvolvimento da análise. O tenso equilíbrio entre um e outro nutre no leitor, assim como naquele que escreve uma tese, a necessidade de prosseguir com a investigação dos fenômenos em questão. Por esta razão, reunirei aqui os pontos que considero os mais importantes desse estudo, ao tempo em que aponto os limites das conclusões a que chego.

Estudar o modo como se erigem as *identidades* significa percorrer os fios que atam e dão forma a uma maneira particular de se posicionar no mundo. É também uma tarefa de bricolagem, porque o que almejamos flagrar não se apresenta de modo acabado, de fácil identificação. No fluxo caótico com que se apresenta a narrativa de vida dos indivíduos, e na observação do contexto social em que vivem, resta ao pesquisador provocar uma reflexão junto com o entrevistado sobre determinados temas que, não raro, apresentam-se para o próprio sujeito de maneira desordenada e confusa. O encadeamento dos acontecimentos que emergem no discurso nada mais é do que uma tarefa de edição de sua própria autoria. Os elementos esquecidos e/ou lembrados, quando motivados a responder as perguntas, dão pistas importantes sobre a maneira que ele imagina a sua narrativa de vida. Trata-se de um material primoroso visto que essa “apresentação de si” deixa entrever uma pretensão de *identidade*.

Não foram poucos os momentos em que tive a sensação de que algo estava me escapando, afinal eu vinha de outra realidade. Dominar os códigos que dão sentido à maneira como aqueles indivíduos se percebem e são percebidos demanda estar atento a dinâmicas que podem operar de maneira diversa. Assim, o primeiro paradigma com que nós confrontamos é o da própria linguagem. Recorro a uma pergunta feita por Willis (2000), que, mesmo aparentemente ampla, demanda uma reflexão a respeito do primeiro aspecto que gostaria de ressaltar, a linguagem. Diz ele: do ponto de vista da imaginação etnográfica, nós falamos a língua ou é ela quem nos fala?

Nesse estudo, afirmei que a linguagem deixa lobrigar uma forma particular em que se manifesta o exercício da *reflexividade*. É através dela que se torna possível a construção de diferentes narrativas, portanto interpretações, sobre um mesmo fato. A tarefa narrativa operacionaliza um modo particular de se posicionar no mundo, ao passo em que deixamos transparecer quem somos. O truísmo da afirmação esconde o amplo e variado conjunto de elementos que estão em disputa quando se chocam realidades distintas. Nesse momento, seria restritivo supor que é apenas em torno dos elementos que compõem a base material das formas de dominação que o conflito se estabelece. Há outro leque de questões que emerge a partir da interpretação dessa primeira dimensão. Quero dizer com isso que as formas de reprodução social não possuem homogeneidade semântica.

Essa questão foi abordada por Taussig (1980) quando analisou a relação entre a imagem do demônio presente no folclore de comunidades de trabalhadores na América do Sul e sua associação com o desenvolvimento das relações capitalistas em um contexto assentado em outros códigos sociais. Ele observou que as novas experiências advindas com as relações mercantis eram interpretadas em confronto com a visão de mundo daquelas populações. Assim, os códigos sociais preexistentes representavam uma fronteira de resistência, como se depreende na seguinte passagem,

As the new form of society struggles to emerge from the old, as the ruling classes attempt to working the ruling principles into a new tradition, the preexisting cosmogony of the workers becomes a critical front of resistance, of mediation, or both (Taussig, 1980, p. 101).

Em termos linguísticos, toda representação está lastreada por uma forma particular de narrar, isso se refere tanto a um evento quanto a um objeto. Com isso, quero dizer que um primeiro espaço de confronto surge enquanto disputa sobre diferentes “narrativas”. No contexto do trabalho na cana, temos a narrativa dos que estão na posição de mando e, no outro lado, a narrativa daqueles a quem as ordens se dirigem. Entre o prescrito e o que opera no real existe um hiato sobre o qual os indivíduos estão em constante disputa. O ideário da usina, dos mais visíveis tais como os incentivos à produtividade, o controle e a vigilância sobre os corpos, até aqueles menos perceptíveis, tais como a desvalorização das queixas dos trabalhadores, encontra forte oposição no discurso produzido pelos próprios trabalhadores no tocante a essas questões. Nos casos que analisei, aparecem de maneira clara a oposição entre, de um

lado, a “sabedoria da usina”, dos fiscais, e, de outro, a sabedoria nativa dos trabalhadores que funciona como uma espécie de “senso-comum” operário, mas que encampa uma rede de resistências contra os desmandos dos patrões. O “comum” aqui não é sinônimo de banal, mas, refere-se ao fato de ser compartilhado pelos mesmos. Emergem, com isso, duas narrativas, ou dois discursos, que representam distintas visões de mundo e sustentam ações também distintas.

Esse fenômeno vem a calhar com a análise proposta por Scott (1989, 1990) à qual recorri amplamente nesse estudo. Não há razão para supor que as formas de dominação operam sobre um vácuo semântico, como nos faz crer a ideia da “captura da subjetividade”, no sentido de que não exista outro discurso possível. Apreendê-lo, contudo, requer que compreendamos as fronteiras que marcam sociabilidades distintas a partir do quadro social mais amplo que as sustentam.

Certamente, como mostra Scott (1989), o exercício do poder que é feito em público (*on stage*) exerce uma enorme influência sobre os dominados, mas ela opera sobre pequenas dissonâncias que emergem a partir do discurso do “outro”. As estratégias mobilizadas também variam conforme a ocasião. Mas, quero sublinhar que elas não estão restritas a ações concretas, como as que se dão, por exemplo, nas pequenas sabotagens no momento de auferir a produtividade do trabalhador de modo a prover maior rendimento ao trabalhador. Por ações de resistência não devemos compreender apenas tais ações, o leque é muito mais amplo e, mesmo estas últimas, só ocorrem porque encontram amparo em um discurso que as sustenta. Este não é, nem de longe, o do trabalhador passivo ante as condições que lhe são desfavoráveis.

Não creio ser válido desconsiderar a trama sobre a qual se manifestam os interesses comuns, que dão amparo a formas distintas de proteção, ao fazer circular informações a respeito dos locais de trabalho, dos *direitos*, das formas sempre suspeitas de pesagem da cana cortada (momento em que “turma chia”), entre outros aspectos que estiveram presente na análise. Embora se mostre vago, aludido em terceira pessoa (ele, o “cara”, portanto, há sempre um “outro”), é ele que dá amparo à interrupção da jornada de trabalho, à pequena margem de controle sobre a sua atividade, à maneira peculiar pela qual reivindicam seus *direitos*. Aqui, a “preguiça”, o absenteísmo, as piadas e as brincadeiras sobre os fiscais, demonstram o interesse em se trabalhar “na margem do possível”.

Sendo distintas as imagens sobre o trabalho no corte de cana, no sentido do que ele representa na vida do indivíduo, variam também as formas de engajamento. Isso

acaba por criar clivagens no conjunto dos trabalhadores. Dessa forma, os interesses variam em razão do ciclo de vida, da experiência de migração, da posse de pequena propriedade, do fato de ser casado; ou seja, isso sugere que a compreensão de como as resistências se estruturam irá depender do modo como o trabalhador percebe a si mesmo na relação com o trabalho. O que nos liga, por exemplo, à questão do recurso à Justiça, que, no ritual do conflito, aparece como sendo o “último recurso”. O que se depreende da análise dos casos é que não se trata de um suposto “déficit de conhecimento” dos sujeitos, que nos levaria a reduzir o problema ao cumprimento ou ao não cumprimento das normas, mas da maneira peculiar como se estabelecem os vínculos entre os trabalhadores e suas hierarquias imediatas e entre os próprios trabalhadores.

O vínculo formal e abstrato que liga o trabalhador à empresa, o contrato de trabalho, está embebido na informalidade das relações pessoais. Quanto maior for esse traço, menor será a propensão a se recorrer a formas mais diretas e menos pessoais na resolução de litígios. Esse ponto já fora amplamente discutido por Sigaud (1996 e 2004). Como vimos, o “turmeiro”, o “fiscal”, tendem a ser figuras que o trabalhador conhece, que não raro residem na mesma comunidade. O mesmo vale para os compromissos firmados entre os próprios trabalhadores quando atuam como “recrutadores” de mão-de-obra. O “ter que negociar”, “ter que conversar primeiro”, aludidos nas conversas, remete-nos aos elementos simbólicos que perpassam vínculos que, à primeira vista, suporíamos que fossem formais. Aqui, a oportunidade do emprego, a indicação a uma vaga, aparecem como *dádiva* no sentido maussiano. Nessa chave, ele cria, no outro, a expectativa da retribuição.

É nesse sentido que “botar questão na Justiça” pode significar colocar em risco os compromissos assumidos, indiretamente, entre os próprios indivíduos. Além do mais, exige-se também uma reconversão da imagem que tenham de si, não mais no eixo dos “favores”, mas na linguagem dos *direitos*. Não é à toa que os Sindicatos rurais encontram dificuldades em reunir os trabalhadores em torno de interesses comuns. Parcela importante desse problema passa pela atribuição de uma identidade “postíça” aos trabalhadores, vendo-os indistintamente como “assalariados”⁷³. Contrariamente, como vimos, nem sempre os trabalhadores se percebem como tal. Para que os conflitos

⁷³ Esse é um termo nativo que diferencia o pequeno produtor agrícola daqueles que possuem um vínculo formal de trabalho. Essa identidade é reforçada a todo momento. Assim, quando visitei tais entidades, ao falar sobre os trabalhadores da cana, eu era encaminhado ao setor responsável pelos “assalariados”.

sejam interpretados na linguagem dos direitos é necessário atentar para a diversidade semântica que os mesmos apresentam no contexto em tela.

Não me parece casual o léxico mobilizado para se referir àqueles que não atentam para o ritual requerido para manifestar uma queixa. Eis que surgem o “fazer enxame”, “bagunçeiro”, entre outros, a denotar a quebra dos procedimentos que deveriam ser adotados como mediadores dos conflitos. Essa questão não se reduz à eficácia de tais procedimentos, mas ao reconhecimento da lógica em que ele opera.

Do mesmo modo, considero que o outro mecanismo que reforça essa *performance* na estética dos conflitos pode ser atribuído à maneira como o trabalho no corte da cana é percebido pelos indivíduos. Refiro-me à ideia presente no que chamei de “identidade negada”. O que se “nega” é o significado do trabalho em si, na sua dimensão mais imediata, como atividade ausente de elementos positivos. O vocabulário mobilizado acena para o “sofrimento”, a “dureza”, o “rojão”, cujos significados exprimem um sentido de aparente negação. Essa fórmula, ao que suponho, serve para diluir as consequências nefastas dessa atividade laboral que incidem sobre os corpos dos trabalhadores. Mas, no mesmo passo, essa negação do trabalho encontra o seu antípoda no reconhecimento almejado a partir dos frutos, em geral financeiros, dele proveniente. Nessa chave, a identidade mobilizada passa a ser aquela através da qual ele se afirma a partir dos bens (motos, celulares etc.) que lhe permitem o reconhecimento na comunidade em que vive. Como na imagem do banho à qual me referi. Essa forma de representar um tipo de trabalho sobre o qual não se deve falar, não se pode conversar, mas, ao invés, deve ser de algum modo “escondido”, certamente atua na maneira como as ações coletivas se constituem. Como vimos, elas demandam o anonimato quando vêm a público e se sustentam nas pequenas, mas contundentes, *ações cotidianas de resistência*.

O leque de questões que remetem aos momentos que antecedem ou que circundam o trabalho nos eitos também nos incita a pensar nessa direção. Isso me fez perceber que, por exemplo, o início prematuro nas atividades laborais se insere em estratégias bem articuladas de manutenção do núcleo familiar. As atividades de trabalho, em geral na pequena roça da família, são escalonadas em razão do gênero, homens e mulheres ocupam posições distintas no provimento financeiro da casa, da geração, os mais velhos em detrimento dos mais novos, apenas para citar os que mais aparecem. Se a necessidade de reforçar a renda familiar é um imperativo, os significados atribuídos a esse trabalho vão além. Ele também atua como um ritual de

“amadurecimento” para os homens, rumo à autonomia com relação ao orçamento familiar. Nesse cenário, não é de se estranhar que o investimento em educação apareça como secundário. O seu retorno é incerto e requer tempo.

Como consequência, a inserção no mercado de trabalho tende a ser feita em atividades semelhantes as que eram anteriormente executadas, dada a escassez de credenciais que os habilitem a outras ocupações. No entanto, mais uma vez essas escolhas vão sendo operacionalizadas em razão da rentabilidade financeira, do fato de ser casado ou solteiro, como possibilidade de autonomia perante os pais, pela proximidade com os locais de residência, entre outras questões. Não se tem, portanto, uma passagem inquestionada e direta entre as atividades de trabalho anteriormente realizadas e as que futuramente serão requeridas dos mesmos sujeitos.

As estratégias que vão sendo tecidas ao longo da sua trajetória laboral são informadas pelas normas que regem a vida social à qual pertencem os indivíduos. Isso faz com que o fundamento de suas ações esteja lastreado por concepções nativas, ou seja, todo o léxico mobilizado para representar o contexto de vida e trabalho não será compreendido se for informado por uma visão externa àquela realidade. Com isso, vimos que o ingresso no corte da cana assume significados distintos na vida dos indivíduos entrevistados. Certamente o cenário sobre o qual essas decisões são tomadas é de forte limitação de recursos disponíveis, e ele dá provas de que é ciente disso. Contudo, a reprodução social não opera através da variável única da “inevitabilidade”.

O que fiz nesse estudo foi reduzir o foco de análise ao nível microsociológico para trazer à tona o modo como se erigem as *identidades*. Assentadas em uma percepção subjetiva das distintas realidades em que vivem, elas deixam vislumbrar a mecânica das formas de engajamento possíveis. O suposto é o de que os indivíduos exerçam alguma mediação em face dos constrangimentos da estrutura. Os seus interesses, expressos através das imagens/identidades que vão manipulando ao longo dos contextos de interação social, só encontram sentido na medida em que são assumidos de maneira ativa. Não há, portanto, um vínculo restrito que prenda a condição social à identidade social dela recorrente. As *identidades* representam arranjos instáveis e contingentes que animam o modo como se manifestam os seus interesses.

Por essa chave compreendemos que, embora a condição de “assalariado” possa funcionar como o eixo principal a partir do qual ele se afirme, a passagem pelo emprego no corte de cana pode ser vista como secundária. Como nos casos em que ela serve para prover o orçamento familiar quando a atividade considerada como principal sofre algum

infortúnio. O mesmo vale para a decisão de migrar, que é toda estruturada por razões diversas como, por exemplo, a proximidade de casa, o ciclo de vida, a família, entre outros fatores que foram suscitados ao longo das entrevistas.

Nesse sentido, esses achados dialogam com os de outros pesquisadores que, em suas abordagens, estiveram atentos à dimensão da *agência* no estudo das formas de reprodução social. Estudar o modo como se erigem as *identidades* serviu como uma janela para observar as percepções tecidas sobre um tipo de trabalho e de contexto social sempre associado à dimensão da precariedade. Por esse caminho, conduzi o meu argumento não para formular uma tese contrária, mas para retirar o véu que por vezes encobre a trama sobre a qual se assenta o modo como os indivíduos, no seu cotidiano, vivenciam as situações a ele impostas. Em poucas palavras, trata-se de compreender como experimenta as relações sociais de que é agente. Acredito que esse percurso lhes restitui a imagem de “sujeitos da história”, como fiz aludir no início desta.

Estou cômico de que esse tipo de abordagem, que de alguma forma ousa por em suspensão o que se apresenta de mais imediato quando se estuda o trabalho no corte da cana, incorre no risco de “romantizar” as situações ali vividas. Para evitar esse equívoco, a “precariedade” foi tomada aqui como ponto de partida e não como ponto de chegada. Isso não implica dizer que ela foi secundarizada em detrimento de outros aspectos que considero mais importantes. Contudo, optei por observá-la a partir das próprias formulações nativas, através das quais ela se manifesta nos casos analisados. Afinal, também são nativas as concepções do que é considerado justo e injusto. Com isso em mãos, nos exemplos que atestam a precariedade das condições de vida e trabalho, procurei entender como os indivíduos equacionam tais constrangimentos no cotidiano das suas vidas. O desafio estava em compreender como eles são partícipes não apenas na reprodução das contradições sociais, mas da produção de novos significados a partir dos mesmos fenômenos na tentativa de romper com as condições que lhes são desfavoráveis.

A dimensão coletiva, que se manifesta em torno da reunião de interesses em comum, e que dá vida a uma identidade de classe, não se mostrou ausente em Sergipe. Manifestando-se nas pequenas, mas reiteradas, ações de resistência nos canaviais. Por seu turno, os Sindicatos rurais, nos municípios visitados, ainda encontram dificuldades em interpretá-las e retirá-las do anonimato, congregando os trabalhadores em torno dos seus interesses. As ações ainda se concentram nas suas características mais protocolares, a saber, a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, a participação na

retomada da Convenção Coletiva de Trabalho, a coordenação do cadastramento para o programa governamental “Mão Amiga”. O que não implica ser menos importante.

Na outra ponta, os trabalhadores demonstram considerável desconhecimento dos Sindicatos. Todavia, isso se refere à participação ativa dos mesmos nas ações encabeçadas pelos Sindicatos, que, para eles, é desconhecida. Não se trata, portanto, de um desconhecimento quanto ao que seria o seu papel. Parece clara, também, a dificuldade dos sindicatos em compreender a mecânica em que operam os conflitos e as resistências nesse universo. Como vimos, o deslocamento do discurso oculto, silente, das resistências para a sua face pública e em primeira pessoa requer sair da chave que toma os trabalhadores como “desinteressados”. Como parece sugerir o discurso dos Sindicatos. Mas esse é um aspecto sobre o qual não posso inferir maiores conclusões, visto que não estive entre os meus objetivos.

Os dois últimos casos analisados separadamente, o do trabalhador que estava no “herbicida” e o da trabalhadora que estava na “bituca”, reforçam muitas das conclusões a que cheguei com os trabalhadores que estavam no corte da cana. Especialmente para a forma como se manifestam as resistências e o modo como se atribui significados ao trabalho. Para o caso da “bituca” e da “plantação”, fica evidente a preferência pela mão-de-obra feminina nesses espaços, onde se requer competências supostamente atribuídas ao seu trabalho, tais como: “paciência”, “destreza”, “cuidado”.

Por fim, as últimas palavras representam a espera, sempre ansiosa, das críticas e sugestões que hão de vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.
- ALMEIDA, M. A. F. **Diante do “Bagaço” do Homem, Onde está o “Guardião” do Interesse Público?** O Ministério Público e a Defesa dos Direitos Trabalhistas no Agronegócio Canavieiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2012.
- ALMEIDA, M. da G. S. de. **Nordeste Açucareiro**: desafios num processo de vir-a-ser capitalista. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.
- ALVES, F. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. São Paulo: **INTERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v.3, n.2, artigo 2, abr./ agosto. 2008.
- _____. Migrações de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte da Cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (orgs.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- AMARAL, S. P. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiuba. 1860-1888**. 2007. 272 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- ARCHER, M. S. **Being Human**: the problem of Agency. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. **Structure, Agency and the Internal Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____. **The Reflexive Imperative in the Late Modernity**. New York: Cambridge University Press, 2012.

- BANDINI, C. A. de P. e SILVA, M. A. de M. Revelando o Indizível na Oficina de Fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. In: **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 255-284, jul.-dez. 2011.
- BARRINGTON MOORE, JR. **Injustice: The Social Bases Of Obedience And Revolt**. Stamford: Ray Freiman & Company, 1978.
- BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEAUD, S. e PIALOUX, M. **Retorno à Condição Operária**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BECK, U. and Beck-Gernsheim, E. **Individualization**: institutionalized individualism and its social and political consequences. London: Sage, 2006.
- _____. **Risk society**: towards a new modernity. London : Sage, 2010.
- BELIK, W. e VIAN, C. E. de F. Desregulamentação Estatal e Novas Estratégias Competitivas da Agroindústria Canavieira em São Paulo. In: MORAES, M. A. F. D. de e SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002.
- BERNSTEIN, B. B. **Langage et Classes Sociales**: codes socio-linguistiques et contrôle social. Paris: Les Éditions de Minuit, 1986.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M., AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- CALHOUN, C. J. **Social Theory And The Politics Of Identity**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994.
- CAMPOS, L. H. R. de; RAPOSO, I. e MAIA, A. Empregabilidade do Cortador de Cana-de-Açúcar da Zona da Mata Pernambucana no Período da Entressafra. Trabalho apresentado no **XII Encontro Regional de Economia**. Banco do Nordeste. Fortaleza, 2007.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1998: pp.53-75.
- CARVALHO, C. P. de O. Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001. In: MORAES, M. A. F. D. de e SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002.
- CASTELLS, M. **The Power of Identity**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1997.

COVER, M. O **“Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2011.

D’INCAO, M. C. **A Questão do Bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DABAT, C. R. Uma “Caminhada Penosa”: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. In: **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008.

DANTAS, Francisco J. C. **Sob o Peso das Sombras**. São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2004.

DANTAS, O. V. **O Problema Açucareiro de Sergipe**. Aracaju: s/ed., 1944.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**. Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Crise das Identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2007.

DURHAN, E. R. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERLINI, V. L. A. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FONSECA, C. Classe e a Recusa Etnográfica. In: FONSECA, C. e BRITES, J. (orgs.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: editora Nacional, 1998.

GALINDO, O. (org.). **Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana**: zona da mata e região metropolitana do Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2009.

GARCIA Jr. A. R. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

_____. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do Futuro. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge (GB): Polity Press, 1990.

GIDDENS, A. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

_____. **Central Problems in Social Theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979.

_____. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A.; BECK, U. and LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. São Paulo: Vozes, 2006.

_____. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Sociologia).

GUANAIS, J. B. O “Dinheiro da Cana”: consumo, melhoria das condições materiais de vida dos trabalhadores rurais e estratégia empresarial. Comunicação apresentada no VII Congresso Latino Americano de Estudos do Trabalho. **GT 1 – Los Trabajadores en la Agricultura Globalizada**, São Paulo, 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. **Um Sonho de Classe**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. Novos fenômenos, novas medidas? In: GUIMARÃES, N. A.; CARDOSO, A.; ELIAS, P.; PURCELL, K. (orgs.). **Mercado de Trabalho e Oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Vol. 1. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOGGART, R. **The Uses of Literacy**. New Brunswick : Transation Publishers, 2008.

- HOLSTEIN, J. A. and GUBRIUM, J. F. Active Interviewing. In. WEINBERG, D. (org.). **Qualitative Research Methodos**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002.
- HUGHES, E. C. **Man and Their Work**. London: Collier-Macmillan, 1964.
- KAUFMANN, J.-C. **A Invenção de Si: uma teoria da identidade**. Lisboa: Armand Colin, 2004.
- KIRK, N. Decline and Fall, Resilience and Regeneration: A Review Essay on Social Class. **International Labor and Working-Class History**, No. 57, 2000, pp. 88-102. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27672645> .
- _____. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da e FORTES, A. (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.
- LEVI-STRAUSS, C. **L'Identite**. Paris: Quadrige, 1983.
- LIMA, J. P. R. e SICSÚ, A. B. Zona da Mata Pernambucana: diversificação produtiva ou retomada da cana-de-açúcar? In: MORAES, M. A. F. D. de e SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LINHARES, M. Y. **Terra Prometida**. Uma História da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LOCKWOOD, D. **The Blackcoated Worker: A Study in Class Consciousness**. 2nd ed. New York: Oxford University Press, 1989.
- LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. **Na Tecelagem dos Conflitos de Classe**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MARCELINO, P. "As Palavras e as Coisas": uma nota sobre a terminologia dos estudos contemporâneos de trabalho. In: **Mediações**. Londrina, v. 16, n.1, p. 55-70, Jan./Jun. 2011.
- MARTINS, J. de S. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- _____. **M. Ensaio sobre a Dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

- MEAD, G. H. **Mind, self, and society**: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago : University of Chicago Press, 1992.
- MELO, B. M. de. **Migração, Memória e Território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, 2008.
- MELLO, E. C. de. **O Bagaço da Cana**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2012.
- MELO NETO, J. C. de. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- MENEZES, M. A. **Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.
- _____. Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. In: **História Oral**, 3, 2000, p.49-68.
- _____. Estratégias, Táticas e Resistências no Cotidiano dos Canaviais. In: MENEZES, M. A. e GODOI, E. P. (Orgs.). **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.
- _____. Família, Juventude e Migrações. In: Revista **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 16, volume 23(1): 2012. pp. 113-136.
- MENEZES, M. A. de; COVER, M.; SILVA, M. S. da. Mecanização de Lavouras Canavieiras: eliminação ou um novo lugar para o trabalho manual? Comunicação apresentada no 35º Encontro Anual da ANPOCS, **GT36 – Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais**, Caxambu, 2011.
- MORAES, M. A. F. D. de. Desregulamentação da Agroindústria Canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, M. A. F. D. de e SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. O Mercado de Trabalho da Agroindústria Canavieira: desafios e oportunidades In: **Revista de Economia Aplicada**. São Paulo, V.11, N. 4, p. 605-619, 2007.
- _____. A influência dos sindicatos nos salários do setor sucroalcooleiro. In: **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2011.
- NOVAES, J. R. P. **Modernização, Relações de Trabalho e Poder**: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do Nordeste. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

- _____. Idas e Vindas, Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.
- O'DWYER, E. C. Carteira Assinada: “tradicionalismo do desespero”? In: NEVES, D. P. e SILVA, M. A. de M. (orgs.). **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**. (vol. 1): formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: editor da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.
- OLIVEIRA, F. de. **O Elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ORTNER, S. “Resistance and the problem of ethnographic refusal”. **Comparative Studies in Society and History**. 37(1), 1995. pp. 173-193.
- PALMEIRA, M. Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, Clifford A. *et al.* (orgs.). In: **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- PARSONS, T. **O Sistema das Sociedades Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1984.
- PEREIRA, A. O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. In: **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica** - N. 26-2, 2008. pp. 245-272.
- POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-Rj: Vozes, 2008.
- PRADO, M. L. Setor Sucroalcooleiro, automação e novos gerenciamentos: novos perfis do trabalho. In: **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 16, n 31, pp. 387-405, 2011.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalism and Social Democracy**. New York: Cambridge University Press, 1985.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. Texto apresentado na **Mesa Redonda “Perspectivas da Pesquisa Sociológica no Meio Rural Brasileiro”**. In: 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Curitiba/PR, 1986.

- QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- RAMOS, G. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 2006.
- RAMOS, P. Heterogeneidade e Integração na Evolução Recente da Agricultura Canavieira do Centro-Sul (1985-2000). In: MORAES, M. A. F. D. de e SHIKIDA, P. F. A. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002.
- REGO, J. L. do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- _____. **Usina**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2012.
- REIS, L. F. e ALVES, F. Mecanização parcial do corte de cana no Estado de São Paulo: o que resta aos trabalhadores manuais? Comunicação apresentada no VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho (ALAST). **GT01 – Los Trabajadores temporarios em la agricultura globalizada**. São Paulo, 2013.
- RODRIGUES, L. M. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
- SANSAULIEU R. **L'identité au travail**: Les effets culturels de l'organisation. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1988.
- SANTOS, C. de. **De Pai para Filho**: um estudo da formação e produção antropológica do trabalhador canavieiro alagoano. Dissertação (mestrado), São Carlos, UFSCar, 2013.
- SARTRE, J.-P. **A Náusea**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.
- SAVAGE, M. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da e FORTES, A. (orgs.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. Espaços, Redes e Formação de Classe. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.
- SAVAGE, M. *et. al.* **Culture, Class, Distinction**. London: Routledge, 2009.
- SCHATZMAN, L. and STRAUSS, A. Social Class and Modes of Communication. In: **American Journal of Sociology**, Vol. 60, No. 4 (Jan., 1955), pp. 329-338.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Santa Catarina: EDUSC, 2001.
- SCOTT, J. C. **Weapons Of The Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University, 1985.
- _____. Prestige as the Public Discourse of Domination. **Cultural Critique**, No. 12, Discursive Strategies and the Economy of Prestige, 1989, pp. 145-166.

- _____. **Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts.** Michigan: Yale University Press and New Haven and London, 1990.
- SCOTT, R. P. Migrações Inter-regionais e Estratégias Domésticas. In: **Revista Brasileira de Estudos de População.** Campinas, v. 3, n. 1, pp. 101-106, jan./jun. 1986.
- SEARLE, J. R. **Consciência e Linguagem.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- SIGAUD, L. **Os Clandestinos e os Direitos:** estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____. **Greve nos Engenhos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. In: **Revista Estudos Históricos**, n. 18. Rio de Janeiro, 1996. pp. 361-388.
- _____. Armadilhas da Honra e do Perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. In: **Revista MANA** 10(1): pp. 131-163, 2004.
- SILVA, F. T. da. “Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 124-160.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. In: **Revista Iationamericana de Estudios del Trabajo.** Ano 10, n. 17. pp. 31-54, 2005.
- _____. A Morte Ronda os Canaviais Paulistas. São Paulo. In: **Revista Reforma Agrária**, vol. 33 - n.2, ago./dez., 2006.
- _____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008a.
- _____. Mortes e Acidentes nas Profundezas do ‘Mar de Cana’ e dos Laranjais Paulistas. In: **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto 2008b. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146
- _____. **Condições de Trabalho nos Canaviais.** O Que Mudou? 2009. Disponível em: www.pastoraldomigrante.com.br
- SILVA, *et al.* Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. In: **Revista Nera** (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária). Ano. 9. N. 8, 2006. pp. 74-108.

SILVA, M. A. de M. RIBEIRO, J. D. Violação dos Direitos e Formas de Resistência nos Canaviais Paulistas. Trabalho apresentado no VIII da ALASRU. **GT: 21: Trabajo Asalariado y Mercados Laborales Agropecuarios**. Porto de Galinhas, 2010.

SILVA, M. S. da. **Migrantes nos Canaviais Paulistas**: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência! Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2012.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOARES, A. R. **Um Século de Economia Açucareira**: evolução da moderna indústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970. São Paulo: Clíper editora, 2000.

STEINBECK, J. **As Vinhas da Ira**. São Paulo: Record, 2001.

STRAUSS, A. **Espelhos e Máscaras**: a busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

SUBRINHO, J. M. dos P. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Campinas/SP. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 1983.

TAUSSIG, M. T. **The Devil And Commodity Fetishism In South America**. North Carolina: Chapel Hill, 1980.

TAYLOR, C. **Sources of the self**: the making of the modern identity. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais**: os nós da cana. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VERÇOZA, L. V. de. **Trabalhadores nos Canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação (mestrado). São Carlos: UFSCar, 2012.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

WEIL, S. **A Condição Operária e Outros Estudos sobre Opressão**. BOSI, E. (org.). São Paulo: Paz e Terra, 1979.

WELCH, C. A. **A Semente foi Plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIS, P. E. **Learning to Labor**. How working class kids get working class jobs. New York: Columbia University Press, 1977.

- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- WOORTMANN, K. Migração, Família e Campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan./jun. 1990. pp. 35-53.
- WRIGHT, E. O. **The Debate On Classes**. Erik Olin Wright and others. New York: Verso, 1989.
- _____. **Class Counts: comparative studies in class analysis**. New York: Cambridge University Press, 1997.

Outras fontes consultadas:

Estudo das Condições e Ambientes de Trabalho na Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de Sergipe. Aracaju: Fundacentro e MPT (publicação própria), 2012.

SITES CONSULTADOS:

www.mdic.gov.br
www.unica.com.br
www.agricultura.gov.br
www.procana.com.br
www.mte.gov.br
www.ibge.gov.br
www.prt20.mpt.gov.br
www.inclusao.se.gov.br

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Estado civil:

Dimensão 1

1. Conte-me, um pouco, sobre o que faziam seus pais? Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?
2. Fale-me da sua infância. Estudou até que série?
3. Quando começou a trabalhar? Conte-me como foi?
4. Já trabalhou em outra atividade diferente do corte da cana? Como você decidiu trabalhar no corte da cana?
5. O que você sonhava em ser quando era criança? O que você gostaria de ter sido? Por quê?
6. O que você sonha/deseja hoje?
7. Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?
8. Existem outras atividades de trabalho na região? Quais são elas e o que você pensa delas?
9. No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?
10. Você possui alguma propriedade de terra? Costuma manter algum cultivo? Arrenda?
11. Pensa em sair do corte da cana? Pretende fazer o que?
12. Possui filhos? Fale-me um pouco do que eles fazem?
13. Como você gostaria que fosse o futuro deles? Você gostaria que seus filhos cortassem cana?
14. Recebe ajuda do Bolsa Família e do “Mão Amiga”? O que você acha?

Dimensão 2

1. Qual a sua profissão?
2. Explique-me sobre o que é ser um cortador de cana?
3. A carteira é assinada? Já trabalhou sem carteira assinada?
4. Como você fica sabendo da vaga no emprego?
5. Você indica (leva) pessoas para trabalhar no corte? Geralmente quem são?
6. Fale-me um pouco sobre como é o seu dia de trabalho?
7. Já trabalhou em outras usinas? Onde?
8. Como você escolhe trabalhar para uma usina e não para outra? Existem diferenças? Quais?
9. Já migrou (ou pensa em migrar) para outro estado? Qual? Por quanto tempo? Pedir para descrever como se deu a contratação, a viagem e o que há de positivo e negativo em migrar (trabalhar fora).
10. Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?
11. Já colocou alguma usina na justiça? Se fosse necessário, faria? Contar como foi.
12. Existe outro trabalho na usina que você gostaria de fazer? Qual? Por quê? Você sabe como conseguir essa função?
13. Como é a relação com os outros trabalhadores que não trabalham no corte? Existe algum preconceito/discriminação?
14. E com as outras turmas de trabalho no corte?
15. O que você acha que os outros trabalhadores da usina pensam sobre quem corta cana?
16. E as pessoas da cidade?
17. O que você pensa que poderia mudar no seu trabalho? O que existe de bom e de ruim?
18. O que é um bom trabalhador?
19. O que é um trabalhador ruim?
20. O que você pensa da pesagem da cana cortada? É justa? O que melhorou ou piorou?
21. Como você faz para atingir a média de corte exigido pela usina?
22. O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você queria ser o trabalhador que mais corta cana? Por que sim/não?
23. Você sente alguma dor/incômodo por causa do seu trabalho?
24. Você conhece o sindicato? Sabe para que serve?

25. Você é sindicalizado? Por quê?
26. O que você acha de alguém que participa de sindicato? E de greve?
27. Quando tem, você participa das reuniões do sindicato? Já solicitou algum serviço do sindicato? Qual?

Dimensão 3

1. Conte-me sobre o que você gosta de fazer no seu tempo livre (na folga)?
2. O que você mais gosta de fazer?
3. Sobre o que gosta de conversar e com quem?
4. Possui moto? Ou pretende comprar?

PERFIL DOS INFORMANTES.

<p>Nome fictício: Rochinha Idade: 43 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: em sua residência Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: sim</p>	<p>Nome fictício: Marcolino Idade: 39 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): não Local da entrevista: em sua residência Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: não</p>
<p>Nome fictício: Justino Idade: 28 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: Em sua residência e em momento de lazer fora dela. Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: sim</p>	<p>Nome fictício: Alfredo Idade: 40 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: no alojamento da usina. Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>
<p>Nome fictício: Rufino Idade: 42 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: no alojamento da usina Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: sim</p>	<p>Nome fictício: Serafim Idade: 39 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: no alojamento da usina Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>
<p>Nome fictício: Índio Idade: 45 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: no alojamento da usina Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: sim</p>	<p>Nome fictício: Américo Idade: 23 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): não Local da entrevista: no alojamento da usina Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>

<p>Nome fictício: Clara Idade: 48 anos Sexo: feminino Estado civil: casada Possui filhos(as): sim Local da entrevista: em sua residência Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: não</p>	<p>Nome fictício: Zerramos Idade: 34 anos Sexo: masculino Estado civil: solteiro Possui filhos(as): não Local da entrevista: no alojamento da usina Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>
<p>Nome fictício: Ulisses Idade: 53 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: no alojamento da usina Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>	<p>Nome fictício: Romeu Idade: 59 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: em sua residência e em sua roça Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: não</p>
<p>Nome fictício: Coriolando Idade: 19 anos Sexo: masculino Estado civil: solteiro Possui filhos(as): não Local da entrevista: em sua residência Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: não</p>	<p>Nome fictício: Batista Idade: 25 anos Sexo: masculino Estado civil: solteiro Possui filhos(as): não Local da entrevista: em sua residência e em momento de lazer fora dela. Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: Sim</p>

<p>Nome fictício: Jileu Idade: 22 anos Sexo: masculino Estado civil: solteiro Possui filhos(as): não Local da entrevista: em sua residência Período: janeiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: Sim</p>	<p>Nome fictício: Graciliano Idade: 43 anos Sexo: masculino Estado civil: solteiro Possui filhos(as): não Local da entrevista: no alojamento da usina Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 1 Experiência de migração: Sim</p>
<p>Nome fictício: Josino Idade: 27 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: em sua residência Período: janeiro e fevereiro de 2013 Número de encontros: 3 Experiência de migração: Sim</p>	<p>Nome fictício: Eufrásio Idade: 47 anos Sexo: masculino Estado civil: casado Possui filhos(as): sim Local da entrevista: em sua residência Período: fevereiro de 2013 Número de encontros: 2 Experiência de migração: Sim</p>